

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA
E DA SEGURANÇA

MIGUEL HENRIQUE ALEXANDRE DIAS ALVES

ENTRE A POTÊNCIA DO NORTE E A INSURGÊNCIA:
a Colômbia e a policialização da sua Marinha de Guerra
(1986-2016)

NITERÓI

2024

MIGUEL HENRIQUE ALEXANDRE DIAS ALVES

**ENTRE A POTÊNCIA DO NORTE E A INSURGÊNCIA:
A COLÔMBIA E A POLICIALIZAÇÃO DA SUA MARINHA DE GUERRA
(1986-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos.
Linha de Pesquisa: I – Segurança Internacional e Políticas de Defesa.

Orientador:

Prof. Dr. Vágner Camilo Alves

Niterói, RJ

2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A474e Alves, Miguel Henrique Alexandre Dias
ENTRE A POTÊNCIA DO NORTE E A INSURGÊNCIA : a Colômbia e a
policionalização da sua Marinha de Guerra (1986-2016) / Miguel
Henrique Alexandre Dias Alves. - 2024.
275 f.: il.

Orientador: Vágner Camilo Alves.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Estudos Estratégicos, Niterói, 2024.

1. Colômbia. 2. Estados Unidos da América. 3. Forças
Armadas Revolucionárias da Colômbia FARC. 4. Armada da
República da Colômbia ARC. 5. Produção intelectual. I.
Alves, Vágner Camilo, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Estudos Estratégicos. III. Título.

CDD - XXX

MIGUEL HENRIQUE ALEXANDRE DIAS ALVES

**ENTRE A POTÊNCIA DO NORTE E A INSURGÊNCIA:
A COLÔMBIA E A POLICIALIZAÇÃO DA SUA MARINHA DE GUERRA
(1986-2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos.

Linha de Pesquisa: I – Segurança Internacional e Políticas de Defesa.

Aprovada em: 24 de maio de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vágner Camilo Alves – Presidente – UFF

Prof. Dr. Thiago Rodrigues – Membro Interno – UFF

Prof. Dr. Carlos Chagas Vianna Braga – Membro Externo – CIASC-MB

Niterói
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela dádiva da vida, e por iluminar meus passos ao longo dessa caminhada, continuando sempre ao meu lado, abençoando-me e proporcionando força para continuar seguindo em frente. Ao meu pai, Eduardo Henrique, meu grande incentivador, e à minha Mãe, Maria do Rosário, por suas orações incansáveis, não tenho como retribuir tamanha dedicação de ambos.

À minha esposa Alexandra, companheira de todos os momentos, que ouviu atentamente cada argumento deste trabalho, e nos momentos de incerteza amorteceu minhas angústias, muito obrigado por estar ao meu lado. Ao meu filho Rafael, alegria da minha vida, razão de cada escolha que fiz desde que me presenteou com sua energia, sua espontaneidade e seu amor, não sei como conseguiria chegar até aqui sem você.

Não poderia alcançar o final dessa complexa tarefa de concluir o mestrado em Estudos Estratégicos sem os sábios apontamentos do Prof. Dr. Vágner Camilo Alves, meu orientador, que com sua experiência, e vasto conhecimento, guiou-me de forma serena e precisa em todas as nossas reuniões para a elaboração desse trabalho. Aos diretores da Escola de Guerra Naval (EGN) que estive subordinado, Vice-Almirantes João Alberto de Araujo Lampert e Gustavo Calero Garriga Pires, agradeço a oportunidade proporcionada. Aos superintendentes de ensino da EGN, Contra-Almirantes Reginaldo Gomes Garcia e Eduardo Augusto Wieland, obrigado pela confiança em mim depositada.

Faço questão de mencionar o Comandante Ohara Barbosa Nagashima, que além de importante motivador desta obra, também esteve presente ao longo de todo o processo de sua produção, espero um dia retribuir o grande apoio. Aos meus colegas da turma de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST), foi uma honra compartilhar os bancos escolares com todos vocês. Não poderia me furtar de agradecer tanto ao corpo docente, pelo conhecimento oferecido, como à equipe administrativa do PPGEST, que não mediu esforços para ajudar em cada etapa desse desafio.

RESUMO

O objetivo desta investigação é explicar os motivos do processo de policialização da Marinha de Guerra da Colômbia no período de 1986 a 2016. Como principais atores externo e interno foram utilizados, respectivamente, os Estados Unidos da América (EUA) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). As conexões entre esses influenciadores e a modelagem da Força Naval do país ocorreu por meio dos fenômenos do narcotráfico e do terrorismo. Estruturado em compreensões e análises diacrônicas, o estudo obteve como resultado válido o fato de que a íntima relação histórica entre Colômbia e EUA, combinada à implementação da Estratégia de Segurança Nacional estadunidense, foi a principal causa externa. A condição necessária de fornecimento de meios pelos norte americanos aos colombianos se verificou somente até o início dos anos 2000. O quesito suficiente de convergência de finalidade das ameaças ao Estado, constituídas pelo narcotráfico e pelo terrorismo, com destaque para o primeiro, permaneceu ao longo de todo o período (1986-2016). Em relação às FARC-EP, o incremento de poder obtido pela insurgência, especialmente por seu envolvimento com o tráfico de drogas, confirmou-se como causa interna central apenas entre 1995 e 2010.

Palavras-chave: Colômbia. EUA. FARC-EP. Armada da República da Colômbia (ARC). Narcotráfico.

ABSTRACT

The aim of this investigation is to explain the reasons for the policialization process of the Colombian Navy in the period from 1986 to 2016. The main external and internal actors were used, respectively, the United States of America (USA) and the Revolutionary Armed Forces of Colombia – People's Army (in portuguese, FARC-EP). The connections between these influencers and the shaping of the country's Naval Force occurred through the phenomenon of drug trafficking and terrorism. Structured in diachronic understandings and analyses, the study obtained as a valid result the fact that the intimate historical relationship between Colombia and the USA, combined with the implementation of the American National Security Strategy, was the main external cause. The necessary condition for North Americans to provide means to Colombians was only verified until the beginning of the 2000s. The sufficient requirement of convergence of purpose of the threats to the State, constituted by drug trafficking and terrorism, with emphasis on the first, remained throughout of the entire period (1986-2016). In relation to the FARC-EP, the increase in power obtained by the insurgency, especially due to its involvement in drug trafficking, was confirmed as a central internal cause only between 1995 and 2010.

Keywords: Colombia. USA. FARC-EP. Navy of the Republic of Colombia (ARC). Drug trafficking.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os papéis de uma Marinha de Guerra	24
Figura 2 – Modelo de visão do Papel de Policiamento pelas Marinhas de Guerra no Mundo	27
Figura 3 – Desenho de Pesquisa da dissertação	48
Figura 4 – Comparação entre a Trindade de Booth e o Pentágono Naval da Marinha da Colômbia	190
Figura 5 – Nuvem de palavras com base nas NSS dos EUA de 1987, 1989, 1990 e 1991	214
Figura 6 – Nuvem de Palavras da NSS dos EUA de 2001	214
Figura 7 – Nuvem de Palavras da NSS dos EUA de 2002.....	215
Figura 8 – Mapa topográfico da Colômbia	259
Figura 9 – Mapa político da Colômbia.....	259
Figura 10 – Brasão da primeira Operação UNITAS	260
Figura 11 – Ação Cívica Naval em 1973 nos Rios Putumayo e Amazonas	260
Figura 12 – Aperto de mão entre Santos e Timochenko em Havana.....	266
Figura 13 – Cerimônia do Acordo de Paz em Cartagena.....	266
Figura 14 – Navios desenvolvidos pela COTECMAR	267
Figura 15 – Mapa com os limites marítimos da Colômbia	268
Figura 16 – Assinatura do Tratado de Paz a bordo do USS Wisconsin	269
Figura 17 – Placa em memória à morte de Gaitán e ao “El Bogotazo”	270
Figura 18 – Tomada do Palácio de Justiça pelo M-19	271
Figura 19 – Encontro entre o Assessor de Pastrana e Marulanda	272
Figura 20 – Pastrana sozinho na mesa de negociação em Cáguan	273
Figura 21 – Forças Especiais dos EUA treinam militares da Colômbia.....	274

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Efetivo estimado das Insurgências entre 1964 e 1986	114
Gráfico 2 – Evolução do efetivo e do número de frentes das FARC 1964-1999	134
Gráfico 3 – Meios Navais da ARC: quantitativo absoluto	183
Gráfico 4 – Meios Navais da ARC: por tonelagem	184
Gráfico 5 – Efetivo de Militares da ARC	184
Gráfico 6 – Expansão das Marinhas do Terceiro Mundo até 1985 (total de todos os tipos de navios de guerra, excluídos os Navios Patrulha Costeiros).....	261
Gráfico 7 – Porcentagem de palavras sobre terrorismo e narcotráfico nas NSS	261
Gráfico 8 – Número total de incidência das palavras terrorismo e narcotráfico nas NSS	262
Gráfico 9 – Histórico da ajuda financeira, para fins militares, dos EUA à Colômbia (em milhões de US\$).....	262
Gráfico 10 – Cultivo de plantações de coca na Bolívia, Colômbia e Peru entre 1986 e 1996	263
Gráfico 11 – Cultivo de plantações de coca na Bolívia, Colômbia e Peru entre 1994 e 2015	263
Gráfico 12 – Produção de Cocaína na região Andina 1990-2011	264
Gráfico 13 – Histórico dos ataques ao oleoduto Caño Limón-Coveñas	265

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Visão de Buzan, Jones e Little (1993) de relação entre Estados.....	44
Quadro 2 – Rotatividade de Navios da ARC na Guerra da Coreia.....	90
Quadro 3 – Meios Navais do papel militar da ARC 1956-1986	120
Quadro 4 – Meios Navais do papel militar da ARC 1986-2017	178
Quadro 5 – Cronologia de presidentes dos EUA e da Colômbia.....	226
Quadro 6 – Estados do Terceiro Mundo da Classificação de Michael Morris	234
Quadro 7 – Sistema de Classificação de Navios de Guerra segundo Morris	235
Quadro 8 – 1987: Relação de meios navais da Colômbia	236
Quadro 9 – 1988: Relação de meios navais da Colômbia	239
Quadro 10 – 1989: Relação de meios navais da Colômbia	241
Quadro 11 – 1990: Relação de meios navais da Colômbia	244
Quadro 12 – 1993: Relação de meios navais da Colômbia	246
Quadro 13 – 1994: Relação de meios navais da Colômbia	249
Quadro 14 – 2001: Relação de meios navais da Colômbia	253
Quadro 15 – Classificação de Marinhas de Guerra segundo Morris.....	258
Quadro 16 – Lista de líderes das FARC no início de 2008	275

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos estatais em Segurança e Defesa entre 1981 e 2016 (% do PIB)	
.....	265

LISTA DE SIGLAS

ANAPO – Aliança Nacional Popular
AP – Aliança para o Progresso
ARC – Armada da República da Colômbia
AUC – Autodefesas Unidas da Colômbia
CGSB – Coordenadoria Guerrilheira Símon Bolívar
CIA – Agência Central de Inteligência
CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar
DAS – Departamento Administrativo de Segurança
DEA – Administração de Repressão às Drogas
EE – Estudos Estratégicos
ELN – Exército de Libertação Nacional
EPL – Exército Popular de Libertação
EUA – Estados Unidos da América
FARC-EP – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo
JFK – John Fitzgerald Kennedy
MAP – Plano de Assistência Mútua
MAS – *Muerte a los Secuestradores*
M-19 – Movimento 19 de Abril
NSS – do inglês Estratégia de Segurança Nacional
OEA – Organização dos Estados Americanos
OPV – *Offshore Patrol Vessels*
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC – Partido Comunista da Colômbia
PIB – Produto Interno Bruto
SALT I – Conversação para a limitação de armas estratégicas
SCADTA – Sociedade Colombo Alemã De Transportes Aéreos
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UP – União Patriótica
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE – Zona Econômica Exclusiva
I GM – Primeira Guerra Mundial
II GM – Segunda Guerra Mundial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 TEORIAS, CONCEITOS E MÉTODO: O DESENHO DE PESQUISA.....	20
2.1 O Processo de policialização de uma Marinha de Guerra.....	21
2.2 O Narcotráfico	32
2.3 O Terrorismo	34
2.4 O Estado de Violência	38
2.5 O realismo dos EUA nas relações com a Colômbia.....	42
2.6 A metodologia e o desenho de pesquisa	46
2.7 Conclusões Parciais.....	49
3 COLÔMBIA: UM ESTADO DE VIOLÊNCIA SOB A INFLUÊNCIA DOS EUA	52
3.1 Das questões ístmicas à doutrina <i>Respice Polum</i>	53
3.2 Um Estado sem Marinha de Guerra.....	62
3.3 Da guerra contra o Peru à participação na Coreia	65
3.3.1 O MASSACRE DAS BANANEIRAS	688
3.3.2 A DISPUTA POR LETÍCIA.....	70
3.3.3 O NASCIMENTO DA MARINHA DA COLÔMBIA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	74
3.3.4 O INÍCIO DA GUERRA FRIA – O “EL BOGOTAZO” E “LA VIOLENCIA”.....	833
3.3.5 A COLÔMBIA NA GUERRA DA COREIA E SUA MARINHA DE GUERRA.....	87
3.4 O Governo Militar e a Frente Nacional	91
3.4.1 A QUEDA DE LAUREANO, O GOVERNO DE PINILLA E O PACTO BIPARTIDÁRIO	93
3.4.2 A FRENTE NACIONAL: INSURGÊNCIAS, PARAMILITARISMO E NARCOTRÁFICO.....	95
3.5 Da Doutrina <i>Respice Similia</i> à “Cruzada” contra as Drogas de Reagan	1055
3.6 A ARC antes das insurgências e do narcotráfico	114
3.7 Conclusões Parciais.....	121
4 PRESSÕES EXTERNAS E INTERNAS: A POLICIALIZAÇÃO DA MARINHA.....	125
4.1 A Estratégia de Segurança dos EUA e a trajetória das FARC-EP	125
4.2 Os Cartéis do narcotráfico, a pressão dos EUA e o jogo dual das FARC-EP ...	128
4.2.1 A ERA DOS CARTÉIS DE MEDELLÍN E CALI	130

4.2.2 ESTADO, INSURGÊNCIAS E PARAMILITARISMO – ACORDOS, CONFRONTOS E PERSEGUIÇÕES	134
4.3 Da crise diplomática de Samper à aliança entre Uribe e Bush.....	139
4.3.1 CORRUPÇÃO NA COLÔMBIA, DESCERTIFICAÇÃO E A INVERSÃO ESTRATÉGICA DOS EUA	140
4.3.2 A OFENSIVA DAS FARC-EP E O FRACASSO DO PROCESSO DE PAZ DE CÁGUAN.....	144
4.3.3 O PLANO COLÔMBIA E A FUSÃO DA GUERRA ÀS DROGAS COM A GUERRA AO TERROR	149
4.4 O alinhamento EUA-Colômbia e a Guerra integral contra as FARC-EP	154
4.4.1 ÁLVARO URIBE E A POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA.....	155
4.4.1.1 Os paramilitares e a lei de justiça e paz	157
4.4.1.2 O plano patriota e os resultados da política de segurança democrática	159
4.4.2 O DECLÍNIO DAS FARC-EP, AS POLÊMICAS DE URIBE E A MUDANÇA NO APOIO DOS EUA	162
4.4.2.1 O xeque contra a guerrilha e a perda de peças importantes do tabuleiro ...	162
4.4.2.2 A parapolítica, os falsos-positivos e a mudança de postura dos eua	165
4.5 Governo Santos: acordo de paz e troca da estratégia dos EUA	168
4.5.1 CAEM OS LÍDERES MILITARES E IDEOLÓGICOS DO SECRETARIADO DAS FARC-EP.....	168
4.5.2 O PROCESSO E O ACORDO DE PAZ COM AS FARC-EP.....	171
4.6 Santos e Obama: a nova estratégia nas relações EUA-Colômbia	174
4.7 Uma Marinha de Guerra voltada para o inimigo interno	176
4.7.1 O PAPEL MILITAR DA ARC	177
4.7.1.1 Nicarágua e Venezuela: a disputa pelas águas jurisdicionais colombianas	180
4.7.2 O PAPEL DIPLOMÁTICO NA ARC	181
4.7.3 O PAPEL DE POLICIAMENTO DA ARC	182
4.7.3.1 A ARC de 1986 ao final da década de 1990	184
4.7.3.2 Fechando espaços e o pentágono naval – o plano Colômbia para a ARC .	187
4.7.3.3 A ARC em meio à nova relação estratégica EUA-Colômbia	191
4.8 Uma análise sobre as pressões externas e internas ao Estado na ARC	192
5 CONCLUSÃO.....	195
REFERÊNCIAS.....	198
6 APÊNDICES.....	214

6.1 Transcrição de Entrevista.....	216
7 ANEXOS	226
7.1 Figura do acordo de Paz entre Conservadores e Liberais	269
7.2 Figura da placa em memória de Gaitán e do “El Bogotazo”	270
7.3 Figura da retomada do Palácio de Justiça após a invasão do M-19	271
7.4 Figura do encontro de enviado de Pastrana com Marulanda.....	272
7.5 Figura da ausência de Marulanda em reunião com Pastrana	273
7.6 Treinamento de militares colombianos por Forças Especiais dos EUA	274
7.7 Lista de líderes das FARC no início de 2008	275

1 INTRODUÇÃO

Em 14 de setembro de 1986, Ronald Reagan, anunciou, em rede nacional de televisão, que os Estados Unidos da América (EUA) iniciariam uma “cruzada”¹ contra o tráfico de drogas (Address to the..., 2016). Quinze anos depois, na semana seguinte aos atentados de 11 de setembro de 2001, George W. Bush declarou, em discurso efusivamente aplaudido por parlamentares no Capitólio, que a maior potência militar do planeta empreenderia uma guerra contra o “terror” (President George..., 2021)². Esses dois eventos marcaram a opinião pública estadunidense na luta contra dois fenômenos complexos: o Narcotráfico e o Terrorismo.

A incorporação à Estratégia de Segurança dos EUA das chamadas “novas ameaças” impactou todo o mundo. Na Colômbia, fruto de sua ligação umbilical com Washington, essa metamorfose teve implicações profundas nas suas instituições governamentais. Cabe ressaltar que a construção do Estado colombiano foi forjada por guerras civis, que moldaram uma normalização do emprego da violência para a solução de disputas políticas. Essa característica estruturante, além de outros fatores, propiciou o surgimento de diversos grupos insurgentes e paramilitares a partir da década de 1960 no país.

A insurgência mais relevante, que obrigou o Estado a estabelecer, e manter ativo por mais de três anos, uma Zona de Distensão³ do tamanho da Suíça dentro de seu próprio território, a partir de 1998, foram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). Em 2016, o governo colombiano e as FARC-EP assinaram um Tratado de Paz histórico, que propiciou ao Presidente Juan Manuel Santos um Nobel. Durante esses trinta anos, entre o início da “cruzada” contra as drogas de Reagan em 1986, e a assinatura do Acordo de Santos em 2016, a Marinha de Guerra colombiana sofreu transformações significativas. Adquiriu um número expressivo de meios voltados ao policiamento e aumentou substancialmente o efetivo de fuzileiros navais, principalmente para combater a “ameaça interna”.

¹ A palavra “cruzada” foi usada explicitamente por Reagan ao longo de seu discurso para a nação (Address to the..., 2016).

² Discurso proferido por Bush em sessão conjunta do congresso dos Estados Unidos da América (EUA) em 20 de setembro de 2001 (President George..., 2021).

³ Criada pela resolução presidencial nº 85 de 14 de outubro de 1998 (Colômbia, 1998b, p. 3), a Zona de Distensão possuía o objetivo de possibilitar diálogos para uma paz negociada entre o Estado e as FARC-EP, esta área cobria os territórios de cinco cidades colombianas. Conforme o artigo 3º do documento: “os municípios de Messetas, La Uribe, La Macarena e Vista Hermosa, municípios do departamento de Meta e São Vicente de Caguán, departamento de Caquetá”.

Neste trabalho se realiza a investigação desse processo experimentado pela Força Naval colombiana. Assim, cabe a seguinte **questão de pesquisa: Por que a Marinha de Guerra da Colômbia observou um processo de policialização no período de 1986 a 2016?** Duas respostas possíveis que pressionaram a modelagem da Marinha de Guerra colombiana, que, como **hipóteses**, norteiam o estudo são: **1. A íntima relação histórica entre Colômbia e EUA, combinada à implementação da Estratégia de Segurança Nacional estadunidense, foi a principal causa externa; e 2. O incremento de poder obtido pelas FARC-EP, principalmente por seu envolvimento com o tráfico de drogas, foi a principal causa interna.**

O **objetivo geral** da pesquisa é **explicar os motivos do processo de policialização da Marinha de Guerra da Colômbia**, no nível político-estratégico. Para isso, são necessários objetivos específicos, que resultem no alcance da meta principal do trabalho. Primeiramente, faz-se essencial desenvolver um modelo analítico, lastreado em teorias e conceitos, apresentando a metodologia científica que viabilize a pesquisa. Em seguida, cabe contextualizar, tanto as interações entre EUA e Colômbia, anteriores ao recorte temporal (1986-2016), como também, as transformações de sua sociedade, com ênfase na violência estrutural que moldou o país. Igualmente importante é expor um sintético histórico da Força Naval colombiana, até o início do período de exame. Atinçados esses propósitos particulares há condições sustentáveis para um aprofundamento das investigações e das análises.

Em seguida, com uma lente sobre o período central do estudo, são fundamentais as caracterizações sobre a influência da estratégia de segurança dos EUA para a Colômbia e a trajetória político-militar das FARC-EP como movimento insurgente contra o Estado. Neste último aspecto, considerar outros grupos, como os cartéis do narcotráfico, os paramilitares e outras guerrilhas, proporciona um importante balizamento empírico. Finalmente, com essa estrutura de conhecimento formada, apresentar as transformações ocorridas na Armada da República da Colômbia (ARC), face aos comportamentos dos agentes trabalhados, encerra o conjunto de argumentos intermediários. A integração desses objetivos específicos possibilita uma testagem coerente das hipóteses lançadas, e, conseqüentemente, a elaboração de uma resposta para o questionamento do estudo.

A construção estratégica de uma Marinha de Guerra é edificada, tradicionalmente, por meio dos objetivos do Estado no mar e de suas percepções de ameaças, contando com capacidades específicas, experiência prática e o

entendimento que a instituição faz de si mesma. Localização geográfica, posicionamento geopolítico, condições econômicas, pressões políticas internas e externas e conflitos vivenciados são alguns dos fatores que influenciam no dimensionamento dos meios da parcela naval das Forças Armadas. Esse complexo somatório resulta na efetividade de cumprimento dos papéis do Poder Naval atribuídos pelo Estado (Baer, 1993; Mahan, 1965).

Dentro dessa perspectiva, a Colômbia, localizada no noroeste da América do Sul, possui vasto litoral, que monta cerca de 3.800Km de extensão. Com uma costa voltada para o Oceano Pacífico e outra para o Mar do Caribe, é o único país sul-americano bioceânico. Além de comportar dois ambientes navais distintos, ainda está defronte a um dos entroncamentos das linhas de comunicação marítimas mais relevantes do mundo: o Canal do Panamá, cujo território lhe pertencia até o início do século XX. Apenas estas características geopolíticas já demonstram a importância de uma Marinha de Guerra para manter a sua soberania no mar.

Vale ressaltar, que as decisões dos atores e das organizações políticas também influenciam na composição das Forças Armadas de um país, principalmente no nível político-estratégico. Ilustrando esse argumento, a Colômbia possui uma disputa com a Venezuela em relação às suas águas jurisdicionais há décadas. Essa divergência chegou próxima de um conflito efetivo em 1987, quando um navio de guerra colombiano foi acusado por Caracas de atuar em águas sob sua soberania. Outra questão de litígio no mar é com a Nicarágua, em relação às Ilhas *San Andrés y Providência*. No início dos anos 1980, Manágua questionou os limites marítimos com Bogotá na Corte Internacional de Justiça. Esse caso resultou em perda colombiana de parcela das suas águas jurisdicionais na região.

As relações entre EUA e Colômbia permeiam todo o desenvolvimento do trabalho. A proximidade político-econômica entre esses Estados remonta ao século XIX. Passando pela independência do Panamá da Colômbia e a participação de suas Forças Armadas na Guerra da Coreia. Washington, como regra, buscou uma parceria estratégica com o país sul-americano. No final da década de 1990, Bogotá possuía o posto de terceiro país em aporte de recursos para defesa provenientes dos EUA (perdendo apenas para Israel e Egito). Além disso, ocupava a primeira posição no quesito treinamento militar pelos estadunidenses. A Casa Branca mantém, ainda hoje, uma de suas maiores embaixadas no país, que em 2006 chegou a superar o efetivo de 6.000 funcionários (Leongómez, 2006).

Um projeto que personifica essa relação bilateral é o Plano Colômbia. Confeccionado no governo de Andrés Pastrana (1998-2002)⁴, esse programa almejou alcançar um amplo espectro de demandas da sociedade (militar, social e econômico), com o objetivo de resolver questões que envolvem o Tráfico de Drogas. O Departamento Nacional de Planejamento colombiano pretendia destinar, somados os auxílios externos, US\$ 7,5 bilhões para isso. Essa programação não se concretizou, e foram os EUA que, efetivamente, forneceram US\$ 1,3 bilhão somente nos dois primeiros anos de execução da estratégia (Scott, 2003).

A relevância de se trabalhar esse tema é substantiva para o campo dos Estudos Estratégicos (EE), especialmente para as linhas de pesquisa que examinam questões de Segurança Internacional e Políticas de Defesa. Isso porque, abordam-se pontos significativos sobre a constituição de uma Marinha de Guerra terceiro-mundista, aliados à relação entre os EUA e um país sul-americano. Outro fator, mesmo que subsidiário ao objeto de pesquisa, é a caracterização da formação de atores que desafiam o Estado constituído. Ademais, os complexos fenômenos do narcotráfico e do terrorismo, são colocados sob a perspectiva da constituição de uma Força Naval, oferecendo outra importante contribuição para a formação do conhecimento nessa área.

Uma conjuntura atual, que demonstra a pertinência do assunto, é a recente “crise de segurança” do Equador. O presidente Daniel Noboa (2023-) declarou, por meio de dois decretos executivos⁵, Estado de Exceção⁶, “por grave comoção interna” e, em seguida, “Conflito Armado Interno” (Equador, 2024a). A justificativa para essas ações foi “garantir a soberania e integridade territorial contra o crime organizado transnacional, organizações terroristas e atores não estatais beligerantes” (Equador, 2024b)⁷.

É importante sublinhar que, baseado nas “leis da Economia Política do Narcotráfico” de Rodrigues (2024)⁸, há chance de transbordamento de situações extremas como a equatoriana para outros países sul-americanos, tanto no entorno da

⁴ O Quadro 5 possui a relação dos presidentes dos EUA e da Colômbia, com o período de seus respectivos mandatos, desde 1850 até 2016, ano final do recorte temporal.

⁵ Decretos nº 110, de 8 de janeiro de 2024 (Equador 2024a) e nº 111, de 9 de janeiro de 2024 (Equador, 2024b).

⁶ O decreto cita, inclusive, em seus artigos 5 e 7, a suspensão ao direito de inviolabilidade de domicílio e a restrição de liberdade de trânsito entre 23h e 5h, respectivamente (Equador, 2024a).

⁷ “garantizar la soberanía e integridad territorial contra el crimen organizado transnacional, organizaciones terroristas y los actores no estatales beligerantes” (Equador, 2024b, p. 1).

⁸ Essa lógica é pormenorizada no capítulo teórico deste trabalho (Rodrigues, 2024).

região andina (Colômbia, Peru e Bolívia), como também para o Brasil. Visto que o narcotráfico movimenta uma economia inelástica, de alta lucratividade. Sendo sua logística conformada por uma “estrutura móvel” que tende ao aumento da violência⁹ à medida que ocorram disputas entre atores envolvidos nesse processo (Rodrigues, 2024).

Para o Brasil, como exemplificado acima, são matérias que podem afetar as políticas de Segurança e de Defesa, conseqüentemente, pressionar a arquitetura institucional de sua Marinha de Guerra. Especialmente, porque a Colômbia é um país fronteiriço, que compartilha a soberania do bioma amazônico. Nesse sentido, cabe salientar, que rios colombianos, como o Caquetá, o Putumayo e o Uaupés, são tributários de cursos d’água brasileiros como o Amazonas e o Solimões. Essas vias fluviais não só são fundamentais para a integração regional, como também servem à economia formal e informal. Adicionalmente, em mais de uma oportunidade, Bogotá solicitou ao governo brasileiro apoio em situações de crise interna¹⁰. Assim, um estudo sobre Estados e outros grupos que influenciam na modelagem de uma Força Naval, reveste esta obra de valor acadêmico e político-estratégico.

Após este introito, a argumentação desenvolve-se em três capítulos e uma conclusão. Primeiramente as lentes teóricas, conceituais e metodológicas que orientam a investigação são apresentadas. Logo após, uma contextualização histórica, até o início do recorte temporal, situa o leitor sobre o posicionamento das variáveis empregadas, que antecede o exame mais profundo. O último capítulo aborda especificamente o período entre 1986 e 2016, realizando as caracterizações e análises necessárias sobre o processo de policialização da Marinha de Guerra colombiana. O fechamento retoma os principais pontos trabalhados, abordando o processo percorrido, as limitações encontradas durante esse caminho e as oportunidades de estudos futuros. Segue-se com o arcabouço teórico-metodológico, para proporcionar coerência e coesão ao desenvolvimento e às investigações.

⁹ De acordo com Rodrigues (2024), a taxa de homicídios no Equador saltou de 5,6 por 100 mil habitantes em 2017, para 42,5 por 100 mil em 2023. Um aumento de mais de 650% em apenas 6 anos.

¹⁰ Na década de 1930, por ocasião da guerra entre Colômbia e Peru, Bogotá solicitou entrar em território brasileiro pela foz do Rio Amazonas com embarcações militares, navegando mais de 3.000 Km rio adentro para chegar até a cidade de Leticia, centro da disputa (Bushnell, 2021). Novamente, em 1998, quando as FARC-EP tomaram a cidade de Mitú, capital do Departamento de Vaupés, foi preciso uma autorização do Palácio da Alvorada para utilização de uma pista de pouso militar do destacamento do Exército brasileiro em Querari. O aeródromo foi empregado pela Força de Infiltração Rápida colombiana para a retomada da localidade (Martín; Jaramillo-Marín, 2014).

2 TEORIAS, CONCEITOS E MÉTODO: O DESENHO DE PESQUISA

As teorias são modelos estruturados de forma lógica, suas concepções necessitam de criterioso exame prévio e cabedal de conhecimento da realidade que proporcione capacidade explicativa. Quando alcançam esse propósito, permitem uma verificação de sua validade dentro de recortes temáticos e temporais específicos. Realizar correlações entre atores, conceitos, processos e fenômenos é uma difícil tarefa, que demanda considerável esforço intelectual. Neste capítulo os objetivos específicos são desenvolver um modelo analítico, lastreado em teorias e conceitos, e apresentar uma metodologia científica, que possibilite a pesquisa sobre os motivos da policialização da Marinha de Guerra da Colômbia.

O primeiro passo é enquadrar o desenho de pesquisa no campo dos EE, que segundo Figueiredo (2010, p. 111) “refere-se ao papel do poder militar na política internacional face aos meios econômicos, políticos e diplomáticos (mas não apenas esses), tendo em vista a consecução dos objetivos de Estado”. Isso demonstra o caráter político dessa área de conhecimento e sua relação com o poder, implicando na necessidade de uma sucinta explicação sobre esse termo.

Para Duverger (1976), a Ciência Política de forma ampla estuda o fenômeno do poder, e com um olhar mais restrito investiga, especificamente, o Estado, sendo este seu principal objeto. Na visão mais abrangente do autor, o poder significa a sistematização de grupos e de funções dentro de uma determinada estrutura, atribuindo a atores e organismos meios de ação para controlar agentes.

Nesse sentido, o poder transita entre dois espectros complementares. Por um lado, emprega a força em diversos níveis, desde sanções econômicas até o uso máximo da violência, utilizando, inclusive, artefatos nucleares. Em contrapartida, apresenta-se como uma pressão social difusa, ou seja, busca consensos legitimadores com a aceitação de ordens por quem exerce funções de mando. Essa lógica, de acordo com Coutau-Bégarie (2010, p. 80), foi um dos mecanismos usados por Clausewitz na máxima: “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

Para os fins deste trabalho é necessário o uso do paradigma mais alargado de Duverger (1976), sobretudo com olhar para a parcela que se dedica à utilização da força. Isso porque a Colômbia é um Estado que enfrenta a pressão de diversos atores, internos e externos, estatais e não-estatais, que buscam ameaçar, em algum grau,

sua soberania¹¹. Com efeito, também para as investigações desta pesquisa, os EE são enquadrados como um domínio de pesquisa no qual se investiga, dentre outros assuntos, a capacidade que agentes possuem de empregar a força para atingir objetivos específicos. Isso engloba desde pequenos grupos insurgentes até potências expansionistas no sistema internacional.

Com isso, percebe-se que é preciso lançar mão da interdisciplinaridade dos EE, utilizando diversos campos do conhecimento para compreender fenômenos ligados à Segurança e à Defesa, principalmente relacionados às Forças Armadas dos Estados. Figueiredo (2010, p. 107) resume essa visão ampla dos EE:

No campo da análise influenciado pelas teorias e métodos na área das Ciências Sociais, ganhou espaço um tipo de produção científica [os Estudos Estratégicos] onde se colocava na pauta dos estudos e pesquisas das questões relativas à história militar; ao funcionamento e estrutura da corporação militar como instrumento de defesa e segurança do Estado; a análise da “mente militar”; as relações entre civis e militares, ou forças armadas e sociedade; a interação entre a corporação e os três poderes constitucionais; entre outras linhas temáticas de investigação.

A partir desse marco de conhecimento sobre o poder e os EE há que se desenvolver uma estrutura para a investigação do trabalho. Nesse sentido, algumas teorias e conceitos precisam ser apresentados e correlacionados por meio de um método que proporcione explicações para as interações entre as unidades em análise. Por ser o objeto desta pesquisa, que sofre influência de outras variáveis, o primeiro processo que demanda atenção é o de policialização de uma Marinha de Guerra¹².

2.1 O Processo de policialização de uma Marinha de Guerra

Quando se pensa no braço armado do Estado com a responsabilidade de prover a defesa de sua soberania no mar, tem-se em mente, mesmo que de forma superficial e sem muito embasamento técnico-profissional, uma constituição de meios e de fins específicos. Para refinar essa concepção de senso comum é preciso

¹¹ Para Becker (2018), a soberania é um conceito construído desde a idade média que atinge sua maturidade definidora nas concepções desenvolvidas sobre o poder supremo atribuído ao Estado Moderno nas obras de autores como Jean Bodin, Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau. Nos séculos XX e XXI sua validade encontra-se cada vez mais questionada e ameaçada por atores externos e internos ao Estado.

¹² As Marinhas de Guerra “são instituições de Estado voltadas ao uso ou ameaça do uso da força no mar, primordialmente em prol da defesa nacional, da segurança marítima e dos interesses marítimos do país” (Moreira, 2018, p. 607).

aprofundar o conhecimento sobre as estratégias, os papéis e as formas de composição das Marinhas de Guerra. Isso se torna viável com o auxílio de estudiosos sobre o assunto. Com essa base é possível estruturar um arquétipo coerente que viabilize o exame sobre como uma força naval pode caminhar no sentido de transformar-se em uma polícia interna estatal.

Em 1890 a obra seminal do Almirante Alfred Taher Mahan (1840-1914)¹³, *The influence of sea power upon history (1660-1783)* (Mahan, 1965)¹⁴ apresentou análise inovadora sobre o impacto do uso e do controle do mar na história, empiricamente lastreado nas batalhas dos séculos XVII e XVIII que transformaram o Reino Unido na grande potência do século XIX. O resultado dessa investigação foi uma das primeiras teorias político-estratégicas voltadas ao ambiente marítimo. O tratado é base fundacional do desenvolvimento, pelo EUA, da Marinha de Guerra mais poderosa do mundo. O estrategista afirmava que “o controle do mar era um fator histórico que nunca havia sido apreciado” (Mahan, 1965, p. 27).

Mahan (1965) colocou como condições primordiais de análise para o controle do mar por um Estado sua posição geográfica, sua conformação física do território, bem como sua extensão, seu contingente populacional, suas instituições políticas e seu caráter nacional. Sua intenção era abordar uma visão muito mais político-estratégica, que tática. Sistematizou princípios mais duradouros do uso da força pelo Estado, na vertente naval, utilizando-se dos pensamentos de Jomini como sua maior fonte de estudo da guerra. Um dos pontos fundamentais de sua teoria está na capacidade militar-naval de concentrar meios rapidamente face à sua dispersão no mar (Mahan, 1965).

Outro estrategista naval clássico foi o inglês Julian Stafford Corbett (1854-1922), que questionou a visão mahaniana de depositar na concentração de meios e na batalha decisiva¹⁵ os esforços de uma Força Naval. Em *Some principles of maritime strategy*, Corbett (2020) trabalhou o termo “Comando do Mar”. Nessa visão, a dispersão dos navios seria uma opção válida dependendo da situação, aonde os

¹³ Crowl (2015, p. 542) caracteriza Mahan como “um historiador, estrategista, imperialista e apologista do poder naval com renome internacional, desfrutando da intimidade de presidentes, de primeiros-ministros e até de membros da realeza europeia”. Isso mostra a influência de seus escritos sobre o pensamento naval e nas decisões político-estratégicas mundiais ao longo do século XX e XXI.

¹⁴ Obra traduzida como *A influência do poder marítimo ao longo da história (1660-1783)*.

¹⁵ O conceito de Batalha Decisiva é de forma resumida procurar e destruir toda a esquadra inimiga com o objetivo de alcançar o controle do mar pleno. Com isso, o Estado poderia utilizar com tranquilidade o mar, e conseqüentemente as rotas de navegação, em benefício próprio (Almeida, 2019).

meios navais são mais uma peça para o difícil planejamento da estratégia na guerra (Almeida, 2019).

Mahan (1965) e Corbett (2020) compartilhavam a visão de potências navais. O primeiro olhando o domínio do mar inglês no século XIX, projetando uma estratégia para a ascensão dos EUA no século XX. O segundo, traduzindo uma visão inglesa da complexidade da guerra clausewitziana no mar, buscando uma correlação entre a Marinha e os objetivos políticos do Estado. Outras estratégias foram desenvolvidas e aplicadas ao longo da história, entre elas as Guerras de Corso e de Desgaste, a Esquadra em Potência e a *Jeune École*¹⁶.

Na interpretação de Nagashima (2013) a Guerra de Corso é uma estratégia naval típica com ações conduzidas contra o comércio marítimo do oponente. A Guerra de Desgaste se distingue da primeira, pois as ações de baixa intensidade são dirigidas somente contra a força naval inimiga. O intuito é produzir pequenos êxitos cumulativos visando deteriorar o poder combatente do oponente possibilitando a inversão no balanceamento das forças (Nagashima, 2013).

O termo “Esquadra em Potência”, cunhado em 1690 pelo Almirante inglês Lorde Torrington, objetivava manter a Força Naval francesa afastada da ilha britânica apenas pela presença da Marinha Real Inglesa confinada no porto (Almeida, 2019). Essa estratégia possui o objetivo de “por meio da sua presença ameaçadora em determinada localização, influir nas decisões do adversário” (Nagashima, 2013, p. 61). Para que haja efetividade na sua implantação é necessário que exista credibilidade da postura adotada. Isso normalmente demanda uma combinação desta estratégia com momentos de emprego da Guerra de Desgaste (Almeida, 2018).

Em 1886 o Almirante Theophile Aube (1826-1890) assumiu a função de Ministro da Marinha Francesa, tendo que enfrentar o desafio de se contrapor à superioridade britânica no mar, nessa conjuntura surgiu a *Jeune École* (Almeida, 2019). Essa formulação estratégica é entendida por diversos estrategistas como uma “guerrilha no mar” e está apoiada no emprego de embarcações rápidas e pequenas, bem como submarinos e minas marítimas.

Essas estratégias, aqui sucintamente apresentadas, partem do princípio de que o papel precípua de uma Marinha de Guerra está vinculado ao confronto entre Estados constituídos. Dessa forma, seu emprego, real ou latente, é proteger o

¹⁶ Escola Jovem.

território, ou ameaçar outro, com o intuito de perseguir seus objetivos políticos externos no mar. O professor Booth (2014) ressalta que a base finalística de uma Força Naval é seu caráter militar, mas defende que esse paradigma já não é suficiente como teoria explicativa sobre seus papéis efetivos. Várias outras funções modelam hoje as Marinhas de Guerra no mundo, que, segundo o autor, principalmente a partir do final da década de 1970, passaram a incorporar uma nova concepção sobre o assunto.

É importante pontuar que, para o acadêmico, naquele momento histórico, a análise da política naval ainda se mantinha como “a Cinderela dos Estudos Estratégicos” (Booth, 2014, p. 10)¹⁷. Isso demandava a elaboração de uma teoria que comportasse todos os papéis exercidos pelas Marinhas de Guerra e sua grande variedade de funções subordinadas (Booth, 2014). Dessa investigação surgiu a trindade naval, desenvolvida pelo autor com três papéis básicos: o militar, o diplomático e o de policiamento, apresentados esquematicamente adiante (Figura 1).

Figura 1 – Os papéis de uma Marinha de Guerra



Fonte: Booth (2014, p. 16).

Essa ampla gama de funções implica na compreensão de assuntos importantes para um melhor entendimento dos papéis apresentados. Primeiramente, é necessário conhecer minimamente as possibilidades de emprego dos diferentes navios existentes. Outro aspecto está no discernimento de que toda teoria possui uma inadequação em relação à sua acomodação com a realidade. Isso acarreta a

¹⁷ O autor realiza essa analogia, pois, segundo ele, não havia um esforço acadêmico de traduzir esses novos papéis em teorias críveis de aplicação.

possibilidade do emprego de um meio, ou de uma determinada estratégia ou tática, cumprir mais de um papel, principalmente em tempo de paz. Finalmente, aceitar que cada caso empírico de aplicação dessa trindade atribui maior valor para um determinado lado do triângulo (Booth, 2014).

Avançando nas peculiaridades do papel militar há que se fazer uma distinção entre os momentos de paz e de guerra. Quando em condições de paz, a estrutura do balanço de poder precisa ser avaliada constantemente pelo Estado, comparando-se em relação a outros países. Nesse sentido, é preciso analisar como a Ordem Internacional¹⁸ está arranjada conjunturalmente. Isso é necessário para medir a capacidade de defender o território contra invasores, bem como dissuadir¹⁹ possíveis inimigos de não arriscarem uma investida bélica. Para isso, o preparo da Força Naval, com meios adequados a serem utilizados em caso de guerra, precisa contribuir para uma estratégia de Defesa mais ampla (Booth, 2014).

Segundo Booth (2014), a aplicação efetiva da força do papel militar é a função primordial de uma Marinha exercida em tempo de guerra. É necessário que ela possua condições de atender a diversos níveis dessa tarefa. No processo do uso gradativo da violência pode ser necessário: impedir um oponente de usar o mar para seus propósitos e/ou buscar o controle do ambiente marítimo para atuação dos próprios meios, bem como o de aliados. Garantir o transporte, de pessoal e de material, e empregar o poder contra alvos em terra e/ou conquistar parcela do território do oponente²⁰, também fazem parte da panóplia de atividades englobadas por esta função.

No cumprimento da tarefa de conquistar parcela de um território partindo-se do mar, a atuação do Corpo de Fuzileiros Navais²¹ como tropa expedicionária (que atua distante do território sob soberania nacional) e anfíbia (que opera na junção do

¹⁸ Para efeitos desse estudo questões regionais serão exploradas em relação a momentos de crise entre a Colômbia e outros dois países, como as disputas por estabelecimento de limites marítimos com a Venezuela e a Nicarágua.

¹⁹ A dissuasão é um conceito relacional que depende da percepção de ameaça tanto de quem aplica como de quem sofre a ação dissuasória. Quem aplica busca manter o “*status quo*” de não utilização efetiva da violência, esperando que o dissuadido não faça o uso da força para alterar a situação política de não guerra.

²⁰ No cumprimento da tarefa de conquistar parcela de território partindo-se do mar, a atuação de militares especializados nesse ambiente anfíbio (operar na junção do mar com a terra) é fundamental. Os fuzileiros navais são a tropa dedicada a essas operações.

²¹ Segundo Correa e Soares (2017), o Corpo de Fuzileiros Navais é uma tropa especializada na execução de operações em terra, proveniente do mar (anfíbia). Em geral, sua atuação se enquadra em uma campanha de maior vulto, conduzida por uma Força Naval. Historicamente, compõe a Marinha de Guerra dos Estados.

mar com a terra) é fundamental. Seus meios precisam ser adequados ao embarque e desembarque de navios de guerra. Essa característica estrutura o “conjugado anfíbio”. Ou seja, são necessários navios adequados ao transporte do componente que projeta seu poder sobre a terra (Correa; Soares, 2017).

O papel diplomático possui íntima relação com o militar. Com efeito, suas funções concretizam a utilização das Marinhas de Guerra, que possuem relevância na Ordem Internacional, como instrumento de Política Externa em tempos de paz (Booth, 2014). Por esse ângulo há três objetivos principais: a negociação pela força²², que trabalha tanto as relações com seus adversários como com seus aliados, a manipulação, onde não há a ameaça declarada de utilização da violência, mas se utiliza da presença da Força Naval para buscar objetivos políticos, e o prestígio, que trabalha com percepções tanto internas quanto externas ao Estado sobre a eficiência, a eficácia e a efetividade do braço armado estatal no mar (Booth, 2014).

O papel de policiamento receberá maior atenção nesse estudo, em detrimento dos outros quesitos (militar e diplomático). Isso porque, quando uma Marinha de Guerra se volta para objetivos deste papel de forma preponderante ao longo de tempo, negligenciando os outros dois, que são suas atividades finalísticas precípuas, percebe-se um processo de policialização da Força Naval²³. Os dois principais objetivos do papel de policiamento da trindade naval são a responsabilidade de guarda costeira e a construção da nação. “Essas funções raramente estão preocupadas com as Forças Armadas de outros Estados” (Booth, 2014, p. 16, tradução nossa)²⁴.

As responsabilidades de Guarda Costeira são as mais importantes do papel de policiamento, e podem ser realizadas por uma instituição distinta da Marinha de Guerra²⁵ ou dividir responsabilidades com esta. As ações dessa função estão ligadas à presença constante nas águas jurisdicionais, à garantia de utilização dos recursos do mar e do solo marinho e à manutenção da “boa ordem no mar” em tempos de paz. O esquema de Till (2009) apresenta como as Marinhas de Guerra no mundo (*Navy*)

²² Cabe destacar que o limite entre o balanço de poder do papel militar, e a negociação pela força do papel diplomático são difíceis de se estabelecer. Essa dificuldade de delimitação mostra como há uma ligação estreita entre esses dois papéis.

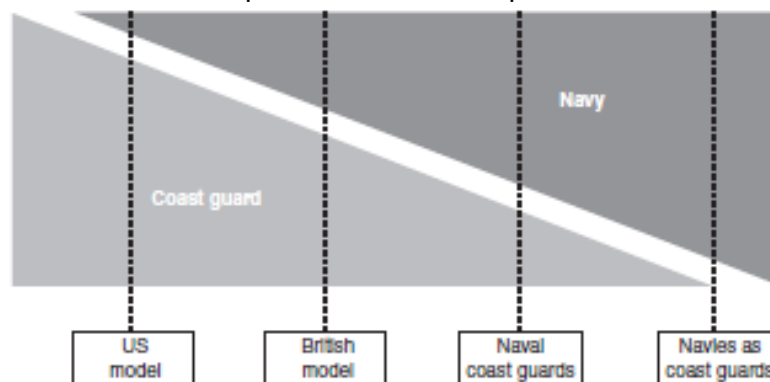
²³ Há também Marinhas de Guerra que nascem com um caráter eminentemente policial. Ou seja, desde sua origem já buscam esse papel como função principal da instituição.

²⁴ Do original: “These functions are rarely concerned with the armed forces of others states”.

²⁵ Como exemplos importantes tanto os EUA (*US Coast Guard*) como o Reino Unido (*HM Coast Guard*) possuem instituições diferentes para atuar nessas funções.

executam tarefas ligadas à função de guarda costeira (*Coast Guard*). Esse diagrama (Figura 2) mostra que Forças Navais de grande envergadura, no caso abaixo a *US NAVY* (Marinha de Guerra dos EUA – *US MODEL*) e a *ROYAL NAVY* (Marinha de Guerra do Reino Unido – *BRITISH MODEL*), buscam não comprometer seu braço armado no mar com funções desse tipo.

Figura 2 – Modelo de visão do Papel de Policiamento pelas Marinhas de Guerra no Mundo



Fonte: Till (2009, p. 315).

Apesar de estar contido dentro do papel de policiamento, mais especificamente na função de guarda costeira, Booth (2014) não trabalhou de forma mais profunda a questão da “boa ordem no mar”, e quais seriam as tarefas atinentes a esse conceito. Essa terminologia, fundamental ao papel de guarda costeira, foi especificada pelo trabalho de Till (2009). O acadêmico divide essa concepção em cinco campos de análise: o mar como recurso, como meio de transporte, como meio de intercâmbio de informação, como meio de domínio e como ambiente. Como recurso são destaques o petróleo e a pesca existente nos oceanos, lagos e rios. Como meio de transporte se faz necessário defender e fiscalizar o tráfego marítimo e suas cargas contra fenômenos como conflitos locais, terrorismo, tráfico de drogas²⁶, pirataria e outros tipos de cargas ilícitas, além de imigrações clandestinas. Em relação ao intercâmbio de informações, deve se verificar a complexidade da intrincada rede de cabos submarinos de comunicação existentes que interligam o mundo (Till, 2007).

Passando para a função de construção da nação há uma contribuição relevante das Forças Navais na manutenção da estabilidade e do desenvolvimento interno do Estado. Nesse sentido, ocorre o envolvimento da Marinha de Guerra no

²⁶ Os conceitos de terrorismo e tráfico de drogas, por serem importantes para as análises do trabalho, são sucintamente debatidos e ampliados em item específico deste capítulo.

auxílio a catástrofes naturais, no gerenciamento de instabilidades políticas do governo e de crises e conflitos internos, muitas vezes empregando-se os Corpo de Fuzileiro Navais contra ameaças internas. “Por razões geográficas óbvias, essas funções não podem ser desenvolvidas em grande escala por Marinhas” (Booth, 2014, p. 18, tradução nossa)²⁷. Booth (2014, p. 18, tradução nossa) resume o papel de policiamento da seguinte forma:

O papel do policiamento costeiro não parece muito atraente como missão àquelas marinhas que o jargão descreve como de “águas azuis”. No entanto, para mais de um terço das marinhas, as responsabilidades de guarda costeira e de construção da nação representam a extensão de suas funções (e ambições). Os governos dos países onde isso ocorre ou não percebem uma ameaça naval externa, ou não têm capacidade de corresponder a uma. A defesa de suas fronteiras marítimas é, portanto, amplamente dependente da estabilidade internacional geral²⁸.

Com isso, após uma visão ampla em relação à finalidade das Marinhas de Guerra, são necessárias algumas considerações sobre sua composição, que possibilitem maximizar a capacidade interpretativa sobre a policialização de uma Força Naval. Isso proporciona uma maneira de analisar a Marinha da Colômbia, tanto em relação aos papéis e finalidades que cumprem para o Estado, quanto à configuração dos meios utilizados para atingir esses objetivos. Quando se investiga estruturalmente uma Força Naval, concernente aos meios que a compõem, põe-se diante do desafio de classificá-la de alguma maneira. Cabe aqui apresentar o paradigma escolhido e os motivos para sua seleção.

Morris (1987) apresenta uma proposta que se encaixa neste trabalho por diversos motivos. Em *Expansion of third-world navies*, o autor busca desenvolver uma metodologia que possibilite classificar mais de 120 Marinhas de Guerra consideradas do Terceiro Mundo²⁹. Em 10 de dezembro de 1982 foi assinado em Montego Bay, Jamaica, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM), acordo

²⁷ Do original: “For obvious geographical reasons, these functions cannot be performed on an extensive scale by navies”.

²⁸ Do original: “The coastal policing role is not likely to appeal as an importante mission to those navies which the jargon describes as ‘blue-water’. However, for over one-third of the world’s navies, coast guard and nation-building responsibilities represent the extent of their functions (and ambitions). The governments of countries where this is so either do not perceive an external naval threat, or they have no capability to match one. The defence of their maritime frontiers is therefore largely dependent on general international stability”.

²⁹ O autor considerou como Terceiro Mundo basicamente os países da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, com exceção de China, África do Sul, Israel e Austrália. O Quadro 6 apresenta a relação de todos os países considerados no estudo.

considerado fundamental pelo acadêmico em sua análise. A partir desse tratado, abriu-se o debate internacional sobre questões em torno dos limites marítimos dos Estados. Isso possibilitou que graus de soberania e exploração de recursos passassem a obedecer a um regramento internacional sobre cerca de 35% da área oceânica do planeta (Morris, 1987).

Esse processo de delimitação das águas jurisdicionais a partir do início dos anos 1980 contribuiu para a criação, e alteração, na constituição de diversas Marinhas de Guerra no mundo. A necessidade desses países em defender suas áreas marítimas originou conflitos e agravou rivalidades entre Estados³⁰. Essa nova conjuntura desencadeou, em certas regiões, corridas armamentistas no ambiente marítimo. Com efeito, potências navais, manipulando seus interesses político-estratégicos, aumentaram consideravelmente o fornecimento de meios a países aliados sem Marinha, ou com esta força deficiente. Isso gerou mais uma forma de dependência entre os Estados mais desenvolvidos tecnologicamente, face aos industrialmente atrasados (Morris, 1987)³¹.

Morris (1987) também desenvolve uma concepção sobre os papéis específicos das Marinhas de Guerra do Terceiro Mundo. Algumas características são apontadas por ele como importantes para essas Forças Navais, como o foco na Zona Econômica Exclusiva (ZEE)³² de cada Estado. Nesse sentido, a configuração dos meios busca uma relação de compromisso entre a defesa contra ameaças externas e a proteção da ZEE. Na visão do autor, as Marinhas terceiro-mundistas se debruçam principalmente no patrulhamento costeiro e na defesa territorial da ZEE, enquanto Potências Navais procuram assegurar rotas marítimas seguras e empregar Esquadras em áreas distantes do seu território (Morris, 1987).

A classificação de Morris (1987) considerou dados quantitativos e qualitativos das Forças Navais do Terceiro Mundo³³. A principal base de dados do autor foi a

³⁰ Como já comentado, neste trabalho são abordadas as questões de disputas marítimas entre a Colômbia com a Venezuela e com a Nicarágua.

³¹ Morris (1987) destaca que esse processo não foi homogêneo, pois acompanhou os ciclos de independência dos países subdesenvolvidos.

³² Em linhas gerais, a ZEE é uma distância de 200 milhas náuticas (cerca de 370 Km) a partir da costa, que vai além das águas territoriais, distante 12 milhas (cerca de 12 Km) da costa. Nesta faixa cada país costeiro tem prioridade para a utilização e proteção dos recursos naturais do mar. Além da exploração e gestão dos recursos naturais, o país costeiro exercerá nesta zona a jurisdição no que concerne ao estabelecimento e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas e investigação científica marinha (CBIE, 2020).

³³ O Quadro 7 apresenta a distribuição dos Estados dentro da classificação de Morris (1987).

publicação inglesa especializada *Jane's Fighting Ships*³⁴, que também é importante sustentáculo de informações para as avaliações da Marinha da Colômbia neste trabalho. Características como tipo, tamanho e tonelagem dos meios, armamento e tecnologia embarcada foram considerados para a categorização realizada (Morris, 1987).

Dessa forma, Morris (1987) divide as Marinhas de Guerra do Terceiro-Mundo em 6 níveis³⁵. O grau mais baixo constitui as Marinhas representativas, que são apenas simbólicas para o Estado, mas sem capacidade efetiva. Na segunda categoria se encontram as Marinhas de policiamento que só exercem funções de guarda costeira e outras voltadas a questões internas. Os níveis três e quatro são orientados à defesa costeira e litorânea, variando no alcance de seus navios. As posições 5 e 6 apresentam certa capacidade de projetar força pelo mar, com a diferença de atuação em águas adjacentes (nível 5) ou águas oceânicas regionais (nível 6) (Morris, 1987).

Mais de 60 marinhas estudadas possuem apenas capacidades simbólicas, e somente três estão no nível 6 de classificação: Brasil, Argentina e Índia. A Colômbia é colocada como de categoria 4 (Morris, 1987). O autor analisa a situação dos meios navais com a base de dados final de 1986 do *Jane's Fighting Ships*, mesmo ponto em que se inicia o recorte temporal deste estudo. Isso proporciona um significativo ponto de partida para as análises realizadas. É válido ressaltar que no estudo feito pelo autor, até o momento em que realizou sua investigação, a queda de avaliação de uma Marinha de Guerra era incomum:

Há casos raros de declínio na classificação como a Indonésia pós-Sukarno e o Irã pós-Xá, na maioria das vezes ligados a mudanças nas políticas internas e externas e não parecem ser alterações de duração prolongada (Morris, 1987, p. 51-52, tradução nossa)³⁶.

Dessa forma, o processo de policiamento é analisado sob duas perspectivas. A primeira em relação à finalidade, ou seja, o papel das Marinhas de Guerra baseado na estrutura teorizada por Booth (2014). As funções de guarda costeira e construção da nação, mais especificamente os objetivos de combate ao tráfico de drogas e ao

³⁴ O autor considerou 12 edições da publicação com intervalos de 5 anos entre 1945 e 1970 e de 2 anos entre 1970 e 1986 (Morris, 1987). Como se pretende olhar especificamente a ARC, não se realizou estes saltos. Utilizou-se o máximo de publicações encontradas, cruzando dados oficiais disponibilizados pela Colômbia.

³⁵ O Quadro 15 apresenta a Classificação de Marinhas de Guerra segundo Morris (1987).

³⁶ Do original: "Rare cases of naval decline, such as post-Sukarno Indonesia and post-Shah Iran, have rather been linked to domestic and foreign policy changes and do not seem likely to be protracted".

terrorismo, são investigadas como temas que ganham relevância para a Força Naval colombiana ao longo de tempo. O outro ângulo é a respeito dos meios. Aqui a classificação de Morris (1987) é tomada como referência.

Esse tipo de análise se baseia na concepção de verificar os meios e os fins dentro de uma determinada estratégia. Para Wedin (2015, p. 136), “sem meios, não há vias estratégicas, logo, não há objetivos políticos possíveis”. Na estruturação de meios de uma Marinha de Guerra que necessita cumprir todos os papéis da trindade naval de Booth (2014) é preciso equilíbrio, respeitando as características de cada Estado³⁷.

Os navios voltados para política externa, desde a paz até a guerra declarada, basicamente os papéis diplomático e militar, normalmente são onerosos e com logística e tecnologia complexas. Isso resulta, com frequência, em possuir uma quantidade menor desses meios. Por outro lado, aqueles dedicados a outras ameaças, representadas pelo cumprimento do papel de policiamento³⁸, demandam menos recursos, logística e tecnologia embarcada. Consequentemente, há possibilidade de uma maior aquisição desses navios (Wedin, 2015).

Em seu tratado, Coutau-Bégarie (2010, p. 77), afirma que “a estratégia converte a ação própria da força em ação instrumental a serviço da política”, ou seja, a finalidade política conduz o emprego da força. Para fazer a conexão entre meios e fins o autor recorre, novamente, às palavras de Clausewitz (1955, p. 67 *apud* Coutau-Bégarie, 2010, p. 77) “não se pode conceber o meio independentemente do fim”.

Portanto, examinar uma Marinha de Guerra pelos aspectos da constituição dos meios, observando os fins aos quais são aplicados, proporciona sólida construção teórica para um processo como o de policialização. Analisando a finalidade de uma Força Naval, dois fenômenos multifacetados realizam a intermediação entre o processo de policialização da Armada da República da Colômbia (ARC) com o estabelecimento da Estratégia de Segurança dos EUA e o incremento de poder das FARC-EP: o narcotráfico e o terrorismo. Assim, é preciso tratar desses conceitos, apresentando qual é a visão abordada pelo estudo.

³⁷ Wedin (2015) analisa essa questão por meio da concepção de equilíbrio entre *HIGH* e *LOW*, onde *HIGH* seriam meios voltados para o papel militar-diplomático e *LOW* aqueles dedicados ao papel de policiamento.

³⁸ Lembra-se que essa classificação é permeável, pois existem pontos cinzentos onde é difícil categorizar se a ameaça se enquadra no papel militar-diplomático ou no de policiamento.

2.2 O Narcotráfico

Segundo Games (2018), o Narcotráfico é um sistema que correlaciona atores e ações comerciais de substâncias psicotrópicas taxadas como ilegais pelo Estado, com o propósito de obter retorno econômico. Sua operacionalização proporciona alta rentabilidade, e sua exploração constitui um tipo específico de crime organizado. Quanto mais elementos no processo (dispersão ou concentração territorial de produção, número de atores atuantes no sistema, controladores do capital e do negócio e outros), maiores são os custos da produção.

Nesse sentido, em que pese sua ilicitude, os diversos tipos de drogas são vistos como um ativo rentável, mesmo que demandem a sua administração por redes organizadas sobre um sistema marginal aos mercados formais. May (2017 *apud* Games, 2018, p. 646) registra que em 2017 na Colômbia o preço do quilo da cocaína variava de “2.200 dólares no lugar de produção”, chegando a “24 a 27 mil dólares quando entra no EUA”. Isso representa um incremento de 991% a 1.127% no valor final do produto para consumo, demonstrando a atratividade do empreendimento ilegal, que envolve um conjunto de “produtores, importadores, atacadistas, distribuidores, varejistas e consumidores” (Games, 2018, p. 647).

Países onde há alta atração da população para o Narcotráfico acabam proporcionando às organizações que se envolvem nesse tipo de comércio “capacidade regulatória sobre muitos espaços e transações da sociedade, inclusive como alternativa às instituições” (Games, 2018, p. 647). Com isso, essas entidades muitas vezes substituem o Estado em suas atribuições típicas, como estabelecimento da ordem local e outras demandas sociais. Cabe também ressaltar que há parcela desse sistema que representa uma ameaça maior à regulação e ao controle estatal, como o narcotraficante que realmente se envolve com o comércio. Por outro lado, existem setores, como o sistema financeiro apoiador desse mercado, com ferramentas que permitem sua coexistência entre o legal e o ilegal. Isso proporciona condições flexíveis de relação com órgãos e instituições de governo (Games, 2018).

Usando o pensamento de Souza (2004 *apud* Games, 2018, p. 648), Games defende que o narcotráfico é um fenômeno informal que se articula interativamente com o restante da sociedade formal, tendo em vista que: “um sistema ilícito como o tráfico de drogas não poderia sobreviver sem a cooperação de setores organizados da sociedade, em uma relação simbiótica entre a economia lícita e a ilícita”.

Olhando para a intrincada rede que movimenta o narcotráfico, Rodrigues (2012) entende que adotar a proibição das drogas produz um cenário de guerra nos países que tratam essa questão baseados na sua ilegalidade. Nesse contexto, há a participação de diversos atores no conflito “Estados, empresas de narcotraficantes, grupos armados e forças sociais” (Rodrigues, 2012, p. 13). Dessa forma, para o acadêmico, não há como o investigador alcançar uma forma de solução plausível que extermine, ou ao menos minimize significativamente, o tráfico de drogas como fenômeno existente.

Na busca por um ponto histórico de origem do Narcotráfico, colocando a referência no combate dos EUA às drogas como uma questão central de sua política externa, Rodrigues (2012, p. 16) defende que o começo da análise gira em torno do início dos anos 1980: “O foco recairá sobre o momento em que o tráfico de drogas emerge como força sociopolítica importante na América Latina, na passagem dos anos 1970 para os 1980”.

Até o período apontado, as iniciativas estadunidenses estavam mais voltadas à atuação da proibição interna, como o *Food and Drug Act* de 1906, o *Harrison Narcotic Act* (1914) e a *Marijuana Tax Act* (1937). A própria aprovação da Lei Seca no país, em 1919, e sua posterior revogação, em 1933, também fazem parte do arcabouço normativo doméstico no controle de entorpecentes (Rodrigues, 2012). Essa política ganhou envergadura com Richard Nixon, que “ainda em 1972, em um pronunciamento [...] identifica os psicoativos ilícitos como inimigos nº 1 da América e [...] declara guerra às drogas” (Rodrigues, 2012, p. 42)³⁹.

Rodrigues (2024) apresenta o que chama de “lei da Economia Política do Narcotráfico”, ressaltando que isso não constitui uma normativa engessada, mas viabiliza uma forma de análise do fenômeno. Primeiramente é preciso considerar que o tráfico de drogas obedece à lógica da oferta e da procura, constituindo-se em um produto inelástico. Ou seja, o incremento no preço, não gera, necessariamente, queda considerável na sua demanda.

Outra regra é o “efeito balão”. Esse processo ocorre quando se busca combater, principalmente por meio da força, a produção e o transporte de drogas ilícitas. O resultado dessas ações, normalmente, são acomodações em relação aos espaços utilizados na cadeia de produção e à centralização, ou descentralização, de

³⁹ O histórico desse processo a partir do recorte temporal do trabalho (1986-2016) é abordado nos capítulos posteriores.

atores envolvidos, o que levam ao aumento da violência, face à disputa por controle do mercado. Além dessas características, também há uma tendência de concentração de esforços sobre os agentes em condições socialmente vulneráveis, por serem desprovidos de capacidade de resposta frente às ferramentas estatais de controle (Rodrigues, 2024).

O objetivo deste estudo não é detalhar ou debater questões mais complexas sobre o narcotráfico, mas utilizá-lo como variável interveniente que associe as variáveis independentes com as dependentes. Dessa forma, cabe adotar como pressuposto o fato de que o tráfico de drogas compõe uma rede violenta de diversos atores e se constitui em um procedimento proibido pelo Estado. Outro aspecto é a sua alta lucratividade, mesmo sendo um comércio ilegal. Essa situação demanda do Estado manter um aparato que enfrente essa problemática de forma repressiva, com o objetivo de diminuir substancialmente ou, se possível, eliminar o fenômeno da sociedade. Cabe agora apresentar como o terrorismo é entendido para o exame.

2.3 O Terrorismo

Impor determinações a outras pessoas é um ato que demanda, dentre outras ferramentas, a manipulação dos sentimentos do ser humano. O terror é uma dessas sensações utilizadas para convencer. Esse conceito é definido gramaticalmente como uma “qualidade do que é terrível, do que causa pavor, medo extremo” (Terror, 2023). Transformar essa emoção em ferramenta que proporcione um instrumento de busca ou de manutenção do poder não é tarefa simples. Identificar tanto aquele que aterroriza quanto o que vivencia o pavor é capital para essa dinâmica, e o Estado se tornou o principal referente para conceituar o terrorismo (Rodrigues, 2013).

Rodrigues (2013) demonstra que o ator que executa o ato terrorista pode ser considerado um criminoso ou um herói pelo Estado, “aqueles que para alguns são terroristas, para outros são guerreiros da liberdade” (Saint-Pierre, 2018, p. 995). Na Segunda Guerra Mundial (II GM), durante a ocupação alemã da França, a resistência montada por nacionais, e diversos outros estrangeiros⁴⁰ que se opunham ao nazismo,

⁴⁰ Dentre os componentes da resistência francesa havia inclusive não nacionais, como armênios, romenos, poloneses, húngaros e espanhóis, que ao final da II GM foram inclusos no “Panteão de Heróis” e agraciados, inclusive postumamente, com a “Medalha da Resistência” (Rodrigues, 2013, p. 204).

era apontada como grupo terrorista pelo governo fantoche de Vichy. Seus componentes foram vistos como heróis com o término da guerra.

Moreno (2020) concorda que explorar emoções como variáveis em campos do conhecimento, como a ciência política e as relações internacionais, é complexo. Isso porque há uma racionalidade que orienta o conteúdo dessas cátedras. Ele procura compreender o “governo do medo” como uma construção coletiva. Colocando em pauta a representatividade dos atentados ao *World Trade Center* e ao Pentágono em 2001. O autor centraliza o debate nos EUA e em seu combate ao terrorismo como questão de Defesa Nacional a partir do início do terceiro milênio.

A amplitude que representa as ações baseadas no terror pode abranger desde “a morte de milhares de pessoas em poucos minutos” (Rodrigues, 2013, p. 215) ou a execução de apenas uma⁴¹, mas a direção para a análise ainda é o Estado. Isso fica mais evidente quando tanto o presidente dos EUA, grande potência mundial, quanto o líder da Al-Qaeda, grupo insurgente que não representa um Estado específico, concordam que estão em meio a um “Choque de Civilizações”⁴². A “Guerra ao Terror” de George W. Bush e a *Jihad* (Guerra Santa) de Osama Bin Laden usavam, em certa medida, o medo como forma de intimidação do oponente para atingir seu objetivo político⁴³. A primeira defendendo seu Estado, a outra o atacando em prol de suas convicções religiosas (Rodrigues, 2013).

Para Moreno (2020), esse processo de universalização do terrorismo se deve à interconexão do mundo proporcionada pela globalização. Isso colocou em confronto não somente sistemas econômicos, legais ou ilegais, mas também culturas. A Estratégia Nacional de Segurança dos EUA, pós-11 de setembro de 2001, justificava o combate ao terrorismo baseada no fato de seus opositores não adotarem a democracia e o livre mercado como valores orientadores do Estado. A partir desse momento, a estratégia de contenção⁴⁴, empregada desde o final da II GM, passava

⁴¹ Rodrigues (2013, p. 215) apresenta como exemplos “a execução de Jean Charles de Menezes [...] num metrô em Londres” e a morte de “Bin Laden, numa casa no Paquistão”.

⁴² Termo que Samuel Huntington defendeu em sua obra que dividia o mundo em civilizações com Estados-núcleos orientadores (Rodrigues, 2013).

⁴³ Em entrevista à TV Al-Jazeera em 20 de outubro de 2001, Bin Laden reforçou que defendia sua civilização contra os EUA, negando ser um terrorista e sim um defensor da *umma* (o mundo islâmico), acusando Bush de terrorismo em virtude de sua cruzada contra as convicções que moviam o líder da *Al-Qaeda*, e que passaram a conduzir a suposta “Guerra ao Terror” do presidente estadunidense (Rodrigues, 2013).

⁴⁴ A Estratégia da Contenção foi desenvolvida por George Kennan e se baseava na manutenção de um equilíbrio de poder entre regiões do mundo, evitando ações militares estadunidenses dentro

para uma postura de preempção⁴⁵ que legitimou a invasão ao Iraque em 2003 na busca por armas de destruição em massa, que não foram encontradas.

Rodrigues (2013), explorando pressupostos de Bourdieu, argumenta que a “Guerra ao Terror” também representa a constante busca pelos EUA de seu “Destino Manifesto”. Tendo como base a reafirmação da democracia, sendo o caminho das luzes e da razão, que constitui um direito universal dos Estados. Dessa forma, se confirma a centralidade do Estado na definição de terrorismo. Deste ponto inicial, outras características são importantes para se entender o fenômeno e utilizá-lo como ferramenta de análise na conjuntura colombiana.

Sendo um conceito baseado no medo, consequentemente atuando no psicológico humano, o terrorismo procura criminalizar o inimigo que emprega ações ditas irracionais. Ou seja, de um lado se alimenta o ódio, do outro o pavor (Saint-Pierre, 2018). Há a tentativa de convencer a sociedade de que o Estado é vítima, ou culpado, de arbitrariedades que extrapolam o aceitável do emprego da violência no alcance de objetivos políticos. Essa subjetividade resultou, até 2013, na tentativa de definir o termo em “12 convenções internacionais, além de diversas normativas nacionais [...] por países como os Estados Unidos e o Reino Unido” (Rodrigues, 2013, p. 210).

Após os atentados de 11 de Setembro de 2001, a legislação estadunidense foi reorientada a partir do *US Patriot Act*, assinado em 26 de outubro de 2001, que definiu terrorismo como “(a) atos violentos ou ameaçadores à vida humana que são uma violação da lei criminal dos Estados Unidos ou de qualquer Estado, ou que pode ser uma violação se cometida na jurisdição dos Estados Unidos ou de qualquer Estado; (b) [atos] que tencionem (i) intimidar ou coagir uma população civil, (ii) influenciar a política de um governo por meio de destruição em massa, assassinato ou sequestro” (*US Patriot Act*, 2001, § 2331) (Rodrigues, 2013, p. 211).

Meschoulam (2020) também reconhece que definir terrorismo e distingui-lo de outros tipos de agressão é muito subjetivo. Utilizando o estudo de 1988 de Schmid e Jongman, o autor apresenta as palavras violência, força, política, terror, ameaça, psicológico, e suas variantes, como as de maior incidência nas tentativas de conceituação. Esse esforço teórico normalmente resulta em abstração, que possibilita

desses territórios. A intenção era somente conter a expansão de Estados poderosos para além desses limites, principalmente a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Mendes, 2019).

⁴⁵ A concepção de preempção adotada pós 11 de setembro de 2001 autoriza um ataque preventivo a um Estado que ameace a segurança dos EUA, principalmente em virtude da possibilidade de ações julgadas terroristas pelos estadunidenses (Moreno, 2020).

enquadrar uma multiplicidade de crimes. A descrição do *US Patriot Act* utiliza 3 desses vocábulos (violentos, ameaçadores e política), e mantém a linha de intangibilidade peculiar do termo. Fato é que a busca por construir um entendimento universal de terrorismo geralmente condena o inimigo de algo inescusável. Além disso, a ação em si não é o principal objetivo que, na realidade, tenta “retirar a capacidade de combate e a vontade de resistir do inimigo” (Saint-Pierre, 2018, p. 998).

Outro ponto importante é o efeito concreto da criminalização dos agentes terroristas. Quando se consegue o efeito de pavor na sociedade, onde se instala o sentimento ameaçador de insegurança, diversas ações de controle como declarações de estado de sítio, restrições de liberdade, intervenções militares maciças e demais ações de exceção são autorizadas (Meschoulam, 2020). Esse processo pode resultar na aceitação de práticas inquisitórias como a tortura (Moreno, 2020). Assim, condenar antecipadamente o inimigo é a principal finalidade do terrorismo, onde a ação em si não é o foco, mas sim um objetivo político mais profundo.

Saint-Pierre (2018, p. 993) possui uma explicação para o emprego político desse fenômeno tanto pelo Estado, como por outros atores:

Pela simplicidade operativa, baixo custo, efeito devastador, potencial comunicativo e facilidade de internacionalização, os atos terroristas tornam-se uma alternativa tentadora para manifestar o ódio por parte de grupos fanáticos ou de expressão bélica *legítima* para grupos oprimidos ou regiões militarmente invadidas.

O objetivo político do terrorismo pode estar delimitado por fronteiras, muitas vezes busca-se desmembrar seu inimigo a nível mundial, estatal ou somente restrito a uma parcela étnica ou territorial específica. Com isso, Estados produzem listas de outros Estados, de grupos insurgentes, de etnias particulares que entendem compor o que se chama de “eixo do mal”. Esses supostos “grupos terroristas” seriam “inimigos do Estado”, e devem ser perseguidos a todo custo (Saint-Pierre, 2018).

As intenções de nominar um determinado grupo como terrorista são diversas. Normalmente estão ligadas a disseminar na sociedade um medo desmedido. O foco é possibilitar o emprego de técnicas violentas, que em geral são condenáveis, e suprimir a simpatia da população pelos motivos políticos do opositor. Em outras palavras, existe a intenção de alargar as ferramentas de emprego da força limitado por leis e normas, e ao mesmo tempo distanciar ideologicamente a sociedade do movimento que se pretende eliminar (Saint-Pierre, 2018).

Assim, essas características amplas do terrorismo contemporâneo são importantes para o arcabouço teórico. O fenômeno é subjetivo, abstrato e complexo. Como o narcotráfico, o terrorismo não demanda maior esforço de aprofundamento nesta pesquisa, especificamente, pois possui a função precípua de conectar as variáveis para a análise do objeto. Sua referência está centrada no Estado, que busca resultados psicológicos na sociedade com consequências políticas contra os adversários. A seguir, é necessário expor como a dinâmica interna colombiana estrutura a conjuntura do exame.

2.4 O Estado de Violência

Em sua origem, os conceitos de guerra e de paz possuem uma fronteira cuja delimitação data da Antiguidade Clássica. Nesse período, a frase dita pelos mensageiros atenienses aos mélios na Guerra do Peloponeso, descrita por Tucídides (2001, p. 348) (460 a.C.-400 a.C.) – “os fortes exercem o poder e os fracos se submetem” –, apresenta uma noção de que há uma categorização bem delimitada de quem possui e quem não possui condições para impor sua vontade por meio da força.

Dreifuss (1993, p. 56), fazendo uma leitura de Weber, reafirma o Estado como ator principal, praticamente exclusivo, para utilização da força:

O Estado, portanto, passa a “conter” um “resumo” da acumulação histórica e institucional de força (quando não de poder, em termos da sua “natureza prática”) e da centralização de sua pré-disposição e efetivo emprego.

Ao final do século XX e início do século XXI, questões transnacionais e subnacionais retiraram, progressivamente, a capacidade de certos Estados de serem fiadores do uso da força, conseqüentemente, de agentes que decidem pela guerra ou pela paz. O atual mundo nuclear, onde Estados detentores dessa tecnologia em larga escala possuem a capacidade de extermínio absoluto do mundo, respeita uma lógica diferente da observada até o final da II GM (1939-1945). Hoje, a possibilidade do embate direto entre Forças Armadas de grandes potências coloca em risco a própria existência da humanidade. Dessa forma, as “ditas” novas ameaças como o narcotráfico, o terrorismo, as guerras civis e outros conflitos de baixa intensidade, são cada vez mais frequentes (Gros, 2009). Na Colômbia, a lógica desse processo possui características singulares.

A noção tradicional de um ente provido de soberania plena dentro de um território delimitado chegou a ser afetada na Colômbia dentro do recorte temporal desta investigação. Como já ressaltado na introdução, em 1998, o governo do presidente Andrés Pastrana iniciou um processo de paz com as FARC-EP. Esse movimento foi acompanhado pela demarcação de uma Zona de Distensão de 42.000 Km², onde tropas das Forças Armadas do país não poderiam atuar. Além disso, o grupo insurgente iniciou uma ofensiva armada que utilizou este território como base logística. Isso demonstra que o Estado, dentro daquele espaço específico, não possuía plena soberania naquele momento (Leongómez, 2006)⁴⁶.

Na visão de Gros (2009), os atores clássicos da guerra, como o militar uniformizado, estariam perdendo espaço nos conflitos para terroristas, chefes de facções, mercenários, engenheiros de informática, entre outros. Adicionalmente, outros fatores são as alterações do ambiente do conflito, utilizando-se, inclusive, dos grandes centros urbanos e a alta taxa de migrações populacionais. Os civis, não envolvidos no conflito diretamente, acabam sendo as maiores vítimas nessa permeabilidade entre paz e guerra, definições que perdem seu sentido progressivamente no atual contexto de desestruturação dos Estados nos séculos XX e XXI (Gros, 2009).

A esse fenômeno, em que conduzir a guerra e celebrar a paz se misturam, tornando-se uma zona cinzenta com fronteiras de difícil delimitação, Gros (2009, p. 229) chama de Estado de Violência, que possui características próprias:

Conceito por provisão, que se sustenta pela ficção filosófica de um fim da guerra, o estado de violência conhece princípios específicos de estruturação: princípios de estouro estratégico, de dispersão geográfica, de perpetuação indefinida, de incriminação, que todos se opõem ao estado de guerra. A guerra era pública e centralizada. Ela se organizava segundo estruturas hierarquizadas e piramidais de comando. Os estados atuais de violência parecem relativamente anárquicos e privatizados.

Com isso, percebe-se um espalhamento territorial dos conflitos, em que microrregiões dentro de Estados tradicionais, como diversas regiões dentro da Colômbia, vivenciam condições de constante violência extrema. Existe grande dificuldade em se distinguir os combatentes da população. O ambiente de hostilidade

⁴⁶ O presidente Pastrana chegou a comparecer em uma reunião dentro do território neutro que haveria a participação do líder das FARC-EP, Manuel Marulanda. O objetivo era oficializar um processo de pacificação entre a insurgência e o Estado, porém Marulanda não compareceu, enviando somente uma carta com as exigências do movimento (Pécaut, 2010).

é constante e sem perspectiva de se encerrar. Não é uma simples volta ao Estado de Natureza de Thomas Hobbes (1588-1679). Além da crueldade intrínseca a essa situação, há como principal fator a complexidade contemporânea das relações humanas interconectadas, em virtude da globalização mundial. Isso diferencia a atual situação da gênese do Estado de Natureza do contratualista (Gros, 2009).

Os sentidos que o realismo e o liberalismo atribuem, cada um à sua maneira, à guerra justa, perdem a padronização no Estado de Violência. A própria ciência que se dedica à compreensão e ao estudo da guerra, a polemologia, encontra grande dificuldade de conceituar esse fenômeno nos dias de hoje. O que se explora não é mais o espírito guerreiro para o recrutamento, mas a fragilidade social de miseráveis, de crianças e de mulheres. Existe uma busca constante em tentar separar a história de Estados considerados falidos e de Estados ditos “prósperos”, mas com passado construído por guerras e dominação (Gros, 2009).

Outro atributo do Estado de Violência é a diferença de como se enxerga a morte, fundamentado em três vertentes basilares: o terrorismo, os grupos armados subnacionais/transnacionais e os ataques cirúrgicos com armamento de alta tecnologia⁴⁷. Há um ponto em comum entre esses fenômenos: o fato de que o prejuízo maior recai sobre aqueles que não estão envolvidos diretamente com os embates do Estado de Violência, banalizando a perda de vidas civis (Gros, 2009).

Os agentes desse Estado de Violência também evidenciam mais uma variação em relação às definições inflexíveis de guerra e de paz. A figura do mercenário contratado por companhias de segurança privada, seja para políticos, empresas, latifundiários ou para treinamento de facções armadas, é um aspecto complicador. Estes mercenários, com grande experiência prática, buscam boa remuneração em virtude de sua capacidade adquirida em conflitos reais. Outros atores são os integrantes de grupos paramilitares⁴⁸ e insurgentes, que não caracterizam combatentes estatais tradicionais (Gros, 2009).

⁴⁷ Na Colômbia esses ataques foram utilizados para neutralizar membros do secretariado das FARC-EP. Um dos principais líderes do grupo, Raul Reyes, foi morto por um bombardeio de alta precisão, inclusive fora do território colombiano na fronteira com o Equador (Santos, 2019).

⁴⁸ Na Colômbia o paramilitarismo é um fenômeno que efetivamente possui muita força. Esse tipo de estrutura resultou em acordos de desmobilização desses grupos com o Estado durante o governo de Álvaro Uribe Velez (2002-2010). Em dezembro de 2002 iniciaram-se conversações que resultaram, em julho de 2005, na Lei de Justiça e Paz, que, sob forte questionamento da sociedade, anistiou uma parcela expressiva desses grupos (Ospina, 2010).

As atuações de insurgentes e de paramilitares desafiaram a capacidade do Estado de exercer o monopólio da força no período do recorte temporal do trabalho na Colômbia. Os dois principais grupos insurgentes que efetuaram pressão no governo nesse período foram as FARC-EP e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Em contrapartida, os paramilitares, como as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), maior organização desse tipo no país, também efetuaram atrocidades contra a própria população não envolvida no conflito interno.

A grande maioria dos insurgentes e dos paramilitares atuava preponderantemente na área rural, sua presença nas cidades se limitava a incursões específicas. As ações urbanas tinham, normalmente, os objetivos de desestabilização do Estado ou financiamento dos movimentos, fazendo o uso de atos considerados terroristas (por exemplo, sequestros para aporte de recursos por meio do pagamento de resgates). O recrutamento de seus integrantes era composto, majoritariamente, de jovens camponeses, inclusive mulheres, utilizando-se de motivações políticas, promessas salariais, admiração por armas e alistamento forçado (Leongómez, 2006; Saab; Taylor, 2009).

Dessa forma, cabe destacar que a dinâmica dos conflitos entre o Estado e os grupos insurgentes e paramilitares na Colômbia recebeu conceitos dos mais diversos. Leongómez (2006), no título de sua obra, enquadra essa situação como se houvesse *uma democracia sitiada*. Ospina (2010), fornecendo grande número de informações sobre o relacionamento entre o Estado e o paramilitarismo, classifica o caso colombiano como um “terrorismo de Estado”. Pécaut (2010), se aprofundando nas ações das FARC-EP, busca responder se, na verdade, o que há no país é “uma guerrilha sem fins” efetivos.

Todo esse quadro de violência foi resumido por Echeverría (2019, p. 221) da seguinte forma:

A fatal mistura de narcotráfico, paramilitarismo e quadrilhas criminosas, nutridas com dinheiro ilícito, fez desta década [1980] e dos anos 1990 uma das mais sangrentas e ameaçadoras do cenário institucional e social [da Colômbia]⁴⁹.

⁴⁹ Do original: *La fatal mezcla narcotráfico, paramilitarismo y bandas criminales, nutridas con dineros ilícitos, hicieron de esta década y la de los años noventa, unas de las más sangrientas y amenazantes de la institucionalidad y el social* (Echeverría, 2019, p. 221).

Nesta investigação entende-se que o conceito de Estado de Violência de Gros (2009) é a premissa de análise para a conjuntura interna colombiana.

Sintetizando esta seção, cabe destacar a descentralização dos atores com capacidade de empregar a força na Colômbia e o recrutamento de pessoas marginalizadas da sociedade nessa função. Além do governo colombiano, os EUA, as multinacionais estrangeiras e o tráfico de drogas têm participação nesse cenário de violência. Pode-se dizer que, diferentemente de uma situação bem delimitada de guerra e paz, o que predominou na Colômbia, dentro do recorte temporal (1986-2016) foi um Estado de Violência, que é caracterizado nos capítulos seguintes. Nesse sentido, o próprio governo do país foi apenas mais um ator no conflito interno. Cabe agora abordar a relação entre Colômbia e EUA.

2.5 O realismo dos EUA nas relações com a Colômbia

A busca por uma lente para enxergar a conexão entre Washington e Bogotá é também aspecto central na estruturação teórica deste estudo. Isso porque as premissas aqui apresentadas constituem o Norte para compreender diversas investigações de causa e efeito. A base para correlacionar essas unidades de análise são, primordialmente, as ideias de Kenneth Waltz com críticas de Buzan; Jones e Little, bem como reinterpretações de Stephen Walt.

Waltz (1979) proporciona um ponto inicial não só pela sua teoria sobre política internacional, mas também em virtude da metodologia aplicada ao desenvolvimento de seu pensamento. Baseado em Andrade (1957, p. 29 *apud* Waltz, 1979, p. 6), o teórico destaca que “as teorias, por mais bem fundamentadas que sejam, podem não durar”⁵⁰. Essa concepção é importante, tendo em vista que a capacidade explicativa em certo tempo e espaço não significa, necessariamente, uma extrapolação para outros casos específicos.

A credibilidade de uma teoria está diretamente ligada às condições existentes para testá-la empiricamente. Para isso são feitos reducionismos para sua elaboração. Esse procedimento, por um lado possibilita a confecção de inferências causais por meio de variáveis definidas, por outro exclui pressões de menor impacto para o fenômeno que se quer entender (Waltz, 1979). Como o objetivo é estudar uma relação

⁵⁰ Do original: “theories, however well supported, may not last” (Waltz, 1979, p. 6).

específica dentro do sistema internacional, entre EUA e Colômbia, não há a intenção de uma análise sistêmica do ordenamento internacional, como fez Waltz. Necessita-se apenas desenvolver alguns de seus conceitos basilares. Uma preocupação do autor, que constitui o objetivo principal desta seção, é entender as influências que atuam nas alianças entre Estados (Waltz, 1979). Nossa questão específica são as particularidades da relação entre EUA e Colômbia.

A visão neorrealista estrutural do autor possui algumas características centrais que demandam sucinto registro. Os aspectos do realismo clássico de centralidade do Estado como ator na política internacional, de anarquia do sistema e da lógica de equilíbrio de poder são mantidos em seu trabalho. O elemento definidor da ação dos atores passa a ser a racionalidade, em detrimento da natureza humana. Com isso, os agentes realizam, a todo momento, cálculos de custo e benefício buscando ganhos relativos (Waltz, 1979).

Nessa anarquia o ambiente é de disputa onde a autoajuda, ou seja, a luta pela sobrevivência do Estado, baliza as ações. “Os sistemas competitivos são regulados, de modo a falar, pela “racionalidade” dos concorrentes mais bem-sucedidos” (Waltz, 1979, p. 76)⁵¹. Como consequência, Waltz analisa o ordenamento mundial por meio das grandes potências, pois acredita que esse reducionismo mantém os influenciadores efetivos de um estudo sistêmico da política internacional (Waltz, 1979).

Encaixando esse entendimento dentro do trabalho, os EUA, no intervalo do recorte temporal (1986-2016), são considerados a grande, e praticamente única potência. Esse entendimento possui por exceção um curto período (1986-1991), mas não menos importante, de disputa bipolar. Cabem aqui as palavras de Nye (2002, p. 11) sobre esse momento histórico: “Com o colapso da União Soviética, já não havia um só país em condições de se medir conosco [EUA] ou equiparar-se a nós. No aspecto militar, econômico e cultural, tínhamos um poder global insuperável”.

Em 2012, Waltz e Fearon ainda corroboram com as palavras de Nye, realizando o adendo de que a China poderia se tornar um desafiador do poderio estadunidense. “Mas essa é a situação em que estamos, este é um mundo unipolar, enquanto se aguarda o que acontece com o futuro desenvolvimento da China” (Waltz;

⁵¹ Do original: “Competitive systems are regulated, so to speak, by the “rationality” of the more successful competitors” (Waltz, 1979, p. 76).

Fearon, 2012, p. 7)⁵². Portanto, a premissa aqui adotada é a de que o sistema internacional, principalmente o comportamento do Estado colombiano, é fortemente influenciado (muitas vezes conduzido) pela política externa de Washington entre 1986 e 2016.

Buzan, Jones e Little (1993), realizam algumas críticas ao trabalho de Waltz que se adequam ao caso de EUA e Colômbia. Para os autores, por mais que os Estados estejam em um ambiente competitivo, há aqueles que buscam hegemonia e outros que aceitam, em maior ou menor grau, esse tipo de controle⁵³. Desse modo, no nível abaixo do sistêmico, isto é: na análise específica do relacionamento entre duas ou poucas unidades, existe, de certa forma, uma hierarquia.

Esse raciocínio é personificado no conceito de estrutura profunda (do inglês, *deep structure*). Nesse sentido, os Estados hegemônicos, por possuírem forte interferência no sistema internacional, conseguem penetrar nas burocracias estatais e em assuntos de seu interesse dentro de outros Estados que aceitem sua liderança (Buzan; Jones; Little, 1993). Esse pensamento, flexibiliza a noção de competição e insere uma tendência maior de cooperação, face ao conflito, em análises relacionais entre Estados. Sintetizando a explicação, segue-se a matriz que representa o raciocínio desenvolvido (Quadro 1):

Quadro 1 – Visão de Buzan, Jones e Little (1993) de relação entre Estados

		ESTADO A	
		Competição	Cooperação
ESTADO B	Competição	Sistema Internacional tradicional	Hegemonia de B
	Cooperação	Hegemonia de A	Sociedade Internacional sem conflito

Fonte: Adaptado de Buzan, Jones e Little (1993).

Na situação específica deste trabalho, a parceria Washington-Bogotá está enquadrada nas condições em que há uma hegemonia de um Estado sobre o outro, onde existe forte cooperação por parte da Colômbia face aos objetivos

⁵² Do original: “But that’s the situation we’re in, it’s a unipolar world, pending what happens in the future development of China” (Waltz; Fearon, 2012, p. 7).

⁵³ Esse pensamento mantém a lógica da racionalidade, tendo em vista que muitos Estados avaliam que se submeter há um *hegemon* confere maior segurança e possibilidade de sobrevivência do Estado. Como não é foco deste trabalho avaliar a política externa colombiana, apenas houve a pontuação sobre o posicionamento relativo do país em relação aos EUA.

estadunidenses. Isso é bem representado pelo historiador colombiano González Arana (2004, p. 263):

Basta lembrar a sujeição à doutrina *Respice Polum*⁵⁴, segundo a qual – desde o início do século XX – todas as nossas políticas e decisões de Estado na política internacional deveriam estar sujeitas às diretrizes da Estrela Polar do Norte. Desde os pactos secretos do governo de Eduardo Santos com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial; à solitária participação colombiana na Guerra da Coreia no início dos anos cinquenta, ou o papel ativo de nossa chancelaria na expulsão de Cuba da OEA, nas instâncias da Guerra Fria⁵⁵.

Segundo outro comentarista de Waltz, Walt (1987), as alianças possuem o objetivo principal de se interpor a ameaças, quando há cooperação entre Estados. Em contrapartida à visão de balanceamento de poder, quando não há esse grau de cooperação. O autor desenvolve o conceito de balanceamento das ameaças, em uma releitura ao pensamento de Waltz. “Eu proponho que a teoria do balanceamento da ameaça é uma melhor alternativa em relação à teoria do balanço de poder” (Walt, 1987, p. 5)⁵⁶.

Neste estudo, as ameaças que aproximam a Casa Branca e o Palácio Nariño são o narcotráfico e o terrorismo. Cada Estado possui um olhar diferente para esses fenômenos, mas buscam coordenar suas ações em relação a estes dois fenômenos de acordo com seus objetivos. Para que essa conformação possua um alinhamento, é importante que haja um posicionamento político-econômico. Nesse sentido, tanto realistas como Mearsheimer (2018, p. 176), e liberais como Fukuyama (1992, p. 79) concordam que a Colômbia é uma democracia liberal (apesar de possuir condições de violência estrutural na sociedade, que serão apresentadas ao longo do trabalho).

Dessa forma, temos uma lente de como as relações entre EUA e Colômbia são interpretadas segundo os pensadores expostos nesta seção. Apesar de resistências pontuais, há uma aceitação de atuação estadunidense sobre a política interna da Colômbia, principalmente no que diz respeito a como tratar os fenômenos

⁵⁴ Essa concepção é descrita e utilizada ao longo do desenvolvimento da dissertação, possuindo um fator estrutural na relação EUA-Colômbia.

⁵⁵ Do original: “Basta con recordar la sujeción a la doctrina del *Respice Polum*, según la cual – desde comienzos del siglo XX – todas nuestras políticas de Estado y decisiones en materia de política internacional deberían estar sujetas a los lineamientos de la estrella polar del Norte. O los pactos secretos del gobierno de Eduardo Santos con Estados Unidos durante la Segunda Guerra mundial; la solitaria participación colombiana en la guerra de Corea a comienzos de los años cincuenta, o el activo papel de nuestra cancillería em la expulsión de Cuba de la OEA, a instancias de la Guerra Fría” (González Arana, 2004, p. 263).

⁵⁶ Do original: “I propose balance of threat theory as a better alternative than balance of Power theory” (Walt, 1987, p. 5).

do narcotráfico e do terrorismo. Isso resulta em forte pressão para a implantação da política de segurança dos EUA na burocracia colombiana. Como integrador das teorias e conceitos aqui desenvolvidos, segue-se a metodologia aplicada.

2.6 A metodologia e o desenho de pesquisa

A metodologia científica e o desenho de pesquisa são fundamentais, pois imprimem rigor e confiabilidade para a investigação. Essas ferramentas estabelecem procedimentos objetivos para a análise e interpretação dos fatos encontrados ao longo do estudo. Isso possibilita inferências dedutivas, estabelecimento de nexos causais, comparações indutivas e, principalmente, verificação e validação das conclusões. Isso garante credibilidade aos resultados obtidos.

O desenho de pesquisa organiza o pensamento, a fim de proporcionar um planejamento do processo cognitivo, relacionando a questão de pesquisa com as hipóteses e unidades de análise. Durante o desenvolvimento do trabalho, esse arquétipo permite controlar variáveis que influenciam o objeto de estudo. Com efeito, também garante que as etapas da produção acadêmica possuam um encadeamento lógico, proporcionando coesão e coerência ao desenvolvimento.

Por se estar diante de um Estudo de Caso específico, em relação à metodologia, será utilizado o *Process Tracing*⁵⁷. O desenho de pesquisa está baseado em explicações causais, onde as pressões de outros Estados (essencialmente os EUA) e de grupos internos na Colômbia, especificamente o combate às FARC-EP, são empregados como variáveis independentes⁵⁸ ao longo do processo. Estes mecanismos atuam no objeto, que de forma mais ampla se observa o Estado, mas de maneira objetiva é a Marinha de Guerra da Colômbia. Inferências⁵⁹, preponderantemente dedutivas⁶⁰, serão feitas com base nas evidências

⁵⁷ “*Process Tracing* envolve tentativas de identificar o processo causal interveniente – a cadeia causal e o mecanismo causal entre uma variável independente (ou variáveis) e o *outcome* da variável dependente” (George; Bennett, 2005, p. 206 *apud* Pedone; Vedung, 2021, p. 256).

⁵⁸ São variáveis que afetam a variável dependente, normalmente o objeto de pesquisa do trabalho, com o objetivo de verificar se o efeito causal confirma ou não as hipóteses elaboradas no início da pesquisa (Araújo; Cunha, 2018).

⁵⁹ “processo de usar os fatos que conhecemos para aprender sobre os fatos que nós não sabemos” (King; Keohane; Verba, 1994, p. 46 *apud* Araújo; Cunha, 2018, p. 10).

⁶⁰ A pesquisa dedutiva “parte de generalizações aceitas como verdadeiras [como os papéis das Marinhas de Guerra e outros paradigmas teóricos que foram apresentados como lentes de interpretação das unidades de análise] para verificar se elas estão contidas em casos particulares” (Araújo; Cunha, 2018, p. 13).

sistematicamente coletadas (Araújo; Cunha, 2018). Conforme destacam Pedone e Vedung (2021, p. 254):

Process tracing adota uma abordagem holística e orientada ao contexto, observando casos (o que está sendo avaliado) em seus ambientes naturais, seja na perspectiva política, administrativa, social ou espacial. Isso significa que os contextos podem variar enormemente em *process tracing*, enquanto outros delineamentos tendem a mantê-los constantes.

A pesquisa será qualitativa e quantitativa, pois se está interessado tanto na “dinâmica interna dos fenômenos e nos contextos em que ocorrem”, no nível de unidades de análise, como nas “regularidades do fenômeno social estudado”, nesse caso o processo de policialização e sua transformação ao longo do tempo (Araújo; Cunha, 2018, p. 14). Com efeito, para as interpretações baseadas nos resultados obtidos serão utilizados dados estatísticos e informações relevantes das unidades de análise. Esse paradigma de pesquisa está se consolidando no século XXI, e possibilita “atender às expectativas dos pesquisadores”, na busca de minimizar as limitações de cada método (Richardson, 2017).

Dessa forma, as **variáveis independentes** são: **1. A implementação da Estratégia de Segurança dos EUA em relação à Colômbia, principalmente as temáticas do narcotráfico e do terrorismo e 2. O incremento de poder das FARC-EP em virtude de seu envolvimento com o narcotráfico**⁶¹. Coerentemente, a **variável dependente** será **o processo de policialização da Marinha de Guerra da Colômbia**. Para possibilitar a interpretação e gerar deduções causais factíveis, **o narcotráfico e o terrorismo são as variáveis intervenientes**. O trabalho está baseado na descrição, explicação e análise de um processo, o que cabe a seguinte conceituação:

Compreende-se como processos uma sequência de eventos, relacionados entre si, que formam um todo coerente, como guerras e revoluções. O rastreamento de processo tem sua aplicabilidade mais comum em estudos de caso em profundidade, situados espacial e temporalmente, nos quais se busca testar hipóteses acerca de mecanismos causais e como eles se encadearam para gerar determinado efeito ou resultado específico (Araújo; Cunha, 2018, p. 42).

⁶¹ Em ambas as variáveis diversas técnicas, como revisão sistemática de literatura, análise de conteúdo e de gráficos e entrevistas, são empregadas, tendo em vista que o *process tracing* permite essa aplicação multidisciplinar.

Com isso, há condições para se apresentar o desenho de pesquisa que orienta o trabalho (Figura 3):

Figura 3 – Desenho de Pesquisa da dissertação



Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Para a testagem das hipóteses a lógica apresentada sobre meios e fins de uma Força Naval será empregada na metodologia do *process tracing*. As medições, com base nas evidências, precisam verificar os requisitos necessários e suficientes das respostas provisórias. Para o exame das condições necessárias aplica-se o *hoop test*⁶² que, caso confirmado, proporciona confiabilidade às evidências que sustentam as hipóteses. Em relação à suficiência o *smoking-gun test*⁶³ valida, ou não, as hipóteses, por meio da análise das finalidades as quais o processo de policialização ocorreu (Araújo; Cunha, 2018; Mahoney, 2012).

Como condições necessárias, os meios de uma Marinha de Guerra, com base nos quesitos de Morris (1987), serão as principais evidências utilizadas. Ou seja, na medida em que navios de menor porte, com pouca autonomia e voltados para atribuições de guarda-costeira estiverem presentes no processo do estudo de caso, a validação das evidências será efetivada. Outros quesitos, como perda de meios de

⁶² “O *hoop test* (ou teste de argolas) é um teste de necessidade que verifica se a evidência é certa, mas não única, podendo continuar sendo levada em consideração. Como analogia, cabe pensar em um concurso canino, no qual a regra é o cão passar por um circuito composto por várias argolas: somente se passar por dentro delas receberá o prêmio. Passar por uma única argola é uma condição necessária para que o cão vença, contudo, não é suficiente, pois ele deve concluir todo o percurso com sucesso” (Araújo; Cunha, 2018, p. 92).

⁶³ O *smoking-gun test* “visa verificar a suficiência da hipótese, provendo um critério suficiente, porém não necessário, para a validação de uma hipótese, ou seja, verificar se a evidência é contundente para que a hipótese seja considerada válida” (Araújo; Cunha, 2018, p. 93).

grande porte, questões doutrinárias e de pessoal, além de construção e localização de bases navais, também podem contribuir para aumentar a confiabilidade do teste.

Como exigências suficientes, há o emprego das funções dos papéis das Marinhas de Guerra de Booth (2014). Na prática, à medida que se confirme o emprego da Força Naval colombiana nas funções de guarda-costeira e construção da nação, principalmente no combate ao narcotráfico e/ou ao terrorismo, as hipóteses ganham validade, ou não, como respostas da questão de pesquisa.

A correlação das hipóteses (Implementação da Estratégia de Segurança dos EUA e Incremento de poder das FARC-EP) com as cláusulas necessárias e suficientes ocorre por meio das variáveis intervenientes. Ou seja, conforme os temas do narcotráfico e do terrorismo estiverem presentes, tanto na Estratégia de Segurança dos EUA, como no incremento de poder das FARC-EP o nexos causal pode ser estabelecido com a policialização da Marinha de Guerra da Colômbia. Assim, há viabilidade metodológica para condução das análises ao longo do trabalho. Cabe agora uma sintetização das considerações teóricas e metodológicas apresentadas neste capítulo.

2.7 Conclusões Parciais

O arcabouço teórico baliza a estruturação da investigação, do desenvolvimento e das análises de um trabalho acadêmico. Isso proporciona conclusões cientificamente organizadas. Para este trabalho a aplicação de uma visão ampla da Ciência Política é importante, com foco na aplicação da violência, ou sua ameaça de uso, para obter fins políticos. O exame está centrado em compreender as influências externas e internas ao Estado que pressionam o desenvolvimento fenomenológico de policialização para uma Marinha de Guerra. Dessa forma, o objeto do trabalho, a Força Naval colombiana, atende à multidisciplinariedade dos EE. Esse campo do conhecimento estuda, dentre outros temas, as questões que envolvem a aplicação da força como meio de ação política.

Para identificar esse processo de policialização, que se distancia das teorias clássicas da estratégia naval, o emprego de duas formas para investigar uma Marinha de Guerra são relevantes. Por um lado, as finalidades de atuação da instituição são divididas nos papéis militar, diplomático e de policiamento, teoria construída por Booth

(2014). À medida que o braço armado do Estado caminha para tarefas ligadas ao policiamento, há como se identificar um processo de policialização de forma finalística.

Adicionalmente, um enquadramento classificatório dos meios também proporciona uma avaliação analítica sobre a tendência policialesca de uma força naval. Aqui, o padrão elaborado por Morris (1987) supre o objetivo. Isso porque o autor desenvolveu um escalonamento de marinhas terceiro-mundistas a partir dos meios que as compõem. Com isso, há como realizar um padrão histórico, seja absoluto ou relativo, da constituição da Marinha de Guerra da Colômbia. Outros quesitos, como doutrina, efetivo de pessoal e logística, robustecem as análises.

As interveniências que relacionam a variável dependente (a policialização da Marinha de Guerra da Colômbia), com as independentes (a implantação da Estratégia de Segurança dos EUA e o incremento de poder da FARC-EP), são o narcotráfico e o terrorismo. O primeiro sob uma ótica mercadológica ilegal, porém de altíssimo retorno, tornando-se atraente para grupos à margem da sociedade formal. Nesse sentido, a aplicação da força é vista como a principal saída estatal para se contrapor a esse processo. O último possui um enfoque de descredibilizar o oponente, com o objetivo de aplicar técnicas violentas com menor reprovação da população. Cabe ressaltar que o Estado é o principal ator que possui ferramentas para conceituar diversos grupos como terroristas.

A lente para entender a dinâmica interna colombiana é o termo desenvolvido por Gros (2009): Estado de Violência. O caminho desenvolvido para traçar essa ideia central está no entendimento de que a Colômbia possui um histórico de solução para disputas políticas lastreado na força. No recorte temporal estudado (1986-2016), o monopólio dessa ferramenta de poder não é somente estatal, tendo em vista a existência de diversos grupos, como paramilitares e insurgentes, que também se utilizam do mesmo instrumento. Dessa forma, no âmbito doméstico, a hipótese é de que as FARC-EP constituem o principal elemento de influência da policialização estudada.

As considerações sobre a relação entre Bogotá e Washington estão sob a ótica do realismo estrutural de Waltz (1979), com críticas realizadas sobre o pensamento do autor. A imposição estratégica dos estadunidenses sobre os colombianos coloca em pauta a concepção de estrutura profunda, de Buzan, Jones e Little (1993). Nesse sentido, entende-se que a investigação está abaixo da camada anárquica do sistema internacional. Assim, há como hierarquizar as vinculações entre

os Estados. O entendimento é que a hegemonia da Casa Branca impõe padrões de cooperação ao Palácio Nariño, pautados no balanceamento das ameaças identificadas por ambos os governos, o que substitui a noção de equalização do poder.

Desta forma, este capítulo integrou teorias, conceitos e métodos. O processo de policialização da Marinha da Colômbia pode ser abordado tanto em relação aos papéis desempenhados, seus fins, como pela classificação da Força Naval, seus meios. A situação interna do país é vista como um Estado de Violência, em que atores, tanto insurgentes quanto paramilitares, competem com o governo instituído pelo uso da força para atingir seus objetivos. A relação Washington-Bogotá está no contexto da afirmação hegemônica estadunidense do pós-colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Assim, esse Estudo de Caso, em profundidade, possui desenho de pesquisa específico, que busca analisar um fenômeno (a policialização da Marinha de Guerra da Colômbia) por meio do *process tracing*. No próximo capítulo é realizada a contextualização histórica que estrutura e precede a conjuntura focal do trabalho (1986 a 2016).

3 COLÔMBIA: UM ESTADO DE VIOLÊNCIA SOB A INFLUÊNCIA DOS EUA

Para que uma análise de processo alcance sustentação estrutural é necessário um olhar mais alargado no tempo, com o propósito de viabilizar um memorial que fundamente o quadro temporal principal. Apontar as relações e os fatos mais relevantes, com atenção aos pontos de inflexão das interações entre as variáveis que precede o período efetivo de exame, evita grandes lacunas e descontinuidades no raciocínio e no encadeamento das ideias.

Neste Capítulo um dos objetivos específicos é caracterizar as interações entre EUA e Colômbia, no âmbito dos EE, que antecedem as principais interveniências em relação às “guerras” contra as drogas e o terrorismo. Outro ponto é qualificar as transformações internas colombianas e a normalização da violência, seja estatal ou não. O enfoque está nos fatos mais relevantes que contribuíram para a proximidade institucional com Washington e o desenvolvimento das insurgências e do paramilitarismo, bem como o histórico da sua Armada Nacional, de forma resumida.

Alguns aspectos fixos, em relação à geografia da Colômbia são importantes de serem apresentados. A configuração do território colombiano é uma das principais condicionantes que impõe tendência insular entre as regiões e as cidades de maior relevância. Isso acarreta dificuldade histórica de integração nacional e, conseqüentemente, facilita o estabelecimento de grupos que substituem as ações do Estado em áreas afastadas dos grandes centros urbanos.

O primeiro fator relevante é a parcela de 30% da superfície colombiana preenchida, a partir do sul do território, por três ramificações da cordilheira dos Andes⁶⁴ (Ocidental, Central e Oriental, sendo esta última subdividida em mais três setores). Possuindo picos com mais de 5.000 metros de altura, como o *Volcán Nevado Del Huila* (5.750m) na cadeia Central. A região andina funciona como três grandes barreiras para atravessar o país no eixo Leste-Oeste (Traumann, 2018; Silva, 1997; Abel; Palácios, 2015).

Entre as separações andinas correm dois rios fundamentais para conectar o país no sentido sul-norte, o Cauca, com 1.350 Km de extensão e o Magdalena, com

⁶⁴ Além de ser cortado pela Cordilheira dos Andes, o país ainda possui o núcleo montanhoso de *Sierra Nevada de Santa Marta*. Localizado a nordeste, e muito próximo da costa caribenha, possui o maior pico colombiano, o *Cristóbal Colón*, com 5.775 metros (Silva, 1997).

1.543 Km⁶⁵. Outros 35% a sudeste do país está coberto pela densa selva amazônica. Por seu difícil acesso, essa área encontra-se, até hoje, pouco habitada. A maior parte da população, fruto da colonização espanhola, se concentrou nos altiplanos e vales da região andina, em virtude da correspondência com as zonas temperadas da Europa. Fechando a configuração geográfica há os litorais do Caribe e do Pacífico⁶⁶, além dos *Llanos Orientales*, com vegetação de estepes, inundações sazonais e bosques, as figuras 8 e 9 apresentam, respectivamente, os mapas topográfico e político colombiano (Traumann, 2018; Silva, 1997; Abel; Palácios, 2015). A seguir, a contextualização necessária ao trabalho.

3.1 Das questões ístmicas à doutrina *Respice Polum*

A ascensão norte-americana em potência na segunda metade do século XIX refletiu na América Latina. Os estadunidenses despontaram com altos índices de crescimento que resultaram, entre 1890 e 1914, na superação da capacidade industrial dos países da Europa por Washington. O seu avanço progressivo para o leste, atestou o surgimento de uma nova potência. Percebendo essa mudança, a Inglaterra realizou acordos com sua antiga colônia. A forte recuperação da Alemanha, a expansão europeia para África e as independências das colônias espanholas impulsionaram acordos diplomáticos entre Reino Unido e EUA no Caribe (Barraclough, 1964; Randall, 1992).

Segundo Gilderhus, Lafevor e David (2017), o início do imperialismo da Casa Branca começou na virada do século XIX para o XX. Um evento que simboliza esse movimento, estrategicamente lastreado na Doutrina Monroe⁶⁷, foi a 1ª Conferência Americana Internacional de 1889⁶⁸. Mesmo com poucas propostas efetivas, o

⁶⁵ Traumann (2018) faz uma analogia da Colômbia com o corpo humano, chamando os Andes de sua coluna vertebral e o Magdalena como a artéria aorta.

⁶⁶ O litoral do Pacífico também possui densa região de selva, o que também contribui para dificultar a integração da região às áreas mais desenvolvidas do Estado.

⁶⁷ Para LaFeber (1989) a Doutrina Monroe, criada pelo então presidente dos EUA James Monroe em 1823, consistia em evitar que potências europeias mantivessem, ou implementassem, novas colônias nas Américas, não interferindo em assuntos do continente. Em sua mensagem ao Congresso dos EUA em 2 de dezembro daquele ano, Monroe lançou o jargão que personifica essa ideia “América para os americanos” (Torres, 2010; Ospina, 2010).

⁶⁸ O site oficial da Organização dos Estados Americanos (OEA, 2023) ressalta que: “somente em 1889 os Estados americanos decidiram se reunir periodicamente e criar um sistema compartilhado de normas e instituições. [...] A Primeira Conferência Internacional Americana foi realizada em Washington, D.C., entre outubro de 1889 e abril de 1890”.

encontro plantou ideias nos Estados latino-americanos, como a necessidade de um sistema formal de arbitragem regional, a implantação de uma união aduaneira, além da noção de panamericanismo.

Dentro desse contexto, o istmo do Panamá, que até 1903 pertencia à Colômbia, foi palco de disputas entre potências da época. Para Washington era uma questão estratégica, chancelada por Mahan em 1890. Nesse período da história, a relação entre EUA e Colômbia, mesmo existindo assimetria de poder, era de cooperação e certo equilíbrio. Houve inclusive a solicitação de apoio por parte de Bogotá para o processo de independência⁶⁹. Washington preferiu manter-se neutro, pois não queria disputas com Madrid. Contudo, auxiliou logisticamente, abstendo-se em outros aspectos (Randall, 1992).

Tanto Washington quanto Londres possuíam aspirações de construir um canal na América Central. Os estudos sobre o melhor local para a obra oscilavam entre a Nicarágua e a região do Panamá⁷⁰. Contudo, a explosão da corrida pelo ouro na Califórnia em 1848 intensificou a necessidade de encurtar as distâncias entre as extremidades do território sob soberania estadunidense⁷¹. Entre 1880 e 1930 houve uma progressiva substituição na ocupação de espaços entre a ilha Britânica e sua antiga colônia na Colômbia (Lafeber, 1989; López, 1994; Torres, 2010).

Com isso, duas ações foram tomadas pelo presidente Zachary Taylor: a assinatura do Tratado Clayton-Bulwer em 1850 com Londres, que selou uma postura de neutralidade sobre a influência na região⁷², dentre os diversos pontos do acordo, havia cláusulas que obrigavam a parceria entre esses Estados na confecção de um possível canal (Lafeber, 1989); e a construção, em 1855, de uma ferrovia no Panamá⁷³, por meio de acordo com Bogotá. Essa estrada de ferro ligou, pela primeira

⁶⁹ Mais um exemplo dessa disputa entre Reino Unido e EUA na região, nessa ocasião foram os ingleses que financiaram fortemente os colombianos, provendo inclusive armas. Enviou também um batalhão britânico para participar da guerra de independência (López, 1994).

⁷⁰ Um dos primeiros estudos sobre a viabilidade da construção de um canal no Panamá foi realizado pelo Tenente da Marinha dos EUA J. G. Strain (Randall, 1992).

⁷¹ Os cálculos de tempo para a construção de uma ferrovia pelo extenso (quase 4.000 Km) e acidentado terreno dos EUA, que necessitava transpor os Apalaches e as Rochosas, era de cerca de 20 anos (Randall, 1992).

⁷² O Tratado evitou que o Reino Unido voltasse a planejar tomar o Panamá pela força. Em 1846 isso chegou a ser cogitado pelos britânicos (Lafeber, 1989). Segundo Lafeber (1989), o acordo evitou uma guerra eminente entre EUA e Reino Unido na região da América Central.

⁷³ A ferrovia foi financiada por investidores de Nova York e administrada por uma empresa dos EUA, a *Pacific Mail Company* (Lafeber, 1989).

vez, o Pacífico com o Caribe por um transporte ágil e de larga escala (Greene, 2001; Randall, 1992).

A operação da linha férrea trouxe, por um lado, desenvolvimento para a região, com recursos provenientes do comércio local e tributos ao governo em Bogotá. Por outro, suscitou tensões sociais. Esses embates eram cada vez mais frequentes à medida que aumentava a imigração para o istmo, principalmente estadunidense. Entre 1850 e 1870 a maior fonte de recurso do tesouro colombiano era proveniente das taxas advindas da ferrovia. Segundo Randall (1992, p. 34), “a construção da Estrada de Ferro do Panamá iniciou um novo capítulo nas relações EUA-Colômbia e marcou a primeira grande presença corporativa americana na Colômbia”⁷⁴.

A distância panamenha de Bogotá, somada ao difícil acesso, dificultava o envio e a manutenção de forças policiais e militares para a região. Apesar de existir um tratado (Bidlack-Mallarino), desde 1848, entre EUA e Colômbia, que proibia a instalação de tropas na região, Washington chegou a desembarcar 600 soldados no local em 1852, para apaziguar distúrbios públicos que prejudicavam a operação da ferrovia (Randall, 1992)⁷⁵.

Outro evento icônico de ocupação da região ocorreu em abril de 1856. Em meio ao ambiente hostil que reinava na Cidade do Panamá, cerca de 950 passageiros aguardavam as embarcações que os levariam à Califórnia. Um deles iniciou uma briga, que culminou em morte de panamenhos e estadunidenses. Washington, reivindicou o ressarcimento pelo ocorrido, enviando dois navios de guerra e novamente desembarcando tropas no local. Mesmo com o posicionamento de Grã-Bretanha, França e Equador a favor da Colômbia, os EUA mantiveram a exigência de pagamento. Ao final, Bogotá aceitou pagar um total de US\$ 412 mil como forma de “compensar” os danos do episódio (Tovar, 1993).

Em 1881 a França também entrou na disputa pelo ponto estratégico. Ferdinand Lesseps, o mesmo construtor do canal de Suez, em 1879, iniciou uma empreitada para construção de um canal no Panamá. Rutherford Hayes (presidente dos EUA à época) enviou navios de guerra para a costa panamenha, com o objetivo de forçar a desistência da Colômbia em autorizar o empreendimento. Mesmo assim,

⁷⁴ Do original: “The construction of the Panama Railroad began a New Chapter in US-Colombian relations and marked the first major American corporate presence in Colombia” (Randall, 1992, p. 34).

⁷⁵ Os EUA também se defenderam em relação ao descumprimento do tratado dizendo que o Senado estadunidense não havia ratificado o acordo (Randall, 1992).

a elite de Bogotá não cedeu à ameaça e manteve a licença de Lesseps. Uma década antes (1869), o então secretário de Estado dos EUA, William Seward⁷⁶, tentou convencer empresários a construir o canal, mas após a Guerra de Secessão (1861-1865) sérias restrições para investimentos fora do território estadunidense foram impostas, e a tentativa não logrou êxito (Lafeber, 1989).

Após dez anos de construção Lesseps fracassou⁷⁷, e a empresa financiadora abriu falência. Nesse momento, os EUA, já recuperados das restrições econômicas advindas da Guerra Civil, comprou a empresa responsável pelo empreendimento⁷⁸. A obra foi retomada em 1904, e com uma técnica revolucionária de eclusas, foi concluída às vésperas da Primeira Guerra Mundial (I GM) em 1914. Para garantir o monopólio da empreitada, Washington enviou uma mensagem a Londres denunciando o Tratado Clayton-Bulwer, que obrigava a construção conjunta (Lafeber, 1989).

Dessa forma, o Panamá se conectava progressivamente aos EUA⁷⁹. Só no primeiro semestre de 1855, primeiro ano de funcionamento da ferrovia, mais de 40 navios estadunidenses atracaram na cidade de Cólón. Durante a segunda metade dos anos 1850, o Cônsul de Washington estimou que 18 estadunidenses e 2 panamenhos haviam morrido fruto de choques sociais. Em virtude disso, os EUA chegaram a propor à Colômbia US\$ 1,2 milhões para assumir a segurança e o policiamento local, sendo negado pelo governo de Bogotá. Essas circunstâncias fomentavam cada vez mais a vontade de intervir militarmente na área (Randall, 1992).

Internamente, a situação colombiana, após a segunda metade do século XIX, foi marcada por inúmeros conflitos, nacionais e regionais. A disputa entre os dois partidos tradicionais, conservador e liberal, produziu um período de forte instabilidade. A principal discordância girava em torno da centralização ou descentralização do poder. Esse embate originou a “Guerra dos Mil Dias” em 1899, que estabeleceu as condições propícias à independência do Panamá em 1903 (Mejia; Larosa; German, 2017; López, 1994).

⁷⁶ Seward foi Secretário de Estado dos governos Abraham Lincoln e Andrew Johnson (Lafeber, 1989).

⁷⁷ Lesseps tentou aplicar a mesma técnica de Suez no Panamá, o que demandava transpassar difíceis cadeias de montanha, diferente da junção entre a África e o Oriente Médio, plana e de fácil escavação (Lafeber, 1989).

⁷⁸ Bunau-Varilla, o proprietário, vendeu os direitos e os equipamentos da “*New Panama Company*” aos EUA por US\$ 40 milhões (Greene, 2001).

⁷⁹ Um exemplo dessa integração foi a construção da linha telegráfica entre Nova York e Cólón em 1867, pela empresa estadunidense “*International Ocean Telegraph*” (Randall, 1992).

Em 1853, uma constituição descentralizadora iniciou uma hegemonia liberal, que duraria até 1886. Uma das regiões que recebeu muita autonomia foi o Panamá, tornando-se foco do poder liberal. Apenas questões relacionadas à defesa e às relações exteriores estavam sob o controle do governo central. Em 1863 uma nova constituição⁸⁰, que manteve a base federalista, trouxe ao país o nome de Estados Unidos da Colômbia. Por representar um forte viés liberalizante, o período entre 1863 e 1886 ficou conhecido como fase do radicalismo liberal (López, 1994)⁸¹.

Nesse período, uma acentuada crise foi gerada em função da emissão desmedida de papel moeda para sustentar as guerras civis. Como resultado, houve caos inflacionário, dificultando a entrada de bens manufaturados escassos no país. Essa debilidade político-econômica, agregada aos conflitos internos, impulsionou um grupo de liberais independentes, não ligados ao setor radical, a se aliarem aos conservadores e levar ao poder Rafael Nuñez. Nesse processo, instituiu-se uma nova constituição, em 1886, que deu o nome definitivo ao país de República da Colômbia e iniciou o período chamado de Regeneração (1886-1930) (López, 1994).

Os conservadores se mantiveram no poder até 1930. A centralização permitiu que o presidente nomeasse, inclusive, os governadores das províncias, fomentando a insatisfação liberal. Esse confronto bipartidário levou a Colômbia “a duas das maiores catástrofes que podem ocorrer a um país: uma guerra civil e a perda de parte de seu território” (Traumann, 2018, p. 169-170). Em meio à denúncia de fraudes nas eleições presidenciais de 1899, o liberal radical Pablo Villar declarou uma insurreição contra os conservadores, iniciando a Guerra dos Mil Dias (1899-1902) (Silva, 1997).

Nesse ínterim os EUA avançavam com seu projeto na região. O presidente Benjamin Harrison (1889-1893) declarou que a América Latina era muito importante para os anseios estratégicos estadunidenses. No governo de William McKinley (1897-1898), a curta guerra de 4 meses com a Espanha firmou os EUA como uma nova potência⁸². Desde 1880, Washington já cumpria um programa de modernização de sua Marinha de Guerra e a política da Casa Branca para o continente já criava um ambiente de repulsa aos estadunidenses (Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017).

⁸⁰ Essa carta magna é conhecida como constituição de Rio Negro, nome do povoado em que foi escrita (Silva, 1997).

⁸¹ A Colômbia foi o país que mais realizou eleições ao longo do século XIX na América Espanhola (López, 1994). Em contrapartida a fragilidade institucional era personificada nas 5 constituições em menos de 50 anos (López, 1994).

⁸² O Secretário adjunto da Marinha à época, que, posteriormente, tornou-se presidente, era Theodore Roosevelt (Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017).

Ao final da contenda com Madrid, Washington tinha como protetorados Filipinas, Porto Rico e Guam, além de forte presença militar em Cuba⁸³. Havana foi tomada por tropas norte-americanas e, com um adendo à constituição cubana, conhecida como Emenda Platt, garantiu seu direito de intervenção na ilha (Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017). Theodore Roosevelt assumiu a presidência em 1901, e com a implantação de seu corolário à Doutrina Monroe transformou os EUA oficialmente em polícia do Hemisfério (Hastedt, 2004).

Em virtude da instabilidade causada pela Guerra dos Mil Dias, o governo do então território do Panamá solicitou ajuda militar aos EUA, que atenderam em parte à solicitação. Eles enviaram o USS Iowa com ordens de manter somente a estabilidade do local e, se necessário, proteger seus cidadãos. Em 1902, os conservadores já controlavam a Colômbia, exceto o istmo, que era mantido pelo Liberal Benjamin Herrera. Como Herrera não conseguiria vencer sem o apoio efetivo dos EUA, preferiu selar um acordo com seus opositores. A paz foi estabelecida em 21 de novembro, dentro de um navio norte-americano⁸⁴. Nas palavras de Randall (1992, p. 79): “símbolo do poder dos EUA na área, os combatentes da guerra civil chegaram a um acordo de paz a bordo de um navio de guerra dos EUA, o USS Wisconsin”⁸⁵.

Terminada a guerra, os EUA retomaram as negociações para a construção do canal. Em outubro de 1903, uma nova rebelião irrompeu no istmo e Bogotá enviou meios pelo mar para conter o distúrbio⁸⁶. Roosevelt aproveitou o momento para bloquear esses navios e apoiar os partidários da secessão do Panamá da Colômbia, enviando parcela de sua Força Naval⁸⁷ (Coleman, 2008).

Declarada a secessão definitiva, em 3 de novembro de 1903, o Panamá rapidamente iniciou as negociações com os EUA⁸⁸ para a construção do canal. Antes disso, em janeiro, ainda houve uma última tentativa de acordo entre Washington e

⁸³ Por esse acordo, os EUA pagaram US\$ 20 milhões à Espanha, mesmo tendo vencido o conflito (Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017).

⁸⁴ A Figura 16 apresenta uma foto do momento da assinatura do acordo dentro do navio.

⁸⁵ Uma frase que personifica a visão de um EUA com anseios hegemônicos nas Américas é a do escritor e diplomata colombiano do século XIX Ismael Arciniegas: “os Americanos estão contra nós. O que podemos fazer contra a Marinha de Guerra dos EUA?” (Arciniegas *apud* Randall, 1992, p. 88).

⁸⁶ A Colômbia enviou a canhoneira Almirante Lezo, com 500 militares. Ao chegar ao porto de Cólón foi impedida de atuar pelo navio dos EUA USS Nashville (Scheina, 1987).

⁸⁷ Quatro navios foram utilizados para a operação: USS Nashville, USS Boston, USS Dixie e USS Atlanta (Randall, 1992).

⁸⁸ Os EUA reconheceram a independência do Panamá poucos dias após sua declaração, em 6 de novembro (Scheina, 1987).

Bogotá para evitar a separação, denominado acordo Hay-Herran. Após a aprovação dessa proposta no Senado estadunidense, ela foi vetada pelo colombiano. Roosevelt escreveu para John Hay (embaixador dos EUA em Bogotá): “não acho que se deva permitir que várias lebres em Bogotá bloqueiem permanentemente uma das futuras estradas da civilização” (Randall, 1992, p. 85-86)⁸⁹. Os termos do empreendimento para o novo País foram exatamente iguais aos da proposta feita à Colômbia e foram rapidamente aceitos (Randall, 1992).

Efetivada a independência do Panamá, a Colômbia, profundamente indignada com a postura dos EUA perante a situação, iniciou tratativas para reparar a perda do território. Bogotá buscou arbitramento internacional, mas Washington impôs um acordo trilateral entre Colômbia, EUA e Panamá. A primeira tentativa de compensação, ainda no governo Roosevelt, surgiu em 1908 com o esboço do tratado Root-Cortes. Mais uma vez, foi refutado pelo congresso colombiano (Randall, 1992).

Apesar do impasse, o comércio bilateral entre EUA e Colômbia crescia cada vez mais⁹⁰. Esse paradoxo entre inserção estadunidense na economia e sentimento antiamericano chegou ao ponto de forçar a nacionalização da empresa de bonde municipal em Bogotá. A *Bogotá City Street Railway Company*, empresa privada de uma companhia de transporte de Nova York, foi obrigada a vender o empreendimento à prefeitura da capital, após uma onda de boicotes ao transporte feito pela população. O representante dos EUA à época, Elliot Northcott⁹¹, resumiu a questão sem muita surpresa: “É preciso lembrar que o próprio fundamento do caráter colombiano é o ódio pelos Estados Unidos” (Northcott *apud* Randall, 1992, p. 93)⁹².

A diplomacia da Casa Branca julgava que em virtude da posição estratégica da Colômbia, com duas costas marítimas e adjacentes ao canal que estava em construção, era primordial uma boa relação. A eleição do internacionalista Woodrow Wilson, em 1912, trouxe otimismo para um novo tratado. Contudo, durante sua administração, a conjuntura continuou desfavorável, principalmente pela composição conservadora do congresso colombiano (Randall, 1992).

⁸⁹ Do original: “I do not think that the Bogotá lot of Jackrabbits should be allowed permanently to bar one of the future Highways of civilization” (Randall, 1992, p. 85-86).

⁹⁰ Entre 1901 e 1905 a Colômbia possuía como participação em suas importações 34,5% dos EUA, 27,5% do Reino Unido e 18,9% da Alemanha (Randall, 1992).

⁹¹ Para o embaixador, caso os EUA optassem por uma investida militar contra a Colômbia os cidadãos estadunidenses na região seriam dizimados pela população (Randall, 1992).

⁹² Do original: “It must be remembered that the very foundation of the colombian Character is hatred for the United States” (Northcott *apud* Randall, 1992, p. 93).

Em 1914, ano da inauguração do canal, a situação começou se inverter. A diplomacia dos EUA interpretou que parcela significativa do empresariado e dos políticos colombianos já era favorável ao acordo, o que ainda não ocorria com o restante da sociedade⁹³. Nesse sentido, qualquer pacto deveria envolver um montante significativo de indenização, principalmente porque a Colômbia estava com sérias dificuldades econômicas e uma contenda com o Peru em sua fronteira sul (Randall, 1992)⁹⁴.

Dessa forma, um acordo foi proposto: uma reparação de US\$ 25 milhões e a formalização escrita de que os EUA se arrependiam de suas ações em 1903 no Panamá. O tratado foi aprovado no congresso colombiano. No parlamento dos EUA, que estava envolvido em diversas discussões sobre a Primeira Guerra Mundial (I GM), a resolução não foi bem recebida, principalmente em função da nota de reconsideração de seus atos (Randall, 1992).

A I GM trouxe outros dois componentes de pressão para a assinatura do acordo: por um lado a influência alemã na Colômbia⁹⁵. Por outro, a dependência econômica colombiana dos EUA aumentava velozmente, principalmente pela paralisação comercial com a Europa. A guerra seria o ponto de inflexão na dominação do mercado colombiano pelos EUA. Em 1919, 72,4% de todas as importações do país eram norte-americanas⁹⁶. Essa situação não era exclusividade da Colômbia, pois o comércio dos EUA com a América Latina entre 1914 e 1919 aumentou em 100% (Randall, 1992; Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017).

A disputa por influência entre EUA e Alemanha na Colômbia durante a I GM não se resumiu somente à economia. A campanha submarina dos U-boats no Atlântico atrapalhou os interesses de Bogotá no Caribe, mas face a pressão da comunidade germânica no país, manteve-se a neutralidade colombiana. Isso dificultava a postura em favor dos EUA. Oficiais do Exército colombiano haviam

⁹³ O ódio era direcionado principalmente à figura do ex-presidente Theodore Roosevelt. Manifestações foram realizadas em Cartagena onde se acusava Roosevelt de ter cometido crimes contra o povo colombiano (Randall, 1992).

⁹⁴ O Peru havia invadido um posto avançado colombiano em *La Pedrera* na região amazônica. A contenda foi provisoriamente resolvida com um acordo assinado na cidade de Manaus no Brasil. A disputa por demarcação de fronteiras entre peruanos e colombianos na região de tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, principalmente em relação à cidade de Letícia, originou uma guerra em 1932, abordada mais a frente (Scheina, 1987).

⁹⁵ A Alemanha realmente possuía empresas instaladas na Colômbia, principalmente na região da Baía de Urabá, que ficava muito próxima do Canal do Panamá (Randall, 1992).

⁹⁶ Adicionalmente, o principal produto de exportação colombiano, o café, perdeu o mercado Europeu e se voltou para os EUA, aumentando ainda mais a dependência (Randall, 1992).

recebido treinamento alemão nas primeiras décadas do século XX e possuíam relações muito próximas com o país europeu. Além disso, Washington precisou intervir para que antenas de rádio germânicas fossem retiradas da cidade de Cartagena e da ilha de San Andrés⁹⁷. Nesse contexto, a Colômbia adotou uma postura de neutralidade ao longo de toda guerra (Randall, 1992)⁹⁸.

Terminada a Grande Guerra, a inserção dos EUA na Colômbia era expressiva. O objetivo estratégico de Washington girava em torno dos recursos minerais do país, principalmente petróleo e platina⁹⁹. O incentivador do acordo e ex-ministro das relações exteriores Marco Fidel Suárez assumiu a presidência em agosto de 1918, e o congresso dos EUA retomou o debate sobre o tratado de indenização. Em 1921, após um esforço conjunto de Suárez com a sociedade colombiana e do embaixador dos EUA, Hoffman Philip, em convencer o congresso norte-americano sobre a importância da pacificação, o tratado foi ratificado no senado estadunidense. Foram pagos US\$ 25 milhões em 4 anos, mas a nota de arrependimento foi retirada (Randall, 1992).

Marco Fidel Suaréz intitulou a nova relação entre Colômbia e EUA como Doutrina *Respice Polum*, ou seja, ter Washington como referência para as relações diplomáticas. Torres (2010, p. 102) descreveu da seguinte forma esse fundamento:

[...] durante a presidência do conservador Marco Fidel Suárez (1918-1921) alçou-se a política de maior tradição na história das relações internacionais da Colômbia, denominada Doutrina *respice polum* (“olhar para o norte”), doutrina que sem dúvida repercutiu nas relações da Colômbia com os demais países durante grande parte do século XX. Essa doutrina assinalava que a Colômbia deveria orientar sua política exterior para os Estados Unidos¹⁰⁰.

Na visão de Suaréz, uma relação saudável com a potência das Américas era inevitável, visto o poder que Washington impunha na região. A base dessa

⁹⁷ Em contrapartida os EUA mantiveram suas antenas em funcionamento na cidade de Santa Marta (Randall, 1992).

⁹⁸ Segundo o consulado dos EUA na Colômbia, a comunidade alemã no país possuía importante influência dentro da sociedade (Randall, 1992).

⁹⁹ Naquele momento, a Colômbia, por meio de empresas estadunidenses, era a segunda maior produtora de platina do mundo, perdendo somente para URSS (Randall, 1992).

¹⁰⁰ Do original: “[...] durante la presidencia del conservador Marco Fidel Suárez (1918-1921) se acuñó la política de más larga tradición en la historia de las relaciones internacionales de Colombia, denominada la doctrina *respice polum* (‘Mirar hacia el norte’), doctrina que sin Duda repercutió en las relaciones de Colombia con los demás países durante gran parte del siglo XX. la doctrina señalaba que Colombia debía orientar su política exterior hacia Estados Unidos” (Torres, 2010, p. 102).

convivência foi selada pelo tratado de indenização sobre a perda do Panamá, denominado de Urrutia-Thompson (Torres, 2010, p. 102; López, 1994, p. 273). Randall (1992, p. 109) usa a concepção do cientista político Juan Tokatlian para descrever a doutrina implantada por Suárez como sendo “uma percepção de que os laços com os Estados Unidos eram inevitáveis e deveriam ser perseguidos de forma construtiva”¹⁰¹.

Dessa forma, desde a metade do século XIX até os anos 1920 a Colômbia ainda buscou resistir à influência dos EUA. Outras tentativas de se contrapor às imposições estratégicas estadunidenses ao longo do século XX também ocorreram, inclusive com a produção de outra concepção intitulada *Respice Similia*, na tentativa de maior cooperação latino-americana. Mesmo assim, foi a partir dos US\$ 25 milhões de indenização que a Doutrina *Respice Polum* estabeleceu um *status quo* para a Colômbia na sua relação com os EUA.

3.2 Um Estado sem Marinha de Guerra

As Forças Armadas da Colômbia na segunda metade do século XIX não possuíam mais que 600 homens no exército em 1855, as elites conservadoras e liberais administravam pequenas milícias particulares que propiciavam condições para as diversas guerras civis da época. Os políticos eram ao mesmo tempo congressistas e generais (Cruz, 2001, p. 133-134)¹⁰².

Somente no segundo governo do nacionalista Rafael Nuñez, a partir de 1884, que se iniciou, de forma incipiente, a construção de um Exército. Nesse processo já se percebia a influência dos EUA, pois o 1º diretor da Academia Militar em 1891 era o Coronel estadunidense Henrique Lemly¹⁰³. Assim, Cruz (2001, p. 137) resume a situação do Exército à época¹⁰⁴:

Ao final do século XIX, e pouco antes da Guerra dos Mil Dias, o panorama do Exército central era deplorável. Seus oficiais careciam de formação e

¹⁰¹ Do original: “a perception that ties with the United States were inevitable and should be constructively pursued” (Randall, 1992, p. 109).

¹⁰² Segundo Cruz (2001, p. 135), a força dos partidos era baseada no poder de seus exércitos particulares.

¹⁰³ Apesar da presença de oficiais dos EUA o período ficou marcado por forte influência de uma missão militar francesa. A tentativa de profissionalizar as Forças Armadas não logrou êxito e a Academia Militar foi fechada três anos após sua fundação (Ospina, 2010, p. 34).

¹⁰⁴ O relatório do ministério da Guerra de 1870 classifica os componentes do exército como violentos e com aversão à carreira militar. Neste mesmo relatório se ressalta a importância do istmo do Panamá como território estratégico para a Colômbia (Colômbia, 1870, p. 10-12).

gozavam de ociosidade e álcool; prevalecia o componente do apadrinhamento político para obtenção de promoções¹⁰⁵.

Olhando especificamente para a Marinha de Guerra, a guerra civil de 1867 é de especial importância para entender a ausência de uma Força Naval no país. Em 1866 assumiu o poder, pela 4ª vez, Tomas Cipriano Mosquera. O presidente possuía a intenção de auxiliar Peru e Chile, que estavam em guerra com a Espanha. Madrid buscava reconquistar territórios de suas antigas colônias sul-americanas. O congresso fechou questão em não apoiar os países vizinhos. Tendo em vista que a Colômbia estava voltada econômica e socialmente para o Caribe, havia a ameaça de navios espanhóis atracados em Cuba atacarem o litoral colombiano. Assim, seria mais prudente manter a neutralidade (Tovar, 1993, p. 265).

Contrário à decisão do congresso, Mosquera decidiu selar um tratado secreto com o Peru, comprometendo-se em adquirir um navio nos EUA para ajudar os esforços de guerra de Lima¹⁰⁶. Em 17 de dezembro de 1866, o vapor estadunidense *Cuyler*, rebatizado de *Rayo*, foi comprado, navegando até a cidade colombiana de Cartagena, chegando em março de 1867. Após a informação da venda, e do pacto oculto, ter chegado ao conhecimento dos congressistas, estes determinaram a prisão de Mosquera (Tovar, 1993, p. 265).

Logo em seguida, emitiram a lei 88 de 5 de abril de 1867, suprimindo toda a incipiente Marinha de Guerra, inclusive o Vapor Rayo, estabelecendo o imediato desarme de qualquer navio a serviço do governo. O objetivo era evitar qualquer apoio ao Peru. Em 27 do mesmo mês, Mosquera escapou e se voltou contra os parlamentares. Após capturar e tripular o vapor Rayo, usou-o como base logística, tentando retomar o poder, que se encontrava nas mãos de seu vice-presidente Murillo Toro (Tovar, 1993, p. 265).

Nos dias 29 e 30, o presidente deposto declarou guerra ao congresso, anunciando o fechamento do parlamento a partir daquele momento. Na sequência, restabeleceu a Marinha de Guerra, com o vapor comprado dos EUA como principal meio da diminuta frota, praticamente sem armamento. Após um mês de revolta,

¹⁰⁵ Do original: “A finales del siglo XIX y poco antes de la Guerra de los Mil Dias, el panorama del Ejército central era deplorable. Sus oficiales carecian de formación pero gozaban de la ociosidad y el alcohol; prevalecia la componenda y el padrinazgo político de ascensos” (Cruz, 2001, p. 137).

¹⁰⁶ Os EUA também se mantiveram neutros, principalmente porque estavam intermediando as negociações entre os contendores do conflito (Tovar, 1993, p. 265).

Mosquera foi novamente preso, assumindo a presidência o General Santos Acosta. Tovar (1993, p. 265) caracteriza esse desfecho da seguinte forma:

O General Santos Acosta, em cumprimento das pautas do congresso, suprimiu definitivamente o pouco que havia da Armada Nacional [Marinha de Guerra] e ordenou o desarme e a venda de todos os navios de guerra, por meio do decreto de 11 de junho de 1867.

Oficialmente a Marinha de Guerra da Colômbia só seria novamente constituída 13 anos mais tarde, em 1880, por meio da lei 67. Esse ato foi apenas uma mera formalidade, pois o descaso com a formação de uma Força Naval efetiva permaneceu, e a instituição ficou conhecida naquela época como Marinha de Papel (Tovar, 1993, p. 265). O relatório do Secretário de Guerra e Marinha em 1883 é o primeiro a citar algum esforço para a criação de uma Escola Náutica, por meio do decreto 567 de 14 de outubro de 1882 (Colômbia, 1883, p. 224).

Em 1896, enviou-se ao congresso um projeto de lei para organizar a Marinha de Guerra, colocando sob a subordinação do Ministério da Guerra. Naquele momento, a Armada Nacional era constituída por apenas 5 navios artilhados pequenos (Colômbia, 1896, p. 232)¹⁰⁷. Em 1897, o parecer do Ministério da Guerra sobre os poucos meios existentes era negativo, a Marinha não possuía nem mesmo locais para reparos simples, que eram realizados na Jamaica ou em Martinica (Colômbia, 1898, p. 125-126). Isso demonstra que a Colômbia, nesse período, não possuía uma Marinha de Guerra, o que só viria a mudar após a Guerra com o Peru em 1932.

Nas primeiras décadas do século XX a situação não se alterou muito. Os poucos meios existentes utilizados na Guerra dos Mil Dias eram improvisados, tanto por conservadores como por liberais. Esses navios foram incorporados ao governo após a paz, em novembro de 1902. Voltados para a ocupação do difícil território amazônico, os poucos meios adquiridos pela “Marinha de Guerra” foram empregados, principalmente, nos rios da região (Tovar, 1993, p. 301).

Presidente entre 1904 e 1909, o General Rafael Reyes¹⁰⁸ foi um entusiasta da navegação pelos rios da selva amazônica. De 1869 a 1884, Reyes e seus irmãos realizaram uma verdadeira epopeia: navegaram desde a foz do Rio Amazonas no

¹⁰⁷ *Cruzeiro Córdoba* (adquirido dos EUA), *Canhoneiras La Popa e La Boyacá* e *Vapores de Guerra Hércules e Nariño* (Colômbia, 1896, p. 232).

¹⁰⁸ A influência de Reyes na tentativa de inserir conhecimento nas Forças Armadas da Colômbia é reconhecida. O Escola Superior de Guerra leva seu nome: *Escuela Superior de Guerra “General Rafael Reyes Prieto”*.

Brasil¹⁰⁹, até onde foi possível percorrer o Rio Putumayo, afluente importante da bacia amazônica dentro do território colombiano¹¹⁰. Durante seu mandato presidencial buscou reformar as Forças Armadas, na tentativa de desvinculá-las do sectarismo partidário que dominou os militares durante o século XIX. Suas principais realizações foram as Escolas Militar e Naval (ambas em 1907) (Tovar, 1993, p. 302-303).

Para a transformação no ambiente marítimo, Reyes contratou uma missão chilena. O esforço de impulsionar o ensino militar naval do General não conseguiu resistir ao período após seu mandato. Criada pelo decreto 793 de 6 de julho de 1907, a Escola Naval teve como único comandante o tenente chileno Alberto Asmussen, formando não mais que uma dezena de oficiais em seu curto período de existência. Em 28 de dezembro de 1909, o sucessor de Reyes, Ramón González Valencia, encerrou as atividades da Academia Naval (Tovar, 1993, p. 304-308)¹¹¹.

Ao longo dos anos 1920, poucos meios foram adquiridos para uma “Força Naval” que não possuía nem mesmo escola de formação. A maior parte dos navios obtidos nesse período, buscou atender às necessidades de controle da ordem pública na principal artéria fluvial do país, o Rio Magdalena¹¹². Apenas 4 canhoneiras, sem muita autonomia e poder de combate, atuavam no Atlântico e no Pacífico (Tovar, 1993, p. 308). Essa era basicamente a configuração da Marinha de Guerra colombiana até o início da guerra com o Peru em 1932.

3.3 Da guerra contra o Peru à participação na Coréia

Nos anos 1920 os EUA iniciaram uma incipiente tentativa de mudança na abordagem para a América Latina, buscando melhorar a imagem expansionista que carregava até então¹¹³. Um símbolo importante dessa nova postura no relacionamento foi a viagem de Bainbridge Colby, último secretário de Estado de Woodrow Wilson (1913-1921), por vários Estados latino-americanos. Na visão de Gilderhus, Lafavor e

¹⁰⁹ Fato interessante desse empreendimento foi o encontro de Reyes com Dom Pedro II em 1875, que deu permissão ao General de realizar sua viagem dentro do território brasileiro. O imperador ofereceu, inclusive, apoio de navios, que foram, porém, negados. Na visão do colombiano era necessário manter o caráter nacional do projeto (Tovar, 1993, p. 303).

¹¹⁰ Todos os outros três irmãos do General morreram ao longo da viagem (Tovar, 1993, p. 303).

¹¹¹ Somente em 1935, após o conflito com o Peru, seria novamente criada uma Escola Naval.

¹¹² Os principais navios adquiridos para esse fim foram as canhoneiras *Cartagena*, *Santa Marta* e *Barranquilla* (Tovar, 1993, p. 308).

¹¹³ Essa concepção só renderia resultados no governo de Franklin Delano Roosevelt e sua Política da Boa Vizinhança, a partir dos anos 1930.

Larosa (2017, p. 59) a Doutrina Monroe e o corolário Roosevelt permaneceram como “pedra angular” da estratégia estadunidense para a região, mas a ausência da ameaça europeia pós I GM demandou uma readequação como um guia viável de política externa regional.

Na Colômbia o período ficou conhecido como *La danza de los millones* (a dança dos milhões), pois os recursos provenientes do ressarcimento pela perda do Panamá, e o excelente desempenho da produção e venda do café¹¹⁴, impulsionaram a primeira onda de desenvolvimento industrial do país. Um dos principais legados foi a construção de importante malha ferroviária e rodoviária (López, 1994, p. 278-279)¹¹⁵. A inserção dos EUA na economia colombiana¹¹⁶ continuou avançando, principalmente por meio de empréstimos financeiros e das indústrias petroleira¹¹⁷ e bananeira (Randall, 1992, p. 115-124). A mudança de postura de Washington em buscar melhorar sua imagem junto a Bogotá pode ser verificada nas palavras do embaixador Herbert S. Goold à época. Remetendo-se à lentidão na assinatura do tratado Urrutia-Thompson, o representante da Casa Branca disse:

Há muito que é desejo deste povo [dos EUA] e do seu governo dar ao Governo e ao povo da Colômbia alguma prova material da sua estima genuína, e pode-se dizer com toda a exatidão que o atraso na ratificação do pacto, o atraso nesta manifestação formal da boa vontade americana para com a nação colombiana, em nenhum momento e de forma alguma prejudicou a sua sinceridade ou cordialidade (Goold *apud* Randall, 1992, p. 107)¹¹⁸.

Apesar do desenvolvimento industrial, a sociedade colombiana ainda não aceitava com naturalidade a forte entrada de empresas estadunidenses no país. Jornais importantes da época, como o conservador *El Diario Nacional* e o liberal *El Espectador*, produziam matérias espelhando esse sentimento. O alerta era de que

¹¹⁴ Entre 1923 e 1928 houve um aumento de 96% de área plantada de café na Colômbia (López, 1994, p. 279).

¹¹⁵ Em relação às rodovias em 1911 havia apenas 587 Km de estradas construídas. Em 1922 essa cifra já era de 3.437 Km, chegando ao valor de 5.743 Km em 1930 (López, 1994, p. 279).

¹¹⁶ Durante a década de 1920 a Colômbia se manteve como terceiro maior mercado (importação e exportação) sul-americano para os EUA, perdendo apenas para Brasil e Argentina. Os principais produtos de exportação eram café, banana e petróleo (Randall, 1992, p. 110-111).

¹¹⁷ Entre 1923 e 1929 a produção de petróleo colombiana passou de 2.000 barris por ano para 20 milhões de barris por ano.

¹¹⁸ Do original: “It has long been the desire of these people [US] and their government to give to the Government and people of Colombia some material evidence of their very genuine esteem, and it can be said with entire accuracy that the delay in the ratification of the pact, the delay in this formal manifestation of American good will toward the Colombian Nation, has at no time and in no manner detracted from its sincerity or warmth” (Goold *apud* Randal, 1992, p. 107).

revoltas sobre as más condições de trabalho nessas companhias seriam inevitáveis. Roubo e vandalismo contra as organizações estadunidenses passaram a ser comuns. A embaixada dos EUA solicitou ações enérgicas do governo colombiano para reprimir essas ações, principalmente na zona petrolífera de Barrancabermeja e bananeira em Santa Marta (Randall, 1992, p. 112-113).

Ao final do período, a diplomacia do presidente Hebert Hoover (1929-1933), assumiu uma postura de não intervenção militar. Isso corroborava com a política de melhorar a imagem da Casa Branca com a América Latina. Para demonstrar sua intenção de aproximação com os vizinhos do continente, Hoover realizou uma viagem por países da região durante 7 semanas¹¹⁹. Por onde passava reafirmava que os EUA não possuíam desejo de expansão territorial (Hastedt, 2004, p. 91).

Nesse sentido, endossou um documento, conhecido como memorando Clark, que repudiava o Corolário Roosevelt. Dessa forma, preparou as bases da política da boa vizinha exercida por seu sucessor Franklin Roosevelt (1933-1945)¹²⁰. Esse comportamento também se alinhava à dificuldade em exercer uma política externa mais afirmativa, tendo em vista a forte depressão enfrentada pelo país, que refletiu em todo mundo, após o crack da Bolsa de Nova York (Hastedt, 2004, p. 91).

Mesmo com a crise de 1929, cabe ressaltar que em 1930 a Colômbia conseguiu alcançar a posição de quarto país mais industrializado da América Latina, e figurava como o segundo maior parceiro dos EUA na região. Nessa época, as empresas estadunidenses mantinham cerca de US\$ 170 milhões em títulos do governo colombiano, além de aproximadamente US\$ 130 milhões em investimentos nas áreas do petróleo, serviços públicos e bananeira. Uma dessas grandes companhias, a *United Fruit Company*, protagonizou um episódio emblemático da difícil relação entre trabalhadores colombianos e empresários dos EUA nessa transformação econômica e social da virada dos anos 1920 e 1930 (Abel; Palacios, 2015, p. 422-423).

¹¹⁹ Nessa viagem Hoover priorizou os países da América Central, passando por Honduras, El Salvador, Nicarágua e Costa Rica (Hastedt, 2004, p. 91).

¹²⁰ Na visão de Araújo (2023, p. 66), Roosevelt foi um dos presidentes dos EUA de maior credibilidade e confiança dos países da América Latina.

3.3.1 O MASSACRE DAS BANANEIRAS

Estabelecida na região de Santa Marta desde o final do século XIX, a *United Fruit Company* mantinha uma relação conflituosa com seus empregados (conjuntura também usual no mercado petrolífero). Em 1928, cerca de 25.000 trabalhadores eram submetidos a extenuantes jornadas de 12 horas laborais. Não havia pagamento em dinheiro, mas sim créditos para adquirir produtos na própria empresa. Esse panorama gerou greves operárias e impulsionou a queima de plantações. Houve também a danificação de estruturas telegráficas e energéticas e a destruição de trechos da malha ferroviária construída e utilizada pela empresa (Ospina, 2010).

Nas palavras de Abel e Palacios (2015, p. 423) “a repressão foi brutal”. O movimento foi declarado como comunista¹²¹, tanto pelos dirigentes da empresa, como pelo governo conservador de Miguel Abadía Mendes (1926-1930). Uma greve de quase 10.000 funcionários motivou o deslocamento de tropas estatais para a região. Além da vontade de repelir o protesto organizado, havia também o receio de Mendes em ocorrer uma intervenção militar dos EUA¹²². A elite liberal aproveitou para condenar a ação das tropas contra nacionais. Em dezembro de 1928, o jornal liberal *El Tiempo* publicou que os conservadores estavam atuando como servos da *United Fruit Company* (Randall, 1992, p. 123).

Em 11 de novembro, 400 trabalhadores foram presos. O encarregado da operação, general Carlos Cortés, convocou os manifestantes a se reunirem no centro da cidade de Ciénaga no dia 5 de dezembro. Acreditando na possibilidade de negociar com o governador do departamento, os grevistas se aglutinaram na praça principal. Na madrugada de 6 de dezembro, com os trabalhadores ainda dormindo, o oficial deu ordem para que seus subordinados atirassem contra os manifestantes, acusados de perturbação da ordem pública¹²³. O embaixador dos EUA na Colômbia, Jefferson Caffery, comunicou ao Departamento de Estado, por meio de informações dos

¹²¹ A ideologia comunista e socialista se instalou na Colômbia nesse período. Em 1919 nasceu o Partido Socialista da Colômbia, que possuía ligações com o Partido Liberal. Fruto dessa relação, em 1926 se funda o Partido Socialista Revolucionário, uma dissidência que não concordava com esse vínculo (López, 1994, p. 280).

¹²² O vice-cônsul dos EUA em Santa Marta solicitou apoio da Marinha dos EUA, porém foi negado pelo Departamento de Estado, que pressionou o governo colombiano para resolver a questão dentro de sua soberania (Randall, 1992, p. 123).

¹²³ O evento foi ludicamente relatado na obra premiada de Gabriel Garcia Marques *Cem anos de solidão* (Randall, 1992, p. 123).

dirigentes da empresa, que o número de mortos ultrapassava mil manifestantes (Ospina, 2010).

Um advogado e congressista bogotano em ascensão, *Jorge Eliécer Gaitán*¹²⁴, denunciou as ações na zona bananeira com veemência no plenário do congresso. Ele conduziu uma investigação pessoal, pois não havia vontade política para que o evento ganhasse relevância no cenário nacional. Isso passou a motivar as camadas populares a prestarem atenção, e seguirem, o parlamentar, que ascendia dentro do partido Liberal. A pressão de Gaitán possibilitou mudanças feitas pelo Estado em relação à *United Fruit Company*, como incremento de taxas de exportação sobre a produção da empresa e algumas alterações na fraca legislação trabalhista do país (Randall, 1992, p. 124).

As reivindicações sociais dos colombianos cresciam à medida que aumentava a repercussão do conflito na zona bananeira. O *crash* da bolsa de Nova Iorque, repercutiu no país com forte desemprego¹²⁵, inflamando manifestações estudantis na capital Bogotá. Essas circunstâncias, proporcionaram ao partido Liberal voltar à presidência com Enrique Olaya Herrera (1930-1934), encerrando mais de três décadas de hegemonia conservadora¹²⁶. O novo presidente era bem-visto pelo partido opositor, pois antes de assumir o Palácio Nariño atuou como embaixador da Colômbia em Washington no governo conservador que o antecedeu. Era avaliado como um político moderado, o que facilitou a transição (Bushnell, 2021).

Com a intenção de mediar os ânimos de radicais em ambos os partidos (liberal e conservador), Olaya buscou uma coalizão bipartidária. Na cúpula das agremiações esse movimento surtiu certo efeito. Mesmo assim, episódios de violência entre partidários não componentes das elites, mas instrumentalizados indiretamente por estas, chegaram a causar muitos transtornos, principalmente na zona rural. Havia liberais buscando acerto de contas (aproveitando que conseguiram voltar ao poder central), e conservadores discordantes do resultado. Ambos produziram um incipiente conflito político que foi controlado pelo novo governo (Bushnell, 2021).

¹²⁴ A partir do evento do massacre das bananeiras Gaitán ganhou expressão nacional e se tornou uma importante liderança do partido liberal. Exerceu funções importantes como Ministro do Trabalho e prefeito da cidade de Bogotá (Larosa; Mejía, 2017, p. 112).

¹²⁵ Na Colômbia o desemprego chegou a 50% e reduções salariais que giravam em torno de 20% (Ospina, 2010, p. 46).

¹²⁶ Além das questões conjunturais houve também uma cisão dentro do partido conservador, que apresentou dois candidatos ao pleito, Guillermo Valencia e Alfredo Vásquez Cobo, o que também contribuiu para a vitória liberal (Bushnell, 2021).

Na visão de Cuéllar Araújo (2023, p. 60), a conexão entre EUA e Colômbia na nova fase liberal era um alinhamento perfeito. Isso porque “Olaya havia estado 10 anos antes como representante nosso [da Colômbia] em Washington, e entendia perfeitamente a diplomacia estadunidense”¹²⁷. Segundo Bushnell (2021), o novo presidente procurou uma boa relação com o empresariado dos EUA, na esperança de conseguir recursos para ajudar o país no período pós-crise de 1929, o que não ocorreu. Nesse processo, consentiu em realizar diversas mudanças legais que beneficiavam as indústrias bananeira e petrolífera estadunidense.

O mais chocante [...] foi que, quando chegou o momento de designar um novo ministro da Indústria, posição que tinha relação tanto com o petróleo como com o setor bananeiro, o presidente colombiano se consultou com o embaixador dos Estados Unidos para ter certeza de que a nomeação seria aceitável a eles (Bushnell, 2021, p. 263, tradução nossa)¹²⁸.

Além de enfrentar a recessão mundial, o grande desafio do governo surgiu em 1932, com o conflito no sul do país contra o Peru. Esse evento provocou o efetivo nascimento da Marinha de Guerra da Colômbia.

3.3.2 A DISPUTA POR LETÍCIA

Em 1º de setembro de 1932 um “bando de aventureiros” (Bushnell, 2021, p. 261, tradução nossa)¹²⁹, cerca de 200 civis armados, peruanos saíram da cidade de Iquitos no Peru e invadiu o povoado, e porto fluvial, de Letícia, às margens do Rio Amazonas. Os agressores capturaram o intendente do departamento, Alfredo Villamil, e 18 policiais. Esse foi o estopim de uma guerra que nem mesmo o governo em Lima esperava. O presidente Olaya Herrera imediatamente decretou Estado de Sítio e o envio de tropas. O desafio era que a região, inóspita, não possuía comunicação satisfatória nem terrestre, nem fluvial, com o restante do país (Tovar, 1993, p. 313; Bushnell, 2021).

¹²⁷ Olaya había estado 10 años antes como representante nuestro en Washington y entendia perfectamente la diplomacia estadounidense (Cuellar Araújo, 2023, p. 60).

¹²⁸ Do original: “Lo más chocante [...] fue que, cuando llegó el momento de designar un nuevo ministro de Industrias, posición que tenía que ver tanto con el petróleo como con el banano, el presidente colombiano consultó con el embajador de los Estados Unidos para cerciorarse de que el nombramiento le resultara aceptable”.

¹²⁹ Do original: “bando de aventureros”.

O conflito provocou uma onda de sentimento patriótico, que segundo Bushnell (2021) foi um dos motivos para controlar os confrontos entre liberais e conservadores. A grande dificuldade de acesso forçou o governo colombiano a realizar um grande esforço: por meio do arresto de uma embarcação da *United Fruit Company* enviou tropas que saíram da costa caribenha e navegaram todo o Rio Amazonas, entrando pela foz brasileira, perpassando mais de 3.000 Km até chegar à área do conflito. Mesmo com o amadorismo da invasão peruana, o jornal *New York Times* noticiou a investida da seguinte forma: “o ataque dos peruanos à população de Letícia foi cuidadosamente premeditado e preparado com antecipação e exatidão militar” (*New York Times*, 1932 *apud* Tovar, 1993, p. 313).

Havia apenas duas canhoneiras na região que estavam em condições de serem empregadas para retomar a localidade. A situação militar naquele momento pesava a favor dos peruanos. Apesar disso, os invasores não possuíam total apoio de seu governo central. O problema era que, caso Lima não apoiasse a ação tomada pelo líder local, o coronel Luis María Sánchez Cerro, havia o risco de uma revolta interna na região amazônica do país. Os peruanos de Loreto (Departamento do Estado localizado na selva) formaram o que chamaram de Junta Patriótica. O objetivo era ganhar apoio popular na área para a retomada de Letícia. O povoado passou a fazer parte da Colômbia em 1922, após a assinatura do tratado bilateral de fronteiras Salomón-Lozano (Woods, 1966, p. 175-179).

Essa situação doméstica peruana também preocupou os EUA, que trabalhou no sentido de manter os limites da fronteira entre Colômbia e Peru, sem ferir a soberania dos países. Outra apreensão da Casa Branca era evitar que a situação ganhasse repercussão internacional (Woods, 1966, p. 176). O trecho de uma carta enviada pelo embaixador dos EUA ao Ministro das Relações Exteriores peruano demonstra essa preocupação:

Eu ficaria feliz em saber precisamente como o Peru se sente sobre a situação e a extensão da ameaça interna, e o problema que essa nação enfrenta, mas não queria parecer indevidamente curioso sobre as questões internas do Peru e apenas desejava promover uma solução pacífica e boas relações (Woods, 1966, p. 176)¹³⁰.

¹³⁰ Do original: “I would be happy to know precisely how Peru feel about the situation and the extent of the internal menace, and the problem confronting this nation, but I did not wish to appear unduly curious about Peru’s internal and merely desired to promote peaceful solution and good relations” (Woods, 1966, p. 176).

Olaya Herrera procurou o embaixador dos EUA no país Jefferson Caffery, na tentativa de obter apoio para o conflito, principalmente militar. Ele sabia do custo de uma guerra e da deficiência do país em relação às suas Forças Armadas. Em um discurso sobre a questão, disse que “a única força moral na América que pode preservar a paz neste caso são os Estados Unidos”¹³¹ (Herrera, 1932 *apud* Woods, 1966, p. 182). Mesmo com a atuação pessoal do presidente, a Casa Branca negou a venda de hidroaviões aos colombianos (Woods, 1966, p. 183).

Do lado peruano, os EUA também mantiveram uma postura neutra. O país possuía uma missão naval estadunidense instalada quando eclodiu a contenda. A ordem do Departamento de Estado em Washington era para que seus assessores militares em Lima se mantivessem afastados de qualquer auxílio no planejamento das operações de guerra. Um telegrama da Secretaria da Marinha enviado à Missão Naval em 28 de setembro de 1932 dizia: “é essencial que os membros da Missão se abstenham de participar de qualquer forma na formulação de planos de guerra dirigidos contra a Colômbia” (Woods, 1966, p. 183-184)¹³².

O apelo nacional de Bogotá aos cidadãos resultou em um aporte significativo de recursos provenientes de doações. Outro fator que demonstrou a mobilização da população foi um maciço alistamento para participar do conflito. A Marinha de Guerra não possuía meios de grande porte em condições de permanência substantiva no mar para se contrapor ao Peru, caso o conflito escalasse para um embate de maior amplitude (Tovar, 1993, p. 315).

Em contrapartida, “a Marinha de Guerra do Peru figurava entre as mais avançadas da América do Sul” (Tovar, 1994, p. 317)¹³³. Contava com instituições de ensino naval e bases de apoio no Pacífico, além de um efetivo militar significativamente maior que o da Colômbia. Adicionalmente, possuía um cruzador leve de 3.500 toneladas e um contratorpedeiro, além de 4 submarinos, também estava em superioridade numérica de embarcações menores. A dificuldade estava justamente no ambiente amazônico, com condições próximas às de Bogotá na região (Tovar, 1993, p. 317).

¹³¹ Do original: “The only moral force in America which can preserve peace in this case is the United States” (Herrera, 1932 *apud* Woods, 1966, p. 182).

¹³² Do original: “it is essential that members of Mission refrain from participating in anyway whatsoever in formulation of war plans directed against Colombia” (Woods, 1966, p. 183-184).

¹³³ Do original: “La Marina de Guerra del Perú figuraba entre las más avanzadas de Suramérica” (Tovar, 1993, p. 317).

O Comandante-em-Chefe colombiano para o conflito, designado por Olaya Herrera, foi o General Alfredo Vázquez Cobo¹³⁴, que realizou grande esforço para obter meios navais em condições de atuar nas operações fluviais. Quando a crise se iniciou o oficial se encontrava na França, o que facilitou a intermediação para a aquisição de três navios do país. Ele embarcou prontamente nesses meios em direção à foz do rio Amazonas, onde se encontrou com o restante dos meios colombianos que haviam saído da cidade de Barranquilla. Ambos os grupos alcançaram o porto de Belém em dezembro de 1932. No porto brasileiro, Vázquez Cobo comprou mais um navio de bandeira italiana para servir de navio-hospital. Após reparos necessários em algumas embarcações em Manaus, todos seguiram para Letícia, com o objetivo de incorporarem nas operações de guerra (Tovar, 1993, p. 319-320).

Após a ocupação de Letícia, os peruanos montaram um posto avançado no monte de Tarapacá, onde ocorreu a principal batalha entre as forças beligerantes entre 13 e 15 de fevereiro de 1933. A flotilha que atravessou o Rio Amazonas estava estacionada na localidade brasileira de São Paulo de Olivença, e quando se envolveu no combate desequilibrou a comparação de poderes combatentes, contribuindo para a vitória colombiana. A notícia da retomada de Tarapacá foi primeira página no jornal *El Tiempo* de 16 de fevereiro de 1933. A manchete dizia: “os soldados peruanos fugiram sem nos causar baixas, os fugitivos deixaram seus rastros de sangue nas trincheiras de Tarapacá” (Tovar, 1993, p. 326)¹³⁵.

Após essa conquista, as forças colombianas seguiram para tomar o Forte “Guepí”, localizado no lado peruano do Rio Putumayo. O combate durou dois dias, nessa batalha a atuação das canhoneiras “Santa Marta” e “Cartagena”, da flotilha formada meses antes, foi fundamental. Os meios não só transportaram membros de um incipiente corpo de fuzileiros navais, para atravessarem o Rio Putumayo e conquistarem a fortaleza, como também forneceram apoio de fogo com os canhões de bordo (Tovar, 1993, p. 328-329).

Em maio, quando os colombianos estavam no Forte “Guepí” e peruanos em Letícia, os debates sobre a paz no âmbito da Liga da Nações¹³⁶ chegou a um termo.

¹³⁴ O oficial participou da Guerra dos Mil Dias e estava a bordo do *USS Wisconsin* por ocasião da assinatura do tratado de Paz, assinado entre liberais e conservadores no navio estadunidense (Tovar, 1993, p. 319).

¹³⁵ Do original: “Los soldados peruanos huyeron sin causarnos bajas, los fugitivos dejaron rastros de sangre en las trincheras de Tarapacá” (Tovar, 1993, p. 326).

¹³⁶ A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações (2023), criada ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com sede em Genebra, na Suíça, foi a primeira organização internacional de escopo

Ambas as localidades foram desocupadas e Letícia ficou sob administração da entidade internacional até que se finalizassem os detalhes finais do acordo. Após um período de um ano, o novo tratado de limites entre os países foi firmado na cidade do Rio de Janeiro em 24 de maio de 1934, encerrando o conflito que motivou o nascimento de uma nova Marinha de Guerra para a Colômbia (Tovar, 1993, p. 330-332; Scheina, 1987, p. 122).

3.3.3 O NASCIMENTO DA MARINHA DA COLÔMBIA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O conflito com o Peru despertou o Estado colombiano para a necessidade de possuir uma Marinha de Guerra. A espinha dorsal da recém-criada Força Naval estava estruturada em uma missão naval inglesa e na aquisição de dois *Destroyers* construídos em Portugal: *Antioquia* e *Caldas*¹³⁷. O chefe da missão contratada pelo Palácio Nariño foi o Capitão de Mar-e-Guerra Basil Owen Bell Salter. O oficial, junto com 200 militares da *Royal NAVY* contratados, envolveram-se com a instrução e a administração dos meios, bem como o comando de determinados navios. Os marinheiros britânicos conduziram os dois navios recém adquiridos pela Colômbia desde Lisboa até Cartagena, onde atracaram em 14 de março de 1934 (Tovar, 1993, p. 335-337; Colômbia, 1935, p. 27).

Em 21 de setembro criou-se o Departamento da Marinha, subordinado ao Ministério da Guerra, por meio do decreto nº 1238. O nome oficial atualmente empregado, Armada da República da Colômbia (ARC), só surgiu na reforma administrativa da instituição em novembro de 1944 (Tovar, 1993, p. 343). Um relatório do Ministério da Guerra de 1935 apresentava a Marinha da seguinte forma:

O Departamento da Marinha foi organizado pelo decreto 1.834, de 21 de setembro, com as seguintes dependências: chefe de departamento e três seções: 1. Flotilhas Marítimas; 2. Flotilhas Fluviais e 3. Pessoal, Estatística e Hidrografia. A Base Naval de Cartagena depende da Flotilha Marítima, e seu efetivo foi determinado pelo decreto citado acima. As flotilhas fluviais, assim como a marítima, foram organizadas pelo decreto número 1.384, de 5 de

universal em bases permanentes, voluntariamente integrada por Estados soberanos com o objetivo principal de instituir um sistema de segurança coletiva, “A organização praticamente deixou de funcionar com a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939, e foi oficialmente desativada em abril de 1946”.

¹³⁷ A relação de meios da Marinha de Guerra da Colômbia ano a ano, retiradas da publicação *Jane's Fighting Ships* encontradas ao longo da investigação, encontram-se disponível em: https://docs.google.com/document/d/1NhEJ1W_iNgg7ITRdLU2HLN7wPtIUQ1xI/edit?usp=sharing&oid=108955640951744557888&rtpof=true&sd=true. Acesso em 13. abr. 2024.

julho; A primeira é constituída pelas flotilhas dos rios Amazonas, Caquetá e Putumayo e flotilha do Magdalena. A Flotilha do Sul é composta por dois grupos de navios: o primeiro grupo, baseado em Puerto Ospina e navegando no Alto Putumayo e seus afluentes. Segundo, baseado em La Enea e navegando no Bajo Putumayo. A Flotilha do Magdalena é formada pela canhoneira Presidente Mosquera (Colômbia, 1935, p. 14)¹³⁸.

Ao longo da década de 1930, diversos órgãos foram criados, com o objetivo de proporcionar instituições importantes para a ARC. Em maio de 1934, fundou-se a *Escuela de Grumetes y Maquinistas*. Finalmente, em 3 de julho de 1935, após ter seu funcionamento interrompido em 1907, foi estabelecida, definitivamente, a *Escuela Naval Almirante “Padilla”*. O Corpo de Fuzileiros Navais foi instituído em 1936, com militares provenientes do exército. Oficiais do exército também foram enviados à Inglaterra para receberem formação naval (Tovar, 1993, p. 344). Cabe ressaltar que a costa pacífica ainda se manteve praticamente desguarnecida. A ARC¹³⁹ não vislumbrou um setor específico para a região.

Nesse período de renascimento da Marinha de Guerra, e término do governo de Olaya Herrera, Roosevelt colocou em prática sua “Política da Boa Vizinhança” com a América Latina. Para demonstrar força, e ao mesmo tempo confirmar o estreito vínculo com Bogotá, o chefe da Casa da Branca escolheu a Colômbia como o 1º país do América do Sul a receber um presidente dos EUA. Em 10 de julho de 1934, o cruzador *USS Houston*, acompanhado pelos *destroyers* da ARC, o Caldas e o Antioquia, atracou com o presidente a bordo, no porto de Cartagena (Glass, 2023).

Em agosto 1934 subiu ao poder, com um enorme apoio popular, Alfonso López Pumarejo (1934-1938)¹⁴⁰, sob o lema “*La Revolución em Marcha*”. Aproveitando as condições favoráveis de não intervenção dos EUA naquele momento, o novo plenipotenciário liberal realizou mudanças sociais significativas no país. Diferentemente de Olaya Herrera, que beneficiou o empresariado estadunidense, o

¹³⁸ Do original: “El Departamento de Marina fue organizado por decreto 1834 de 21 de septiembre, con las siguientes dependencias: jefatura del departamento y tres secciones: 1. Flotillas Marítimas; 2. Flotillas Fluviales y 3. Personal, Estadística e Hidrografía. La Base Naval de Cartagena depende de la Sección Marítima, y super son al fue determinado por el decreto citado anteriormente. Las flotillas fluviales como la marítima, fueron organizadas por decreto número 1384 de 5 de julio; la primera consta de la Flotilla de los ríos Amazonas, Caquetá y Putumayo y Flotilla del Magdalena. La Flotilla del Sur está constituída por dos grupos de buques así: primer grupo, con base en Puerto Ospina y navegación en el Alto Putumayo y sus afluentes. Segundo, con base em La Enea y navegación en el Bajo Putumayo. La Flotilla del Magdalena está constituída por el cañonero Presidente Mosquera” (Colômbia, 1935, p. 14).

¹³⁹ Armada da República da Colômbia.

¹⁴⁰ Pumarejo recebeu 938.808 votos contra apenas 3.401 votos de todos os outros candidatos (Bushnell, 2021).

governo de López criou leis trabalhistas para proteger os bananeiros. Passado o conflito com o Peru, as revoltas no campo retornaram. “Com a esperança de acalmar o descontentamento campesino, López patrocinou a primeira lei colombiana de reforma agrária, adotada em 1936” (Bushnell, 2021, p. 267, tradução nossa)¹⁴¹, que abrandou provisoriamente o descontentamento da população rural. Outra política de destaque foi o estímulo à formação de sindicatos, que duplicou de número durante esse período¹⁴².

Financiou-se um pacote de obras públicas, inspirado no “*New Deal*” de Roosevelt, baseado em construção de escolas e estradas que conectassem o campo à cidade. Houve também o aumento da taxaço sobre as indústrias petrolífera e bananeira. Encerrando o pacote de mudanças na estrutura político-social, uma reforma constitucional aboliu a religião católica como oficial do Estado, retirando o monopólio do ensino público da igreja. Em relação ao voto, proporcionou esse direito aos analfabetos, mas ainda manteve a proibição às mulheres, além de suprimir a participação política, inclusive o sufrágio, a todos os militares das Forças Armadas (Bushnell, 2021; Ospina, 2010).

Na economia Pumarejo incentivou o setor de maior influência na exportação, o cafeeiro, concomitantemente buscou o desenvolvimento industrial, o que agradou setores empresariais conservadores e liberais. Mesmo com essa concordância na agenda econômica, a parte mais radical dos conservadores entendeu que a retirada de poder da igreja, combinado a abertura sindicalista aos trabalhadores, representava uma ameaça ao Estado. Isso retomou, novamente, o choque ideológico das guerras civis do século XIX (González, 2021, p. 110).

Em dezembro de 1936, durante a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz, em um esforço pessoal de Roosevelt, que compareceu ao evento, os EUA tentaram unificar o pensamento de defesa hemisférico. A desconfiança dos latino-americanos impossibilitou um consenso sobre o assunto, inclusive com oposição de Pumarejo. A diplomacia de Washington concluiu que seria mais viável realizar acordos bilaterais, proporcionando ajuda militar na intenção de reduzir esse tipo de vínculo com países europeus (Gómez Moreno, 2010, p. 8).

¹⁴¹ Do original: “Con la esperanza de calmar el descontento campesino, López patrocinó la primera ley colombiana de reforma agrária, adoptada en 1936”.

¹⁴² O primeiro conglomerado de sindicatos foi criado em 1936, sob o nome de *Confederación de Trabajadores de Colombia* (CTC), nesse mesmo ano nasceu também o Partido Comunista da Colômbia (PCC) (Bushnell, 2021; González, 2021, p. 110).

Dentro do contexto desses acordos bilaterais, Pumarejo pretendia adquirir meios navais nos EUA, porém não houve acordo entre as intenções de ambos os países. Internamente, o presidente também não conseguiu conciliar sua vontade com as burocracias estatais. Sua intenção era vender os *Destroyers* Antioquia e Caldas antes de obter novos. Tanto o embaixador colombiano em Washington, Miguel López Pumarejo (irmão do presidente), quanto o Comando das Forças Armadas, foram contra, alegando que a ausência de navios de guerra, mesmo por curto período, seria um risco à defesa nacional (Gómez Moreno, 2010, p. 8).

Dono do principal jornal liberal, o *El Tiempo*, subiu à presidência, em agosto de 1938, Eduardo Santos (1938-1942)¹⁴³, sem oposição, pois os conservadores alegaram fraude nas eleições, e não participaram do pleito. Voltando a atender demandas empresariais e trabalhistas, o novo ocupante do Palácio Nariño criou um Instituto de Fomento Industrial. Nas relações com os EUA, retomou laços mais estreitos. Um desses acenos foi a criação de missões militares (naval e aérea) do país na Colômbia. Segundo Bushnell (2021, p. 275, tradução nossa), Santos entendia que, “seja por honesta convicção, seja pela sensação de que o interesse do país requeria”, era preciso manter um bom convívio com “a principal potência econômica e política do hemisfério”¹⁴⁴.

Na visão de Coleman (2008, p. 5-8), os EUA aumentaram a aproximação diplomática com a Colômbia nesse momento, tendo em vista a escalada da tensão na Europa e a considerável influência alemã no país. Foi nesse momento que se instalou a primeira adidância militar estadunidense em Bogotá. Para prestigiar a posse de Santos, Roosevelt enviou dois aviões bombardeiros, que foram recebidos por uma multidão. Isso sinalizou que a imagem de Washington estava melhorando consideravelmente perante a sociedade colombiana.

Nos dias que se seguiram, os aviadores [pilotos do bombardeiro dos EUA] se misturaram com centenas de cidadãos colombianos, funcionários do governo e membros eleitos. Eles participaram de eventos formais e informais, incluindo uma tourada com o prefeito de Bogotá. Os americanos

¹⁴³ Eduardo Santos adquiriu o jornal *El Tiempo* em 1913 e foi um incentivador da cooperação em Defesa entre EUA e Colômbia, além de um admirador de Roosevelt. Na avaliação da Casa Branca era o político mais poderoso do partido Liberal (Coleman, 2008, p. 7).

¹⁴⁴ Do original: “bien por honesta convicción o bien por la sensación de que el interes del país requiere [...] la principal potencia económica y política del hemisfério”.

uniformizados inspiraram “grande entusiasmo popular” em coquetéis e eventos sociais (Coleman, 2008, p. 5)¹⁴⁵.

Logo após sua posse, impressionado com a aeronave dos EUA, e a apenas 5 meses da invasão de Hitler à Checoslováquia, Santos propôs ao embaixador Jefferson Caffery uma cooperação militar bilateral, para incrementar as capacidades de suas Forças Armadas. O Ministro da Guerra, José Joaquim Castro Martínez, também enxergava com preocupação a falta de capacidade para enfrentar outro possível conflito com o Peru, que havia acabado de receber uma fábrica de aviões italianos no país (Coleman, 2008, p. 5; Gómez Moreno, 2010, p. 9).

Dessa forma, em 10 de janeiro de 1939, os ingleses foram substituídos por uma Missão Naval dos EUA. Segundo Scheina (1987), essa foi a parceria mais duradoura de toda a América Latina, funcionando no país até 1987. A primeira equipe era liderada pelo Capitão de Mar-e-Guerra Laurence Fairfax Reifsnider, sendo composta por 6 oficiais e 15 suboficiais. A equipe atuou principalmente na instrução de pessoal e assessoria de alto nível ao Comando Naval. Apesar da solicitação da ARC nesse sentido, a *US NAVY*, não autorizou que seus oficiais assumissem funções de comando dentro da instituição (EUA, 1940, p. 5; Scheina, 1987, p. 325). Segundo Coleman (2008, p. 21), o Comandante Reifsnider encontrou a Marinha de Guerra da Colômbia sem condições de executar operações navais com eficiência, além de despreparadas para a guerra moderna.

A função da Missão Naval não se restringiu somente ao auxílio no incremento de capacidades da ARC, documentos da inteligência naval dos EUA confirmam que a intenção era obter, também, uma forma de influenciar as decisões militares dos colombianos, caso fosse necessário. Em 11 de setembro de 1940, foi escrito no referido reporte secreto que “o capitão Reifsnider [chefe da missão naval] tem a total confiança de todos os oficiais colombianos e eles seguirão mais de perto o seu conselho do que qualquer pessoa na Colômbia” (EUA, 1940, p. 2)¹⁴⁶.

Uma das maiores preocupações de Segurança Nacional para os EUA naquele momento, era em relação à influência nazista na Colômbia. Principalmente a presença da empresa aérea SCADTA (Sociedade Colombo Alemã De Transportes Aéreos).

¹⁴⁵ Do original: “Over the days that followed, the aviators mixed with hundred so of Colombian citizens, servisse men, and elected officials. They attended formal and informal events, including a bull fight with the mayor of Bogota. The uniformed Americans inspired “great popular enthusiasm” at cocktail parties and state socials” (Coleman, 2008, p. 5).

¹⁴⁶ Do original: “Captain Reifsnider has the complete confidence of all of the Colombian officials and they will more nearly follow his advice than that of anyone in Colombia” (EUA, 1940, p. 2).

Criada em 1919 pela comunidade germânica em Barranquilla, muitos dos seus pilotos, após adquirirem experiência, voltavam à terra natal para incorporarem à *Luftwaffe*. Havia o temor que os aviões da SCADTA, pilotados por alemães, ameaçassem o trânsito no Canal do Panamá. Aproveitando que a gigante do ramo aéreo *Pan American Airways* possuía ações da empresa¹⁴⁷, o governo em Washington pressionou, tanto Eduardo Santos, como a companhia estadunidense para se desfazerem dos pilotos nazistas (Bushnell, 2021; Cuéllar Araújo, 2023, p. 67).

Segundo Alves (2002, p. 83-84), com a eclosão da II GM, Roosevelt se preocupou com duas questões principais. No âmbito doméstico se empenhou em proporcionar condições à Inglaterra e à França para comprarem material bélico no país. Isso foi possível por meio de uma nova legislação tipo *cash and carry* (pague e leve), obrigando que o material fosse retirado em território estadunidense. Assim, tendo em vista o domínio inglês no Atlântico Norte, o acesso desse material aos alemães se tornava impraticável.

Em termos de política exterior, a maior iniciativa [de Roosevelt] dirigiu-se para as relações com os países latino-americanos. Com base no decidido na Conferência de Lima, em face da guerra, era necessário que todas as repúblicas americanas tomassem uma decisão conjunta. Para isto foi convocada a I Reunião de Consultas, realizada no Panamá, entre 23 de setembro e 3 de outubro de 1939. Procurando formalizar a condição de neutralidade de todas as repúblicas hemisféricas, a decisão mais importante tomada dizia respeito à definição espacial marítima do que seria neutralidade. A proposta norte-americana foi a vencedora, que, com o apoio brasileiro, criou uma faixa de 300 milhas náuticas de largura, medidas a partir da costa atlântica dos países, estendendo-se do Cabo Horn até a fronteira EUA-Canadá. Excluía-se desta os espaços marítimo circundantes às colônias de países europeus que não estivessem sob a reclamação de qualquer país americano (Alves, 2002, p. 84).

Essa “Zona de Neutralidade Hemisférica” afastou significativamente a influência comercial alemã da América Latina, o que proporcionou uma oportunidade relevante de aumento no comércio para os EUA com seus vizinhos. De forma concreta, essa área não resultou em maior segurança regional, pois os países não possuíam efetiva força militar para se contraporem ao perigo nazista. Os EUA também não dispunham de meios suficientes para manter todos os apoios necessários à cobertura desse espaço (Alves, 2002, p. 85-87). A ameaça dos *u-boats* no mar foi

¹⁴⁷ Uma parceria entre a *Pan American Airways* com o governo colombiano, que comprou o restante das ações da empresa, gerou a atual empresa aérea AVIANCA (Bushnell, 2021).

uma das pressões que, mais tarde, levou à declaração de guerra ao Eixo pela Colômbia em 1943, mesmo possuindo uma comunidade alemã atuante no país¹⁴⁸.

Em setembro de 1939, Santos conseguiu apoio expressivo do congresso para aprovação de medidas protetivas para o Canal do Panamá, demonstrando suporte substancial aos anseios de segurança dos EUA. Um dos itens dessa resolução era a autorização para entrada de tropas estadunidenses na Colômbia, caso fosse necessário proteger o país da invasão alemã. Um dos maiores opositores internos a essas medidas foi Laureano Gómez¹⁴⁹. Dono do periódico conservador *El Siglo*, o político se colocava a favor do falangismo de Franco na Espanha, além de manter afinidade pelo nazismo hitlerista. Em virtude das matérias simpáticas ao eixo, seu jornal sofreu boicote por parte de Washington. A publicação dependia do patrocínio de empresas e do fornecimento de papel para impressão proveniente dos EUA, ambos cortados em virtude do seu posicionamento editorial (Coleman, 2008, p. 9; Bushnell, 2021; Cuéllar Araújo, 2023, p. 18).

Na economia, os EUA sustentaram a demanda colombiana de vendas do café ao país. O produto havia sofrido forte baixa com a deflagração do conflito na Europa. Após uma queda de 50% na exportação, a Casa Branca firmou um acordo com o Palacio Nariño baseado em compras de quotas mínimas. Isso garantiu à Colômbia vender 80% de sua produção anual aos estadunidenses, estabilizando sua balança comercial no período. Apesar desse apoio, houve escassez de diversos produtos, o que fomentou a instalação de novas indústrias no país¹⁵⁰. Outro fator de mudança foi a compra da *United Fruit Company* pelo governo colombiano. A empresa se negou a investir no combate a uma epidemia de *sigatoka*, peste que aplacou as plantações (Bushnell, 2021; Cuéllar Araújo, 2023, p. 67).

Com o ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941, Santos manteve o alinhamento com Roosevelt, declarando em pronunciamento no dia seguinte a agressão que:

acompanhamos francamente e lealmente os Estados Unidos da América do Norte e seus aliados nesta gigantesca luta, [notificando o] rompimento de

¹⁴⁸ Além da já comentada empresa SCADTA, os alemães também possuíam forte atuação no setor químico e farmacêutico (Cuéllar Araújo, 2023, p. 68).

¹⁴⁹ Em 1940 o embaixador dos EUA na Colômbia, Spruille Braden, defendeu que o posicionamento de Gómez contra as medidas de segurança hemisféricas era uma postura pró-nazista (Cuéllar Araújo, 2023, p. 69).

¹⁵⁰ Parcela dessas empresas possuía sua matriz nos EUA, um dos produtos substituídos por esse tipo de filial estadunidense foi o pneu (Bushnell, 2021).

relações diplomáticas e consulares com os governos do eixo (Santos, 1941 *apud* Cuéllar Araújo, 2023, p. 67, tradução nossa)¹⁵¹.

No final de seu governo, Santos enfrentou o afundamento de navios colombianos por submarinos alemães no mar do Caribe. Em 27 de julho de 1942, o *u-boat* U-505, que se encontrava em trânsito nas proximidades de Aruba e Curaçao com destino a sua área de patrulha na costa venezuelana, afundou a embarcação do país, Roma. Um mês antes (26 de junho), outro submarino alemão levou a pique a escuna *Resolute*, nas proximidades de San Andrés e Providência. Nesse episódio, todos os tripulantes foram mortos por disparos de metralhadora pelos nazistas (Colômbia, 1991, p. 80-83; Coleman, 2008, p. 12-13). Para Bushnell (2021), esses eventos forçaram o recém-empossado Alfonso López Pumarejo (1942-1945), em seu segundo mandato, a declarar guerra ao Eixo. O ato “contou com o apoio de todos os setores do partido do governo, além de muitos conservadores” (Bushnell, 2021, p. 277, tradução nossa)¹⁵².

Esse mandato de Pumarejo foi conturbado, principalmente face à crise econômica enfrentada pelo país durante a guerra. Isso promoveu forte oposição ao seu governo, até mesmo de alas do próprio partido. A conjuntura contou, inclusive, com a tentativa de golpe militar em junho de 1944¹⁵³. Apesar de repellido, o evento demonstrou a fragilidade institucional vivida pelo país naquele momento. O cenário forçou Pumarejo a renunciar, sendo substituído por Alberto Lleras Camargo (Bushnell, 2021; López, 1994, p. 297).

A única participação militar efetiva da Colômbia na II GM¹⁵⁴ se restringiu ao afundamento de um submarino alemão nas águas do Caribe. Em 29 de março de 1944, o *destroyer* ARC Caldas suspendeu sozinho para uma patrulha entre a cidade de Cólón e Cartagena. O meio faria a proteção de um petroleiro, que não acompanhou o escolta, em virtude da ameaça submarina reportada pelo setor de informações dos EUA na Zona do Canal. Às 18h37, a vigilância identificou o periscópio, e parte da torre,

¹⁵¹ Do original: “acompañamos francamente y lealmente a los Estados Unidos de Norte América y sus aliados en esta lucha gigantesca, [y notificamos] rompimiento de relaciones diplomáticas y consulares con los Gobiernos del Eje”.

¹⁵² Do original: “contó con el apoyo de todos los sectores del partido de gobierno, además de muchos conservadores”.

¹⁵³ O presidente adotou uma postura de substituir o Exército pela Polícia Nacional em diversas atribuições relacionadas à Segurança e Defesa, o que gerou forte descontentamento dos Generais. Segundo Bushnell (2021), este foi o principal motivo do ensaio de Golpe Militar.

¹⁵⁴ Outros eventos como resgate de naufragos e preparações para a defesa do país também foram realizados, mas nenhum envolvimento direto no conflito (Colômbia, 1991, p. 73-74).

de um *u-boat* nazista. Prontamente, o comandante do navio investiu contra a ameaça e realizou disparos de artilharia, que não acertaram. Após o submarino submergir, o Caldas efetuou ataque com cargas de profundidade, nessa segunda ofensiva foi avistado muito óleo na água, presumindo-se o afundamento da embarcação. Assim que soube do ocorrido, o Ministro da Guerra, General Domingo Espinel, declarou que “estamos começando a cobrar a dívida que as armas Nazis haviam contraído com a Colômbia ao afundarem [...] várias escunas” (Colômbia, 1991, p. 72-77)¹⁵⁵.

Os relatórios do Ministério da Guerra ao longo da II GM destacam que “as missões [militares] dos Estados Unidos não têm deixado nada a desejar. Têm sido o principal fator nos progressos da Marinha e da Aviação nacionais” (Colômbia, 1940, p. 38)¹⁵⁶. Havia também importante integração institucional, levando o governo a dizer que estava “amplamente satisfeito com a colaboração e assessoria dos oficiais norte-americanos [...] que até o momento estavam trabalhando em completa harmonia com as disposições internas do país” (Colômbia, 1941, p. 38)¹⁵⁷. Além dos assessores militares estadunidenses, muitos oficiais e praças colombianos foram cursar em diversas unidades nos EUA. Em relação ao apoio logístico, cabe destacar que os navios capitais para a Colômbia, o Caldas e o Antioquia, necessitavam fazer seus reparos em portos norte-americanos, pois não havia condições de manutenção no país (Colômbia, 1940; 1941; 1942; 1944 e 1945).

Dessa forma, ao longo da década de 1930, surgiu a ARC. Até o final da II GM, apenas dois meios, o ARC Caldas e o ARC Antioquia, se enquadravam nos quesitos de Morris (1987) para compor uma Força Naval voltada ao papel militar, essa situação só mudaria com a participação do país na Guerra da Coreia. A formação do pessoal militar foi estruturada pela breve missão inglesa, substituída rapidamente pelos EUA. Washington passou a orientar, e influenciar, a ARC ao longo de quase meio século de forma direta. Os colombianos, baseado nos relatos do Ministro da Guerra, estavam confortáveis com essa situação.

¹⁵⁵ Do original: “Estamos comenzando a cobrar la deuda que las armas Nazis habían contraído con Colombia al hundirle [...] varias goletas” (Colômbia, 1991, p. 72).

¹⁵⁶ Do original: “Las Misiones de los Estados Unidos no han dejado nado quédesear. Han sido factor principal em los progresos de la Marina y la Aviación nacionales” (Colômbia, 1940, p. 28).

¹⁵⁷ Do original: “ampliamente satisfecho de la colaboración y asesoría de los oficiales norte-americanos [...] por cuanto han trabajado em completa armonía com las disposiciones internas del país” (Colômbia, 1941, p. 38).

3.3.4 O INÍCIO DA GUERRA FRIA – O “EL BOGOTAZO” E “LA VIOLENCIA”

Antes mesmo de acabar a guerra, Churchill, Roosevelt e Stálin se reuniram em Yalta, em fevereiro de 1945. O objetivo foi debater questões essenciais para o mundo pós Hitler, como a ocupação da Alemanha e o destino da Polônia. Logo após a derrota nazista, entre julho e agosto, novamente EUA, já sob o governo de Truman, em virtude da morte de Roosevelt em abril, Reino Unido e URSS, se encontraram em Potsdam. Nesse momento, divergências entre a Casa Branca e o Kremlin indicavam a configuração bipolar que estava nascendo. O representante de Washington em Moscou, George Kennan, destacou que era importante bloquear com serenidade anseios expansionistas soviéticos, esboçando o prelúdio da teoria da contenção (Vaisse, 2013, p. 15-21).

A partir de 1947, ano efetivo da ruptura aliada da II GM, a preocupação de Washington se voltou para Moscou, sendo a construção da ameaça comunista na América Latina uma característica marcante da Guerra Fria. Efetivamente, a prioridade da Casa Branca estava no auxílio à Europa, negligenciando seus vizinhos americanos, o que fomentou um ressentimento regional. Ao longo das presidências de Harry Truman (1945-1953) e Dwight Eisenhower (1953-1961) a política da “boa vizinhança” foi praticamente esquecida. A preocupação do Departamento de Estado estava centrada em confeccionar um Sistema de Segurança Hemisférico, que foi oficializado em setembro de 1947 no Rio de Janeiro, com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 105-106; Vaisse, 2013, p. 25).

Na Colômbia a situação política estava marcada pela divisão dentro do Partido Liberal. Com a renúncia de López Pumarejo em 1945, os liberais se dividiram entre a elite tradicional, em torno de Gabriel Turbay, e a massa que seguia Jorge Eliécer Gaitán. O político, que havia capitalizado adeptos desde as greves da *United Fruit Company*, exerceu funções importantes dentro dos governos liberais. Advogado criminalista, formado na Itália, o que somado ao seu latente nacionalismo lhe rendeu algumas comparações com Mussolini, foi prefeito de Bogotá e Ministro do Trabalho e da Educação. Com discursos inflamados contra a oligarquia dominante na Colômbia, incomodou não só os conservadores, mas membros de seu próprio partido (Bushnell, 2021; Ospina, 2010).

Os EUA estavam atentos aos seus passos. Em 1º de maio de 1946, o embaixador do país em Bogotá, John C. Wiley (1946 *apud* Ospina, 2010, p. 60), enviou um ofício ao Departamento de Estado que, entre outras observações, destacava:

Aqueles que o conhecem asseguram que ele não quer os Estados Unidos. Gaitán tem se pronunciado a favor da nacionalização da banca [*sic*], cervejarias e empresas de serviços públicos e outras formas de socialismo de Estado, o qual, com o tempo, pode até incluir a indústria de.

O forte apoio popular levou Gaitán a iniciar um movimento próprio e lançar sua candidatura avulsa em 1946, dividindo os votos do partido com Turbay. A fragmentação eleitoral beneficiou o conservador Mariano Ospina Pérez¹⁵⁸, que derrubou os 16 anos de poder liberal. O período conturbado trouxe de volta a violência partidária, principalmente na zona rural. Mesmo Ospina possuindo um perfil mediador, tentando compor o governo com os liberais, como fez Olaya Herrera no início dos anos 1930, dessa vez não houve uma guerra externa para unir a população e acalmar os ânimos (Bushnell, 2021).

A morte de Gabriel Turbay, em novembro de 1947, trouxe mais agitação ao cenário político. A aplicação da violência contra o movimento gaitanista foi chancelada por Ospina, que passou a usar o Exército contra a população. A estimativa é de que entre 1947 e 1948 foram mortos cerca de 14.000 colombianos por questões políticas¹⁵⁹. Novamente, a voz que denunciou as ações coercitivas do Estado foi a de Gaitán. Como havia uma nova lei que proibia manifestações barulhentas, em 7 de fevereiro de 1948, milhares de bogotanos, liderados por Gaitán, realizaram “*La marcha del silencio*” caminhando pelas ruas da cidade totalmente calados (Bushnell, 2021; Rueda, 2022, p. 253; Salive, 2018, p. 24).

O advogado liberal que carregava multidões para seus discursos contra a elite política era o favorito para as eleições de 1950. Essa aspiração não logrou êxito, pois Gaitán foi assassinado em 9 de abril de 1948 na frente do seu escritório em Bogotá. O executor do homicídio, Juan Roa Sierra, foi levado por policiais para dentro de uma loja, na tentativa de protegê-lo da indignação das testemunhas. Um esforço em vão,

¹⁵⁸ Os conservadores decidiram pelo nome de Ospina, em detrimento do líder mais popular do partido Laureano Gómez. Havia o temor de que a rejeição de seu nome fosse um entrave à governabilidade do país (Bushnell, 2021).

¹⁵⁹ Para que se tenha uma noção relativa desse quantitativo, o censo de 1951 apontava uma população de 11.548.172 colombianos (Bushnell, 2021).

visto que não houve como conter a população, que acabou linchando, matando e carregando o corpo do assassino até o palácio presidencial. Isso dificultou esclarecimentos sobre os motivos da morte. O evento foi o gatilho para a eclosão de revoltas pelo país (Coleman, 2008, p. 43; Ospina, 2010).

Na capital, ocorreu uma onda de depredações¹⁶⁰ e saques, com a destruição do centro da cidade¹⁶¹. Por toda Colômbia, houve mais de três mil mortos e a derrubada de vários governantes locais¹⁶² em apenas três dias de sublevação. Esses eventos ficaram conhecidos como “*El Bogotazo*”. Apesar das ações de agressão entre liberais e conservadores ter retornado com maior intensidade desde 1946, quando Ospina subiu ao poder, a morte de Gaitán é considerada como principal marco do período de guerra civil não declarada conhecido como “*La Violência*” (Randall, 1992, p. 192; Bushnell, 2021).

Somado à agitação popular, havia também a presença maciça da mídia internacional reportando os fatos. Dado que a IX Conferência Panamericana, que criou a Organização dos Estados Americanos (OEA), ocorreu em Bogotá exatamente naquela semana, inclusive com a participação do Secretário de Estado dos EUA, George Marshall. O general precisou se abrigar dos manifestantes para não ser hostilizado. É interessante pontuar que nesse encontro ficou decidido o nome de Alberto Lleras Camargo, o presidente que assumiu após a renúncia de Pumarejo, como primeiro Secretário-Geral da instituição (Coleman, 2008, p. 43)¹⁶³. Há uma placa presa à parede da prefeitura de Bogotá que registra e lamenta os ocorridos do 9 de abril de 1948 (ver Quadro 7).

“*La Violência*” marcou profundamente a Colômbia. O fenômeno foi responsável pela formação de resistências armadas, chamadas de “autodefesas”¹⁶⁴, preponderantemente de formação liberal e rural, pois o poder governamental estava

¹⁶⁰ Os principais alvos dos ataques foram instituições religiosas, como igrejas, colégios e conventos, pois eram vistos como os principais símbolos do poder da elite conservadora, maior suspeita de mandar executar Gaitán (Randall, 1992, p. 192).

¹⁶¹ Os prédios dos ministérios das Relações Exteriores, da Justiça, das Comunicações e do Interior foram incendiados (Randall, 1992, p. 192).

¹⁶² Por exemplo, na cidade de “Barrancabermeja (centro petrolífero), os operários assumiram o poder por 22 dias” (Veléz, 1998, p. 10), com o apoio de sindicatos e da população.

¹⁶³ Antes do nascimento da OEA, o cargo análogo ao que Lleras Camargo assumiu, o de Diretor Geral da União Panamericana foi ocupado durante 26 anos pelo estadunidense Leo Stanton Rowe (Ospina, 2010, p. 58).

¹⁶⁴ Segundo Salive (2018, p. 26), o isolamento entre as regiões do país mantinha as autodefesas em focos específicos. Somados todos os grupos as estimativas são de que nessa época havia cerca 21.000 participantes, contra um efetivo de 40.000 militares, somados exército e polícia nacional.

com os conservadores. Esses grupos formaram a gênese das insurgências, nos mais diversos tipos de matizes progressistas, fundadas a partir da década de 1960. Outra consequência foi a criação de grupos vigilantes para proteção aos proprietários de terras, que eram conhecidos como “*chulavitas*” e/ou “*pájaros*”. Essas facções constituíram a origem dos grupos paramilitares, que se intensificaram nos anos de 1970 (Bushnell, 2021).

Por mais de uma década, “*La Violência*”, eternizada ludicamente no *best seller* de Gabriel García Márquez (1993), *Cem anos de solidão*¹⁶⁵, foram responsáveis por irmãos, pais e filhos se matarem uns aos outros em nome da fidelidade partidária. O período foi resumido da seguinte forma por Pécaut (2010, p. 22-23):

Aquilo que é chamado *La Violência* constituiu na realidade, mais que o assassinato de Gaitán, é a experiência que alimenta a memória coletiva de muitos colombianos. [...] o conjunto de fenômenos que a caracterizaram durante cerca de quinze anos fecha com um saldo de 200 mil mortos, inúmeras migrações populacionais e, sobretudo, atrocidades comparáveis às da Guerra Civil Espanhola.

Paradoxalmente, entre 1945 e 1955 a Colômbia cresceu 5% ao ano em seu Produto Interno Bruto (PIB). O setor mais pujante foi o industrial, com um aumento de 9% anuais, além de investimentos estrangeiros significativos. Em virtude principalmente das migrações forçadas pelas lutas no campo, houve um aumento de 8% da população nas áreas urbanas. Esse desenvolvimento não foi privilégio dos colombianos, o restante do mundo cresceu a índices ainda maiores, e o país estava na média dos valores latino-americanos (Bushnell, 2021).

Segundo Abel e Palacios (2015, p. 447), em 1947, mesmo antes da morte de Gaitán, “a Colômbia navegava à deriva, no caminho de converter-se num país ingovernável”. Para os autores, o “*El Bogotazo*” trouxe a Guerra Fria para dentro da política colombiana. O líder conservador Laureano Gómez aproveitou essa situação para defender que o país cairia em uma guerra civil declarada. Em setembro de 1949, um afiliado do Partido Liberal foi assassinado dentro do congresso por um representante conservador, simbolizando a efetiva ruptura entre os partidos. Ospina não conseguiu manter a institucionalidade, decretando Estado de Sítio em diversos momentos (Abel; Palacios, 2015, p. 447-449).

¹⁶⁵ O livro, prêmio Nobel de literatura, narra a estória de várias gerações da família *Buendía*, marcada, entre outros dramas, pelos confrontos da época de *La Violência*, a obra foi traduzida para diversas línguas, inclusive o português.

Nesse quadro, em outubro de 1949, de forma concomitante, Gómez lançou sua candidatura à presidência e os liberais ameaçaram a abertura de *impeachment* contra Ospina. O presidente imediatamente fechou o parlamento e decretou mais uma vez Estado de Sítio. Gómez disputaria contra seu opositor partidário Echandía, porém, o irmão do representante liberal foi assassinado. Isso motivou o partido a não apresentar uma candidatura, alegando falta de condições para o pleito eleitoral. Vitorioso em uma campanha sem adversários, Laureano Gómez assumiu a presidência em janeiro de 1950 (Abel; Palacios, 2015, p. 450).

Seu governo foi baseado em forte censura e autoritarismo. Para Bushnell (2021), o final do governo Ospina e toda a administração Laureano Gómez podem ser consideradas uma ditadura civil. Se antes da II GM a postura do novo presidente era favorável à Alemanha, no contexto bipolar direcionou sua política externa para os EUA. Em 20 de julho de 1950, realizou um pronunciamento afirmando que adotaria uma postura “pró-norte-americana” e “anticomunista”. A ação que mais simbolizou esse movimento foi a participação da Colômbia na Guerra da Coréia (Ospina, 2010).

3.3.5 A COLÔMBIA NA GUERRA DA CORÉIA E SUA MARINHA DE GUERRA

Sob o governo Truman, desde 1947, os EUA mostraram disposição para barrar avanços do Kremlin no próprio entorno estratégico de Stalin. Um marco foi quando Washington substituiu o papel de Londres na Grécia. Em 25 de junho de 1950¹⁶⁶, no extremo oriente, o pacto sino-soviético¹⁶⁷ motivou o governo norte-coreano, alinhado a Moscou e a Pequim, a avançar sob o paralelo 38, linha acordada para manter a influência das potências bipolares bem delimitada na península. A política externa estadunidense mostrou sua face militar e interveio no conflito. Entre outubro e novembro foi o momento de a China incorporar-se à contenda (Alves, 2007, p. 129-131; Vaisse, 2013, p. 26-40).

A Guerra da Coréia representou a militarização da doutrina de contenção dos Estados Unidos e foi o momento mais crítico do que já era chamado de Guerra Fria. Na verdade, nos primeiros meses de 1951, a eclosão de uma

¹⁶⁶ Cabe lembrar que em agosto de 1949 a URSS havia testado com êxito seu próprio artefato nuclear (Alves, 2007, p. 130).

¹⁶⁷ Russos e chineses haviam assinado um tratado de aliança e amizade em fevereiro de 1950, motivando ainda mais a percepção dos EUA de que a URSS pretendia continuar expandindo sua área de influência (Alves, 2007, p. 131).

Terceira Guerra Mundial, opondo alianças contrárias lideradas por norte-americanos e soviéticos, não era opção pouco provável (Alves, 2007, p. 129).

À vista desse cenário, corroborando o novo posicionamento de Laureano Gómez em relação à Casa Branca, Bogotá enviou, além de navios de guerra, um batalhão do exército para compor a força multinacional sob a liderança dos EUA na Coreia. Essa parceria marcou a Força Naval colombiana, que adquiriu dois novos meios navais, ambos provenientes da *US NAVY*. Operar com os norte-americanos nas águas do Extremo Oriente incorporou de forma latente a doutrina naval estadunidense de emprego na ARC (Tovar, 1993, p. 385).

Desde o “*El Bogotazo*” os colombianos haviam rompido relações diplomáticas com a URSS, mostrando o forte alinhamento com os EUA. Com poucos anos de vida, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da resolução 84, aprovada em 7 de julho de 1950 pelo Conselho de Segurança¹⁶⁸, autorizou a formação de uma força-tarefa, sob a liderança de Washington, usando a bandeira da instituição. A Colômbia foi o único país latino-americano que participou desse esforço conjunto (Tovar, 1993, p. 385; 2003, p. 49-50).

Segundo Tovar (2003, p. 50-51), a burocracia da Casa Branca possuía visões diferentes sobre a participação do Palácio Nariño no conflito. O Departamento de Estado, sob uma ótica política, entendia que era muito importante um país latino-americano na composição de forças, mas deveria se traduzir em envolvimento militar efetivo. Isso demonstraria união regional e fomentaria outras parcerias hemisféricas. O Departamento do Tesouro estava reticente, visto as dívidas que a Colômbia possuía, sua postura era de que deveria ocorrer o reembolso dos custos. O Departamento de Defesa, que necessitava de pessoal para atuar no teatro de operações, sinalizou favoravelmente, independente das dívidas colombianas.

Para Bushnell (2021), apesar das teses de que a participação na Coreia possuía um viés de retaliação de Gómez contra oficiais liberais das Forças Armadas (enviados para guerra como “punição”), e/ou pressões iniciais dos EUA, o motivo mais realista se concentra no pivô que o presidente executava em direção à Casa Branca. O primeiro movimento nesse sentido foi disponibilizar o navio ARC Almirante “Padilla”, e uma tripulação completa, para incorporarem ao esforço de guerra. O ato sanava as

¹⁶⁸ A votação no Conselho de Segurança foi polêmica, pois a URSS não estava presente. Desde janeiro de 1950 os soviéticos reclamavam que a cadeira permanente, com poder de veto, ocupada pela República da China (hoje Taiwan) deveria ser ocupada pela República Popular da China.

necessidades do Departamento de Estado e de Defesa. A notícia do oferecimento do meio foi dada pessoalmente pelo Ministro da Guerra colombiano, Roberto Urdaneta Arbeláez, ao Secretário da Marinha em Washington. Posteriormente, a cessão de um batalhão do exército, com efetivo de aproximadamente 1.080 militares, mergulhou a Colômbia de forma incontestada na contenda (Tovar, 2003, p. 50-54).

O ARC Almirante Padilla foi adquirido pela Colômbia 3 anos antes (março de 1947), do próprio EUA (ex-*USS Groton*), para atuar como navio escola na instrução aos alunos da Escola Naval. À época da convocação para a Coreia, retornava de uma viagem na América do Sul, onde havia visitado Argentina, Brasil e Uruguai. Ao ser designado foi colocado como prioridade de investimento de recursos pelo Ministério da Guerra. Em 14 de novembro, o embaixador colombiano em Washington, Eduardo Zuleta Angel, apresentou formalmente a proposta e informou que Bogotá iria “reembolsar o governo dos Estados Unidos pelos valores de treinamento e apoio logístico” (Tovar, 2003, p. 54)^{169 170}. O movimento diplomático acalmou os ânimos dos atores reticentes dentro do Departamento do Tesouro (Colômbia, 1947, p. 90; 1948, p. 48-50, p. 69-70; 1951, p. 5-6, p. 10).

Em 1º de novembro de 1950, antes mesmo da oficialização da proposta à Casa Branca, o ARC Almirante Padilla suspendeu com destino ao porto de San Diego, Califórnia, nos EUA, para reparos e preparo do pessoal embarcado. Tendo em vista a necessidade de adestramento da tripulação e problemas nas obras de recuperação, seu trânsito para a área de operações só ocorreu em 14 de março de 1951¹⁷¹. Ao mesmo tempo em que o meio participava de diversas operações no Mar do Japão, principalmente de Escolta e Apoio de Fogo Naval, o Ministério da Guerra iniciou tratativas para aquisição de novas embarcações, que atuariam em sistema de rodízio no conflito (Tovar, 1993, p. 388-401; Silva, 2003, p. 415).

A Colômbia adquiriu dois navios nos EUA para sua participação na Coreia. O ARC Capitán Tono (ex-*USS Bisbee*) e o ARC Almirante Brion (ex-*USS Burington*), ambos da mesma classe do Almirante Padilla, a *Tacoma*. As rendições seguiam uma lógica: os meios eram reparados em estaleiros norte-americanos, ao mesmo tempo

¹⁶⁹ Do original: “Reembolsar al Gobierno de los Estados Unidos el valor del entrenamiento y apoyo logístico” (Tovar, 2013, p. 54).

¹⁷⁰ Ao final da guerra em 1953, apesar dos EUA apresentar uma fatura de US\$ 10 milhões, em função da troca de governo, com o golpe militar do General Rojas Pinilla, o valor acabou não sendo cobrado (Tovar, 2003, p. 58).

¹⁷¹ O Batalhão do Exército chegou em 10 de junho de 1951, a bordo do navio de transporte de tropas dos EUA *USS Aiken Victory* (Tovar, 1993, p. 390).

em que uma nova tripulação obtinha adestramentos necessários para a operação. No traslado, geralmente com parada em *Pearl Harbor*, os exercícios se intensificavam e aumentavam o grau de prontidão dos navios. Ao chegar a *Yokosuka*, no Japão, cumpriam cerimônias protocolares e demandavam ao porto final em Sasebo, base logística principal da força-tarefa¹⁷², cujos colombianos faziam parte. Ao final desse processo, o meio era adjudicado a um determinado grupo-tarefa (Tovar, 1993, p. 406-410; Silva, 2003, p. 415-416). O Quadro 2 a seguir sintetiza os períodos em que as embarcações estiveram efetivamente em operação:

Quadro 2 – Rotatividade de Navios da ARC na Guerra da Coreia

Navios da ARC	Período de Operação na Coréia
ARC Almirante Padilla	30/4/1951 a 19/1/1952
ARC Capitán Tono	12/2/1952 a 27/1/1953
ARC Almirante Brion	26/6/1953 a 22/4/1954
ARC Capitán Tono	15/3/1954 a 15/4/1955
ARC Almirante Padilla	12/1/1955 a 15/12/1955

Fonte: Adaptado de Tovar (1993).

Diversos aprendizados operacionais e técnicos adquiridos na Coréia foram aproveitados para aumentar o aprestamento da ARC. Resguardadas as questões político-estratégicas entre EUA e Colômbia, a participação efetiva no mar conformou um incremento de conhecimento substantivo aos militares colombianos. A falta de experiência e o despreparo, que desde o início da década de 1930 marcava a Força Naval, passavam por um ponto de inflexão importante. Segundo Tovar (1993, p. 419), “a Armada da Colômbia se divide em duas épocas: antes e depois da Coréia”¹⁷³.

Enquanto a ARC experimentava essa marcante transformação, a Colômbia passava pelo seu primeiro Golpe Militar desde 1900, ocorrido ainda durante a Guerra dos Mil Dias. O General Gustavo Rojas Pinilla, com a ajuda da elite tradicional, derrubou Laureano Gómez do poder. Após 4 anos do governo castrense, um período de transição, composto por uma junta das Forças Armadas, antecedeu o

¹⁷² Normalmente, o navio da ARC incorporava à Força-Tarefa 95, Força de Escolta e Bloqueio, responsável por proteger navios capitais, como os de transporte de tropas ou logísticos ou realizar bombardeios à costa (apoio de fogo naval) (Silva, 2003, p. 414).

¹⁷³ Do original: “La Armada de Colombia se divide en dos épocas: antes y después de Corea” (Tovar, 2003, p. 419).

estabelecimento de um polêmico acordo entre liberais e conservadores. Conhecida como Frente Nacional, o pacto enrijeceu a possibilidade de acesso ao sistema político oficial e distribuiu legalmente o poder de forma bipartidária. No transcurso desse fenômeno irromperiam as insurgências e o paramilitarismo.

3.4 O Governo Militar e a Frente Nacional

A política externa dos dois mandatos de Truman para América Latina focou no combate à “ameaça comunista”. Sua visão era de que o apoio militar seria a solução para evitar a influência da URSS no continente. Em maio de 1950 o substituto de Roosevelt emitiu o *National Security Council Document 56/2*, que traçou as linhas gerais da política interamericana de colaboração militar. Entre 1950 e 1957, a Colômbia recebeu, por meio do Programa Militar de Assistência (da sigla em inglês MAP), US\$ 18,3 milhões em equipamentos e armamentos, ficando atrás apenas do Brasil, que recebeu US\$ 52,13 milhões, e do Chile (Randall, 1992, p. 201-202).

George Kennan, o criador da teoria da contenção, compartilhava com Truman da ideia de que o comunismo era uma ameaça real à América Latina, e que necessitava de preparo militar. Segundo Smith (*apud* Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 125), o estrategista julgava que os latino-americanos possuíam “uma cultura política muito fraca e egoísta para apoiar uma democracia forte o suficiente para resistir à determinação superior e habilidade do inimigo comunista”¹⁷⁴.

Foi nessa atmosfera mais ampla da Guerra Fria que Laureano Gómez conduziu com “mão de ferro” o Palácio Nariño. Apesar de sofrer a influência do embate bipolar, as guerrilhas de “*La Violencia*” formadas nas regiões dos *Llanos Orientales*, *Tolima* e *Cundinamarca* tinham suas origens no embate partidário interno. A maior reivindicação social desses movimentos girava em torno da reforma agrária. Somente após a decretação da ilegalidade do PCC, em 1954, que houve uma aproximação dessas lideranças com os movimentos de guerrilha campesina (González, 2021, p. 126-131)¹⁷⁵. Mesmo assim:

¹⁷⁴ Do original: “a political culture too weak and selfish to support a democracy Strong enough to resist the superior determination and skill of the Communist enemy” (Smith *apud* Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 125).

¹⁷⁵ Apesar de não empregar em sua forma de atuação política, o Partido Comunista foi o único que aceitou em suas declarações políticas as guerrilhas como forma de busca por mudanças sociais. O próprio partido Liberal, a despeito de buscar sustentação dos integrantes desses grupos, não proclamou abertamente seu apoio (González, 2021, p. 133-134).

para o governo, as guerrilhas de autodefesas eram parte de uma estratégia comunista internacional; e para as guerrilhas, a repressão estatal provinha da influência das doutrinas de segurança do governo norte-americano (González, 2021, p. 132)¹⁷⁶.

Gómez estava determinado em manter a ordem e a estabilidade, bem como promover sua concepção de “regeneração moral”. Ele chegou a ofertar uma composição com os liberais, que recusaram veementemente, pois o consideravam fascista. Contra as guerrilhas nos *Llanos Orientales* executou operações militares violentas. Outras duas marcas de sua administração foram a perseguição ferrenha a adversários políticos e a censura de mídias que veiculavam notícias negativas sobre seu governo. Essa postura causou forte descontentamento na elite colombiana¹⁷⁷, que trabalhou para retirar o presidente do poder. Os movimentos estudantis urbanos também se organizaram contra a repressão, sendo brutalmente rechaçados¹⁷⁸. Contra eles se empregou tanto a polícia, como milícias fiéis ao populista conservador (Coleman, 2008, p. 122-123).

Nesse período, Washington teve que manter um jogo duplo entre as demandas domésticas e o autoritarismo de Bogotá. O sucesso colombiano na Coréia proporcionou certa aceitação às ações repressivas. O tema mais desconfortável, que gerou rugas entre a Casa Branca e o Palácio Nariño, baseou-se na perseguição a protestantes, que em sua maioria eram liberais, por católicos laureanistas. Havia missões evangélicas dos EUA no país que pressionavam por uma postura mais firme do Departamento de Estado. Os diplomatas norte-americanos tentaram cobrar uma solução para o impasse. A postura antissoviética do forte aliado na contenção ao avanço de Moscou lhe possibilitou evitar ações efetivas a respeito da questão religiosa (Coleman, 2008, p. 124)¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Do original: “para el gobierno, las guerrillas de autodefensa eran parte de una estrategia comunista internacional; y para las guerrillas, la represión estatal provenía de la influencia de las doctrinas de seguridad del gobierno norte-americano” (González, 2021, p. 132).

¹⁷⁷ Os ex-presidentes Alfonso López Michelsen e Eduardo Santos se mudaram para o exterior, tendo em vista a repressão cada vez mais forte de Gómez (Coleman, 2008, p. 123).

¹⁷⁸ Entre 1951 e 1952 as estimativas são de aproximadamente 23.600 mortes nos embates (Coleman, 2008, p. 123).

¹⁷⁹ Exemplo desse apoio foi a participação do país na Reunião de Ministros de Relações Exteriores em março de 1951. O chanceler Gonzalo Restrepo Jaramillo incentivou os países latino-americanos a firmarem acordos bilaterais com os EUA. O jornal *Washington Post* ressaltou a determinação da delegação colombiana em combater o comunismo (Coleman, 2008).

O exército colombiano não estava confortável com a atuação contra a guerrilha liberal¹⁸⁰, pois conotava um emprego político da instituição. Um dos mais respeitáveis oficiais da força, o General Gustavo Rojas Pinilla, após compor o grupo de trabalho hemisférico da Junta Interamericana de Defesa que criou o Plano Militar Geral para a Defesa do Continente, assumiu o Comando Geral das Forças Armadas. Por incentivo das lideranças de ambos os partidos, o oficial protagonizou a derrubada de Gómez (Coleman, 2008, p. 126; Bushnell, 2021).

3.4.1 A QUEDA DE LAUREANO, O GOVERNO DE PINILLA E O PACTO BIPARTIDÁRIO

A elite colombiana promoveu uma vasta campanha na sociedade para aumentar o prestígio das Forças Armadas. A intenção era justamente cooptá-la a assumir o poder. Dessa forma, em 13 de junho de 1953, Rojas Pinilla depôs Laureano Gómez e assumiu a presidência (Ospina, 2010). Segundo o General José Joaquín Matallan (*apud* Ospina, 2010), a população estava indignada com o governo, as ações militares nos *Llanos* só aumentavam os adeptos da guerrilha, e os políticos ficavam cada vez mais longe do poder. Essa combinação resultou no “Golpe Militar”, que de acordo com o jornal *El Colombiano*:

A enganosa ilegalidade do golpe de 13 de junho foi seguida pela legalidade de um governo que conta com o apoio de todos os homens de bem, das Forças Armadas, dos conservadores e liberais e seus chefes e da Suprema Assembleia Constituinte (Ospina, 2010, p. 73).

Um dos primeiros atos do governo militar, com o apoio de dirigentes liberais, foi oferecer anistia a todos os guerrilheiros que optassem por depor suas armas. O propósito era pacificar o Estado e evitar a manutenção de focos armados. Sob a liderança do gaitanista *Guadalupe Salcedo*¹⁸¹, mais de 4.000 combatentes dos *Llanos* se entregaram. Por todo o país cerca de 7.000 homens aceitaram o perdão estatal (Bushnell, 2021; Ospina, 2010).

¹⁸⁰ Nas ações foram empregados equipamentos e meios adquiridos dos EUA pelo pacote de ajuda conhecido como Programa de Assistência Militar, que disponibilizou mais de US\$ 40 milhões em apoio a toda América Latina (Coleman, 2008; Ospina, 2010).

¹⁸¹ Em junho de 1957, assim como Gaitán, Guadalupe Salcedo foi assassinado nas ruas de Bogotá (Ospina, 2010).

Apenas alguns pontos em *Tolima* e *Huila* mantiveram as “autodefesas”. O pleito pela propriedade de terras se manteve como principal reivindicação dessas zonas rurais. Os militares passaram a ocupar a chefia de quase todos os ministérios. Essa excepcionalidade indignou os políticos tradicionais, porque não houve uma coalizão partidária. Outro fato que irritou os liberais, e boa parte dos conservadores, foi a manutenção do Estado de Sítio. Em contrapartida, tanto a implantação de projetos de melhoria econômico-social, como o sucesso com a diminuição da violência, colocou parcela expressiva da população a favor do General, lhe rendendo inclusive comparações com Gaitán (Bushnell, 2021).

Em contrapartida, no campo, a demanda por reforma agrária não foi atendida, e em 1955 os conflitos retornaram nas regiões que mantiveram os focos de resistência nas cordilheiras ocidental e central. Como a aderência política desses movimentos se dissipou com a anistia de 1953, novamente o exército atuou na contenção das “autodefesas”. Em 1955, uma operação militar, conhecida como “Guerra de Villarica” (localidade da região de *Tolima*), empregou mais de 4.000 militares e 50 aviões. A tentativa de eliminar a resistência não surtiu o efeito desejado. Com o fracasso da ação, o exército optou por sufocar os guerrilheiros retirando milhares de não-combatentes da região. Esse ato objetivou, sem sucesso, asfixiar o apoio logístico (Villarica..., 2023; Ospina, 2010). A migração forçada, como a utilizada em Villarrica, seria uma ferramenta vastamente utilizada por insurgentes e paramilitares nas décadas de 1990 e 2000.

As divergências entre Rojas Pinilla e os políticos tradicionais aumentaram paulatinamente com a manutenção da postura populista do General. Tendo em vista o forte apoio da massa, ele tentou organizar um partido político próprio, escalando ainda mais a crise com a elite colombiana. O líder do partido liberal, Alberto Lleras Camargo, conseguiu costurar uma aliança bipartidária histórica, formando a Frente Civil Antigovernamental. Em 24 de julho de 1956, Lleras Camargo se encontrou com o conservador, e ainda muito forte politicamente, Laureano Gómez, na Espanha (Ospina, 2010).

Os líderes dos partidos assinaram o Pacto de Benidorm (nome do balneário onde o acordo foi firmado), formalizando a união liberal-conservadora. Para minar o governo central, movimentos conhecidos como “Paralisações Cívicas Nacionais” foram incentivados por empresários ligados a ambos os partidos. Em 10 de maio de 1957, sob uma greve geral, Rojas Pinilla foi deposto pelo mesmo grupo que o colocou

no poder, assumindo uma junta militar transitória, até que o novo governo civil assumisse o executivo (Ospina, 2010; Ramos, 2015, p. 69-71).

3.4.2 A FRENTE NACIONAL: INSURGÊNCIAS, PARAMILITARISMO E NARCOTRÁFICO

Meses antes da destituição de Pinilla, em 20 de março de 1957, conservadores e liberais celebraram o principal acordo para eliminar suas disputas violentas iniciadas no “*El Bogotazo*” (1948). Novamente na Espanha, Laureano Gómez e Lleras Camargo convencionaram as regras que nortearam o período conhecido como Frente Nacional. Em linhas gerais, o Pacto de Sitges (nome da cidade espanhola onde ocorreu o acordo) determinava que as funções do Executivo, presidência e ministérios, e as cadeiras do Congresso Nacional deveriam respeitar uma paridade bipartidária. A participação de outros partidos só seria possível se coligados com liberais ou conservadores (Ramos, 2015, p. 72).

Para encerrar uma década de “*La Violência*”¹⁸², um plebiscito realizado em dezembro, no qual 95% dos votantes aprovaram uma reforma constitucional¹⁸³, chancelou o novo sistema. Centrado nas antigas lideranças, as regras vigorariam durante 12 anos (até 1970), porém, decisão posterior, manteve as diretrizes até 1974. Por 16 anos, liberais e conservadores se revezaram na ocupação da presidência, começando por Lleras Camargo. Além disso, repartiram igualmente as outras funções executivas e legislativas. Não houve acesso ao poder político sem passar pelas agremiações que durante mais de um século disputaram o poder à base da força (Ramos, 2015, p. 74-78; González, 2021, p. 145-146).

Na década de 1950, a América Latina representava 40% dos investimentos diretos e 25% do comércio internacional dos EUA. Mesmo assim, ainda não existia um projeto de assistência econômica para a região, nos moldes do Plano Marshall europeu. A assunção de Eisenhower à presidência, não mudou a espinha dorsal da política externa de Truman contra o “comunismo” nas Américas. Na verdade, sua forte

¹⁸² De acordo com González (2021, p. 146) realmente se reduziu a violência, tanto urbana como rural. Em 1968 a taxa de homicídios na Colômbia, apesar de ainda muito alta, era muito inferior ao período de “*La Violência*”, na faixa de 20 por 100 mil habitantes. Esse índice se aproximava do patamar dos outros países latino-americanos da época (Pécaut, 2010).

¹⁸³ Segundo Ramos (2015, p. 76), essa foi a maior participação eleitoral da Colômbia até aquele momento de sua história. Isso proporcionou grande legitimidade ao início da Frente Nacional.

tendência em considerar o uso da força como principal ferramenta para a segurança nacional, rendeu críticas suas à ideia de contenção do governo anterior. O novo ocupante da Casa Branca julgava que, de certa forma, a política externa de seu antecessor proporcionava perda na iniciativa das ações em caso de um conflito (Hastedt, 2004, p. 143; Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 141).

No início de seu governo, em julho de 1953, ocorreu o impasse e o término do conflito na Coreia, que permanece até hoje. Durante os dois mandatos, o general enfrentou a tentativa de Kruchev de incorporar Berlim Ocidental, ou torná-la território sob a administração da ONU, e o desgaste gerado pela queda do avião espião U2 em território soviético, em maio de 1960. O maior fracasso estratégico de Washington nesse período estourou no ano novo de 1959, quando Fidel Castro desceu de seu refúgio em *Sierra Maestra* e promoveu a Revolução Cubana. Em julho de 1960, Che Guevara afirmou que Havana era socialista, afrontando mais de cem anos de Doutrina Monroe (Vaisse, 2013, p. 92-95).

Tendo em vista os acontecimentos em Cuba, Eisenhower solicitou a seu vice-presidente, Richard Nixon, que percorresse países da América Latina, para demonstrar apoio dos EUA aos seus vizinhos. Após anos de abordagem estratégica lastreada em uma visão militarizada para a região, a imagem de Washington junto aos latinos havia se deteriorado, *vis-à-vis* os anos da era Franklin Roosevelt. Entre 27 de abril e 15 de maio de 1958, Nixon foi hostilizado nos países que visitou (Coleman, 2008, p. 172-173).

Em Montevidéu, estudantes perseguiram a comitiva reivindicando apoio econômico. Na capital do Peru, manifestantes acusaram os EUA de consentir com governos autoritários. O próprio presidente Lleras Camargo alertou o representante de Washington que convulsões sociais explodiriam pelas Américas, caso a Casa Branca não construísse um projeto de apoio econômico-social para a região. Nixon enfrentou a maior adversidade em Caracas, onde uma multidão atacou sua limosine. A escolta policial venezuelana, que quase não conseguiu chegar com a carreata até a embaixada, perdeu o controle da situação em vários momentos. O Departamento de Estado chegou a considerar o envio de Fuzileiros Navais para intervir no país e estabilizar o local. No retorno aos EUA, o vice-presidente declarou em entrevista a jornalistas que era necessária uma reavaliação política voltada para a América Latina (Coleman, 2008, p. 172-173).

Dois anos depois, em março de 1960, Eisenhower percorreu o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai. Durante sua estadia, debateu com os líderes dos países a ideia proposta pelo presidente brasileiro Juscelino Kubitschek: um Plano Pan Americano de assistência interamericana, análogo ao Plano Marshall. A sugestão era um aporte de US\$ 40 bilhões. Esse foi o prelúdio da “Aliança para o Progresso”, projeto que marcou a gestão do próximo ocupante da Casa Branca, John Fitzgerald Kennedy (JFK). Como ação concreta, em julho foi disponibilizado US\$ 500 milhões em empréstimos para projetos de habitação, saúde, educação e reforma agrária. Essas iniciativas surtiram algum resultado, pois, para Coleman, a Conferência de Ministros da Economia interamericana, realizada em setembro, na cidade de Bogotá, foi uma das mais amigáveis desde 1945 (Coleman, 2008, p. 176).

A reestruturação da política externa dos EUA para a América Latina coincidiu com a remodelagem do sistema político na Colômbia. Segundo Randall (1992, p. 205-206), apesar de demonstrar preocupação com os focos de guerrilha e a possibilidade de comprometimento dos programas de segurança hemisférica, a administração Eisenhower recebeu com otimismo a queda de Rojas Pinilla e o advento da Frente Nacional. O embaixador norte-americano no país, John Cabot, ressaltou que Alberto Lleras Camargo¹⁸⁴ “seria especialmente pró-EUA” (Randall, 1992, p. 206, tradução nossa)¹⁸⁵. Para Ospina (2010), o primeiro presidente da coalizão bipartidária foi um dos maiores colaboradores dos EUA na primeira metade do século XX.

Em abril de 1960, Lleras Camargo viajou aos EUA e foi recebido pessoalmente por Eisenhower no aeroporto. O jornal *New York Times* classificou seu discurso na Casa Branca como “uma exposição eloquente do significado político de ajuda externa”. A solicitação de suporte, tanto econômico quanto militar, para enfrentar as questões de segurança interna no país estava no centro do debate. Na visão de Coleman (2008, p. 171), a visita transformou “a parceria de defesa hemisférica colombiana-americana, numa aliança de segurança interna”¹⁸⁶. Por meio do MAP, um batalhão de contra insurgência colombiano recebeu material e

¹⁸⁴ O presidente foi embaixador da Colômbia nos EUA no primeiro governo de Alfonso López Pumarejo, quando exerceu a função de Ministro das Relações Exteriores representou o Palácio Nariño na conferência de São Francisco em 1945, tornando-se um dos principais defensores latino-americanos do sistema interamericano, do multilateralismo e da segurança coletiva. Em 1947 foi diretor geral da União Pan Americana, instituição que precedeu a OEA (Coleman, 2008).

¹⁸⁵ Do original: “*would be especially pro-US*”.

¹⁸⁶ Do original: “the colombian-american hemispheric defense partner into an internal security alliance” (Coleman, 2008, p. 171).

treinamento estadunidense. Entre 1957 e 1960 a Colômbia recebeu US\$ 500 milhões iniciais em auxílio militar norte-americano (Coleman, 2008, p. 171-172, p. 183).

Lleras Camargo também se esforçou para manter a lealdade das Forças Armadas e preservar a subordinação do poder militar ao político. Na sua concepção, naquele momento, o papel dos militares deveria se voltar para a segurança interna. Alinhado ao pensamento dos EUA, o resultado dessa postura foi a implantação da doutrina de contra insurgência. Essa dinâmica não funcionou somente na Colômbia, mas na América Latina como um todo (Coleman, 2008, p. 178-181).

Mesmo conseguindo coordenar a transição do governo, o presidente teve dificuldade para gerenciar os gastos públicos. Segundo Salive, os motivos centrais foram a gestão baseada em altos gastos públicos do antecessor Rojas Pinilla, e a forte crise econômica que o país enfrentava. Ainda assim, o novo ocupante do Palácio Nariño tentou retomar o pleito campesino por terras, criando o Instituto Colombiano para a Reforma Agrária (INCORA). Contudo, parcela significativa dos conservadores ofereceu oposição à proposta (Salive, 2018, p. 32).

Em 1961 assumiu a administração de Washington o democrata JFK. Sua política externa para a América Latina adotou duas linhas de ação interdependentes: no setor econômico-social o programa “Aliança para o Progresso” (AP) e no militar o Plano de Operações de Segurança para a América Latina (do inglês *Latin American Security Operation* – LASO). Essa dinâmica representou a mudança de postura em Washington face à frustrada viagem de Nixon, que perdeu a corrida à Casa Branca contra Kennedy (Coleman, 2008; Ospina, 2010).

Segundo Fajardo (2003, p. 3)¹⁸⁷, a AP possuía o objetivo de “evitar insurreições comunistas no hemisfério, promovendo o crescimento econômico” da região. Para isso, destinou-se US\$ 20 bilhões em ajuda ao longo de quase 10 anos. Entre 1961 e 1965, os colombianos receberam US\$ 833 milhões. A oficialização do acordo foi firmada em 17 de agosto na cidade uruguaia de Punta Del Este. Em troca do auxílio, os Estados da região se comprometeram em realizar reformas sociais, principalmente na saúde e na educação. Em dezembro, Kennedy viajou à Colômbia para promover o projeto, mostrando, mais uma vez, a importância de Bogotá para Washington (Coleman, 2008, p. 199; Fajardo, 2003, p. 3-6).

¹⁸⁷ Do original: “stave off Communist insurrection in the hemisphere by promoting economic growth” (Fajardo, 2003, p. 3).

No viés da Segurança Nacional, o Plano LASO tinha como foco o desenvolvimento de táticas de contra insurgência para a América Latina, o que incluía envolver as Forças Armadas em Ações Cívico-Sociais¹⁸⁸. Em 1961, o braço direito do líder democrata, seu irmão Robert Kennedy, visitou o Forte Amador, na Zona do Canal do Panamá. A missão acompanhou a mudança doutrinária da Escola das Américas, organização de ensino do Exército dos EUA que formava militares latino-americanos (Ospina, 2010). Em 1962, Kennedy discursou na Academia Militar de *West Point* defendendo que:

A subversão é outro tipo de guerra, nova na sua intensidade, embora de antiga origem [...]. Estamos obrigados a empregar uma nova estratégia para responder a este tipo de guerra, uma força militar diferente, uma preparação e adestramento militares novos e diferentes (Kennedy, 1962 *apud* Ospina, 2010, p. 87).

Em abril de 1961, a investida na Baía dos Porcos por exilados cubanos, treinados pela CIA, foi derrotada por Fidel Castro. Kennedy apertou o cerco contra Havana e, apoiado pela Colômbia, excluiu Cuba da OEA. A instalação de rampas de lançamento para mísseis de alcance médio pela URSS na ilha, em outubro de 1962, levou os EUA a executar um enorme bloqueio naval, com o objetivo de evitar a entrada de artefatos atômicos na América Latina. A “Crise dos Mísseis”, colocou novamente o mundo sob a ameaça da “Guerra Nuclear” (Vaisse, 2013, p. 96; Cuéllar Araújo, 2023, p. 73).

Nesse ambiente tenso do mundo bipolar, assumiu a Colômbia o primeiro conservador da Frente Nacional, Guillermo León Valencia. Pressionado pelo senador do seu próprio partido, Álvaro Gómez Hurtado, filho de Laureano Gómez, o novo presidente cancelou a tentativa de distribuição de terras pelo INCORA e passou a executar diversas investidas militares contra as “autodefesas”¹⁸⁹. Para o congressista, que denunciava em plenário a situação, as guerrilhas instaladas na Cordilheira Central eram como “Repúblicas Independentes” e deveriam ser combatidas. Foi dessa conjuntura que nasceu as FARC-EP (Salive, 2018, p. 32).

¹⁸⁸ Segundo Ospina (2010, p. 91), as Ações Cívico-Sociais estavam interligadas ao projeto AP e foram concebidas pelo Pentágono, a partir de experimentos realizados pelo Exército Britânico desde os anos 1950 no Quênia e na Malásia.

¹⁸⁹ Segundo González (2021, p. 152), o presidente Alberto Lleras proibiu a realização de ações ofensivas contra as “autodefesas” em seu mandato.

O nome das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) surgiu em 1966. Contudo, na sua 7ª Conferência, em maio 1982, para atingir maior aderência popular, incluiu o termo Exército do Povo (EP). Sua história remonta às guerrilhas de “autodefesas”¹⁹⁰, que permaneceram na região de *Tolima* após a anistia de 1953, especificamente no povoado da Marquetália. De certa forma, influenciada pela postura do PCC, que na ilegalidade declarou legítima “a combinação de todas as formas de luta” (FARC-EP, 1998, p. 17), os guerrilheiros da Marquetália sofreram pesado ataque do exército no dia 27 de maio 1964.

Sob a liderança de Pedro Antonio Marín (autodenominado Manuel Marulanda Vélez, “o *Tirofijo*”), 48 homens resistiram, e conseguiram escapar, de 1.200 militares, que também contaram com o apoio de assessores estadunidenses do Plano LASO. Essa mística em torno da Marquetália foi o símbolo sob o qual se sustentou as FARC-EP. Defendido desde 1964, mantido ao longo de suas conferências nacionais, e um dos pontos principais do acordo de paz de 2016, o intitulado “Programa Agrário dos Guerrilheiros” permaneceu como a principal demanda do movimento. Após a Marquetália, uma conferência guerrilheira, em 1965, instituiu o nome da organização como “Bloco Sul”, em virtude de estarem na região meridional de *Tolima* (FARC-EP, 1998, p. 19-21; Salive, 2018, p. 32-33).

No final de 1966 é realizada a segunda conferência constitutiva das FARC-EP, na região de *Duda*, ou seja, a que deu às FARC o nome que leva hoje [texto de 1998]. Lá, deu-se pela primeira vez o regulamento interno, que incluiu aspectos estatutários, de regime disciplinar e normas de comando [...]. Foi dito pela primeira vez que o movimento guerrilheiro FARC desencadearia uma luta prolongada pela tomada do poder, juntamente com a classe operária e todo o povo trabalhador (FARC-EP, 1998, p. 21).

Segundo a periodização histórica proposta por Pécaut (2010, p. 31-52), entre 1966 e 2008, houve quatro períodos que marcaram a guerrilha. Até iniciou dos anos 1980, observou-se a estagnação da organização, onde seu alcance não ultrapassou de forma notória as regiões tradicionais das “autodefesas”. Entre 1980 e o final de 1990, processou-se a multiplicação das frentes. Para o autor, o fator decisivo para este momento foi o envolvimento das FARC-EP com o mercado da droga, que proporcionou à organização “recursos financeiros consideráveis”.

¹⁹⁰ Segundo o esboço histórico produzido pela Comissão Internacional das FARC-EP, as “autodefesas” eram “núcleos de guerrilha [...], que cumprem com a tarefa de vigiar e defender suas zonas dos ataques de grupos de bandidos a serviço de latifundiários” (FARC-EP, 1998, p. 16)

Da metade da década 1990 até 2002 a insurgência viveu sua fase de ofensiva contra o Estado. A consolidação do Plano Colômbia, e a ascensão de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010) à presidência, com a aplicação de sua “política de segurança democrática”, encerraram esse período. A última divisão acaba em 2008, quando o movimento sofre forte revés, com a perda de várias lideranças. Em complemento à distribuição temporal apresentada, tendo em vista que o acadêmico publicou seu livro em 2010, é possível considerar este ano (2010) como ponto inicial de uma nova fase. Nesse momento, começam os diálogos com o governo Juan Manoel Santos. Isso resultou nos acordos de paz de 2016 e a posterior desmobilização do movimento (Pécaut, 2010, p. 42-52; Salive, 2018, p. 117-131).

León Valencia enfrentou forte crise econômica. Entre 1962 e 1963 a inflação passou de 6,4% para 32,6%, a cesta básica subiu mais de 20% e a média salarial sofreu uma queda significativa. Isso resultou em protestos e greves generalizadas. Nessa conjuntura, outros grupos insurgentes surgiram. Os dois principais foram: o Exército de Libertação Nacional (ELN), criado em 1964 por dissidências do PCC que foram a Cuba aprender o “foquismo” de Che Guevara, e o Exército Popular de Libertação (EPL), também gerado por ex-militantes em 1966 (Echeverría, 2019, p. 100; Ramos, 2015, p. 88-89; González, 2021, p. 159).

Segundo Ospina (2010), o embrião do paramilitarismo também foi gerado na administração de Valencia. Em 24 de dezembro de 1965, o presidente expediu o decreto 3398, que organizou a Defesa Nacional. Na visão do autor, a norma possibilitou a utilização de membros da sociedade em apoio às Forças Armadas. Os artigos 3 e 4 determinaram que todas as pessoas e bens do país deveriam ser empregados para a Defesa Nacional:

Artigo 3. Todos os colombianos são obrigados a participar ativamente na Defesa Nacional, quando as necessidades públicas os exijam para defender a independência nacional e as instituições patrióticas. Artigo 4. Todas as pessoas naturais e jurídicas do país estão obrigadas a cooperar na Defesa Nacional e suas atividades estarão subordinadas a ela (Colômbia, 1965)¹⁹¹.

¹⁹¹ Do original: “Artículo 3. Todos los colombianos están obligados a participar activamente en la defensa nacional, cuando las necesidades públicas lo exijan para defender la independencia nacional y las instituciones patrias. Artículo 4. Todas las personas naturales y jurídicas del país están obligadas a cooperar en la defensa nacional y sus actividades estarán supeditadas a los fines de Ella” (Colômbia, 1965).

Com o assassinato de Kennedy em novembro de 1963, assumiu o vice Lyndon B. Johnson. Sua política para a América Latina manteve a base da AP e do Plano LASO, mas diminuiu o aporte de recursos em projetos sociais para fortalecer, novamente, os apoios militares. Ao longo do seu mandato (1963-1969), o volume de tropas e o esforço logístico na Guerra do Vietnã ganharam musculatura. À medida que os EUA se voltavam para o conflito na Ásia, que no ápice manteve mais de 530 mil militares mobilizados na campanha, a AP perdeu recursos e a América Latina caiu de prioridade (EUA, 2023; Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 169).

Em 1966 a Frente Nacional sofreu forte esvaziamento de adesão popular. Na eleição do liberal Carlos Lleras Restrepo, apenas 60% dos eleitores que participaram do plebiscito fundador da coalizão partidária compareceu à votação. Diante desse quadro, acrescido à crise econômica e social que permanecia no país, foi aberta a possibilidade de partidos autônomos concorrerem às vagas de deputados e vereadores a partir de 1970. A agremiação que crescia em número de adeptos era a Aliança Nacional Popular (ANAPO), sob o comando de Rojas Pinilla. O General imprimiu dura oposição aos governos frentenacionalistas, e arrebanhava cada vez mais correligionários (Ramos, 2015, p. 90-94).

Restrepo criticou a Guerra do Vietnã e a debilitação da AP, também reativou as relações diplomáticas com a URSS, rompidas desde 1948 após o “*El Bogotazo*”. Esses movimentos estavam coerentes com a necessidade de retomar a legitimidade do governo e com a distensão pela qual passava a “Guerra Fria”. Apesar dessa postura, reformulou a estratégia contra as insurgências, aprovando uma Lei de Segurança Nacional. Dentre outras mudanças feitas pela norma, alterou o nome do Ministério da Guerra para Defesa e incorporou a Polícia Nacional à pasta. Na intenção de aglutinar força no campo, em 1967, criou associações para pequenos camponeses. Esse foi o mesmo sistema que, no passado, gerou os sindicatos urbanos, que, em sua maioria, eram controlados pelo bipartidarismo (Ospina, 2010).

Enquanto na Colômbia o enfretamento do Estado contra os movimentos insurgentes começava a ganhar força, nas eleições dos EUA de 1968 germinava a “Guerra às Drogas”. Em entrevista à revista *Harper's*, em 2016, o assessor de política doméstica de Nixon, John Ehrlichman, respondeu sobre como surgiu o enfretamento às Drogas (Cuéllar Araújo, 2023, p. 81-82):

Quer saber do que se tratou realmente [a Guerra às Drogas]? [...] A campanha de Nixon em 1968 à Casa Branca¹⁹² e a Casa Branca de Nixon depois das eleições tinham dois inimigos: as pessoas de esquerda que se opunham à Guerra do Vietnã e as pessoas negras. [...] Sabíamos que não podíamos proibir a oposição à Guerra, tão pouco podíamos proibir [alguém de] ser negro, mas se conseguíssemos que o público associasse os *hippies* com a maconha e os negros com a heroína, logo criminalizaríamos fortemente ambas as substâncias, poderíamos golpear a ambos os grupos. Poderíamos prender seus líderes, invadir suas casas, intervir em suas reuniões e estigmatizá-los noite após noite nos noticiários vespertinos¹⁹³.

Segundo Cuéllar Araújo (2023, p. 82-83), a primeira fase interna de enfrentamento às Drogas nos EUA, com foco na maconha e na heroína, ampliou, consideravelmente, o consumo de cocaína no país. O produto possuía maior tolerância das autoridades, pois era associado a usuários mais “refinados”, como estrelas do *rock*, empresários de *Wall Street* e atores de *Hollywood*. No começo do mandato do conservador e último presidente da Frente Nacional, Misael Pastrana Borrero (1970-1974), uma crise entre a Casa Branca e o Palácio Nariño despertou o Departamento de Estado para a amplitude do Tráfico Internacional da Cocaína. Em 14 de outubro de 1970, o vice-cônsul colombiano José Álvaro Córdoba Bojassen, foi preso no aeroporto de Nova York com quase 16Kg de cocaína na bagagem (Cuéllar Araújo, 2023, p. 83-84; Sáenz Rovner, 2014, p. 227-228).

Desde o início dos anos 1970 o tráfico de drogas fazia parte dos diversos tipos de contrabando ilegais da Colômbia. Entre 1971 e 1972, mesmo com a estimativa de produção de maconha no país chegar a 300 toneladas, o número de prisões por narcotráfico era pequeno, 225 pessoas ao ano. Além disso, praticamente todas conseguiam a liberdade. Em virtude desta conjuntura, em 1973, dois congressistas dos EUA foram à Colômbia debater o assunto com Pastrana. Apesar do resultado dessas conversas ter gerado várias determinações aos órgãos públicos afetos ao tema, a conclusão dos representantes de Washington foi que o narcotráfico já havia se propagado por toda sociedade colombiana (Cuéllar Araújo, 2023, p. 84).

¹⁹² A disputa pela Casa Branca entre Richard Nixon e Hubert Humphrey (vice-presidente no segundo mandato de Lyndon Johnson), foi vencida pelo republicano e ex-vice de Eisenhower (Cuéllar Araújo, 2023, p. 81).

¹⁹³ Do original: “Quiere saber de qué se trató realmente [la guerra contra las drogas]? [...] La campaña de Nixon en 1968 y la Casa Blanca de Nixon después de la elección tenían dos enemigos: la gente de izquierda que se oponía a la guerra de Vietnam y la gente negra. Entiende lo que estoy diciendo? Sabíamos que no podíamos prohibir la oposición a la guerra, tampoco podíamos prohibir ser negro, pero si lográbamos que el público asociara a los hippies con la marihuana y a los negros con la heroína, y luego criminalizábamos ambas sustancias fuertemente, podíamos golpear a ambos grupos. Podíamos arrestar a sus líderes, allanar sus casas, intervenir sus reuniones y estigmatizarlos noche tras noches en los noticieros vespertinos” (Cuéllar Araújo, 2023, p. 81-82).

Em 1974, um estudo do serviço de inteligência estadunidense chegou à conclusão de que a Colômbia estava se tornando o principal produtor de cocaína no mundo. Segundo o relatório, as principais características para esse fenômeno eram a vasta rede de conexões de contrabandistas, historicamente existente no país, seu posicionamento geoestratégico (ligando as Américas do Norte e do Sul), a violência ostensiva, aceita pela burocracia estatal, e o baixo enfretamento à produção de drogas (Cuéllar Araújo, 2023, p. 85).

No mesmo ano, o Diretor do escritório da Administração de Repressão às Drogas (da sigla em inglês DEA¹⁹⁴) em Nova York declarou, com espanto, que 16 navios mercantes da empresa estatal Grancolombiana haviam transportado grandes quantidades de cocaína para os EUA. Em meio a esse cenário, assumiu o primeiro presidente pós Frente Nacional, Alfonso López Michelsen¹⁹⁵. Após ser alertado pelo embaixador dos EUA, Viron Vaky, sobre a preocupação da Casa Branca com o assunto, Michelsen autorizou que a DEA treinasse funcionários e agentes do Departamento Administrativo de Segurança (DAS), da Procuradoria e da Aduana (Cuéllar Araújo, 2023, p. 85).

Além da questão das drogas, o nascimento de outra insurgência marcou o final da Frente Nacional. Nas eleições de 1970, que elegeu Pastrana, a baixa adesão de votantes, demonstrou a falta de confiança da população nos políticos à época. Em relação ao pleito anterior (1966), que já amargurava forte abstenção, o comparecimento às urnas diminuiu 40%. Para Ramos (2015, p. 100), essa indignação da população com os políticos tradicionais foi o principal ingrediente para o surgimento do Movimento 19 de Abril (M-19)^{196 197}. A nova guerrilha, criada em 16 de janeiro de 1973, era composta por partidários mais radicais da ANAPO de Rojas Pinilla, em sua

¹⁹⁴ No começo, a entidade, criada no governo Nixon em 1973, apenas coordenava os esforços de diversas outras agências que tratavam a questão do uso de estupofacientes nos EUA. Somente na administração Reagan que uma visão mais focada na repressão reorientou o escritório (Echeverría, 2019, p. 158).

¹⁹⁵ O candidato liberal, que era filho de Alfonso López Pumarejo venceu, com 56% dos votos, Álvaro Gómez Hurtado, também filho de Laureano Gómez, e que havia perseguido as “autodefesas” geradoras das FARC-EP. A eleição teve forte presença da população, pois o dobro de eleitores em relação ao último pleito, 5,2 milhões, participou da votação (Bushnell, 2021; Abel; Palácios, 2015, p. 498).

¹⁹⁶ O nome da facção foi um protesto ao pleito de 1970, realizado em 19 de abril daquele ano, que, novamente, ocorreu em meio a suspeitas de fraude (Ramos, 2015, p. 100).

¹⁹⁷ O M-19 ganhou grande notoriedade nacional, quando em 17 de janeiro de 1974 roubou a espada original de Simón Bolívar. Os guerrilheiros encerraram o manifesto que reivindicou a ação dizendo: “Bolívar, a tua espada volta para a luta” (Ospina, 2010, p. 113).

maioria jovens estudantes universitários e trabalhadores urbanos com renda de baixa a média (Ramos, 2015, p. 166).

3.5 Da Doutrina *Respice Similia* à “Cruzada” contra as Drogas de Reagan

O final da Frente Nacional coincidiu com a renúncia de Nixon em agosto de 1974. No mesmo período, os estadunidenses executaram uma melancólica retirada do longo envolvimento no Vietnã, com a evacuação total das tropas em março de 1973. Alguns anos antes ao escândalo de *Watergate* (maio de 1972), Nixon visitou Moscou¹⁹⁸ para assinar o acordo provisório sobre conversação para a limitação de armas estratégicas (da sigla em inglês, SALT I¹⁹⁹). A ideia desse projeto, arquitetado pelo conselheiro especial da presidência, Henry Kissinger, era equilibrar o poder nuclear de ambas as potências (Vaisse, 2013, p. 100-103, p. 163).

Em junho de 1973, é Brejnev quem vai a Washington, onde se formalizam os primeiros tratados entre a Casa Branca e o Kremlin. Em 1974 outros acordos, ainda sob o governo Nixon, são firmados. A última cúpula entre as potências antes do término da distensão aconteceu em novembro, já na administração Ford, em *Vladivostok*. Cabe destacar, que desde 1967 os EUA já não se preocupavam tanto com alguma ameaça nuclear regional, pois, com o tratado de Tlatelolco, os países da América Latina se autodeclararam uma zona “Livre de Armas Nucleares” (Vaisse, 2013, p. 100-103, p. 142).

Essa atmosfera possibilitou Michelsen implantar uma política externa mais alinhada aos outros países latino-americanos, o que chamou de doutrina *Respice Similia*, um olhar para os pares da região. Nesse sentido, além de retomar relações diplomáticas com Havana, também defendeu o retorno de Cuba à OEA e apoiou a devolução do controle da Zona do Canal ao Panamá. Em relação ao assunto que tomou vulto entre Washington e Bogotá, o narcotráfico, assumiu uma postura de que a solução para a questão estava na atuação sobre a demanda, e não sobre a oferta. Isso incomodou o Departamento de Estado em Washington (Randall, 1992, p. 245; Cabezas Pico, 2017, p. 14).

Em sua visita à Casa Branca, em setembro de 1975, o presidente colombiano debateu com Gerald Ford sobre questões de integração logística das Américas e

¹⁹⁸ Essa foi a primeira viagem de um presidente dos EUA à URSS (Vaisse, 2013, p. 102).

¹⁹⁹ SALT – Strategic Arms Limitation Talks (Vaisse, 2013, p. 102).

reforçou seu ponto de vista sobre as drogas. Após passar por Venezuela, Peru e Brasil, em fevereiro de 1976, Kissinger²⁰⁰ visitou a Colômbia. Durante sua estadia, o Secretário de Estado dos EUA destacou a parceria histórica com Bogotá e reforçou que somente uma política antinarcóticos binacional poderia solucionar o problema (EUA b, 2023; Randall, 1992, p. 246).

Mesmo aproveitando a possibilidade momentânea de desprendimento político de Washington, Michelsen teve que enfrentar um cenário internacional conturbado. A desordem do sistema monetário, causada principalmente pela desvinculação do dólar em relação ao ouro por Nixon em 1971, e a crise do petróleo, em outubro de 1973, que fez o barril subir mais de 200% em menos de um ano, atingiu em cheio a Colômbia. Talvez por isso, o ocupante do Palácio Nariño, decidiu eliminar as taxas financeiras e autorizar o Banco da República receber dólares do estrangeiro sem comprovação da origem. Durante essa concessão momentânea, que ficou conhecida como “Janela Sinistra” (em espanhol “*Ventanilla Sinistra*”), tanto narcotraficantes, quanto grandes empresários, regularizaram seus recursos sem nenhum esforço e a taxas praticamente inexistentes (Echeverría, 2019, p. 131; Vaisse, 2013, p. 157, Cuéllar Araújo, 2023, p. 84).

Com a alta petrolífera, somada ao desarranjo monetário mundial, as exportações colombianas de petróleo observaram forte queda até 1980. Essa situação só seria compensada a partir de 1976, quando a bonança cafeeira conseguiu estabilizar a balança comercial no período. Além disso, outro produto passou a despontar nas exportações informais (Echeverría, 2019, p. 158):

Na Colômbia o negócio da produção e exportação de maconha adquiriu dimensões macroeconômicas nos anos setenta, e logo nos anos oitenta, com o desenvolvimento da economia da cocaína, adquiriu também dimensões políticas e sociais nacionais, inimagináveis nos primeiros anos da década de setenta, por uma sociedade que subestimou, então, seu potencial de poder econômico, violência e destruição social²⁰¹.

²⁰⁰ Kissinger foi membro do Conselho de Segurança Nacional da administração Nixon, assumindo a chefia da secretaria de Estado em 1973, mantendo a função até o final da presidência de Ford em 1977 (EUA b, 2023).

²⁰¹ Do original: “En Colombia el negocio de la producción y exportación de marihuana adquirió dimensiones macroeconómicas en los años setenta, y luego en los años ochenta, con el desarrollo de la economía de la cocaína, adquirió también dimensiones políticas y sociales nacionales, inimaginables en los primeros años de la década de los setenta, por una sociedad que subestimó, entonces, su potencial de poder económico, violencia y destrucción social” (Echeverría, 2019, p. 158).

A área de plantio da maconha se concentrou em *Sierra Nevada*, na região de Santa Marta, no nordeste do país. O cultivo da erva expulsou até a forte indústria cafeeira do local. Ressalvada a dificuldade de parametrizar o comércio de produtos ilegais, de 1977 a 1981 ele movimentou entre US\$ 160 e 250 milhões. Para se ter uma ideia, caso fosse incluída na balança comercial, isso representaria, em relação às exportações do café (US\$ 2,1 bilhões), que passava por uma alta histórica inédita, em torno de 7,6% a 11,8%. Mesmo considerando os custos de produção, que eram muito baixos, e a substituição da área plantada, ainda sim representaria um aporte significativo para a economia formal do país, cerca de 2% a 3% do PIB (Bushnell, 2021; Echeverría, 2015, p. 158-159).

Nesse ínterim, a URSS triplicou sua capacidade nuclear, a partir do desenvolvimento de ogivas múltiplas adaptadas aos lançadores, e instalou seu novo sistema SS-20 de médio alcance (até 5.000 Km)²⁰², com uma rede de 330 mísseis, pela Europa Oriental. Com isso, Moscou obteve condições de atingir toda a Europa Ocidental, sem descumprir as regras dos acordos firmados. Mesmo respeitando a formalidade dos pactos, Brejnev feriu a paridade pensada por Kissinger, naufragando a tentativa de evitar uma escalada atômica entre as potências (Vaisse, 2013, p. 165).

Tanto a volta da tensão na ordem internacional, como o panorama de crise econômica, com a instalação de um novo, e violento, comércio ilegal de ampla dimensão, estimularam a desestabilização social na Colômbia, que sofreu uma onda de greves gerais entre 1976 e 1977 (Abel e Palácios, 2015). Mais de 30 generais e almirantes, liderados pelo então Comandante-Geral das Forças Armadas, e futuro Ministro da Defesa do próximo governo, General Luis Carlos Camacho Leiva, cobraram do presidente atitudes enérgicas contra a onda crescente de “assassinatos, sequestros, assaltos a banco e gangsterismo” (Ospina, 2010, p. 117). Os oficiais entregaram ao presidente um documento chamado “As Forças Armadas exigem medidas de emergência ao governo” (Ospina, 2010, p. 117).

Esse movimento político-militar, o primeiro desde o golpe de Pinilla em 1953, forçou Michelsen a decretar Estado de Sítio. Segundo Abel e Palácios (2015), isso facilitou às Forças Armadas permitirem que grupos contratados por proprietários de terra atuassem praticamente como “força pública”. Essa embrionária formação do paramilitarismo foi responsável por ações violentas contra camponeses, que

²⁰² O desenvolvimento e produção desse arsenal custaram aos soviéticos em torno de 15% do seu PIB (Vaisse, 2013, p. 165).

reivindicavam a distribuição de terras, principalmente nas regiões de Magdalena e César (Abel e Palácios, 2015; Ospina, 2010).

Para Vaisse (2013, p. 192-196), a América Latina se tornou uma das regiões mais instáveis do mundo a partir de 1970, processo que se iniciou ainda na década anterior. Segundo o autor “as fragilidades das estruturas econômicas, as disparidades sociais e a fraqueza dos sistemas políticos”²⁰³, se constituíam nas principais causas dessa realidade. O símbolo da revolução cubana, exportado por Havana para outros Estados, dentro e fora da região²⁰⁴, representou uma ameaça à Casa Branca. A liderança hemisférica hegemônica de Washington passou a ser questionada. Ao final da década, a Ilha caribenha representava uma das referências para o terceiro-mundo, conquistando importância no ordenamento mundial. Um exemplo desse prestígio foi Havana sediar a sexta cúpula dos países não-alinhados em 1979.

Com Jimmy Carter como presidente, a partir de 1977²⁰⁵, alterou-se bruscamente a diplomacia para a América Latina. Houve uma redução significativa de apoio financeiro e militar aos governos alinhados com os objetivos da burocracia em Washington, bem como uma visão voltada ao respeito dos direitos humanos e à soberania dos Estados. Amostra desse processo ocorreu em setembro, quando se firmou um tratado com o Panamá, que estabeleceu o cronograma de devolução gradual da Zona do Canal. Segundo Vaisse (2013, p. 194), essa nova abordagem foi polêmica para o *establishment* dos EUA. Isso porque a ascensão do Movimento *New Jewel* em Granada e da Frente Sandinista na Nicarágua, representaram um avanço regional da influência de Fidel Castro (Vaisse, 2013, p. 193-194; Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 186).

Nessa situação, de “reaquecimento da Guerra Fria” e condições político-sociais internas frágeis, assumiu, em 1978, o liberal Júlio César Turbay Ayala²⁰⁶. Assim como López Michelsen, entendia que o combate ao narcotráfico deveria priorizar a atuação no consumo²⁰⁷, sua preocupação estava voltada para os diversos

²⁰³ Ainda de acordo com o autor, o cenário facilitou a proliferação das guerrilhas e das ideias marxistas (Vaisse, 2013, p. 192).

²⁰⁴ Fidel Castro apoiou diversos movimentos independentistas na África, como exemplo, enviou, entre 1975 e 1985, cerca de 200 mil combatentes cubanos para a Angola e a Etiópia (Vaisse, 2013, p. 193).

²⁰⁵ Em 1977, as estimativas eram de que se enviava em torno de 2 toneladas de cocaína para os EUA todos os meses (Cuéllar Araújo, 2023, p. 86).

²⁰⁶ Turbay Ayala venceu uma campanha apertada contra o conservador Belisário Betancur, com diferença de só 137.061 eleitores, menos de 3% dos votos (5.057.925) (Bushnell, 2021).

²⁰⁷ Ainda que defendendo a posição do combate na demanda, firmou um convênio de cooperação entre EUA e Colômbia para o enfrentamento ao Narcotráfico (Cuéllar Araújo, 2023, p. 89).

focos de insurgência que proliferavam pelo país. Mesmo assim, após pressão da Casa Branca, o novo presidente assinou, em 13 de setembro de 1979, um acordo que enfraqueceu a soberania do país, possibilitando a extradição de narcotraficantes colombianos para os EUA. Na visão de Cuéllar Araújo (2023, p. 88), a “Colômbia se converteu em um exemplo de como se colabora com os Estados Unidos: de joelhos”²⁰⁸.

No mês seguinte à posse, Turbay Ayala expediu o Estatuto de Segurança. O código proporcionou outras ferramentas às Forças Armadas²⁰⁹ para atuarem na estabilização da ordem pública, inclusive de natureza judiciária²¹⁰. Segundo o ex-presidente Juan Manuel Santos, a nova norma representava uma “legislação draconiana que dava amplas faculdades aos militares” (Santos, 2019, p. 43, tradução nossa)²¹¹. Nesse período, além da ascensão do narcotráfico, as guerrilhas e o paramilitarismo já desenvolviam um confronto aberto, e que permaneceria por mais de 20 anos no país (Cuéllar Araújo, 2023; Santos, 2019; Ospina, 2010).

Menos de uma semana após a assinatura do Estatuto, em 12 de setembro, Rafael Pardo Buelvas, ex-Ministro do Interior de Michelsen, foi executado por integrantes de uma guerrilha urbana denominada “*Autodefensa Obreira*”. Pela primeira vez, um membro da política tradicional era morto por insurgentes. Logo no final de setembro, o grupo paramilitar, com fortes suspeitas de envolvimento de militares do Exército na sua composição²¹², “Tríplice A”²¹³ assassinou um dos fundadores do ELN, Manuel Martínez Queiroz. Seu corpo²¹⁴ foi encontrado na periferia de Bogotá, dentro de uma lixeira (Ospina, 2010).

Em janeiro de 1979, o M-19 roubou, por meio de um túnel subterrâneo, cinco mil fuzis do Complexo Norte da Brigada de Institutos Militares. Um ano depois, em

²⁰⁸ Colombia se convirtió en ejemplo de cómo se colabora con Estados Unidos: con rodilleras (Cuéllar Araújo, 2023, p. 88).

²⁰⁹ Santos (2019) destacou que, apesar de possuir vasto arcabouço jurídico de atuação, as Forças Armadas estavam combatendo as guerrilhas com escassos recursos financeiros.

²¹⁰ Os Comandantes das Brigadas do Exército receberam a atribuições de juizes para sentenciar diversos crimes relacionados à ordem pública, que poderiam chegar a condenações de até 24 anos (Ospina, 2010, p. 122).

²¹¹ Do original: “una legislación draconiana que daba amplias facultades a los militares”.

²¹² Segundo o jornal mexicano *El Dia* (Ospina, 2010, p. 132), de 29 de novembro de 1980, uma carta enviada em julho por militares ao presidente e outras autoridades da república, confessou a participação de componentes do Batalhão de Inteligência e Contrainteligência do Exército. Essa organização havia sido criada como recomendação dos EUA em 1962.

²¹³ Aliança Anticomunista Americana, AAA (Ospina, 2010, p. 131).

²¹⁴ O cadáver estava com as mãos amarradas e os olhos vendados. As unhas foram arrancadas, e havia diversos sinais de tortura (Ospina, 2010, p. 131).

janeiro de 1980, o mesmo M-19, tomou a embaixada da República Dominicana e fez vários diplomatas de reféns. O episódio terminou com o transporte de alguns dos sequestrados até Cuba, onde foram libertados. Quase dois anos depois, em 12 de novembro de 1981, Luis Gabriel Bernal Villegas, também membro do M-19, e sua frente de ação, na intenção de reivindicar um resgate para manter a insurgência, sequestraram Martha Nieves Ochoa. A refém era irmã de Fábio, Jorge Luís e Juan David Ochoa, conhecidos narcotraficantes do Departamento de Antioquia (Ramírez Bacca; Marín Arenas, 2015, p. 260).

O principal traficante da região, Pablo Gaviria Escobar, aproveitou a situação, e em 1º de dezembro, após uma reunião em que participaram mais de 200 importantes narcotraficantes de Medellín²¹⁵, criou-se o grupo de sicários “*Muerte a los Secuestradores*” (MAS). Esse evento não só é tido como o marco fundador do paramilitarismo, como também a origem do Cartel narcotraficante de Medellín, que juntamente com o Cartel de Cali, dominaram o negócio das Drogas na Colômbia até metade dos anos 1990. Ações de sequestro eram uma das ferramentas dos movimentos insurgentes para apresentar suas pautas e financiar a guerrilha (*Muerte a secuestradores...*, 2017).

Em retaliação ao M-19, o MAS sequestrou mais de 20 pessoas ligadas a Villegas Bernal, inclusive sua esposa. Martha Uchoa foi libertada 92 dias após ser raptada (*Muerte a secuestradores...*, 2017). O grupo paramilitar não se dissolveu após a solução do caso, pelo contrário, passou a perseguir insurgentes se valendo de todo tipo de violência:

Efetivamente, cadáveres começaram a aparecer em centros urbanos boiando nos rios, pendurados nas árvores ou amarrados em postes. E estas pessoas eram militantes do M-19, organização que tinha sequestrado Martha Nieves Ochoa [...]. O MAS bateu com precisão nas estruturas urbanas do M-19 (Ospina, 2010, p. 139).

Em meio a esse caos social, prometendo pacificação, assumiu o conservador Belisário Betancur²¹⁶. Uma investigação da procuradoria em 1983, denunciou mais de 160 pessoas de pertencerem ao MAS. Entre elas havia 60 militares da ativa. O próprio presidente negou as evidências apontadas pelo agente público. Somente nos

²¹⁵ Entre eles os irmãos Ochoa, Carlos Ledher e Gonzalo Rodriguez Gacha (*Muerte a secuestradores...*, 2017).

²¹⁶ Para Santos (2019), Betancur era um humanista e intelectual de origem humilde.

primeiros dois meses da administração Betancur, o MAS assassinou 65 pessoas (Ospina, 2010). Em 1982, o narcotráfico colombiano já fornecia 80% da maconha²¹⁷ e 75% da cocaína consumida nos EUA. O novo ocupante do Palácio Nariño, em entrevista a uma emissora de televisão estadunidense, na tentativa de manter a atenção do combate às Drogas no consumo, disse que a “Colômbia não era um satélite dos EUA” (Cuéllar Araújo, 2023, p. 90)²¹⁸.

Enquanto isso, em 1981, Ronald Reagan assumiu a Casa Branca. Sob a administração do republicano, a Guerra Fria voltou a tomar força. Ele estava determinado em retomar o paradigma da luta contra o comunismo nas Américas. Em fevereiro de 1982, lançou uma Iniciativa para a Bacia do Caribe. O projeto tinha o objetivo de promover “a democracia, o diálogo, o desenvolvimento e a defesa” na região. Washington tentou derrubar a Revolução da Frente Sandinista na Nicarágua²¹⁹, apoiando o grupo contrarrevolucionário “Contras”²²⁰. Contudo, o próprio congresso norte-americano suspendeu a ajuda militar. Nesse contexto, a Colômbia se juntou com México e Venezuela, criando o Grupo de Contadora, que tentou mediar a Guerra Civil, que envolveu sandinistas, salvadorenhos e o próprio EUA. A diplomacia de Washington reestabeleceu as ocupações militares, com a invasão de Granada em 1983 (Vaisse, 2013, p. 94-95; Arana; David; Rosero, 2015, p. 83-84).

Reagan defendeu o pensamento de que Cuba agia por procuração dos soviéticos. Segundo o republicano, Havana operava para desestabilizar a região. Uma das ferramentas de Washington, que seria utilizada contra as insurgências na Colômbia, foi incluir os cubanos na lista de patrocinadores do terrorismo. A DEA acusou Fidel Castro de manter contato com narcotraficantes e facilitar a entrada de drogas nos EUA²²¹. Essas ações buscavam qualificar a ilha como uma “ameaça à Segurança Internacional” (Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 200).

Em meio à onda norte-americana de retomada do “anticomunismo”, ao final de 1982, um filho de fazendeiro, que acabava de perder seu pai assassinado pelas FARC-EP, participou da reunião que criou uma das muitas facções que comporiam

²¹⁷ No caso da maconha, isso se reverteu para cerca de 22% em 1985 (Echeverría, 2019, p. 216).

²¹⁸ Do original: “Colombia no es un satélite de Estados Unidos” (Cuéllar Araújo, 2023, p. 90).

²¹⁹ Reagan acusou o país de ser um colaborador da URSS (Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 230).

²²⁰ Os “Contras” foram acusados de, com o apoio da CIA, facilitar o transporte de Drogas pelos Cartéis na América Central. Em troca recebiam aporte financeiro, para manter o combate contra os sandinistas (Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 236).

²²¹ O Chefe da DEA, Francis Mullen, afirmou que Cuba estava envolvida no mercado de Drogas, porém não apresentou nenhuma evidência concreta que comprovasse a acusação (Gilderhus; Lafavor; Larosa, 2017, p. 200).

mais tarde as AUC. Carlos Castaño Gil se tornaria o líder das AUC, o maior grupo paramilitar colombiano, fundado em 1997 para enfrentar as insurgências no país. Respalhada pelo Estatuto de Segurança, a Associação Campesina de Rancheiros e Agricultores do Magdalena Medio, primeira autodefesa da qual Castaño participou, congregava cerca de 250 fazendeiros e empresários, na intenção de se unirem para defenderem suas terras contra invasões insurgentes (Molina, 2001, p. 96).

Em 30 de abril de 1984, o assassinato, a mando de Pablo Escobar²²², do defensor das extradições para os EUA, e Ministro da Justiça, Rodrigo Lara Bonilla, forçou Betancur a ceder às pressões de Washington no combate às Drogas. Exatamente um ano depois da execução, o presidente colombiano se reuniu com Reagan na Casa Branca, onde assumiu o compromisso de “destruir cultivos e laboratórios, e interromper o fluxo de drogas, além de levar os narcotraficantes à justiça” (Cuéllar Araújo, 2023, p. 91; Ospina, 2010, p. 185)²²³. Segundo Santos (2019), a execução do Ministro, que também havia auxiliado na destruição do maior laboratório de cocaína de Escobar, a tranquilândia, interferiu nos debates sobre pacificação com as insurgências de Batancur.

Segundo declarações de Carlos Castaño, registrada em uma longa entrevista ao jornalista Mauricio Aranguren Molina, que se transformou em livro, um acordo entre Pablo Escobar, chefe do Cartel de Medellín, e Carlos Pizarro, um dos líderes do M-19, resultou na ação que marcou o período que antecede o recorte principal de análise deste trabalho (1986-2016): em 6 de novembro de 1985, a companhia Iván Marino Ospina do M-19 tomou as instalações da Suprema Corte colombiana (Molina, 2001, p. 11; Armenta, 2019, p. 201).

Meses antes da ação, em maio, membros do M-19 foram vítimas de atentado à bomba realizada por um militar do exército. Em meio ao clima hostil, Belisário Betancur buscou cumprir sua bandeira de campanha e firmar acordos de desmobilização com as insurgências. A intenção do M-19 com a operação era envolver o judiciário no processo de paz, e denunciar o pouco compromisso de Betancur com os diálogos. Para o líder do Cartel de Medellín interessava a morte do presidente da corte e a destruição de todos os documentos dos vários processos que

²²² O traficante também determinaria a execução do diretor do jornal *El Espectador*, Guillermo Cano, em 1986 (Echeverría, 2019, p. 222).

²²³ Do original: “destruir cultivos y laboratorios, a interrumpir el flujo de drogas y a llevar a los narcotraficantes a la justicia”.

havia contra ele, para isso, segundo Castaño, forneceu armas²²⁴ e munição aos guerrilheiros (Molina, 2001, p. 11; Armenta, 2019, p. 201).

Apesar do depoimento de Castaño, nem o Tribunal Especial que investigou os acontecimentos, nem a Comissão da Verdade sobre os ocorridos no Palácio de Justiça, encontraram conexões entre o M-19 e o narcotráfico no planejamento do ataque. Fato é que a mídia internacional veiculou cenas desastrosas para a já arranhada imagem colombiana junto ao sistema internacional, mostrando a invasão do órgão máximo do judiciário por insurgentes e os carros de combate do exército retomando o prédio²²⁵. A tragédia resultou em centenas de mortes, inclusive juízes da Suprema Corte que estavam no atentado (Armenta, 2019, p. 205-207):

A tomada do Palácio da Justiça teve múltiplas consequências e, em alguns casos, custosas. Ao Presidente Betancur permitiu recuperar o apoio popular daqueles setores que se opunham ao processo de paz, bem como o apoio do governo dos Estados Unidos devido à manipulação da crise. No caso do M-19, as consequências da tomada do Palácio impactaram a tal ponto que sua imagem como opção política se transformou em organização terrorista²²⁶.

Dentre as insurgências que negociavam algum tipo de acordo de paz, somente as FARC-EP chegaram a algum resultado concreto. Após diálogos iniciados desde janeiro de 1983, em maio de 1985 foi criado o partido União Patriótica (UP). Resultado das conversas feitas em 1984, conhecidas como acordos de *La Uribe* (cidade do Departamento de Meta). A UP prometia abarcar os guerrilheiros que optassem por sair da luta armada (FARC-EP, 1998, p. 31; Ospina, 2010, p. 163).

Segundo Bushnell (2021), ao longo dos anos 1980 as FARC-EP continuaram como maior movimento guerrilheiro do país (segue Gráfico 1 com a evolução dos efetivos até 1986), chegando a 4.000 integrantes e, mesmo com o advento da UP, que em sua maioria foi composta por representantes do PCC, continuou na luta armada. Apesar de menor em número de componentes, o M-19 possuía maior visibilidade, em virtude de suas ações espetaculares e de caráter urbano, como a

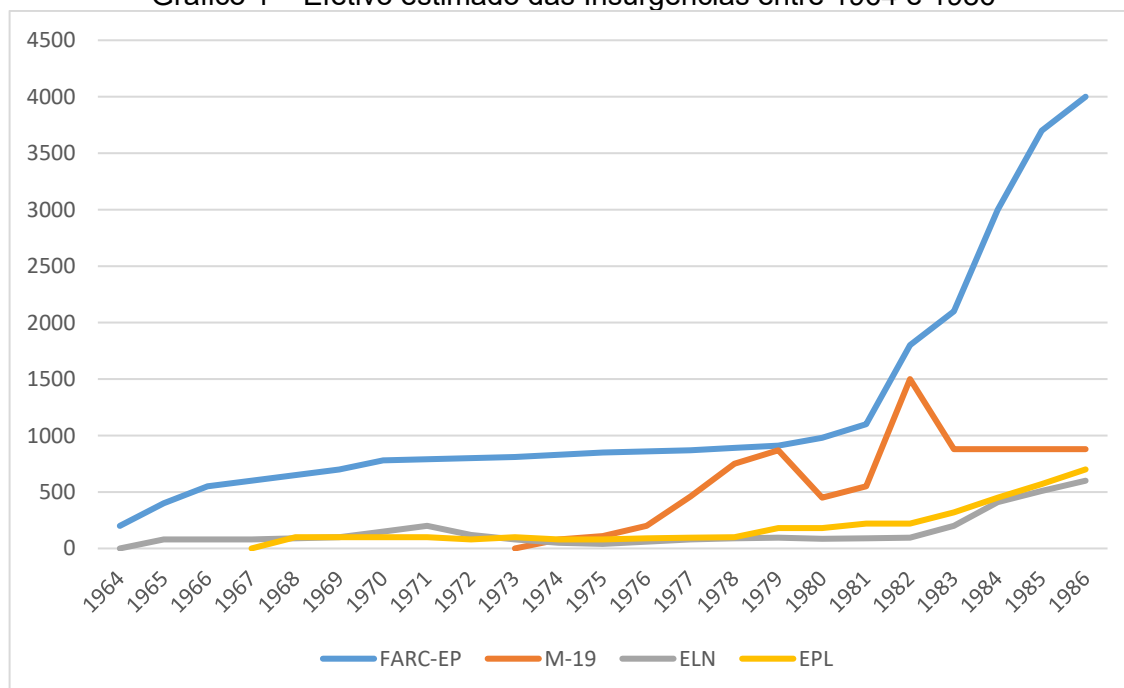
²²⁴ As armas foram fornecidas por Fidel Castaño, irmão de Carlos, naquele momento os irmãos Castaño, além de atuarem como paramilitares, também trabalhavam com Pablo Escobar (Molina, 2001, p. 11).

²²⁵ A Figura 18 apresenta os carros de combate em frente à Suprema Corte do país.

²²⁶ Do original: “La toma del Palacio de Justicia tuvo consecuencias múltiples y en algunos casos, costosas. Al presidente Betancur le permitió recuperar el apoyo popular y el de aquellos sectores que se oponían al proceso de paz así como el respaldo del gobierno de los Estados Unidos debido al manejo de la crisis. En el caso del M-19, las consecuencias de la toma del Palacio le impactaron al tal grado que su imagen como opción política se transformó a organización terrorista” (Armenta, 2019, p. 207).

tomada do Palácio de Justiça. Em 1986, quando Reagan anunciou a “Cruzada” contra as Drogas, diversos grupos insurgentes, paramilitares, Cartéis do Tráfico, bem como a própria atuação estatal, sob influência de Washington, faziam da Colômbia um Estado de Violência. Cabe agora uma visão da Marinha de Guerra colombiana até o princípio do recorte temporal da análise (1986-2016).

Gráfico 1 – Efetivo estimado das Insurgências entre 1964 e 1986



Fonte: Adaptado de Leon (1987).

3.6 A ARC antes das insurgências e do narcotráfico

A Marinha de Guerra da Colômbia entre o período pós-Guerra da Coreia até 1986, início do recorte temporal da análise, observou transformações importantes. Uma constante foi a preocupação com a manutenção da “ordem pública” interna²²⁷, o que por si só, já representa uma pré-disposição ao papel de policiamento. Até o final da década de 1950 houve o início de sua presença no pacífico, além de fortalecer a atuação no sul do país. Apesar de características diferentes, ambas são áreas inóspitas de selva. Em contrapartida, a aquisição e manutenção de meios voltados

²²⁷ Observação realizada, em virtude de os relatórios dos Ministério da Defesa obtidos pela investigação conterem, na sua maioria, item específico para Ordem Pública na seção referente à Armada colombiana.

para águas azuis²²⁸, somado à criação da Força de Submarinos, mostram que também havia a vontade de buscar condições de cumprir o papel militar.

Em 1959, após uma conferência realizada no Panamá, com os chefes das diversas missões navais que os EUA possuíam na América Latina, juntamente com representantes de cada Marinha da região, ficou decidido pela criação de um exercício anual multinacional. Dessa forma, nasceu a Operação UNITAS²²⁹, que impactou doutrinarmente essas Marinhas, inclusive a colombiana (Scheina, 1987, p. 174; The White House, 2009, p. 7).

A UNITAS²³⁰ e o Plano LASO foram duas ações hemisféricas estadunidenses que impactaram na construção da ARC, até que as insurgências e o narcotráfico pressionassem decididamente na modelagem da Força Naval. Em 1956, a Marinha colombiana, por meio da instalação de uma companhia de Fuzileiros Navais, finalmente se estabeleceu no porto de Buenaventura no Oceano Pacífico. Dois anos mais tarde, fundou-se uma Base Naval no local (Colômbia, 2011, p. 16-17).

Durante o governo de Rojas Pinilla, a ARC se manteve muito presente no *Llanos Orientales*, principalmente os Fuzileiros Navais. Gradativamente passou suas instalações da região para a Polícia Nacional (Franco Bedoya, 1987, p. 13). O relatório do Ministério da Guerra de 1958, indica que a Missão Naval dos EUA no país, ainda era muito presente:

1. Missão Naval dos Estados Unidos. Encontra-se no país segundo tratados vigentes, uma Missão Naval que assessora o Comando da Armada, serve de ligação com a Armada dos Estados Unidos para efeitos de treinamento e aquisição de sobressalentes para as unidades, de acordo com o MAP (Colômbia, 1958, p. 42).

Os meios navais voltados para o papel militar mantinham dependência da logística norte-americana. Um exemplo disso foi a necessidade do navio ARC Antioquia sofrer uma modernização, em 1954, utilizando estaleiro, material e pessoal dos EUA (Colômbia, 2015, p. 54). Os substitutos dos *Destroyers*, na ativa desde a década de 1930, ainda sob o contexto da Guerra com Peru, o Antioquia e o Caldas, foram fabricados na Suécia (ver quadro 3). Ressalvado os meios disponibilizados para

²²⁸ Entre 1956 e 1986, a ARC manteve ativos ao menos 5 navios voltados para o papel militar (ver quadro 3).

²²⁹ O acrônimo UNITAS, não possui somente uma origem, motivo pelo qual não consta na lista de siglas. As duas explicações mais aceitas são de que representa a palavra latina UNIÃO ou Exercício Interamericano de Guerra Antissubmarino (Scheina, 1987, p. 175; The White House, 2009, p. 7).

²³⁰ A Figura 10 mostra o primeiro brasão da operação UNITAS.

a Coreia, os EUA ainda não haviam vendido meios para o papel militar à Colômbia. Scheina (1987, p. 175), destaca que o Secretário de Defesa dos EUA ao longo de praticamente toda a década de 1960, Robert McNamara, declarou, em 1965, que era contra a aquisição de armas sofisticadas pelos latino-americanos.

A partir de 1961, as ações-cívicas sociais do Plano LASO, aplicadas em combinação com a AP de Kennedy, tomaram corpo na ARC com a alcunha de Ação Cívica Naval²³¹ (em espanhol, *Accion Civica Naval*). A grande maioria dos reportes do Ministério da Defesa até 1986 continham resultados referentes a obras, consultas médicas, cursos profissionalizantes e diversas outras atividades ligadas a esse projeto. O documento de 1963 conceituou tanto as Ações Cívico Navais, quanto o papel da ARC no Plano LASO. As operações ocorriam em proveito da sociedade em áreas de vulnerabilidade social, com altos índices de violência e/ou muito afastadas dos centros urbanos. A Força Naval apoiava o exército em operações de patrulha e inteligência, separada em três zonas específicas: Magdalena, Sul e Pacífico (Colômbia, 1963, p. 101).

Após a crise dos mísseis, a Colômbia adquiriu, paulatinamente, 8 meios navais voltados ao papel militar, todos antigos e provenientes dos EUA (ver gráfico da p. 120). Entre 1962 e 1982 a ARC manteve navios de guerra na porcentagem de 50% a 78% de origem norte-americana. Além disso, participou de todas as operações UNITAS realizadas pelos EUA²³². Scheina (1987, p. 175) ressalta que o adestramento voltado à guerra antissubmarino²³³ foi dominante nesses exercícios até 1980²³⁴.

Dentre outros resultados, a UNITAS conseguiu “unificar métodos e doutrinas usadas pelas Marinhas, estabelecer o inglês como língua operacional comum, e fazer os manuais táticos da OTAN como livros de regra para os exercícios” (Scheina, 1987, p. 175). Outro aspecto a ser pontuado foi o caráter social da UNITAS. Além de realizar diversos eventos de confraternização de alto padrão, muitos dos oficiais latino-americanos cursavam a Escola de Guerra Naval dos EUA. Parcela significativa desses militares conquistou posição de destaque em suas Marinhas e na política

²³¹ A figura 11 contém uma Ação Cívica Naval em 1973 em comunidades ao longo dos rios Putumayo e Amazonas.

²³² Dado retirado de consultas realizadas nos relatórios do Ministério da Defesa.

²³³ A Operação, até 1980, deixava de lado a guerra antiaérea e de superfície. Alguns oficiais latino-americanos eram contra a prioridade antissubmarino do exercício (Scheina, 1987, p. 176).

²³⁴ O primeiro exercício com operações anfíbias ocorreu em 1981 (Scheina, 1987, p. 176).

nacional. Da turma de 1983, com 95 latinos, vinte e cinco chegaram a comandantes-em-chefe de suas forças e um alcançou a presidência (Scheina, 1987, p. 176).

Em relação à venda de meios pelos EUA para a Colômbia nos anos 1970, cabe um esclarecimento sobre o embate bipolar no ambiente naval no período. Em meio ao processo de triplicar seu arsenal nuclear, a URSS também mergulhou em uma profunda mudança estratégica no mar e renovação de sua frota. Com a consciência de que à época não possuía condições de realizar um controle do mar global, os soviéticos mantinham seus navios protegidos dentro da defesa antiaérea de terra. Os únicos que se arriscavam, fora dessa cobertura, eram os submarinos de ataque. A preocupação de Moscou na década de 1960 consistia em: primeiro evitar uma operação anfíbia norte-americana em seus domínios, e, depois, defender-se das ofensivas baseadas em porta-aviões com aeronaves supersônicas. Tendo em vista que os porta-aviões conseguiam se manter afastados da zona de alcance da bateria de costa soviética para lançar suas aeronaves e atingir alvos em solo soviético (Baer, 1993).

Com isso, em 1974, concomitantemente à confecção de uma nova concepção estratégica naval do Almirante Gorshkov, Moscou conseguiu desenvolver mísseis balísticos lançados de submarinos de propulsão nuclear da classe Delta, com alcance de 4.300 milhas náuticas (cerca de 7.900 Km). Isso, permitiu que esses meios se mantivessem protegidos pelas baterias antiaéreas e, ainda sim, ameaçassem alvos em terra nos EUA. Adicionalmente, além de conquistar superioridade em ogivas nucleares, também ultrapassou os EUA em número de submarinos de propulsão nuclear (Baer, 1993, p. 397).

Essas modificações, e outras mais, forçaram os EUA a mudar seu pensamento estratégico naval, revisando sua histórica prioridade em projeção de poder sobre terra, que o acompanhava desde a II GM, passando a robustecer a tarefa de controle de área marítima. Isso resultou no “Projeto 60”, desenvolvido pelo Almirante Zumwalt, que remodelou os meios navais estadunidenses mais antigos. Dois dos novos padrões concebidos foram as fragatas classe “*Oliver Hazard Perry*”, e os navios entre dezessete e vinte e cinco mil toneladas preparados para realizar o controle de área marítima. Dessa forma, entre 1970 e 1974, período que engloba o momento de aquisição de meios pela Colômbia, a *US NAVY* aposentou centenas navios. Outro dado relevante, como mostra o Gráfico 6, é que as marinhas do terceiro

mundo em geral, também aumentaram, significativamente, suas aquisições de meios navais nesse período (Baer, 1993, p. 402-405).

Outra busca por manter a capacidade de papel militar pelos colombianos foi a criação de uma Força de Submarinos. Em dezembro de 1968, Bogotá tentou realizar gerências com os EUA para adquirir submarinos, porém, com a justificativa de que não havia meios desse tipo em condições de venda, os norte-americanos se abstiveram de disponibilizar esse tipo de navio. A ARC também procurou com os ingleses, porém, devido ao meio ser muito antigo e com alto custo, preferiu optar por comprar submarinos menores com a Itália e construir novos na Alemanha (Colômbia, 2013, p. 61-62).

Dessa forma, surgiu o Plano “Tritão”, subdividido na construção de dois submarinos oceânicos²³⁵ no estaleiro *Howaldtswerke* em Kiel na Alemanha, e na compra de dois submarinos táticos menores da Classe Cosmos italiano. Em março de 1972, iniciou-se a fabricação dos meios no estaleiro alemão. No mesmo ano, alguns oficiais começaram o curso de treinamento para submarinistas no Peru, e posteriormente encerraram o adestramento na própria Alemanha. Os submarinos italianos de setenta toneladas chegaram em Cartagena em 1973. Após dois anos de empreendimento os ARC “Pijao” e ARC “Tayrona”, os novos submarinos alemães de mil toneladas, foram incorporados à Força Naval (Colômbia, 1991, p. 43-47).

As duas últimas iniciativas voltadas ao papel militar foram relacionadas a meios de superfície. Em 1985, uma Escola de Superfície foi inaugurada pela Força Naval do Atlântico. O objetivo era preparar oficiais e suboficiais no emprego tático de navios de guerra. Novamente, recorrendo a Alemanha, o Plano “Netuno” concebeu a compra de 4 fragatas missleiras alemãs. O ARC “Almirante Padilla” (terceiro navio a receber esse nome), o ARC “Caldas” (também terceiro com esse nome), o ARC “Antioquia” e o ARC “Independência” chegaram entre 1984 e 1985 (ver quadro 3). Essas seriam as últimas iniciativas significativas da ARC voltadas para águas azuis (Colômbia, 1981, p. 98; 1991, p. 40; 2015, p. 114-118).

Outros dois fatos, ocorridos na primeira metade dos anos 1980, são importantes para o início dos exames dentro do recorte temporal. Logo após a revolução sandinista, os nicaraguenses reivindicaram parte da soberania das águas jurisdicionais da Ilhas de San Andrés e Providência, além de ameaçar a ocupação das

²³⁵ Nomenclatura utilizada pela bibliografia de referência (Colômbia, 1991, p. 47).

ilhas. Isso motivou uma série de ações para aumentar a defesa no arquipélago. A principal delas foi a criação da Força Tarefa conjunta onze, envolvendo toda as Forças Armadas colombianas nessa operação. Além disso, iniciou-se o registro nos relatórios da Armada ao Congresso de apreensões de navios por envolvimento com o narcotráfico na região. O combate à subversão, também já aparecia nesses documentos. Com essa visão ampla da ARC que se abre o ano de 1986 (Colômbia, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985). Para encerrar o capítulo é necessário apontar as conclusões parciais.

Quadro 3 – Meios Navais do papel militar da ARC 1956-1986

NAVIO	ORIGEM	1956	1957	1958	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1967	1968	1969	1971	1972	1973	1974	1975	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	
ARC ANTIOQUIA	PORTUGAL	■																											
ARC CALDAS	PORTUGAL	■	■	■	■	■																							
ARC ALTE PADILLA	EUA	■	■	■	■	■	■	■	■																				
ARC CAPITÁN TONO	EUA	■	■	■	■	■	■																						
ARC ALTE BRIÓN	EUA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■																	
ARC 20 DE JULHO	SUÉCIA			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
ARC 7 DE AGOSTO	SUÉCIA			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
ARC ANTIOQUIA (II)	EUA					■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■												
ARC ALTE PADILLA (II)	EUA									■	■	■	■	■	■														
ARC ALTE BRIÓN (II)	EUA											■	■	■	■														
ARC ALTE TONO	EUA											■	■	■	■	■	■	■	■	■									
ARC CÓRDOBA	EUA											■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
ARC CALDAS (II)	EUA														■	■	■	■	■										
ARC BOYACA	EUA														■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
ARC SANTANDER	EUA														■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
ARC ALTE PADILLA (III)	ALEMANHA																								■	■	■	■	
ARC CALDAS (III)	ALEMANHA																									■	■	■	
ARC ANTIOQUIA (III)	ALEMANHA																									■	■	■	
ARC INDEPENDENCIA	ALEMANHA																									■	■	■	

Fonte: Adaptado de Colômbia (2015) e *Jane's Fighting Ships* 1956-1986.

3.7 Conclusões Parciais

Ao longo de sua história, a Colômbia precisou conviver com dois fatores essenciais para este trabalho: a utilização frequente da violência para resolver disputas políticas e a presença contínua da influência dos EUA sobre seus assuntos internos. A segunda metade do século XIX ficou marcada por diversas guerras civis entre liberais e conservadores, culminando no conflito conhecido como Guerra dos Mil Dias, na virada do XIX para o XX. Essa contenda foi encerrada por um tratado assinado a bordo de um navio de guerra dos EUA. Nesse período, a determinação da Casa Branca em obter uma conexão entre o Atlântico e o Pacífico seguiu como tema central nas relações bilaterais entre Washington e Bogotá.

O istmo do Panamá foi uma das regiões mais demandadas pela diplomacia estadunidense. Desde a instalação de uma ferrovia, passando pelo apoio à independência e, finalmente, a instalação do estratégico Canal. Essa curta faixa de terra centro-americana era, e continua sendo, estratégica para a potência ocidental das Américas. Mesmo após a separação panamenha da Colômbia, a falta de ressarcimento de Washington, por ter apoiado a região na secessão, manteve-se como pedra angular nas relações entre o Palácio Nariño e a Casa Branca. Isso permaneceu até os anos 1920, mesmo que a influência germânica no país tenha emergido como temática na I GM. A questão ístmica foi pacificada por meio de indenização aos colombianos. Após essa fase, a doutrina conhecida como *Respice Polum*, olhando os norte-americanos como referência diplomática, passou a constituir um padrão da política externa de Bogotá.

Nessa etapa, a Marinha de Guerra colombiana foi praticamente inexistente, demonstrando um Estado voltado para dentro de si, sem anseios de participação mais efetiva internacionalmente. De certa forma, até a própria geografia do país contribuiu para isso, pois suas regiões são separadas por difíceis obstáculos naturais como selvas extremamente densas e três ramificações de montanhas que encerram a Cordilheira dos Andes. Outro fator marcante para uma política endógena foi a disputa violenta entre os dois partidos tradicionais, o Liberal e o Conservador. Somente no início da década de 1930, após um conflito por questões fronteiriças com o Peru, Bogotá se preocupou com a constituição de uma Força Naval.

Nesse ínterim, a inserção de indústrias, principalmente dos setores de transporte, produção de banana e petróleo, pelos EUA no país, foi cada vez mais forte.

Esse processo sucitou convulsões sociais na região bananeira de Santa Marta. Nessa área atuava a empresa estadunidense *United Fruit Company*, que não respeitou condições laborais mínimas para seus empregados. Após greves e revoltas, o movimento foi reprimido e somente um político, Jorge Eliécer Gaitán, denunciou o massacre. Com os impactos da quebra da Bolsa de Nova York no país, os liberais conseguiram romper três décadas de domínio conservador.

Em 1932, com a invasão de seu território por peruanos, Bogotá entrou em Guerra com Lima por uma estreita faixa amazônica no sul do país. O conflito evitou que revoltas internas irrompessem, unindo, momentaneamente, a população contra o inimigo externo. Isso possibilitou a criação de sua Marinha de Guerra. Os EUA se mantiveram neutros na disputa. A Força Naval recebeu instruções iniciais de uma Missão inglesa, que, em pouco tempo, foi substituída por outra estadunidense. Esta seria a mais longa Missão Naval da América Latina. O governo do liberal Alfonso López Pumarejo ficou conhecido como “A Revolução em Marcha” e, provisoriamente, representou um obstáculo às pressões de Washington. Marco desse comportamento foi sua postura contra a visão de defesa hemisférica ampla dos EUA na região. Mesmo assim, a Casa Branca partiu para alianças bilaterais separadas, inclusive com Bogotá.

Na administração do também liberal Eduardo Santos, o alinhamento com os EUA voltou a vigorar de forma clara. Foi nessa gestão que se instalou a Missão Naval no país. Às vésperas da II GM a preocupação do presidente Franklin Roosevelt, que já mantinha sua “política de boa vizinhança” com a América Latina, era a possibilidade de ataque alemão à Zona do Canal do Panamá. Por isso, a empresa germano-colombiana SCADTA demandou atenção da diplomacia estadunidense, que atuou no sentido de retirar os pilotos nazistas da companhia. Outro ponto que demandou atenção de Washington foi a liberdade de navegação para os países da América. As ferramentas adotadas não protegeram as frotas dos Estados, mas proporcionou vantagens comerciais para os norte-americanos. Durante a II GM somente algumas escunas colombianas foram afundadas por submarinos alemães. Em contrapartida, o navio de guerra ARC Caldas destruiu um *u-boat* nazista no mar do Caribe.

Após a II GM, com o assassinato de Gaitán em 1948, já no ambiente de embate entre EUA e URSS, a destruição causada pelo *El Bogotazo* deixou um saldo de três mil mortos pelo país em apenas três dias. Essa sublevação foi o estopim para os 10 anos de guerra civil não declarada entre liberais e conservadores, conhecido como o período de *La Violência*. Em meio a esse caos, e precisando mostrar

alinhamento aos EUA, o autoritário conservador Laureano Gómez apoiou a Casa Branca na Guerra da Coreia. Para isso enviou um Navio de Guerra e um Batalhão do Exército. Esse envolvimento rendeu a aquisição de outros dois meios navais norte americanos à ARC, além de importante incremento no aprestamento dos militares da Marinha.

Após um saldo de mais de 200 mil mortos em *La Violência*, a deposição de Laureano Gómez por suas posturas repressivas e o governo militar populista do General Rojas Pinilla, um pacto bipartidário iniciou uma nova fase na política colombiana. Conhecida como Frente Nacional, o acordo manteve liberais e conservadores revezando a cadeira presidencial e compartilhando todos os cargos eleitorais. Ao longo desse período a Guerra Fria imprimiu sua influência na Colômbia. As abordagens militaristas de Truman e Eisenhower para a América Latina, somadas ao enrijecimento político interno e forte repressão de grupos focais de “autodefesas”, produziram os ingredientes necessários para o nascimento de insurgências no país.

A revolução cubana serviu de símbolo, tanto para a Marquetália, mito fundador das FARC-EP, como para outros movimentos como o ELN e o EPL. Ao final da Frente Nacional, após fortes indícios de fraude nas eleições de 1970, uma ala mais radical da ANAPO, agremiação política liderada por Pinilla, criou outra ação insurgente importante, o M-19. As pautas dessas facções foram heterogêneas entre si, no caso específico das FARC-EP as questões campestinas seguiram como a principal bandeira. No transcurso desses acontecimentos, sicários foram se reunindo para proteger proprietários de terras contra os insurgentes. Com isso, grupos paramilitares também nasceram no período frentenacionalista. Tanto insurgentes, como paramilitares, foram influenciados pela estratégia anticomunista dos EUA.

Passado um período de repulsa latino-americana aos estadunidenses, fruto da falta de preocupação de Washington com os problemas sociais dos vizinhos, a ascensão de JFK à Casa Branca e a implementação da AP mudou esse cenário. A nova visão de abordagem na segurança nacional com o Plano LASO, colocou a contra insurgência como padrão doutrinário na atuação das Forças Armadas no hemisfério. Foi nesse contexto que as FARC-EP despontaram como a principal insurgência da Colômbia. Várias legislações de diversas administrações foram proporcionando condições para o emprego da violência por parte da população.

A mais importante dessas normas foi o Estatuto de Segurança do liberal Júlio César Turbay Ayala, que possibilitou a criação, legal, de milícias armadas para

combater as insurgências. Juntamente com esse processo, o narcotráfico surgiu ao longo da década de 1970 com importante peso na economia ilegal e informal do país. Primeiramente com a maconha e depois com a inserção da cocaína nos anos 1980. Em pouco tempo, os EUA se tornaram o principal destino das Drogas produzidas na Colômbia. Sendo o narcotráfico, juntamente com as insurgências, os principais temas no âmbito dos EE para as relações entre Washington e Bogotá no início do recorte temporal (1986-2016) de análise deste trabalho.

Em relação à ARC entre a Guerra da Coreia e o início do exame da questão de pesquisa destacam-se os seguintes pontos: a preocupação com a ordem interna, a busca por ocupar a costa do Pacífico e o sul do país, a participação na operação UNITAS e sua influência doutrinária para a Força Naval, a tentativa de manter ativos meios voltados para o papel militar e a criação da Força de Submarinos.

Dessa forma, os objetivos específicos deste capítulo, de caracterizar a relação entre EUA e Colômbia com enfoque nos EE, evidenciando o padrão de solução para disputas políticas colombianas por meio da violência, expondo um histórico resumido da ARC foram atingidos. Cabe agora um aprofundamento do estudo, especificamente sobre as variáveis de análise (Implantação da Estratégia de Segurança do EUA e Incremento de poder das FARC-EP, e a atuação sobre a ARC) e suas interveniências (os fenômenos do narcotráfico e do terrorismo), no período entre 1986 e 2016. Mantendo o suporte das teorias, conceitos e métodos desenvolvidos no primeiro capítulo, lastreado pelo conhecimento sobre o tema desenvolvido nesta seção. Destaca-se, novamente, o balizamento estrutural do desenho de pesquisa (Figura 3). Com esse arcabouço de conhecimento, segue a investigação da questão de pesquisa: **Por que a Marinha de Guerra da Colômbia observou um processo de policialização no período de 1986 a 2016?**

4 PRESSÕES EXTERNAS E INTERNAS: A POLICIALIZAÇÃO DA MARINHA

Entre 1986 e 2016, o Estado colombiano foi obrigado a administrar uma conjuntura política complexa e violenta. Os principais atores internos desse cenário eram as insurgências, com destaque para as FARC-EP, os grupos paramilitares e, até metade da década de 1990, os cartéis do narcotráfico. Externamente, a histórica imposição estratégica de Washington direcionou diversos planejamentos, decisões e ações de Bogotá. Isso pressionou os governos que conduziram o Palácio Nariño no período, e, conseqüentemente, atuou na modelagem de sua Força Naval. Esse ambiente turbulento foi conectado, em níveis diferentes de influência ao longo do tempo, pelos fenômenos do tráfico de drogas e do terrorismo.

Os objetivos específicos desse capítulo são: caracterizar a influência da estratégia de segurança dos EUA para a Colômbia e a trajetória político-militar das FARC-EP como movimento insurgente contra o Estado; considerando outros atores, como os Cartéis do Narcotráfico, os paramilitares e demais guerrilhas. Além disso, analisar as transformações mais significativas ocorridas na ARC face aos comportamentos dessas variáveis. Ao final, para o atingimento do objetivo geral do trabalho, realizar a testagem das hipóteses lançadas no início do estudo, resultando em uma resposta para a questão central da investigação. Ressalta-se que o desenvolvimento está alicerçado no arcabouço teórico-metodológico do capítulo 2 e na contextualização apresentada no capítulo 3.

4.1 A Estratégia de Segurança dos EUA e a trajetória das FARC-EP

De forma holística, alguns apontamentos sobre a Estratégia de Segurança dos EUA no recorte temporal são de especial relevância para as análises deste capítulo. Isso não significa que outros assuntos não conectaram Washington e Bogotá no período. Lembra-se também que não há a pretensão de realizar um diagnóstico sobre questões regionais do continente americano, muito menos algum exame mais abrangente envolvendo o Sistema Internacional. A intenção é tão somente balizar a organização do pensamento voltado à relação entre colombianos-estadunidenses.

Até o colapso da URSS em 1991, Washington ainda colocou a influência soviética como sua principal preocupação a nível global. Mesmo assim, entendeu que

a atenção ao narcotráfico, principalmente nas Américas²³⁶, com destaque para a região Andina, deveria possuir um tratamento diferenciado. De maneira geral, os EUA expressavam na sua Estratégia de Segurança que, economicamente, Moscou se enfraquecia cada vez mais, porém, como potência militar, ainda se mantinha como um oponente de envergadura mundial ao poderio estadunidense (Crandall, 2008, p. 2; EUA, 1987, 1988, 1990 e 1991).

Em paralelo a esse pensamento, a avaliação de Washington era de que o foco na rivalidade Leste-Oeste obliterou a confecção de planos mais sofisticados para a relação Norte-Sul. O pensamento estratégico estadunidense foi se alterando paulatinamente em direção à nova concepção de poder, lastreada em processos transnacionais e uma visão de interdependência complexa do mundo. No governo Reagan a “ameaça comunista” tomou fôlego novamente, ficando conhecida como a Segunda Guerra Fria. Em contrapartida, sua preocupação com o fenômeno do narcotráfico demandou especial atenção nas relações com Bogotá. Para Crockatt, “Reagan operou com um modelo de assuntos que estavam muito mais próximos da abordagem tradicionalista do que das idéias de interdependência complexa” (Crockatt, 1995, p. 301-303)²³⁷.

Dessa forma, até a Estratégia de Segurança Nacional (do inglês *National Security Strategy*, NSS) de 1991 ainda havia a concepção de que os soviéticos apoiavam países como Nicarágua e Cuba. Isso, segundo o documento, obrigava os EUA a colaborar com movimentos contrarrevolucionários como resposta. Não obstante, houve a inserção do terrorismo e do narcotráfico no rol de principais ameaças (EUA, 1991, p. 7-8). A Figura 5, apresenta uma nuvem de palavras dos principais verbetes utilizados nas NSS estadunidenses entre 1987 e 1991. Isso proporciona uma percepção da relevância que a URSS ainda ocupava no pensamento estratégico de Washington, e da ascensão do narcotráfico e do terrorismo nesse processo.

Com os atentados de 11 de setembro de 2001, o terrorismo dominou a pauta, englobando, inclusive, os grupos que administravam a cadeia logística da droga.

²³⁶ Antes mesmo da emissão da primeira NSS, em abril de 1986, mas implementada somente em 1987, Reagan lançou a *National Security Decision Directive* (NSDD) 221, sobre “Segurança Nacional e Narcóticos”, em que, além de alçar o tema das drogas ao patamar de ameaça ao Estado, também vinculou esse assunto às insurgências colombianas (Rodrigues, 2012).

²³⁷ Um indicador dessa análise está no crescimento dos gastos militares. No último ano de Jimmy Carter foi de US\$ 171,4 bilhões, no fim dos 8 anos de Reagan atingiu US\$ 300 bilhões anuais (Crockatt, 1995, p. 306).

Também em forma de nuvem de palavras, as Figuras 6 e 7 apresentam a ascensão do terrorismo na passagem das NSS de 2001²³⁸ para 2002, além de exibir a queda abrupta das menções sobre o narcotráfico. Os Gráficos 7 e 8²³⁹ expõem a perspectiva histórica de todo o recorte temporal (1986-2016), confirmando a inversão entre 2001 e 2002, e mostrando que, a partir de 2010, as citações sobre terrorismo perdem força.

Outro ponto relevante é que nos anos antecedentes ao início da “Guerra ao Terror” o narcotráfico superou o terrorismo como referência da Casa Branca para o documento. Esse foi um momento peculiar na política colombiana, com fortes denúncias sobre corrupção ligando políticos e narcotraficantes. Isso representou uma mudança de postura estratégica dos EUA, que culminou com a confecção e implantação do Plano Colômbia²⁴⁰.

Em relação ao histórico das FARC-EP também se pode indicar alguns marcos que balizam as seções deste capítulo. Entre 1986 e 1995 o tema insurgência disputou com os cartéis do narcotráfico a atenção do Palácio Nariño. Após a queda de Medellín e Cali, tanto as FARC-EP, como o paramilitarismo, assumiram o protagonismo da pauta. Até 2002, a guerrilha conseguiu manter uma estratégia baseada no poder militar do movimento. A partir de então, com a implantação do Plano Colômbia e a ascensão de Uribe à presidência, a insurgência alterou seu planejamento, reconsiderando o peso do emprego da força como ferramenta para suas reivindicações.

Em 2008, face à eliminação de membros importantes do secretariado da insurgência, além da morte de seu líder máximo, Manoel Marulanda, houve um enfraquecimento substantivo da capacidade de ação da guerrilha, tanto política quanto militar. Isso foi um fator fundamental que possibilitou o início dos diálogos com o governo de Juan Manuel Santos em 2010, culminando com o Acordo de Paz em 2016. Todo esse processo é abordado ao longo do capítulo. Este intróito apenas auxilia no esquema mental. Esses são os pontos conspícuos em destaque que

²³⁸ A NSS de 2001 foi elaborada ainda na administração de Bill Clinton, portanto, antes dos atentados.

²³⁹ Foram buscadas as palavras terror, droga e narcotráfico, além de suas variantes como terrorismo, narcotraficantes etc. O Gráfico 7 mostra a porcentagem de incidência das palavras em relação ao número total de palavras existentes no documento. O Gráfico 8 apresenta o total absoluto das vezes em que os verbetes são utilizados.

²⁴⁰ Ressalta-se que essa análise superficial das NSS possui o objetivo de balizar as seções deste capítulo, não necessariamente consubstanciar um estudo mais complexo, tanto das Estratégias de Segurança dos EUA, como dos fenômenos do Narcotráfico e do Terrorismo. O processo descrito sobre a mudança de postura estadunidense é detalhado na seção específica sobre o assunto.

estruturam as caracterizações das variáveis independentes para a posterior análise da Marinha de Guerra da Colômbia.

4.2 Os Cartéis do narcotráfico, a pressão dos EUA e o jogo dual das FARC-EP

Entre 1986 e 1995 os cartéis de Medellín e Cali controlaram a produção, o refino e o transporte de droga na Colômbia, bem como a maior parte da distribuição nos EUA. As estimativas são de que Medellín, por exemplo, lucrou, em média, de US\$ 2 a 4 bilhões anuais²⁴¹ até a morte de Escobar em 1993. As FARC-EP observaram dois momentos distintos nesse lapso de tempo. Até o início de 1992, mantiveram um jogo dual com o Estado: por um lado conservavam o conflito ativo, mesmo que de forma intermitente, por outro, motivados pelos acordos de *La Uribe* de 1984 e a criação da UP no ano seguinte, buscaram saídas políticas por meio da inserção de membros anistiados na UP (Pécaut, 2010, p. 38). Com o fracasso dos diálogos de Tlaxcala, México (1992), entre o governo de Gaviria²⁴² e o secretariado da insurgência, retomaram definitivamente a luta armada.

Segundo Bagley (1988, p. 70), em 1986, para a maioria da população dos EUA, a Colômbia era praticamente sinônimo de narcotráfico. Ainda sim, a ajuda econômica ao país só ocorreu, de forma mais relevante, a partir de 1988, conforme mostra o Gráfico 9. Ao longo dos dois mandatos de Reagan (1981-1989), como destaca Rodrigues (2012, p. 17), “a ênfase na militarização da ‘guerra às drogas’ se acentuou”²⁴³. Dessa forma, o combate às drogas entrou para o rol de graves ameaças à Segurança Nacional estadunidense²⁴⁴.

Uma das importantes ferramentas criadas pela burocracia em Washington para repressão aos narcóticos foi o *Anti Drug Abuse Act*, em 1986. Dentre outras

²⁴¹ Segundo a história oficial da DEA (2023, p. 61), em 1986 o Cartel de Medellín estava no topo dos grupos narcotraficantes do período, principalmente em relação à produção de cocaína, sob uma condução do negócio por meio da violência. Isso declinaria à medida que a guerra entre Pablo Escobar e o Estado aumentasse. Cali, em ascensão, preferia um perfil mais discreto, com atuações de extermínio de adversários pontuais, valendo-se mais do suborno de autoridades e tráfico de influência política. Após a morte de Escobar em 1993, Cali dominou o mercado até seu desmantelamento em 1995.

²⁴² Lembra-se que o Quadro 5 apresenta a relação dos presidentes dos EUA e da Colômbia em uma linha do tempo.

²⁴³ Além da militarização, Crandall (2008, p. 26), também destaca a extradição como ferramenta antinarcótico.

²⁴⁴ Para se ter uma ideia do que isso representou ao orçamento dos EUA, entre 1981 e 1989 os recursos destinados à política antidrogas cresceu de US\$ 1,2 para US\$ 3,9 bilhões, aumento de 225% (García Pízon, 2015, p. 79).

medidas o instrumento jurídico possibilitou a elaboração da lista anual de certificação dos países que apoiavam o enfrentamento ao tráfico. O Departamento de Estado, em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança, chancelava, ou não, os países que poderiam receber suporte estadunidense por meio de diversos programas de incentivo internacional (García Pinzon, 2016, p. 77-78). O procurador geral dos EUA, Edwin Meese, disse em 1986:

A maneira mais eficaz, a longo prazo, de reduzir o tráfico é reduzir a quantidade de cocaína que entra neste país [os EUA]. As principais prioridades do governo federal contra a cocaína estão reduzindo a produção nos países de origem, interditando remessas que entram nos EUA e interrompendo grandes redes de tráfico (MEESE, 1986 *apud* DEA, 2023, p. 62)^{245 246}.

Com a entrada de George H. W. Bush no salão oval da Casa Branca, a partir de 1989, a ênfase na atuação sobre a oferta aumentou. Criou-se o Escritório Nacional de Política de Controle de Drogas, ligado ao Departamento de Estado. Os ocupantes da direção dessa pasta são conhecidos como “Czares das Drogas”, por serem responsáveis por gerenciar toda a política governamental contra o Narcotráfico. Assim, a temática das drogas substituiu a “ameaça comunista” como o grande inimigo a ser combatido pelos aliados de Washington nas Américas.

Apesar do enorme poder dos Cartéis colombianos no período (1986-1995), pois, nas palavras de Rodrigues (2024), foram eles quem:

mais investiram em laboratórios para a transformação da pasta base de coca [...] em cocaína [...] [e] estabeleceram e controlaram as principais rotas de distribuição internacional desta droga.

O Peru e a Bolívia se mantinham como principais cultivadores da folha de coca (Pécaut, 2010). Essa situação só experimentou uma inversão a partir de 1995, curiosamente, mesmo ano que marcou a queda do Cartel de Cali. Considerando que a medição de um mercado ilegal, como o da cocaína, é imprecisa e complexa, além

²⁴⁵ Do original: “The most effective long-term way to reduce trafficking is to reduce the amount of cocaine entering this country. The federal government’s main priorities against cocaine are reducing production in source countries, interdicting shipment sentering the U.S., and disrupting major trafficking” (DEA, 2023, p. 62).

²⁴⁶ O órgão do congresso dos EUA responsável por emitir relatórios de auditoria, *US General Accounting Office*, informava outra realidade. Segundo um documento de setembro de 1988, sobre os apoios de Washington aos esforços antinarcóticos para a Bolívia e a Colômbia, a atuação na fonte de produção, e nas plantações, não estava produzindo a diminuição do envio de cocaína ao país (Crandall, 2008, p. 22).

de variar de acordo com o recorte temporal e método de análise, os Gráficos 10, 11, e 12 apresentam, o cultivo de folha de coca na região Andina em diferentes períodos. O Gráfico 12 mostra a produção de cocaína na mesma região entre 1990 e 2011.

Na economia, a Colômbia alcançou um bom desempenho no período (1986-1995). As taxas de crescimento do PIB ficaram acima de 5% em 1986 e em 1987, com pequena queda após esse momento²⁴⁷. Nesses dois primeiros anos se destacaram a pujança do setor energético e cafeeiro, além da reforma tributária adotada pelo governo de Virgílio Barco. A partir da presidência de César Gaviria, houve uma grande desestatização lastreada por uma política econômica fortemente liberal. O desemprego observou uma curva descendente até 1995²⁴⁸. Esse cenário positivo contrastou tanto com o aumento da desigualdade social, como com os altíssimos índices de violência (Echeverria, 2019, p. 236).

4.2.1 A ERA DOS CARTÉIS DE MEDELLÍN E CALI

Após o assassinato do ex-ministro da justiça, Lara Bonilla, em 1984, a mando de Pablo Escobar, o Estado iniciou uma caçada ao chefe do Cartel de Medellín. Essa perseguição só terminou com a sua execução em 1993 pela Polícia Nacional. Cabe mencionar o apoio dos agentes da DEA nessa empreitada. A extradição²⁴⁹ de narcotraficantes para os EUA era o maior temor de *El Patron*, forma como Escobar era chamado por seus sicários. Nesse período (1984-1993), a Colômbia sofreu com o enfrentamento entre o narcotráfico e as Forças de Segurança colombianas. A taxa de homicídio saiu de 40 por 100 mil habitantes em 1980, um número já elevado, para o maior patamar mundial em 1985, de 90 por 100 mil. Em Medellín, essa marca foi de impressionantes 400 por 100mil (Pécaut, 2010, p. 41)²⁵⁰.

No final de 1986 foi exterminado o editor-chefe do jornal *El Espectador*, Guillermo Cano²⁵¹. No ano seguinte, um evento abalou o grupo dos “extraditáveis”²⁵²:

²⁴⁷ A Figura 19 apresenta um histórico do PIB anual colombiano.

²⁴⁸ A Figura 20 mostra a evolução das taxas de desemprego e de inflação até 2017.

²⁴⁹ Segundo Crandall (2008, p. 26), entre agosto de 1989 e dezembro de 1990, foram extraditados 24 narcotraficantes para os EUA.

²⁵⁰ Esse era o principal motivo de morte dos homens entre 15 e 44 anos no país, atingindo cifras que se comparavam ao período de *La Violencia* (Bagley, 1988, p. 71).

²⁵¹ Cano foi responsável pela divulgação de uma foto da prisão de Pablo Escobar na década de 1970 por posse de droga, impedindo que ele tomasse posse como deputado federal em 1986 (Bagley, 1988, p. 85).

²⁵² Alcinha que os próprios chefes do narcotráfico se colocaram para desenvolver uma propaganda positiva em seu favor.

a captura, e imediata extradição para os EUA, de um de seus componentes, Carlos Ledher, em fevereiro de 1987. Antes de ser preso, ele havia oferecido US\$ 350 mil para quem matasse qualquer agente da DEA. Um ano depois (julho de 1988), Ledher foi condenado a 135 anos de prisão por uma corte norte americana. Isso elevou o nível de violência no confronto entre Escobar e o Estado (Bagley, 1988, p. 86).

Nesse momento, autoridades colombianas, como o Chefe do Departamento de Narcóticos da Procuradoria Geral, Francisco Bernai, reclamavam que estavam enfretando os traficantes de drogas sozinhos, e que isso só desestabilizava o país e provocava a morte de seus cidadãos (Bagley, 1988, p. 85). Para Bagley (1988, p. 89) os EUA conduziam uma estratégia unilateral de decisões sobre o assunto, sem consultar os países andinos. Àquela altura do processo, a prioridade para aporte de recursos de Washington estava mais concentrada no Peru e na Bolívia, por ainda se manterem como maiores produtores de cocaína.

Na época em que Ledher foi sentenciado nos EUA, o Procurador Geral da Colômbia, Carlos Mauro Hoyos-Jimenez, foi assassinado a mando de Escobar (Bagley, 1988, p. 86). O ano de 1989 marcou a Colômbia como um dos mais violentos da história recente do país. Em julho, a juíza María Helena Díaz foi executada na porta de casa. Um mês antes, o governador de Antioquia, Antônio Roldan, também entrou para a estatística de vítimas fatais (González Garcia, 2010, p. 9)²⁵³.

O candidato à presidência pelo partido liberal, e ferrenho apoiador do combate aos Cartéis, Luís Carlos Galán, foi executado em agosto, quando iniciava um discurso nas imediações de Bogotá. O ano encerrou com a detonação de um artefato explosivo em pleno vôo da empresa Avianca no trajeto Bogotá-Medellín, a mando de Pablo. Centenas de pessoas morreram no atentado (González Garcia, 2010, p. 10)²⁵⁴.

Enquanto a população colombiana vivia em meio à violência, em fevereiro de 1990, os presidentes de EUA, Colômbia, Equador e Peru se reuniram em Cartagena para uma conferência sobre a questão do narcotráfico. O jornalista Eugene Robison, que cobriu o evento pelo *The Washington Post*, ressaltou o fato de o encontro ter ocorrido meses depois de Bogotá realizar uma forte ofensiva contra os Cartéis. Contudo, a ação não interrompeu o fluxo de cocaína (Robinson, 1990). Apesar da

²⁵³ Escobar preparou um carro-bomba para matar o político. Nessa época a prática foi largamente utilizada, tanto por Medellín, como por Cali (Bagley, 1988, p. 86).

²⁵⁴ Segundo Bagley (1988, p. 72), entre 1986 e 1988 os homicídios motivados por confrontos entre o Estado, as guerrilhas insurgentes e os paramilitares foram responsáveis por apenas 10% do total nacional. Isso demonstra a violência dos Cartéis no período.

declaração final conjunta dos chefes de Estado demonstrar uma orientação estratégica no mesmo rumo, o repórter ressaltou que a política antinarcóticos da Casa Branca não se alinhava com as preocupações internas dos países produtores:

O desejo dos EUA de atacar o comércio de cocaína na sua origem contrasta-se com preocupações locais predominantes – violência na Colômbia, insurreição de guerrilha no Peru, pobreza esmagadora na Bolívia e uma fraqueza no controle governamental nos três países produtores (Robinson, 1990)²⁵⁵.

Buscando balancear o cenário interno, de caos na ordem pública, com a pressão externa estadunidense, Virgílio Barco aproveitou reivindicações de movimentos estudantis para conduzir uma consulta pública sobre a pertinência de um projeto de reestruturação nacional. A população foi às urnas em maio de 1990, e votou pela composição de uma Assembléia Constituinte para elaborar a nova Carta Magna (Silva, 1997, p. 111). Nesse ambiente ambivalente de esperança e confronto com o narcotráfico e com as guerrilhas, assume César Gaviria Trujillo.

O recém-empossado presidente carregou consigo o legado de Galán, pois, além de ter sido seu coordenador da campanha, no momento do sepultamento do líder liberal, seu filho convocou Gaviria a substituir o pai no pleito. Segundo o ex-presidente Juan Manuel Santos, o novo chefe do executivo colombiano “encontrou um país convulsionado que exigiria uma transformação estrutural em suas instituições, e essa mudança ocorreu por meio da Assembléia Nacional Constituinte” (Santos, 2019, p. 52, tradução nossa)²⁵⁶. A constituição em vigor possuía mais de um século, 1886.

Após a inserção da garantia de não extradição de cidadãos colombianos para os EUA na nova Carta-Magna, Escobar se entregou para as autoridades (Crandall, 2008, p. 26). O chefe de Medellín construiu a própria cadeia, chamada de “*La Catedral*”, onde permaneceu por não mais que um ano, até sua fuga em julho de 1992. Estando fora do cárcere, Pablo foi perseguido tanto pelo Estado como por seus concorrentes no negócio da droga em Cali, além de parcela de membros de seu próprio Cartel, que haviam rompido com “*El Patron*”. O bando ilegal que o perseguiu

²⁵⁵ Do original: “The U.S. desire to attack the cocaine trade at its source has run into overriding local concerns - violence in Colombia, guerrilla insurgency in Peru, crushing poverty in Bolivia and a weakness of government control in all three producer countries” (Robinson, 1990).

²⁵⁶ Do original: “encontró un país convulsionado que exigía un cambio estructural en sus instituciones, y ese cambio se llevó a cabo a través de una Asamblea Nacional Constituyente”.

recebeu a alcunha de “*Los Pepes*”, e era liderado pelo paramilitar Carlos Castaño, que narrou a formação do grupo em uma entrevista:

O primeiro encontro aconteceu numa casa que tínhamos no *bairro El Poblado* [em Medellín], Fidel, “Berna”, Rodrigo “Doble Cero” e eu estávamos lá. O grupo era formado por nós, mais cinco pessoas no terreno e pelo menos mais quarenta *PEPES* completaram a estrutura. [...] O apoio e a ajuda do Cartel de Cali foram decisivos, especialmente pelo dinheiro e contatos. Encontrei-me com a liderança do Cartel de Cali e, ao retornar, disse à liderança dos *LOS PEPES* que tínhamos o seu apoio (Molina, 2001, p. 147)²⁵⁷.

O Estado também se mobilizou e criou o “Bloco de Busca”, que contava com seletos policiais, juntamente com o apoio de agentes da DEA. Escobar, com o suporte de seus sicários, escapou da perseguição por mais de um ano. Em 2 de dezembro de 1993 a Polícia Nacional, acompanhada de agentes da DEA, executou o narcotraficante mais procurado do mundo. Ele estava escondido em uma casa num bairro residencial de Medellín (Rodrigues, 2024).

Assim, os irmãos Rodríguez Orejuela, chefes de Cali, estavam aptos a dominar, praticamente, todo o mercado da Droga na Colômbia. Com esse poder em mãos, concomitantemente à administração do mercado do narcotráfico, buscaram um acordo com o Estado para legalizar suas transações. Todavia, Gaviria não abriu diálogo com o Cartel. Em agosto de 1994, ele passou a faixa presidencial ao liberal Ernesto Samper, que experimentou um processo de acusação por corrupção em sua campanha, com recebimento de propina proveniente de Cali. Esse fato foi o gatilho para importantes alterações nas relações entre Washington e Bogotá abordado de forma mais profunda à frente do trabalho.

Novamente, em um esforço conjunto entre a Polícia Nacional e a DEA, a base da liderança de Cali foi praticamente toda desarticulada em 1995. Gilberto Rodríguez, José “*Chepe*” Santacruz e Miguel Rodríguez foram capturados, respectivamente, em junho, julho e agosto. Terminava a “Era dos Cartéis do Narcotráfico”. Echeverria (2019, p. 280) resume assim o dano causado à Colômbia na Guerra com os Cartéis:

²⁵⁷ Do original: “La primera reunión se dio en una casa que teníamos en el barrio El Poblado, allí estuvimos Fidel, “Berna”, Rodrigo “Doble Cero” y yo. El grupo lo conformamos nosotros, cinco personas adicionales sobre el terreno y por lo menos cuarenta *PEPES* más completaban la estructura. El apoyo y la ayuda del Cartel de Cali sería determinante, especialmente en dinero y contatos. Me reuní con la cúpula del Cartel de Cali y, al regresar, le manifesté a la dirección de los *PEPES* que teníamos el apoyo de esta gente” (Molina, 2001, p. 147).

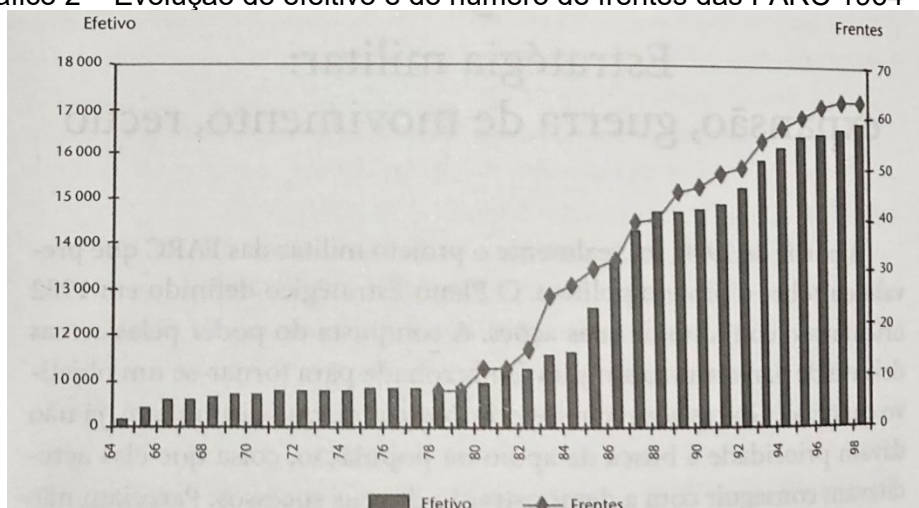
Os efeitos mais importantes e evidentes da atividade do tráfico de droga foram o seu impacto na paz social, profundamente alterado pela luta entre o Estado e os cartéis da droga e outros grupos à margem da lei, bem como os confrontos e vendetas entre máfias, com milhares de mortes, sequestros e assassinatos de figuras públicas²⁵⁸.

Além da formação dos Cartéis, a Colômbia também precisou gerenciar o enfrentamento com a insurgência, combinado com o fenômeno do paramilitarismo que também cresceu no período. As FARC-EP compartilharam a atenção do Palácio Nariño com diversos outros movimentos de guerrilha, dentre eles o M-19 e o ELN. Cabe agora abordar essa conjuntura.

4.2.2 ESTADO, INSURGÊNCIAS E PARAMILITARISMO – ACORDOS, CONFRONTOS E PERSEGUIÇÕES

Até a metade da década de 1980 as FARC-EP não observaram um crescimento significativo. As diretrizes elaboradas em dois eventos marcantes do movimento, sua 7ª conferência, em maio de 1982, seguida do plenário ampliado do Estado Maior Central, em outubro de 1983, definiram como fundamental a expansão, tanto de suas frentes, como de seu efetivo por todo o país. O Gráfico 2 abaixo mostra o crescimento da guerrilha até o final do século XX:

Gráfico 2 – Evolução do efetivo e do número de frentes das FARC 1964-1999



Fonte: Pécaut (2010, p. 84).

²⁵⁸ Do original: “Los efectos evidentes más importantes de la actividad del narcotráfico fueron su impacto sobre la paz social, alterada profundamente por la lucha entre el Estado y los carteles de la droga y otros grupos al margen de la ley, así como enfrentamientos y vendettas entre máfias, com miles de muertos, secuestros y asesinatos de personajes públicos” (Echeverría, 2019, p. 280).

Ao mesmo tempo, os insurgentes mantiveram diálogos com o governo Betancour, que resultaram, como já apontado, na assinatura dos Acordos de *La Uribe*²⁵⁹ em 1984, e um frágil cessar-fogo bilateral, sem a deposição de armas²⁶⁰ (FARC-EP, 1998, p. 31-32; Ospina, 2010, p. 163-165; Santos, 2019).

Em novembro de 1985, com o advento da UP, pequena parcela da insurgência se inseriu na disputa política. O novo partido estava composto, majoritariamente, de ex-integrantes do PCC. Parte dos conservadores e liberais, bem como alguns chefes militares, foram contra a criação da legenda. Cabe lembrar, que no mesmo mês o M-19 havia invadido o Palácio de Justiça, fato que fragilizou a tentativa de pacificação dos movimentos armados. Além da violência dos Cartéis, Virgílio Barco teve que administrar essa outra conjuntura, o que não só facilitou a perseguição aos integrantes da UP como fomentou o aumento dos grupos paramilitares. Em meio à pressão política, o presidente suspendeu os diálogos sobre um pacto definitivo de Paz com as FARC-EP (FARC-EP, 1998; Santos, 2019)²⁶¹.

Nas eleições de 1986 a UP angariou resultados substantivos. Seu candidato à presidência, Jaime Pardo Leal²⁶², alcançou 320 mil votos, patamar nunca atingido pelo PCC. Além disso, a legenda conquistou 9 vagas de Deputado Federal e 5 de Senador da República. O paramilitarismo logo reagiu, meses depois, dois congressistas eleitos foram assassinados²⁶³. No pleito municipal, assumiram 23 prefeituras e 300 cadeiras de vereador. Logo em seguida, o prefeito eleito do partido, Álvaro Garcés Parra, entrou para a lista de vítimas fatais. Em outubro de 1987, foi a vez de Pardo Leal, executado quando regressava de um fim de semana no campo. Até meados da década de 1990, mais de 2.500 integrantes do partido foram executados. O substituto de Pardo Leal para as eleições de 1990, Bernardo Jaramillo Ossa, também foi assassinado no ano do pleito no saguão do aeroporto de Bogotá

²⁵⁹ Localizada no Departamento de Meta, nos *Llanos Orientales*, a cidade abrigava a sede fixa do Secretariado Nacional da insurgência (FARC-EP, 1998, p. 31).

²⁶⁰ O ELN e o EPL também selaram um compromisso de paralisar as ações militares naquele momento (Santos, 2019).

²⁶¹ Segundo González (2021, p. 196), além da pressão política, Virgílio Barco também foi convencido pelas Forças Armadas, de que para voltar a negociar com a guerrilha era necessário debilitá-la militarmente.

²⁶² O líder da UP buscou convencer, sem muito sucesso, membros das FARC-EP a se desmobilizarem por completo, argumentando que a via armada não conseguiria resultados políticos efetivos (González, 2021, p. 192).

²⁶³ Leonardo Posada e Pedro Nel Jiménez foram os dois primeiros legisladores da UP assassinados, em 30 de agosto e em 1º de setembro de 1986, respectivamente (Ospina, 2010, p. 163).

(Bushnell, 2021; FARC-EP, 1998, p. 32; Ospina, 2010, p. 163-166; Pécaut, 2010, p. 38-39).

O principal arquiteto das execuções foi Carlos Fidel Castaño, que nesse momento possuía contatos tanto com o Exército colombiano como com o narcotráfico do Cartel de Medellín²⁶⁴. Em meio às ações contra a UP, as FARC-EP quebraram o cessar-fogo. Em junho de 1987, duas frentes insurgentes atacaram militares de um quartel no Departamento de Meta. Os Acordos de *La Uribe* fracassaram como primeira tentativa real de término das hostilidades. “Desse episódio, as FARC tiraram, em todo caso, a conclusão de que não há outro caminho, senão o militar” (Pécaut, 2010, p. 40). Isso impulsionou um grande crescimento do paramilitarismo. Entre 1987 e 1988 a proliferação desses grupos foi tamanha que Ospina (2010, p. 165) denomina este período como “anos do paramilitarismo”.

A tragédia da União Patriótica foi também uma tragédia e um imenso retrocesso para a paz na Colômbia, porque reafirmou para as FARC a convicção de que não era possível uma saída política às suas pretensões (Santos, 2019, p. 51, tradução nossa)²⁶⁵.

Como resposta ao avanço paramilitar, as insurgências criaram um grupo denominado *Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar* (CGSB), que uniu as lideranças para sincronizar ações e aumentar o poder de barganha com o Estado. Faziam parte desse movimento membros das FARC-EP, do M-19, do ELN, do EPL e de diversas outras guerrilhas menores. Em maio de 1988, o M-19 sequestrou o líder conservador Álvaro Gómez Hurtado²⁶⁶, e exigiram o retorno dos diálogos. Após soltarem o político, as conversações com o governo Virgílio Barco retornaram (Salive, 2018, p. 46).

Após dois anos de debate, em fevereiro de 1990, o M-19 chegou a um tratado de paz histórico, respaldado pelas lideranças liberais e conservadoras. No início de março, em seu discurso na cerimônia que marcou o acordo, o presidente destacou que “as portas da iniciativa para a paz [...] estão abertas para todos os grupos insurgentes que demonstrem uma vontade verdadeira de reconciliação” (Rueda,

²⁶⁴ Outro importante alçoz da UP foi Gonzalo Rodríguez Gacha, paramilitar e membro do Cartel de Medellín (Pécaut, 2010).

²⁶⁵ Do original: “La tragedia de la Unión Patriótica fue también una tragedia y un inmenso retrocesso para la paz de Colombia, porque reafirmó en las FARC la convicción de que no era posible una salida política a sus pretensiones”.

²⁶⁶ Em novembro de 1995, Gómez Hurtado foi assassinado quando caminhava pelas ruas de Bogotá. Um crime ainda não resolvido (Salive, 2018, p. 46).

2022, p. 318)²⁶⁷. O líder do movimento, Carlos Pizarro, foi candidato à prefeitura de Bogotá, e concorreria à presidência se não fosse metralhado em um vôo entre a Capital e Barranquilha, em abril (Santos, 2019)²⁶⁸.

Segundo o ex-Presidente Juan Manoel Santos (2019), a comoção da sociedade colombiana face ao assassinato de Pizarro proporcionou ao M-19 uma substantiva participação na Assembleia Constituinte, além de diversas cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado. Mais de 30% dos membros responsáveis por elaborar a nova Carta eram do movimento recém incorporado à sociedade. Para González (2021, p. 198), o bipartidarismo sofreu sua primeira derrota em séculos de manutenção do poder. Em contrapartida, o autor destaca que tanto o ELN, quanto as FARC-EP perderam a oportunidade de participar da reestruturação do Estado se mantendo na luta armada (González, 2021, p. 199).

No dia em que a Assembleia Constituinte iniciou seus trabalhos, 9 de dezembro de 1990, Gaviria autorizou uma grande operação militar contra a “Casa Verde”²⁶⁹. Estabelecida na cidade de *La Uribe*, mesma cidade dos acordos de 1984, o local servia de sede fixa para os encontros do secretariado das FARC-EP. Nenhum de seus membros foi atingido pelo ataque, que acabou sendo comparado com o mito fundador da Marquetália. Porque, segundo Santos (2019), a desproporcional aplicação da força, sem nenhum sucesso significativo, realimentou a crença de inatingibilidade dos líderes da guerrilha. A ofensiva era uma resposta aos diversos fustigamentos que a insurgência mantinha desde 1987 (Salive, 2018, p. 47).

Mesmo com o fiasco da “Casa Verde”, mas beneficiado pelo sucesso com o M-19, Gaviria conseguiu acordos de paz com o EPL, uma pequena parcela do ELN e outros movimentos menores²⁷⁰. Em abril de 1991, três integrantes da CGSB, representando as FARC-EP e o ELN, apoiados por congressistas do M-19, entraram na embaixada da Venezuela em Bogotá e solicitaram apoio para retomar o diálogo com o governo. Logo no mês seguinte, foram realizados os primeiros encontros na cidade de Cravo Norte, Departamento de Arauca. Três meses depois, continuou-se o

²⁶⁷ Do original: “Las puertas de la iniciativa para la paz [...] están abiertas a todo grupo insurgente que demuestre una voluntad verdadera de reconciliación” (Rueda, 2022, p. 318).

²⁶⁸ Sem assumir a culpa pelo atentado, Carlos Castaño declarou em entrevista que Pizarro possuía relações próximas a Escobar e que este queria controlar a presidência da Colômbia. Na opinião do paramilitar o ex-guerrilheiro tinha que morrer (Molina, 2001, p. 40).

²⁶⁹ Quatro meses antes da ofensiva, um dos principais membros do Secretariado, Jacobo Arenas, foi assassinado por um membro da guerrilha (El Tiempo, 1992).

²⁷⁰ Movimento Armado Quintín Lame, Partido Revolucionário dos Trabalhadores e outros (Santos, 2019).

debate, agora em Caracas²⁷¹. Toda a negociação, diferentemente dos Acordos de *La Uribe*, ocorreu sem interrupção das ações militares de ambas as partes (CGSB irrumpe..., 1991; FARC-EP, 1998, p. 39-40; Lindsay-Poland, 2018, p. 51; Santos, 2019; Salive, 2018, p. 47).

O debate foi retomado em 1992 em Tlaxcala no México. Entre os pontos abordados estavam o tipo de modelo econômico, a reforma agrária, a forma de exploração dos recursos naturais do país, a adoção de normas para extinguir o clientelismo político, a alteração da forma de abordagem para a ordem pública e a observância ampla dos Direitos Humanos. O governo suspendeu a discussão unilateralmente após a morte, por infarto, do conservador Argelino Durán Quintero. O político estava a alguns meses em cativeiro, após ser sequestrado por um grupo dissidente do EPL. Alfonso Cano, membro do secretariado e componente da equipe de negociação das FARC-EP disse ao final de mais uma tentativa de paz desperdiçada: “nos vemos dentro de dez mil mortos” (Pécaut, 2010, p. 44). O Ministro da Defesa, Rafael Pardo, primeiro civil a ocupar a pasta desde 1953, anunciou uma guerra integral contra as FARC-EP (FARC-EP, 1998; Santos, 2019).

A 8ª conferência das FARC-EP ocorreu logo no ano seguinte, em abril de 1993. Nesse momento, a guerrilha já somava cerca de 16.000 membros distribuídos em quase 60 frentes. Criticando frontalmente o modelo neoliberal de Gaviria, a insurgência declarou como objetivo final “a tomada de poder”, sugerindo uma “plataforma para um novo governo de maiorias” (FARC-EP, 1998, p. 116). Uma alteração significativa na estrutura militar dividiu a guerrilha em 5 blocos regionais, cada um comandado por um membro do Secretariado. Essas estruturas aglutinavam as frentes de acordo com a sua distribuição no território (FARC-EP, 1998; Santos, 2019).

No ano seguinte, os irmãos Castaño criaram dois grandes grupos paramilitares, as Autodefesas Unidas do Magdalena Médio e as Autodefesas Campesinas de Córdoba e Urabá. A fundação dessas organizações foi facilitada pelo decreto-lei 356 de fevereiro de 1994, que autorizava a formação de Associações Comunitárias de Vigilância Rural, as “*Convivir*”^{272 273}. Com a morte de Escobar e o

²⁷¹ A mesa de negociação em Caracas foi interrompida pelo Governo, após um atentado sofrido pelo político liberal Aurelio Irragorri Hormaza (FARC-EP, 1998, p. 38).

²⁷² Segundo Ospina (2010, p. 218), “formar uma *Convivir* só requeria preencher um formulário com os dados dos representantes e dos sócios e levá-lo e um batalhão militar. Até 1996, haviam constituídas umas setecentas, quase todas localizadas nas regiões com mais presença militar”.

²⁷³ Em 1998, o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos emitiu um relatório que identificava a hibridização entre paramilitares e “*convivir*”, diz o documento: “resulta muito difícil distinguir as

desmantelamento do Cartel de Medellín, grande parte do narcotráfico gerenciado pela organização se pulverizou entre os diversos grupos paramilitares, principalmente no Norte do país (Colômbia, 1994; González, 2021, p. 191; Ospina, 2010, p. 218).

Dessa forma, muitas transformações ocorreram na Colômbia entre 1986 e 1995. Dentre elas: a ascensão e queda dos Cartéis de Medellín e Cali, acordos de paz com várias insurgências, com destaque para o M-19 que se inseriu ativamente na vida política, e a elaboração de uma nova constituição. Na metade da década de 1990, tanto as FARC-EP, como os diversos grupos paramilitares se alimentavam, cada um à sua maneira, dos recursos do narcotráfico para financiar suas ações. Apesar de Cali ter sido derrubado já com Ernesto Samper na presidência, um processo de corrupção que ligava sua eleição com o dinheiro do Cartel emperrou seu governo, alterando, inclusive, a estratégia contra o narcotráfico dos EUA na Colômbia.

4.3 DA CRISE DIPLOMÁTICA DE SAMPER À ALIANÇA ENTRE URIBE E BUSH

Entre a segunda metade da década de 1990 e os primeiros anos dos 2000, as FARC-EP incrementaram substancialmente o seu poder militar e os EUA realizaram uma inversão estratégica na Guerra às Drogas. Nesse período, a guerrilha atingiu diversos êxitos contra o Estado. Em meio a mais uma tentativa de paz, ela conseguiu um território desmilitarizado onde pôde atuar com ampla liberdade de ação. Pela primeira vez, desde o início da Guerra contra as Drogas, Bogotá sofreu dois processos de descertificação por Washington consecutivos. Isso representou o início da alteração no rumo do combate ao narcotráfico, encerrando o ciclo com a implantação do Plano Colômbia. Só no ano 2000, Washington forneceu mais de US\$ 1 bilhão para Bogotá²⁷⁴.

ações dos grupos paramilitares com aquelas de algumas associações *Convivir*, visto que entre elas se realizam, em numerosos casos, relações de coincidência, convergência, complementariedade e suplantação” (Ospina, 2010, p. 219).

²⁷⁴ Ver Gráfico 9.

4.3.1 CORRUPÇÃO NA COLÔMBIA, DESCERTIFICAÇÃO E A INVERSÃO ESTRATÉGICA DOS EUA

As denúncias de corrupção na campanha de Ernesto Samper em 1994 o acompanharam ao longo de todo o seu mandato. Ele venceu a corrida ao Palácio Nariño contra o conservador Andrés Pastrana por uma diferença de apenas 0,3% dos eleitores²⁷⁵. Pouco antes de sua posse, em junho, o ex-gerente de campanha de seu adversário entregou à embaixada dos EUA fitas gravadas com conversas por telefone entre Gilberto Rodríguez, chefe do Cartél de Cali, e membros da campanha²⁷⁶ do candidato liberal. Nos diálogos havia negociações sobre aporte de recursos do narcotráfico para ajudar na eleição de Samper. O episódio ficou conhecido como “*los narcocassetes*” e provocou forte abalo nas estruturas do Estado (Crandall, 2008; Santos, 2019; Mejía, 1996).

A Casa Branca preferiu não se envolver na questão de forma direta. Mesmo assim, o agente da DEA Joe Toft vazou as fitas para a imprensa colombiana. O escândalo motivou dois julgamentos do presidente pelo Congresso Nacional, além da abertura de uma longa investigação, denominada processo 8.000, contra políticos e burocratas. Samper foi absolvido pelo legislativo em ambas as oportunidades, mas senadores, deputados e outros políticos e funcionários públicos foram presos. Logo no mês seguinte, julho, o candidato recém-eleito se reuniu com membros do Departamento de Estado em Nova York. O objetivo era minimizar o impacto do problema, aceitando diretrizes de Washington no combate ao narcotráfico (Crandall, 2008, p. 86; Salive, 2018, p. 50; Valencia, 2005, p. 132)²⁷⁷.

Em março de 1996 a Colômbia enfrentou a primeira descertificação pelos EUA como país combatedor do narcotráfico, mesmo com a prisão dos irmãos Orejuela no ano anterior. Para Crandall (2008, p. 92) essa foi mais uma medida unilarteral de Washington na condução da guerra às drogas. A decisão possuía ressalvas, principalmente em relação à interrupção no aporte de recursos, pois o Departamento de Estado avaliou ser importante sua manutenção. No congresso dos EUA a disputa

²⁷⁵ Isso significava cerca de 20.000 votos, face ao total de 5,6 milhões de eleitores (Bushnell, 2021).

²⁷⁶ Entre os envolvidos estavam o tesoureiro da campanha, Santiago Medina, o gerente administrativo, Juan Manuel Avella e o futuro Ministro da Defesa Fernando Botero (Mejía, 1996, p. 32; Valencia, 2005, p. 132).

²⁷⁷ Dentre as medidas aceitou a troca de comando da Polícia Nacional no combate ao Cártel de Cali, colocando o General Serrano, alinhado à estratégia estadunidense (Crandall, 2008, p. 86).

partidária sobre as estratégias contra o narcotráfico girava em torno da incorporação do respeito aos Direitos Humanos no planejamento, do lado democrata, e o aumento à erradicação e à interdição da droga, do lado republicano. Uma das medidas ganhas pelos republicanos foi a incorporação das polêmicas operações de fumigação química nas plantações de coca, iniciadas em dezembro de 1994 (Crandall, 2008, p. 91).

Samper tentou demonstrar comprometimento na repressão ao narcotráfico, aprovando uma dura lei contra a lavagem de dinheiro (Crandall, 2008, p. 93). Em entrevista à emissora de TV CNN, defendeu-se sobre o caso dos narcocassetes:

Se essa infiltração (do dinheiro das drogas) aconteceu, de forma alguma - repito - de forma alguma compromete a vontade política do meu governo na luta contra o tráfico de drogas (Mejía, 1996, p. 34)²⁷⁸.

Com a prisão de seu ex-tesoureiro da campanha, Santiago Medina²⁷⁹, a situação piorou. No depoimento ele disse que Samper tinha conhecimento das conexões com o Cartél. As informações colhidas pela embaixada dos EUA sobre o tratamento diferenciado que os irmãos Rodríguez Orejuela recebiam na cadeia, possibilitando a manutenção da administração dos negócios da droga mesmo no cárcere, também pesavam contra o chefe do executivo (Crandall, 2008, p. 97).

Segundo Crandall (2008, p. 83-84), os EUA já acompanhavam os passos de Samper desde o início da década de 1980, quando seu nome e número de telefone foram encontrados em uma agenda de Gilberto Rodríguez. Além disso, a posição pessoal do Presidente sobre a necessidade de debater a legalização das drogas também pesava contra ele. Para o embaixador dos EUA no país, Myles Frechette, “a eleição de Samper foi o pior cenário” para Washington (Crandall, 2008, p. 83)²⁸⁰.

O Procurador-Geral norte americano solicitou a extradição dos irmãos Orejuela e dos outros chefes de Cali²⁸¹. Samper negou, com base na constituição de

²⁷⁸ Do original: “If this infiltration (of drug money) happened, in no way - I repeat - no way did this compromise the political will of my government in the fight against drug trafficking” (Mejía, 1996, p. 34).

²⁷⁹ Medina foi acusado de enriquecimento ilegal, sendo condenado a 5 anos de prisão (Crandall, 2008, p. 96).

²⁸⁰ Do original: “Samper’s election were the worst scenario” (Crandall, 2008, p. 83).

²⁸¹ Com a nova ameaça de extradição, houve retaliação por parte de Cali. Em março de 1997 um atentado com carro-bomba matou o jornalista Gerardo Bedoya. Outros 7 repórteres foram assassinados, todos defendiam a volta da extradição (Crandall, 2008, p. 104).

1991²⁸². Em julho, seu visto de entrada nos EUA foi suspenso²⁸³. Assim, Washington descertificou Bogotá novamente em 1997, mas deixando claro que era exclusivamente pela postura do presidente, não da conduta do país no combate ao narcotráfico. Em dezembro, novamente tentando mostrar que estava alinhado com a política antidrogas da Casa Branca, o Congresso colombiano, com o apoio do Palácio Nariño, aprovou uma emenda à constituição retomando a possibilidade de extradição de narcotraficantes nacionais, inclusive em relação a prisões retroativas (Crandall, 2008, p. 102-103; Mejía, 1996, p. 35)²⁸⁴.

Para Valencia (2005, p. 132-133), até o escândalo das eleições, e sua repercussão política com o processo 8000, os EUA ainda mantinham uma estratégia de contenção em relação ao mercado da droga na Colômbia²⁸⁵. Isso porque, investir na extinção completa do narcotráfico no país, exigiria um investimento gigantesco de recursos. Contudo, na avaliação de Washington, *vis-a-vis* a magnitude da influência dos traficantes de droga nas instituições do país, somado ao nível de corrupção que abastecia esse sistema, era preciso partir para uma concepção estratégica diferente: a eliminação (Valencia, 2005, p. 133).

Algumas análises corroboram com essa perspectiva. O Gráfico 9 mostra que, a partir de 1996, os aportes de recurso para gastos militares de Washington para Bogotá iniciaram uma notória ascensão. De 1995 em diante, os Gráficos 7 e 8 apresentam uma crescente aplicação do verbete narcotráfico nas NSS, superando, inclusive, o tema do terrorismo. Especificamente a NSS de 1997 cita, textualmente, a Colômbia e o Cartél de Cali, registrando que o Presidente [Bill Clinton] utilizou sua Lei de Emergência Internacional para Poderes Econômicos com o objetivo de atacar economias, empresas e imóveis pertencentes ou controlados pelo Cartel de Cali e outros cartéis de drogas colombianos, congelando os seus bens nos EUA.

Além disso, tanto as FARC-EP, como o ELN, entraram para a lista do Departamento de Estado como Organizações Terroristas Estrangeiras (do inglês *Foreign Terrorist Organizations – FTO*) em 8 de outubro de 1997 (EUA, 2023). Todos

²⁸² A percepção dos EUA foi de que, caso conseguissem a extradição dos irmãos Rodríguez, eles falariam sobre suas relações com Samper, como acabou acontecendo mais tarde (Crandall, 2008, p. 103).

²⁸³ Em setembro de 1996, o presidente precisou solicitar um visto especial provisório para ir a um Fórum Internacional na ONU (Mejía, 1996, p. 36).

²⁸⁴ Gilberto Rodríguez e seu irmão Miguel só seriam extraditados para os EUA, respectivamente, em 2004 e 2005 (Gilberto Rodríguez, 2022).

²⁸⁵ O autor comprova essa tese com documentos desclassificados do Departamento de Estado dos EUA (Valencia, 2005, p. 133).

esse fatos e análises corroboram com a avaliação de Valência (2005, p. 132-133) de que a contenção passou para a eliminação. Isso ficaria ainda mais claro com a implantação do Plano Colômbia.

Segundo Crandall (2008, p. 105-108), o final do governo Samper, anos 1997 e 1998, foi o ápice da “narcotização” das relações entre EUA e Colômbia. Isso porque, as decisões diplomáticas de Washington em relação a Bogotá eram norteadas totalmente por esse tema. As próprias descertificações foram, mais tarde, identificadas como contraproducentes, tendo em vista que as estimativas de perda com negócios bilaterais, fruto dessas ações, atingiram o valor estimado de US\$ 875 milhões. Além disso, ao desacreditar Samper, a Casa Branca enfraqueceu o Estado colombiano, o que, segundo os analistas norte-americanos, facilitou as investidas das FARC-EP.

Ao final do governo Samper (1994), a Colômbia já suplantava a Bolívia como maior cultivadora de folha de coca, ao longo da presidência de seu sucessor, Andrés Pastrana, ultrapassaria também o Peru²⁸⁶. Concomitantemente a esse processo, a guerrilha chegou ao ápice em efetivo na passagem dos anos 1990 para 2000, chegando à cerca de 20.000 componentes. Segundo Pécaut (2010, p. 70), baseado em um estudo do Departamento de Planejamento colombiano, o tráfico de drogas assumia a primeira posição como fundo de custeio da organização. Isso só cresceria nos próximos anos:

A partir de 1994, a economia da droga passa a ser, de longe, a principal origem do financiamento [das FARC-EP]. Em 2003, ela propiciava mais de 50% do total desse financiamento. De 2003 a 2007, a diminuição dos sequestros e as dificuldades enfrentadas pela extorsão levam ao maior crescimento da economia da droga [como fonte de recurso]: ela superaria 60% e até 70% (Pécaut, 2010, p. 70)^{287 288}.

²⁸⁶ Ver Gráficos 10, 11, e 12.

²⁸⁷ Vale destacar, que as FARC-EP disputavam os lucros do narcotráfico e das extorsões com os paramilitares (Pécaut, 2010).

²⁸⁸ Pécaut (2010) narra o processo de envolvimento das FARC-EP com o tráfico de drogas desde os anos 1980. Primeiramente passou pela cobrança de taxas aos plantadores da folha de coca em troca de proteção, o “*gramaje*”. Logo em seguida assumiram como intermediários de transporte interno e vigilância de pistas clandestinas e de laboratórios para os narcotraficantes internacionais. A partir da década de 1990 iniciaram a gestão efetiva da produção e refino em algumas localidades, como no Departamento de Guaviare, onde a cidade de Miraflores se tornou uma das “mecas do tráfico e do império das FARC” (Pécaut, 2010, p. 78). Com o avanço das Forças Armadas e dos paramilitares, a partir de 2003, as FARC-EP concentraram seus esforços no controle da saída de droga no sudoeste do país, pelo pacífico, nos Departamentos de Chocó, Putumayo e Nariño.

Dessa forma, aproveitando-se da fragilidade estatal e do seu crescimento em poder militar e econômico, as FARC-EP desencadearam uma série de operações militares buscando “tomar o poder”. Esse processo representou “uma ofensiva que se desenrolaria de 1995 a 1998, [...] durante a qual as FARC mostraram que passavam da guerra de guerrilha à guerra de movimento” (Pécaut, 2010, p. 45-46)²⁸⁹.

4.3.2 A OFENSIVA DAS FARC-EP E O FRACASSO DO PROCESSO DE PAZ DE CÁGUAN

A primeira grande investida da guerrilha ocorreu ainda em julho de 1994, tomando a cidade de *La Calera*, a menos de 30 Km de Bogotá. Isso era resultado dos planejamentos elaborados na sua 8ª conferência do ano anterior. Iniciava-se um projeto estratégico que, adicionado aos fustigamentos tradicionais da insurgência, somou-se a tática de envolver as principais cidades (Salive, 2018, p. 50).

De acordo com um editorial do periódico colombiano *Semana*, de 1996, as FARC-EP perceberam que a guerra deveria se transferir do campo para a cidade, a fim de fazer sentir sua presença num país predominantemente urbano. Para tal, o objetivo principal era cercar os grandes centros por meio de anéis de cerco formados no seu entorno com novas frentes de ação, além de estabelecer redes urbanas ligadas ao movimento. Segundo a revista, as autoridades possuíam provas de que havia um abrangente plano, que visava pressionar de forma mais efetiva os poderes constituídos do Estado. Entre 1995 e 1996, os guerrilheiros realizaram 42 ataques em municípios vizinhos às grandes cidades, principalmente Bogotá, chegando a controlar alguns deles (Bogota sitiada, 1996).

Em agosto de 1996, as FARC-EP tomaram a Base Militar de *Las Delicias* entre os Departamentos de Putumayo e Caquetá. Os insurgentes fizeram 60 militares como reféns²⁹⁰. Os prisioneiros foram soltos um ano depois, após o governo disponibilizar uma zona desmilitarizada para guerrilha com 14 mil Km² na região de *Cartegena Del Chairá* por alguns meses, sob o protesto da cúpula militar. Em dezembro de 1997 atacaram o quartel de comunicações em *Patascoy*, entre os Departamentos de Nariño

²⁸⁹ O ex-presidente Juan Manuel Santos concorda com o autor sobre essa mudança de postura estratégica (Santos, 2019).

²⁹⁰ Havia 450 guerrilheiros contra 110 componentes do Exército, dos quais 27 foram mortos em combate (Salive, 2018, p. 50).

e Putumayo. Essa Organização Militar era estratégica para a região, pois realizava conexões de enlace rádio para todas as unidades do Exército no sudoeste do país (FARC-EP, 1998, p. 112; Pécaut, 2010, p. 91; Salive, 2018, p. 50-51).

Segundo Pécaut (2010, p. 92), a insurgência iniciou um cerco progressivo a Bogotá. Regiões que circundavam a capital como, *Sumapaz* e *Ciudad Bolívar* foram tomadas pela guerrilha, que também infiltrou pessoal na periferia da cidade. Em *Medellín* os principais acessos à metrópole do Departamento de Antioquia estavam sob controle das FARC-EP nesse período, sofrendo bloqueios constantes.

É nessa conjuntura que Carlos Castaño conseguiu unir a maior parte dos grupos paramilitares do país, formando, em abril de 1997, as AUC (Lindsay-Poland, 2018, p. 51; Pécaut, 2010, p. 97)²⁹¹. Valencia (2005, p. 139) ressalta, como já destacado por Pécaut (2010, p. 70), que tanto as FARC-EP, quanto a organização de Castaño²⁹² eram financiadas preponderantemente pelo narcotráfico²⁹³. Contudo, a guerrilha não tinha acesso às redes de comercialização internacionais, além disso:

Há uma diferença entre os paramilitares e as guerrilhas. Os primeiros se enriquecem individualmente, enquanto as guerrilhas investem tudo na guerra – exceto casos de corrupção nas suas fileiras (Valencia, 2005, p. 139).

O segundo no comando das AUC, Salvatore Mancuso, de acordo com Ospina (2010, p. 219), também chefiava diversas associações “*Convivir*”, dotando ambas as organizações com armamento exclusivo das Forças Armadas colombianas. Em 1997, conforme dados da Comissão Colombiana de Juristas, 76% dos crimes contra a população civil em meio ao conflito interno eram praticados pelos paramilitares²⁹⁴. Um relatório de 1998 do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU afirmou que não havia como distinguir as associações de defesa agrária dos grupos paramilitares (Ospina, 2010, p. 235).

²⁹¹ Segundo Valencia (2005, p. 137), a percepção da maioria da sociedade colombiana era de que os paramilitares eram uma possibilidade de enfrentamento contra a guerrilha, tendo em vista a fragilidade das Forças Armadas naquele momento.

²⁹² O próprio Carlos Castaño admitiu que cerca de 70% do financiamento das AUC tinha origem no narcotráfico (Valencia, 2005, p. 137).

²⁹³ “o Departamento de Planejamento Nacional da Colômbia estimava que a receita das FARC-EP equivalia a 1,54% do PIB nacional, cerca de US\$ 500 milhões, sendo que o narcotráfico representava 48% desse montante” (Valencia, 2005, p. 139).

²⁹⁴ No mesmo ano, o congresso dos EUA aprovou a Lei Leahy, que restringiu o aporte de recursos para fins militares a países que desrespeitassem flagrantemente os Direitos Humanos (Lindsay-Poland, 2018, p. 52).

No ano eleitoral de 1998, as FARC-EP desferiram um dos piores ataques às Forças Armadas. No final de fevereiro, o 3º Batalhão Móvel do Exército sofreu uma emboscada na selva no Departamento de Caquetá, ao sul do país, na região de *El Billar*. O ardil resultou na morte de mais de 60 militares e o sequestro de outros 40. Segundo a revista colombiana *Semana*: “a catástrofe de *El Billar*, Caquetá, é, de longe, o golpe mais grave que as FARC desferiram ao Exército no último meio século” (Pécaut, 2010, p. 91; Salive, 2018, p. 51; *Especiales Semana*, 2023)²⁹⁵. De acordo com Valencia (2005, p. 138), entre 1996 e 1998, os insurgentes impuseram 16 derrotas sucessivas aos militares colombianos.

Nessa conjuntura de avanço das FARC-EP, Samper passou a presidência ao conservador Andrés Pastrana, que prometeu firmar a Paz com os insurgentes. Um dos movimentos da equipe de Pastrana, que lhe proporcionou capital político para vencer a eleição, foi o encontro de seu chefe de campanha com Manuel Marulanda na selva amazônica colombiana, entre o 1º e o 2º turno do pleito. O líder guerrilheiro posou para uma foto usando o relógio enviado como presente por Pastrana²⁹⁶. Antes de assumir o Palácio Nariño, o político foi à floresta se encontrar com “*tirofijo*” e outros membros de seu secretariado (El Tiempo, 2020; Santos, 2019).

A situação econômica herdada por Pastrana era péssima. O país enfrentou forte recessão entre o 3º trimestre de 1998 e o 2º de 1999. A variação do PIB ao longo de 1999 foi a menor da série desde a quebra da Bolsa de Nova York, -4,3%, chegando a cair -6,7% no pior trimestre do período de aferição (abril-junho). A taxa de desemprego também atingiu o maior índice histórico desde 1977, chegando a mais de 20% em setembro de 1999, mantendo-se nesse patamar até o mesmo mês do ano seguinte. Washington cogitou considerar a Colômbia um “Estado Falido” (Echeverria, 2019, p. 282-285; Pécaut, 2010, p. 45).

Nessa situação, o ainda candidato conservador eleito recebeu o convite de Bill Clinton para ir à Casa Branca, sinalizando a reaproximação estadunidense. Em 2021, Pastrana disse em entrevista que, na sua opinião, as Relações entre Colômbia e EUA passavam pelo seu pior momento da história. O encontro ocorreu em 3 agosto de 1998. Logo no mês seguinte, já como presidente, ele anunciou a criação de uma

²⁹⁵ Do original: “La catástrofe de El Billar, Caquetá, es, de lejos, el golpe más grave que le hayan asestado las Farc al Ejército en el último medio siglo” (*Especiales Semana*, 2023).

²⁹⁶ A Figura 19 mostra a foto do encontro.

Zona de Distensão para a abertura do diálogo de pacificação com as FARC-EP (Cuellar Araújo, 2023; Santos, 2019).

A área possuía 42 mil Km² e conformava cinco cidades colombianas. De acordo como artigo 3º da resolução presidencial que oficializou a medida faziam parte “os municípios de Mesetas, La Uribe [mesmo local dos acordos de 1984 e do bombardeio à Casa Verde de 1991], La Macarena e Vista Hermosa, municípios do departamento de Meta e San Vicente de Caguán, departamento de Caquetá” (COLÔMBIA, 1998b, p. 34). Essa nova tentativa de paz recebeu o nome de Acordos de Cáguan, local onde ocorreu a maior parte das mesas de debate (Ospina, 2010, p. 251; Pécaut, 2010, p. 46).

A intenção inicial era somente a desmilitarização da região, porém o resultado foi praticamente uma perda de soberania do território. Segundo Santos (2019, p. 93, tradução nossa), “não se retiraria apenas a força pública, mas também juízes, funcionários do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República e de qualquer vestígio de presença estatal”²⁹⁷. Ao consultar o escritório da Cruz Vermelha na Colômbia, o ex-presidente Juan Manuel Santos²⁹⁸, verificou que não havia precedentes de algo dessa magnitude em processos de paz no mundo. O espaço disponibilizado correspondia ao tamanho da Suíça, ou duas vezes o Estado de El Salvador (Salive, 2018, p. 52). Para ele, isso foi “uma aposta exótica e extremamente arriscada” (Santos, 2019, p. 94, tradução nossa)²⁹⁹. Segundo Pécaut (2010, p. 46), realmente as FARC-EP:

nem cogitavam em se incluírem no processo de desmilitarização. Não apenas conservaram seus combatentes na zona, como também, escancaradamente, converteram a região em base de treinamento, em ponto de partida ou retirada de algumas de suas operações de guerra.

Logo no mês seguinte ao estabelecimento da Zona de Distensão, as FARC-EP lançaram uma ofensiva contra a capital do Departamento de Vaupés, Mitú. Mais de 1.000 guerrilheiros mantiveram a cidade sob seu controle por três dias. A retomada só foi possível porque o governo brasileiro disponibilizou a pista de aterrissagem da

²⁹⁷ Do original: “no solo se despejaría de fuerza pública, sino también de jueces, de funcionarios de la fiscalia y de la Procuraduría, y de cualquier vestigio de presencia estatal”.

²⁹⁸ É importante ressaltar que antes de assumir a presidência da República em 2010, Juan Manuel Santos exerceu as funções de Ministro de Comércio Exterior na administração Gavéria, de Finanças e Crédito Público no próprio Governo Pastrana e da Defesa na condução de Uribe Vélez (Santos, 2019).

²⁹⁹ Do original: “una apuesta exótica y sumemamente riesgosa”.

companhia de fronteira do Exército em Quererí. Apesar do reestabelecimento da presença do Estado no município, foram levados como reféns dezenas de policiais (Pécaut, 2010; Santos, 2019).

Em janeiro de 1999 Pastrana enfrentou o primeiro revés em sua tentativa de selar um acordo com a insurgência. Na abertura oficial da negociação, Manoel Marulanda não compareceu à cerimônia, enviando somente uma carta, que foi lida no evento (Santos, 2019)³⁰⁰. Para Salive (2018) tanto o governo colombiano, quanto as FARC-EP, estavam mantendo um jogo dual. Ao mesmo tempo em que negociavam sobre um possível acordo, fortaleciam suas estruturas militares.

A dificuldade em gerenciar as concessões às FARC-EP aumentaram para o presidente quando, em maio, seu Ministro da Defesa, Rodrigo Lloreda, demitiu-se do cargo. Ele alegou pressões indevidas dos EUA em questões de Defesa Nacional no país, além de não haver condições para conduzir a pasta com as inúmeras aquiescências proporcionadas à insurgência. Outro aspecto que contribuiu para sua saída foram as diversas suspeitas e acusações de militares se envolvendo com o paramilitarismo. Em meio à crise institucional, dezenas de oficiais do Exército solicitaram seu desligamento da Força. Foi necessário que o Comandante Geral da instituição negasse os pedidos para evitar um desgaste ainda maior do governo (Crandall, 2008, p. 121).

No mesmo mês da saída de Lloreda, anunciou-se a agenda para o processo de Cáguan com doze pontos centrais³⁰¹. Para Santos (2019), as pautas do diálogo praticamente correspondiam aos temas da 8ª Conferência das FARC-EP de 1993. Outro aspecto que dificultou o avanço dos debates foi a amplitude dos assuntos. Havia questões que demandavam alterações profundas na estrutura econômica e social do país, além de transformações substantivas em políticas de Defesa Nacional e de Relações Exteriores (Salive, 2018, p. 54). Nas palavras de Santos (2019, p. 317, tradução nossa): “aceitou-se negociar com as FARC praticamente todos os temas cruciais da vida nacional”³⁰².

³⁰⁰ A Figura 20 mostra a foto do evento com a cadeira vazia sem a presença de Marulanda.

³⁰¹ Os temas eram basicamente a busca por uma solução política para o conflito, a observância dos Direitos Humanos, questões sobre a estrutura das Forças Armadas e as Relações Internacionais colombianas, a pauta tradicional da Reforma Agrária, a exploração e conservação dos recursos naturais, a estrutura econômica e social da sociedade, reformas no judiciário, combate à corrupção e ao narcotráfico, reforma política e possibilidade de novos acordos internacionais para a Colômbia (Salive, 2018, p. 54).

³⁰² Do original: “se aceptó negociar con las FARC prácticamente todos los temas cruciales de la vida nacional”.

As visitas e encontros em Cáguan não se resumiam somente a membros do governo colombiano, ou representantes de comissões de paz. Figuras como Jim Kimsey, fundador do portal e provedor de internet *America On-Line*, Richard Grasso, presidente da Bolsa de Valores de Nova York e até empresários do ramo imobiliário dos EUA, como Joe Robert, realizaram encontros com o secretariado do movimento dentro da Zona de Distensão. Em março de 2001, cerca de 30 embaixadores estiveram na área para conversar com Marulanda (Crandall, 2008; Santos, 2019).

Com o processo de pacificação debilitado, o último golpe ocorreu com os sequestros de cunho político. Em 20 de fevereiro de 2002, o Senador liberal Jorge Eduardo Géchem foi capturado pelos insurgentes em pleno voo. Três dias depois, a candidata presidencial franco-colombiana Ingrid Betancourt também foi sequestrada pelos guerrilheiros³⁰³. Isso levou Pastrana a suspender a Zona de Distensão, que vigorou por mais de 3 anos, de outubro de 1998 a fevereiro de 2002. O presidente anunciou uma guerra integral contra as FARC-EP. Mais uma tentativa de pacificação não logrou êxito (Lindsay-Poland, 2018; Ospina, 2010; Santos, 2019; Pécaut, 2010).

Tanto para Pécaut (2010), como para Santos (2010), as FARC-EP não souberam administrar as ferramentas políticas obtidas por meio da Zona de Distensão. Pécaut, em específico, destaca que houve falta de preocupação com a opinião pública colombiana, além de supervalorização da ação militar. Para Santos, faltou interesse efetivo em negociar um acordo de paz nos termos propostos pelo governo. Isto minou a credibilidade da insurgência, tanto internamente, entre seus membros, como externamente aos olhos da sociedade colombiana e da comunidade internacional.

4.3.3 O PLANO COLÔMBIA E A FUSÃO DA GUERRA ÀS DROGAS COM A GUERRA AO TERROR

No mesmo mês de criação da Zona de Distensão, Pastrana viajou a Washington para cumprir agenda oficial com o Presidente Bill Clinton. Durante a conferência de imprensa, em frente à Casa Branca, o presidente colombiano ressaltou

³⁰³ Além dos sequestros do Senador liberal e de Ingrid Betancourt, segundo Pécaut (2010), estavam de posse da guerrilha um ex-governador do Departamento de Meta, doze deputados estaduais do Valle Del Cauca e a gerente de campanha de Ingrid, Clara Rojas.

que nascia “uma nova e histórica aliança contra o tráfico de drogas” (AP, 2015)³⁰⁴. Clinton destacou que:

Para a Colômbia, a insurgência paira hoje sobre todos os outros desafios. Há terror, assassinatos e raptos - incluindo cidadãos dos Estados Unidos - e outras afrontas aos direitos humanos. O comércio de narcóticos e o conflito civil alimentam-se mutuamente (AP, 2015)³⁰⁵.

Em março de 1998, quatro cidadãos estadunidenses foram sequestrados pelas FARC-EP, juntamente com outros 30 civis (Reuters, 2008). O Departamento de Estado tentou se envolver no processo de paz. Em dezembro, Phil Chicola, integrante da equipe da Secretária Madeleine Albright, reuniu-se com Raul Reyes, membro do secretariado da insurgência, na Costa Rica. O incipiente movimento durou pouco. Isso porque em fevereiro de 1999 três ativistas indígenas norte-americanos foram executados pela guerrilha no Departamento de Arauca no Llanos colombianos, cortando qualquer possibilidade de mediação dos EUA (Crandall, 2008, p. 120).

Seis meses após a morte dos ativistas, Albright escreveu um artigo no New York Times intitulado “Os combates da Colômbia, e como podemos ajudar”³⁰⁶. A Secretária de Estado ressaltou que os narcotraficantes colombianos fabricavam mais de 80% da cocaína produzida no mundo. Pontuou também que especificamente as FARC-EP, o ELN e os grupos paramilitares³⁰⁷ controlavam parcela significativa do território colombiano e utilizavam o tráfico de drogas como meio de financiamento, violando rotineiramente os Direitos Humanos. Segundo ela, qualquer apoio demandava mais que somente a busca pela interdição do tráfico e a erradicação das plantações de coca. Na sua visão um ponto fundamental que só poderia ser resolvido com ajuda internacional era a recuperação econômica do país (Albright, 1999)³⁰⁸.

Nesse ambiente de relação umbilical entre Washington e Bogotá, em janeiro de 2000, Clinton enviou ao Congresso a proposta do “Plano Colômbia”. O projeto

³⁰⁴ Do original: “a new and historic alliance against drug trafficking” (AP, 2015).

³⁰⁵ Do original: “For Colombia, the insurgency looms over all other challenges today. There is terror, assassination and kidnapping – including of United States citizens - and other affronts to human rights. The narcotics trade and the civil conflict have fed off each other” (AP, 2015).

³⁰⁶ Colombia’s struggles, and how we can help (Albright, 1999).

³⁰⁷ Cabe destacar que em 10 de setembro de 2001, um dia antes dos atentados nos EUA, as AUC entraram para a lista de organizações terroristas do Departamento de Estado (Crandall, 2008, p. 138).

³⁰⁸ Além do artigo, a Secretária de Estado também visitou a Colômbia em 15 de janeiro de 2000, demonstrando a importância que a parceria entre Washington e Bogotá significava para aquele momento (Crandall, 2008, p. 124).

iniciou o processo legislativo com a solicitação de US\$ 1,6 bilhão, somente para o ano fiscal de 2000. Concomitantemente, Pastrana, sob críticas de que estava sendo controlado pela Casa Branca, apresentou a perspectiva colombiana. O presidente disse que a intenção era investir US\$ 7,5 bilhões para atuar em todas as alavancas necessárias à alteração de rumo no país, afirmando que a Colômbia se encarregaria de US\$ 4 bilhões³⁰⁹, sendo os outros US\$ 3,5 bilhões³¹⁰ provenientes do exterior (Cuellar Araújo, 2023; Santos, 2010).

Para Crandall (2008, p. 124), “o aparentemente abrangente Plano Colômbia, dos ‘colombianos’, foi basicamente uma criação de Washington”³¹¹. Sua versão em inglês surgiu antes da versão em espanhol. Essa visão ampla, na verdade, possuía forte viés militarista. Na proposta inicial enviada pela Casa Branca, somente para a aquisição de helicópteros, a serem fornecidos à Polícia Nacional e ao Exército colombiano, e a criação de dois Batalhões antinarcóticos havia a destinação de US\$ 1 bilhão. Ou seja, 62,5% do orçamento sugerido (Crandall, 2008; Santos, 2010)³¹².

O Ministro da Defesa Gustavo Bell Lemus ressaltou no relatório ministerial de 2000/2001 ao congresso sobre o número de helicópteros:

com o pacote de ajuda do Plano Colômbia e com recursos orçamentários do país, o número de helicópteros pesados e médios de transporte de tropa passou de 72 em 1998 para 154 no presente ano [2001], isso significa um crescimento de 114% da capacidade de transporte helitransportado (Colômbia, 2001, p. 18-19)³¹³.

Após os debates e alterações do projeto no Senado e na Câmara³¹⁴, a proposta foi aprovada com um total de US\$ 860,3 milhões³¹⁵, com a possibilidade de

³⁰⁹ Sob forte dificuldade econômica, não houve esse esforço por parte do governo colombiano (Crandall, 2008, p. 123).

³¹⁰ Segundo Crandall (2008, p. 123), os aportes de recurso europeus enfiaram muitas barreiras internas, face às violações dos Direitos Humanos que pesavam contra as instituições de Defesa e de Segurança colombianas.

³¹¹ Do original: “The ostensibly comprehensive “Colombian” Plan Colombia was basically a Washington creation” (Crandall, 2008, p. 124).

³¹² Cabe destacar que a condução dos trabalhos no Senado norte-americano foi conduzida pelo Senador democrata Joseph Biden (Crandall, 2008, p. 124).

³¹³ Do original: “con el paquete de ayuda del Plan Colombia y con recursos presupuestales del país, el número de helicópteros pesados y medianos de transporte de tropa pasó de 72 em 1998 a 154 en el presente año, lo cual significa un crecimiento en un 114% de la capacidad de transporte helicoportado” (Colômbia, 2001, p. 18-19).

³¹⁴ O principal tema debatido foi em relação à aquisição dos helicópteros, tanto em relação à quantidade, como tipo. Houve uma proporcionalidade dos modelos UH-1, Hueys, da Bell Helicopter e UH-60, Black Hawk, da Sikorsky (Crandall, 2008, p. 126-128).

³¹⁵ Para questões ligadas efetivamente a processos de paz com as insurgências havia apenas US\$ 3 milhões (Crandall, 2008, p. 128).

aditamento em US\$ 329 milhões. Desse montante, enviou-se US\$ 100 milhões para Bolívia, Peru e Equador. Somente o aporte à Polícia Nacional e ao Exército colombianos somava US\$ 642 milhões³¹⁶. Clinton assinou a Lei que oficializou o Plano Colômbia em 13 de julho de 2000 (Crandall, 2008, p. 127; Cuellar Araújo, 2023, p. 128)³¹⁷.

Na sociedade estadunidense a percepção era de que o país poderia mergulhar em um novo Vietnã. Isso foi minimizado ainda nos debates no congresso, quando se restringiu o efetivo de participação de militares norte-americanos em apenas 400. Para os colombianos o sentimento era de invasão de soberania e imposição de objetivos estratégicos. Com esse ambiente, Clinton, e uma comitiva bipartidária do Congresso³¹⁸, viajou para a Colômbia no dia 30 de agosto (Crandall, 2008, p. 123; Cuellar Araújo, 2023, p. 129).

O presidente ficou somente 8 horas no país. Seu objetivo foi desvincular o Plano Colômbia da contrainsurgência, além de defender a postura de que o projeto era colombiano, apenas apoiado pelos EUA. Em seu discurso afirmou taxativamente “isto [se referindo ao Plano Colômbia] não é o Vietnã, nem é o imperialismo *Yankee*” (Visita de..., 2015)³¹⁹. Ainda acrescentou, “este é um plano colombiano, feito pelos líderes da Colômbia, para as pessoas e o futuro da Colômbia” (Visita de..., 2015)³²⁰. Além disso destacou que era uma luta contra o tráfico de drogas, não uma “guerra civil” (Crandall, 2008, p. 131; Visita de..., 2015).

Dessa forma, segundo Valencia, a substituição da estratégia de contenção do narcotráfico para a sua eliminação tomou corpo. Em 2005, a média de aporte de recursos para Bogotá, desde 2000, montava cerca de US\$ 700 milhões anuais. A embaixada dos EUA na capital saltou de 400 para 2000 funcionários. A Colômbia se tornou o 3º maior recebedor de recursos para Defesa dos EUA e 1º colocado no quesito treinamento de pessoal. O Plano Colômbia entrou em execução quando as

³¹⁶ Esses valores são referentes somente ao ano fiscal de 2000, os aportes posteriores podem ser visualizados no Gráfico 9.

³¹⁷ Segundo o Relatório do Ministério da Defesa da Colômbia (2001, p. 26), os recursos foram disponibilizados pelos EUA a partir de outubro de 2000.

³¹⁸ Pelo partido republicano chefiava a comitiva o Deputado Federal Denis Hart, e pelo democrata o Senador Joseph Biden (Visita de..., 2015).

³¹⁹ Do original: “this is not Vietnam, neither imperialism Yankee” (Visita de..., 2015).

³²⁰ Do original: “It is colombian plan, made by the leaders of Colombia for the people and future of Colombia” (Visita de..., 2015).

plantações de coca alcançavam 163 mil hectares no país, já tendo ultrapassado, desde 1998, o cultivo de Bolívia e Peru juntos (Valencia, 2005, p. 133)³²¹.

Mercadante (2018, p. 10) defende que esse substantivo aporte de recursos, associado ao controle e direcionamento de seus gastos baseados na Segurança Nacional dos EUA, traduziram-se em uma “intervenção por convite”. Com isso, assumiu o conceito do “*overlay*” de Buzan e Waeber. Isto significa que o governo colombiano acomodou seus objetivos de segurança sobre o conflito interno com as metas antinarcóticos e de combate ao terrorismo de Washington. Assim, houve a sobreposição da Política de Segurança Nacional da Casa Branca ao tratamento das questões securitárias do Palácio Nariño (Mercadante, 2018, p. 10).

A chegada de George W. Bush à presidência e os atentados do 11 de setembro de 2001 transformaram a estratégia de eliminação do narcotráfico em combate ao terrorismo. Na prática, isso significou o fim da preocupação de Washington em separar o conflito interno do combate ao narcotráfico³²². A separação efetiva já era quase inexistente, porém, os obstáculos normativos dificultavam um alinhamento da prática com o discurso para ambos os governos. Além dessa coordenação, a nova administração republicana recebeu o Plano Colômbia com sua estrutura implantada. Bogotá estava com os Batalhões antinarcóticos instalados e mais de 60 helicópteros recebidos e em operação (Crandall, 2008; Santos, 2010).

Um mês após os atentados em Nova York e Washington, três ex-integrantes do IRA³²³ (da sigla em inglês, Exército Republicano Irlandês) foram presos no aeroporto da capital colombiana quando voltavam da região de Sureña em San Vicente de Caguá, dentro da Zona de Distensão (ainda em vigor à época)³²⁴. Bogotá informou que as autoridades irlandesas e inglesas confirmaram a identidade dos elementos (Crandall, 2008, p. 137; Detenidos em..., 2001). Segundo o Comandante do Exército colombiano, General Jorge Mora, os indivíduos “se dedicaram a treinar terroristas das FARC no manejo de explosivos” (Detenidos em..., 2001).

³²¹ Ver Gráficos 10 e 11.

³²² Antes do 11 de setembro, mesmo com dificuldade de distinção, havia obstáculos normativos norte-americanos impediam a utilização do armamento e dos meios fornecidos por Washington contra a insurgência, ou paramilitares. Esse entrave legal acabou com o advento da Guerra ao Terror (Crandall, 2008, p. 135).

³²³ Grupo insurgente irlandês, que buscou a independência plena da Irlanda do Norte do Reino Unido, com o objetivo final de unificação da Ilha irlandesa com o estabelecimento de uma República (IRA, 2015).

³²⁴ No momento da captura eles possuíam dois passaportes, um inglês e outro irlandês, além de identidades falsas (Detenidos em..., 2001).

Isso impulsionou os discursos de autoridades nos EUA que buscavam englobar a Guerra às Drogas à Guerra ao Terror. O presidente do Comitê de Relações Internacionais para o Hemisfério Ocidental na Câmara, Deputado republicano Cass Ballenger, disse:

A presença de terroristas do IRA [na Colômbia] ilustra claramente o potencial para uma ameaça terrorista internacional mais ampla aos Estados Unidos, financiada por drogas ilícitas naquela nação andina (Crandall, 2008, p. 137)³²⁵.

Faltando 4 meses para o final de seu mandato, Pastrana voltou à Casa Branca. No encontro, Bush ressaltou os esforços de seu homônimo colombiano contra o tráfico de drogas e, “oficializando” a transformação, falou aos jornalistas: “tivemos uma boa discussão sobre uma variedade de questões sobre como mudar o foco de nossa estratégia de combate aos narcóticos para incluir o combate ao terrorismo” (The White House, 2002)³²⁶. Pastrana completou “no final, estamos lutando contra um inimigo comum que é o narcotráfico e o narcoterrorismo” (The White House, 2002)³²⁷.

A reunião serviu para solicitar autorização para utilizar o material militar norteamericano no combate direto à insurgência, principalmente os helicópteros. Além disso, requisitou a compra de bombas inteligentes para serem aplicadas especialmente em operações contra os membros do secretariado das FARC-EP. A ratificação dos pedidos ocorreu no governo do sucessor de Pastrana, o ex-Senador e ex-governador do Departamento de Antioquia, Álvaro Uribe Vélez (Cuellar Araújo, 2023, p. 134). A união entre Guerra ao Terror de Bush e a Política de Segurança Democrática de Uribe imprimiriam mudanças significativas ao combate contras as FARC-EP.

4.4 O alinhamento EUA-Colômbia e a Guerra integral contra as FARC-EP

Após o fracasso do Processo de Cáguan, as FARC-EP não tiveram outra oportunidade de crescer militarmente. Até o acordo de paz em 2016, final do recorte

³²⁵ Do original: “The presence of the IRA terrorists illustrates clearly the potencial for a broader internacional terrorist threat to the US financed by illicit drugs in that Andean Nation” (Crandall, 2008, p. 137).

³²⁶ Do original: “We had a good discussion about a variety of issues about how to change the focus of our strategy from counter-narcotics to include counter-terrorism” (The White House, 2002).

³²⁷ Do original: “At the end, we are fighting a common enemy that is narco trafficking and narco terrorism” (The White House, 2002).

temporal do estudo, a Colômbia, com apoio inequívoco dos EUA, imprimiu uma ofensiva ininterrupta contra a guerrilha. A Guerra contra o Terrorismo norte-americana pôde ser usada como justificativa para um forte alinhamento de objetivos entre Washington e Bogotá, principalmente nos governos Bush e Uribe. Apesar da manutenção da postura colombiana face à insurgência ao longo de todo o período, a chegada de Barack Obama à Casa Branca em 2009, e de Juan Manuel Santos ao Palácio Nariño no ano seguinte, operaram modificações importantes nas relações institucionais entre os países, inclusive na cooperação militar.

4.4.1 ÁLVARO URIBE E A POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA

Álvaro Uribe Vélez chegou à presidência em agosto de 2002 com o discurso de efetuar forte investida contra as FARC-EP. Com o slogan de campanha “mano firme, corazón grande”³²⁸, o advogado, formado em Harvard, conquistou 53% dos votos, vencendo em 1º turno. Isso nunca havia ocorrido desde a promulgação da constituição de 1991³²⁹. Ao cumprimentar Uribe pela vitória, a embaixadora dos EUA, Anne Patterson, disse a ele: “os colombianos estão fartos do terror” (Crandall, 2008, p. 146)³³⁰.

Na sua posse, mais para simbolizar a vontade de enfretamento que efetivamente demonstrar poder de combate, a insurgência efetuou ataques com morteiros contra o Palácio Nariño. O evento não ofereceu grande risco à cerimônia de posse, mas resultou na morte de 20 pessoas nos arredores. Logo no início do mandato Uribe negou haver um conflito interno, afirmando que, na verdade, combateria uma ameaça terrorista (Crandall, 2008; Santos, 2019; Valencia, 2008).

Segundo Crandall (2008, p. 145), esse fustigamento na posse presidencial mostrava que as FARC-EP haviam conseguido, de alguma maneira, levar o conflito para os centros urbanos³³¹. Outro mecanismo de atuação da guerrilha que se intensificou ao longo do novo governo foram os ataques a oleodutos, a centrais de energia elétrica e outras infraestruturas críticas. Como os EUA possui empresas de

³²⁸ Mão firme, coração grande.

³²⁹ Ospina (2010, p. 271), destaca que, apesar da vitória singular, a abstenção no pleito também foi superior a 50%.

³³⁰ Do original: “Colombians are fed up with terrorismo”.

³³¹ Ao longo do governo Uribe ao menos 4 atentados a bomba na capital Bogotá foram realizados pelas FARC-EP (SEMANA, 2024).

petróleo atuantes na Colômbia, patrocinou a criação de um Batalhão de contrainsurgência específico para proteger o principal oleoduto do país³³², o Caño Limón-Coveñas³³³. Metade do petróleo transportado por essa infraestrutura tinha como destino os EUA e era operado por uma empresa estadunidense, a *Occidental Petroleum* (Crandall, 2008, p. 139-145).

Uribe manteve a rotina de viagens feitas por Pastrana e foi a Washington para acertar detalhes de sua estratégia contra as guerrilhas em vários momentos³³⁴. Em junho, antes de assumir o cargo, e depois em setembro, logo após a posse, encontrou-se com Collin Powell, Secretário de Estado, Condoleezza Rice, Conselheira de Segurança Nacional e Donald Rumsfeld, Ministro da Defesa dos EUA. A administração Bush o considerava um forte aliado latino-americano (Crandall, 2008, p. 146).

Para possibilitar a elevação de impostos, com o objetivo de financiar sua estratégia militar, e aumentar o efetivo das Forças Armadas, decretou “Estado de Comoção Interna”. Isso proporcionou a implementação de tributação sobre o patrimônio, especificamente para subsidiar a Segurança e a Defesa (Crandall, 2008, p. 146). A Tabela 1 mostra que houve um incremento, em relação ao período anterior, de 1,3% do PIB desse tipo de gasto entre 2000 e 2009, mantendo-se nesse patamar entre 2010 e o fim do recorte temporal em 2016. Essa variação representou um aporte de recursos nacionais maior que o próprio Plano Colômbia. Comparativamente, os EUA forneceram ao país o equivalente a 0,4% do PIB colombiano entre 2000 e 2009, diminuindo no período seguinte para 0,1% do PIB³³⁵ (Echeverria, 2019; Santos, 2010).

Apoiado pelos EUA, somado a um orçamento histórico, além de material e pessoal norte-americano já estabelecidos no país, Uribe lançou sua “Política de Segurança Democrática”. Houve investimento considerável em inteligência, criando uma rede de informantes, principalmente no campo. Os operadores do sistema receberam treinamento estadunidense, principalmente sobre como coletar dados e analisá-los. Em 2004, segundo dados do Ministério da Defesa, existiam mais de 1,6

³³² Essa unidade foi treinada, a partir de janeiro de 2003, por boinas verdes dos EUA (Crandall, 2008, p. 147).

³³³ O Gráfico 13 apresenta o crescimento do número de ataques ao oleoduto e, em seguida, a queda acelerada das ações após 2000.

³³⁴ Segundo o Departamento de Estado dos EUA, Uribe visitou o país 11 vezes ao longo dos seus 2 mandatos. Nessas viagens, encontrou-se 4 vezes com o presidente George W. Bush (EUA, 2024).

³³⁵ Esse processo, de forte aporte de recursos dos EUA entre 2000 e 2009 e posterior diminuição no período seguinte, também pode ser acompanhado no Gráfico 9.

milhões de pessoas contribuindo para a formação de conhecimento e construção de informações que auxiliassem nas operações militares (Ospina, 2010, p. 272)³³⁶.

No que se refere à estratégia de ação contra os grupos à margem do Estado, a Segurança Democrática³³⁷ apresentou dois caminhos diferentes: com os paramilitares, mais ativos no norte do país, buscou-se um acordo de deposição das armas e retorno negociado à legalidade; com as FARC-EP o enfrentamento direto, lastreado na concepção de combate a organizações terroristas (Valencia, 2008). A materialização estratégica dessa política foi por um lado a assinatura da Lei de Justiça e Paz com as AUC em 2005, e por outro a implementação do Plano Patriota contra a Insurgência (Ospina, 2010; Santos, 2019).

4.4.1.1 Os paramilitares e a lei de justiça e paz

As investidas dos paramilitares contra as insurgências possuía um forte componente de coação à população comum do campo. Os habitantes das localidades em que a guerrilha chegou a controlar, quando eram retomadas pelas AUC, recebiam um tratamento como se parte da guerrilha fossem. Segundo Pécaut (2010, p. 107), a expulsão sistemática dos moradores de vilas e pequenas cidades, além de chacinas em massa constituíam ferramenta paramilitar comum em seu avanço de território. Ospina (2010, p. 302) ressalta que entre 1988 e 2002, a média anual de execuções realizadas por esses grupos foi de mais de 1.000 pessoas³³⁸.

Por causa desse quadro geral, a desmobilização dos paramilitares sofreu muitas críticas internas e externas ao Estado colombiano. Outro ponto, abordado mais a frente do trabalho, que comprometia estruturalmente o processo, era a proximidade entre esses grupos e políticos. Não houve a participação de organismo de Direitos Humanos ou representantes comissionados por outros Estados no acompanhamento

³³⁶ O sistema possui um esquema de recompensa às pessoas que fornecessem informações relevantes sobre a guerrilha (Santos, 2010).

³³⁷ A Política de Segurança Democrática possuía um amplo espectro de ação. Segundo Santos (2010, p. 76), o objetivo era recuperar “a legitimidade, a legalidade e a governabilidade do Estado colombiano”. Para isso havia cinco pontos principais: “o controle do território [...], a segurança dos cidadãos, o fortalecimento da justiça, [...] o desenvolvimento das regiões pobres e de conflito, [...] a promoção e a proteção dos Direitos Humanos e a cooperação em programas [...] para a proteção das fronteiras”.

³³⁸ Especificamente no ano em que se iniciou o diálogo com os paramilitares, 2003, essa média chegou a 1173 pessoas (Ospina, 2010, p. 302).

dos diálogos. Isso também resultou em protestos, tanto da sociedade colombiana, como da comunidade internacional (Ospina, 2010, p. 300-303).

Mesmo sob questionamentos, em 2003, as AUC e o governo assinaram o Pacto de Santa Fé de Ralito. Para Pécaut (2010), até esse momento, os paramilitares desempenharam um papel relevante na contenção ao avanço das FARC-EP, principalmente no norte do país. O tratado oficializou um compromisso de paralisação das ações do grupo a partir daquele momento³³⁹. Em julho de 2004, iniciaram-se os diálogos para definição de regras sobre a deposição de armas, entrega dos seus membros e posterior reintegração à vida civil (Crandall, 2008; Santos, 2010)³⁴⁰. As palavras de Carlos Castaño, em dezembro de 2003, demonstram o sentimento paramilitar daquele momento: “por fim, vamos deixar de ser a amante e passar a ser a esposa!” (Ospina, 2010, p. 303).

Nesse contexto, chegou-se aos termos da desmobilização, e, em 21 de julho de 2005, foi assinada a Lei de Justiça e Paz. Com regras consideradas permissivas por substantiva parcela da sociedade, mais de 20.000 paramilitares deixaram suas organizações. Os poucos integrantes presos receberam penas brandas, face aos crimes cometidos. Além disso, houve a reclamação de que muitos narcotraficantes, envolvidos exclusivamente com o mercado da droga, sem nenhuma relação com o enfrentamento às insurgências, aproveitaram o momento para se reintegrarem à sociedade também (Ospina, 2010; Santos, 2010).

Um dos poucos temas de discordância entre Uribe e Bush estava justamente no tratamento aos desmobilizados das AUC. Além de Washington solicitar várias extradições desses atores, em setembro de 2002, Castaño e Mancuso foram indiciados pela justiça norte-americana por tráfico de drogas. Mesmo sendo o presidente colombiano que mais autorizou extradições de nacionais para os EUA, contabilizando 215 extraditados, incluindo Gilberto Rodríguez Orejuela, Uribe foi reticente com relação aos componentes das AUC (Crandall, 2008; Santos, 2010)³⁴¹.

³³⁹ Na prática, segundo Ospina (2010, p. 302), o pacto não conteve as ações das AUC, que continuaram até o fim da organização em 2005.

³⁴⁰ Ospina (2010, p. 300) destaca que no decurso das conversas não houve a abordagem de nenhum ponto de reparo às vítimas dos paramilitares, ou outras questões de cunho social para a população envolvida, o tema, praticamente único, girou em torno das regras de reintegração dos paramilitares à sociedade formal.

³⁴¹ Mesmo com a resistência de Uribe, Salvatore Mancuso foi extraditado em maio de 2008, por ordem, inclusive, do Supremo Tribunal colombiano (Crandall, 2008, p. 154). Além disso, dos dez chefes nomeados pelos paramilitares para dirigir a negociação com o governo, seis estavam incluídos na lista de grandes narcotraficantes dos Estados Unidos (Valencia, 2008, p. 137).

4.4.1.2 O PLANO PATRIOTA E OS RESULTADOS DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DEMOCRÁTICA

Na outra ponta, colocou-se em prática o Plano Patriota, braço militar tanto do Plano Colômbia, como da Política de Segurança Democrática. Segundo Santos (2010, p. 77), esse Plano “se constituiu na mais ambiciosa ofensiva militar do Estado colombiano contra os grupos guerrilheiros”. O esforço principal concentrou-se na parte meridional do país³⁴². A área de operações compreendia cerca de 20% do território, onde viviam em torno de 1,7 milhões de habitantes, o equivalente a apenas 4% da população, demonstrando o grande vazio demográfico da região. Foi baseado nesse planejamento, que, em outubro de 2002, Washington autorizou o emprego de meios fornecidos a Bogotá no combate direto à insurgência. A iniciativa foi tratada pela Casa Branca como parte da Guerra Global ao Terror (Gonçalves, 2021; Crandall, 2008; Santos, 2010; Ospina, 2010)³⁴³.

A implementação do Plano Patriota de fato desestabilizou a insurgência. Mais de 2.500 guerrilheiros foram mortos nos combates. Em 2004, as FARC-EP já haviam caído de 18.000 membros, no início dos anos 2000, para 12.000, uma queda de 33% do efetivo. Olhando para as lideranças do movimento, 14 comandantes de Frentes de ação foram capturados. Além disso, recuou na ocupação que mantinha de várias cidades da região Sul, voltando a se internalizar na selva. Mesmo dentro da floresta, perdeu cerca de 400 acampamentos (Crandall, 2008, p. 150-151).

Para Santos (2010), o diferente tratamento dispensado às AUC e às FARC-EP repercutiu no mercado ilegal da droga. Como o Estado conseguiu desestruturar a insurgência, acabou retirando boa parte da sua capacidade de se aproveitar do narcotráfico como principal fonte de recursos. Em contrapartida, muitos dos ex-membros de grupos paramilitares, mesmo após sua reintegração à sociedade, conservaram a administração do narcotráfico em suas regiões de atuação, muitas vezes expandindo-as, além de preservar suas conexões com o mercado internacional da droga, principalmente com os cartéis mexicanos. Isso foi um dos fatores que manteve o tráfico ativo, mesmo no pós-conflito, o que não era o resultado esperado pelos EUA.

³⁴² Especificamente nos Departamentos de Caquetá, Meta, Guaviare e Putumayo, em áreas usadas, tradicionalmente, como centros de comando e treinamento das FARC-EP (Santos, 2010).

³⁴³ Além da autorização foi também disponibilizado o dobro de militares, 800, em relação ao início do Plano Colômbia, na metade de 2000 (Ospina, 2010, p. 274).

Outro aspecto pertinente diz respeito à estratégia de fumigação das plantações. Iniciada ainda no governo Samper, em 1994, com um aumento substantivo com o Plano Colômbia, sua eficácia não atingiu o resultado desejado. Mesmo com a queda nos cultivos da coca de 46,4%, entre 1999 e 2005, a Colômbia continuou como maior plantador até 2008, retomando novamente a liderança em 2015³⁴⁴. Ponto muito atacado, em virtude de seus impactos ambientais e sociais, foi a relação de efetividade da área fumigada. Para cada hectare de plantação de coca destruído eram necessários fumigar no mínimo 5 hectares. Na ponta da demanda, tema especialmente importante para o EUA, por ser o maior consumidor, também não houve resultado satisfatório. Isso porque, tanto a pureza da cocaína, como seu preço final foram modificados, com o objetivo de manter o fornecimento estável para os consumidores (Santos, 2010; Valência, 2005).

A participação de Washington nesse processo foi substantiva. Em 2002 mais de 6.500 militares colombianos foram treinados nos EUA, em 2003 esse número dobrou de valor. A presença de tropas estadunidenses na Colômbia, basicamente envolvidos com treinamento e desenvolvimento doutrinário, que estava restrita a 400 componentes, também dobrou após uma autorização do Congresso. O quantitativo de empreiteiros ligados ao Departamento de Defesa na região passou de 400 para 600³⁴⁵. Em fevereiro de 2003, três desses agentes, pertencentes à *Northrop Grumman*, foram sequestrados pelas FARC-EP, após o avião em que estavam ter sido atingido e forçado a realizar uma aterrissagem de emergência na região amazônica (Hsu, 2015; Randall, 2008, p. 150-151)³⁴⁶.

Em novembro de 2004, quando o Plano Colômbia estava próximo de passar por uma revisão no Congresso dos EUA, Bush visitou a Colômbia para um rápido discurso conjunto com Uribe na Escola Naval Almirante Padilla. No encontro, o presidente colombiano destacou que:

o apoio norteamericano deixou para trás o discurso e se converteu em apoio efetivo. Confiamos que os Estados Unidos e o Presidente Bush continuem

³⁴⁴ Ver Gráficos 10 e 11.

³⁴⁵ Esses agentes pilotavam e executavam principalmente as fumigações e operações de vigilância e esclarecimento aéreo (Crandall, 2008, p. 150).

³⁴⁶ Em 2015, os sequestradores, após serem extraditados para os EUA, foram condenados a 27 anos por uma Corte norte americana (Hsu, 2015).

com a ajuda até que a Colômbia esteja livre da praga do terrorismo e da droga (The White House, 2004)³⁴⁷.

Bush, ressaltando que vários membros das FARC-EP foram mortos ou capturados sob o governo Uribe, destacou que:

esta guerra contra o narcoterrorismo pode e será vencida, e a Colômbia está no caminho certo para essa vitória. [...] Desde o ano 2000 [...] os Estados Unidos forneceram mais de US\$ 3 bilhões em ajuda vital. Continuaremos fornecendo ajuda (The White House, 2004)³⁴⁸.

Os resultados da investida militar de Uribe lhe renderam altos índices de aprovação. A taxa de homicídio diminuiu 25% e a de sequestros 45% (Crandall, 2008, p. 148). Segundo Pécaut (2010, p. 51-52), a “Segurança Democrática” foi considerada positiva por grande parte da sociedade porque as pessoas:

melhoram sua condição de vida, [...] [em virtude da] diminuição dos homicídios, a maior segurança dos principais eixos viários, a grande queda no número de sequestros, a redução das extorsões e a ruptura do cerco que as FARC haviam estabelecido em torno das grandes cidades.

Para Valência (2005, p. 142), com a Política de Segurança Democrática, mais especificamente seu braço militar, o Plano Patriota, houve a quebra de uma “simetria negativa” que perdurava há décadas. Ou seja, “nem o Estado tinha condições de derrotar os guerrilheiros, nem os insurgentes tinham condições de tomar Bogotá”. Para isso, Uribe se despreendeu da postura de outros governos em manter os EUA afastados das decisões estratégicas contra as FARC-EP e incorporou por completo a visão de “Washington de que se devia passar da meta da contenção para o objetivo da eliminação”.

Nesse contexto, de forte alinhamento estratégico entre Colômbia e EUA, e com avaliação positiva de mais de 60% da população, Uribe buscou uma alteração na constituição que possibilitasse sua manutenção no poder. Em dezembro de 2004, o Congresso colombiano aprovou uma emenda constitucional, ratificada pela Suprema Corte em outubro de 2005, possibilitando a reeleição presidencial por mais um

³⁴⁷ Do original: “The support of the United States left behind speeches and has become an effective type of help. And we trust that the United States and President Bush will continue with that help until Colombia is free of the scourge of terrorismo and drugs” (The White House, 2004).

³⁴⁸ Do original: “This war Against narcoterrorism can and will be won, and Colombia is well on its way to that victory. [...] Since the year 2000 [...] the United States has provided more than \$3 billion in vital aid. We'll continue providing aid” (The White House, 2004).

mandato. Na campanha de 2006, Uribe se tornou o primeiro presidente reeleito da Colômbia pós constituição de 1991, com 62% dos votos válidos (Pécaut, 2010, p. 49; Crandall, 2008, p. 165)³⁴⁹.

4.4.2 O DECLÍNIO DAS FARC-EP, AS POLÊMICAS DE URIBE E A MUDANÇA NO APOIO DOS EUA

O segundo mandato de Uribe manteve a pressão sobre a guerrilha, conseguindo inclusive suplantar a retórica de inatingibilidade dos membros do seu secretariado. Em contrapartida, o presidente enfrentou desgaste político que trouxe à tona faces escondidas da PSD para a sociedade colombiana. O relacionamento estreito entre políticos e paramilitares e a execução de cidadãos comuns disfarçados, propositalmente, de guerrilheiros, com o objetivo de camuflar resultados contra as FARC-EP, macularam a estratégia militar do governo. Do lado estadunidense, a diminuição nos aportes de recurso demonstrou a nova abordagem de Washington no combate ao narcotráfico e ao terrorismo.

Para Crandall (2008, p. 165), a posse de Uribe em 2006 foi incomum, pois as ações da insurgência pelo país no dia, que usualmente marcavam o início dos mandatos presidenciais, foram inexpressivas. Isso era mais um sintoma da perda do poder de combate do movimento, que em 2007 contabilizava cerca de 10.000 integrantes. Um encolhimento expressivo, face aos mais de 20.000 membros no início dos anos 2000 (Pécaut, 2010, p. 52). Além desse cenário, a perda de reféns importantes e a morte de líderes da cúpula do secretariado³⁵⁰ diminuiriam ainda mais a capacidade de negociação e a organização das FARC-EP ao longo da nova administração.

4.4.2.1 O XEQUE CONTRA A GUERRILHA E A PERDA DE PEÇAS IMPORTANTES DO TABULEIRO

Em movimento descendente, a insurgência enfrentou perdas difíceis de recuperar em 2008. Segundo Santos (2019), o início desse movimento começou com

³⁴⁹ Uribe conquistou mais de 7,3 milhões de votos, 1,5 milhão a mais que na primeira campanha de 2002 (Bushnell, 2021). No comunicado de felicitações pela vitória, George Bush se referiu ao presidente colombiano como seu amigo pessoal (Crandall, 2008, p. 165).

³⁵⁰ A relação dos membros do secretariado das FARC-EP antes das mortes ocorridas a partir de 2008, bem como a explicação de sua estrutura de comando à época, encontra-se no Quadro 16.

a execução de Negro Acácio ainda em setembro de 2007³⁵¹. Um dos principais contrabandistas de armas do movimento³⁵², o guerrilheiro foi morto por meio de um bombardeio de precisão. A ação utilizou um rastreador, implantado pela inteligência colombiana em material adquirido pelos insurgentes que acompanhavam Acácio na selva. A identificação do corpo foi realizada por teste de DNA nas vísceras deixadas na mata, pois seu corpo foi retirado do local pelas FARC-EP antes que o exército chegasse ao local do bombardeio (Santos, 2019).

Março de 2008 marcou profundamente a insurgência. Nesse mês, pela primeira vez, desde a criação das FARC-EP em 1964, um membro do secretariado foi executado pelo Estado colombiano. Considerado pelo ex-presidente Juan Manuel Santos como o “embaixador das FARC”, por seus inúmeros contatos internacionais, Raul Reyes³⁵³ também tombou por um bombardeio de precisão, utilizando aeronaves supertucano fabricadas no Brasil. Nas palavras do próprio Santos (2019, p. 223, tradução nossa), Ministro da Defesa à época da ação: “pela primeira vez havíamos alcançado um objetivo de tão alto valor, e se havia rompido o mito da invulnerabilidade dos membros do secretariado das FARC”³⁵⁴. A “Operação Fênix”, nome dado à manobra, gerou uma grave crise diplomática entre Equador e Colômbia. Isso porque, o insurgente se encontrava em um acampamento no lado equatoriano da fronteira entre os países, o que representou invasão de soberania colombiana (Santos, 2019).

Segundo Cuéllar Araujo (2023, p. 170), os EUA já haviam vetado por duas vezes solicitações colombianas para um ataque contra o abrigo de Reyes. Nessa terceira oportunidade, como narra o embaixador estadunidense na Colômbia à época, William Brownfield, em entrevista a Cuéllar Araújo, foi dada “luz verde” de Washington para a missão. “o ataque ao acampamento de Raúl Reyes iniciou uma cadeia de infortúnios para as FARC [...]. Com a morte de Reyes, começou a inevitável derrota

³⁵¹ Outros membros importantes que tombaram após esse período foram Martín Caballero, JJ e Karina (Santos, 2019).

³⁵² No final do ano 2000, Acácio contrabandeou o maior carregamento de armas ilegais já realizados na Colômbia: 10.000 fuzis AK-47 adquiridos em negociação com uma rede de tráfico de armas liderada pelo ex-chefe da inteligência peruana do governo de Alberto Fujimori, Vladimiro Montesinos (Santos, 2019).

³⁵³ O papel de Reyes ia além da condução do bloco sul da insurgência, pois possuía ampla rede de contatos internacionais que intermediavam negociações entre o movimento e o Estado colombiano (Pécaut, 2010).

³⁵⁴ Do original: “Por primera vez habíamos alcanzado un objetivo de tan alto valor, y se había roto el mito de la invulnerabilidade de los miembros del secretariado de las FARC”.

final [das FARC-EP]” (Cuéllar Araújo, 2023, p. 171)³⁵⁵. Para Cuéllar Araújo (2023, p. 170-171), a autorização da Casa Branca ocorreu face à expulsão de todos os agentes da DEA pelo presidente Rafael Correa do Equador pouco antes da operação.

Dias depois da morte de Reyes, Ivan Rios, também membro do secretariado, e líder do Bloco Noroeste, foi assassinado pelo seu guarda-costas. No mesmo mês, o líder máximo das FARC-EP Manoel Marulanda Vélez faleceu de causa natural, um ataque cardíaco. Para Pécaut (2010, p. 63), “a figura de Manuel Marulanda é seu símbolo [das FARC-EP]: a de um camponês imutável em meio à guerra e às conturbações”. Com sua morte duas figuras disputaram a liderança do movimento. Com uma visão militarista Mono Jojoy, líder do bloco Oriental, por outro lado, Alfonso Cano era adepto de uma saída política para a guerrilha (Pécaut, 2010, p. 52).

Cano assumiu a insurgência, que a essa altura enfrentava um aumento cada vez maior de deserções. Sem a presença de membros históricos, muitos integrantes deixaram as reivindicações políticas, passando a se dedicar exclusivamente ao mercado ilegal de drogas (Pécaut, 2010, p. 141). Pécaut (2010, p. 127) resume a situação da guerrilha nesse momento da seguinte forma:

No início de 2008, o enfraquecimento das FARC era incontestável. Redução do efetivo, e conseqüentemente várias frentes, recuo territorial, perda de membros do secretariado e diminuição da receita, por diminuição dos sequestros e da possibilidade de extorsão e menor controle das plantações de coca e laboratórios.

Outro duro golpe ocorreu em julho, a Operação “Jaque” (em português, Xeque, movimento do xadrez que coloca o Rei em risco) libertou 15 reféns em poder das FARC-EP. Dentre eles, Ingrid Betancourt³⁵⁶, em cativeiro há mais de 6 anos, e os 3 empreiteiros norteamericanos sequestrados em 2003. Novamente foi necessária a autorização de Washington para a missão, que contou com o apoio de equipamentos de comunicação dos EUA. O exército colombiano forjou uma ação humanitária, o que trouxe repúdio da comunidade internacional, mas possibilitou a libertação dos prisioneiros sem necessidade de enfrentamento (Santos, 2019). O embaixador dos

³⁵⁵ Do original: “El ataque al campamento de Raúl Reyes inició una cadena de infortunios para las FARC [...]. Con la muerte de Reyes, comenzó inevitable la derrota final” (Cuéllar Araújo, 2023, p. 171).

³⁵⁶ Betancourt (Santos, 2019, p. 152, tradução nossa) disse que o resgate foi “um golpe de mestre, uma operação perfeita”. Do original: “un golpe maestro, una operación perfecta”.

EUA considerou o evento “uma operação fantástica. [...] Um Cavalo de Tróia” (Cuéllar Araújo, 2023, p. 173)³⁵⁷.

Se em relação ao combate contra a guerrilha Uribe angariou resultados significativos, na política doméstica precisou enfrentar dois escândalos. As relações entre vários políticos ligados ao presidente com paramilitares e a execução de pessoas fantasiadas de guerrilheiros, para camuflar resultados, marcaram seu segundo mandato. O apoio dos EUA também se alterou, face às condições da política interna estadunidense.

4.4.2.2 A PARAPOLÍTICA, OS FALSOS-POSITIVOS E A MUDANÇA DE POSTURA DOS EUA

Ainda durante a campanha eleitoral, em 2005, reportagens sobre o envolvimento de Uribe com paramilitares foram veiculadas na mídia colombiana. As principais vozes políticas sobre o assunto foram o senador Gustavo Petro e a dirigente de seu partido Clara López Obregón. A situação impulsionou uma investigação por parte da Procuradoria da República, resultando em denúncia e julgamento pela Suprema Corte de diversos dirigentes ligados ao presidente. O esquema de relacionamento entre o Estado e os paramilitares envolvia inclusive o Departamento Administrativo de Segurança (DAS) do governo (Salive, 2018, p. 62-63).

Ao longo do processo, o próprio paramilitar Salvatore Mancuso afirmou que ao menos 35% dos congressistas receberam algum tipo de ajuda das AUC para se elegerem. Ao final da investigação, mais de 30 congressistas foram presos por envolvimento com o paramilitarismo, todos apoiadores do governo. Entre os culpados estava o primo do presidente, o senador Mário Uribe. Fruto dessa problemática houve uma crise institucional entre executivo e judiciário, que contou com espionagens por parte do gabinete presidencial de membros da Suprema Corte. Nesse episódio, a Diretora do DAS e o Secretário Geral da Presidência também foram presos (Salive, 2018, p. 63-64; Pécaut, 2010, p. 146-147).

Além do fenômeno da parapolítica, outro problema manchou a Política de Segurança Democrática. Como forma de incentivar resultados para as Forças Armadas, havia um sistema de recompensa para os militares que capturassem ou

³⁵⁷ Do original: “Una operación fantástica. [...] Un caballo de Troya” (Cuéllar Araújo, 2023, p. 173).

executassem membros das FARC-EP³⁵⁸. Mais uma vez, Clara López Obregón, que ocupava o cargo de Secretária de Governo de Bogotá, denunciou que jovens da periferia da capital, região de Soacha, desapareceram e foram encontrados em um local de enfrentamento entre o governo e as FARC-EP. Todos vestidos de guerrilheiros e executados pelo Exército. Este foi o primeiro caso descoberto sobre os falsos-positivos (Salive, 2018, p. 62-63; Pécaut, 2010, p. 148).

Após uma investigação, conduzida pelo Ministro da Defesa de Juan Manoel Santos, dezenas de militares foram condenados a sentenças de até 50 anos de prisão. Dentre os culpados havia 3 Generais. Os episódios dos falsos-positivos emergiram como polêmica em setembro de 2008. De acordo com dados da Jurisdição Especial para a Paz (JEP), entre 2002 e a data da denúncia, 2008, mais de 6.400 colombianos foram contabilizados como execuções forçadas para maquiar o quantitativo de guerrilheiros mortos em conflitos (Salive, 2018, p. 63). De acordo com Cuéllar Araújo (2023, p. 175-176), severas punições foram incentivadas pela Embaixada dos EUA no país³⁵⁹. Tendo em vista a forte relação entre militares estadunidenses e colombianos, era necessária uma resposta dura para acalmar Washington.

O bom relacionamento entre EUA e Colômbia no segundo governo Uribe se manteve, porém, inflexões na forma de abordagem estratégica começaram a se desenhar. O presidente colombiano mantinha 70% de aprovação, em virtude dos baixos índices de violência alcançados, como por exemplo a diminuição de 76% dos sequestros e de 40% de homicídios desde que assumiu o cargo em 2002. Em contrapartida, Bush amargurava fracos 35% de aprovação. Sua campanha militar no Iraque sofria uma reprovação de mais de 60% dos estadunidenses em 2007 (Crandall, 2008, p. 166).

Em março de 2007 Bush visitou Bogotá, o último presidente dos EUA que foi à capital colombiana havia sido Ronald Reagan em 1982³⁶⁰. Por um lado, Uribe precisava de apoio face aos escândalos que envolviam seu nome que repercutiam em Washington, por outro, o presidente norte-americano buscou mostrar que ainda

³⁵⁸ Segundo Santos (2019), esse sistema foi baseado no parâmetro empregado no Vietnã pelos EUA, de que o êxito seria medido pelo número de presos e executados.

³⁵⁹ A pressão por uma postura forte dos EUA também ocorreu dentro do congresso do país. Em maio de 2007 uma carta assinada por parlamentares democratas, entre eles Hillary Clinton e Barack Obama, cobrou da Secretária de Estado Condoleezza Rice respostas sobre essa questão e sobre assassinato de sindicalista colombianos, outro problema latente para Bogotá (Crandall, 2008, p. 168).

³⁶⁰ O pai de Bush, George Walker Bush, e Bill Clinton se restringiram a visitar a cidade caribenha de Cartagena.

possuía conexões fortes com um Estado latino-americano historicamente alinhado à potência do Norte. A pauta, normalmente única, sobre combate ao narcoterrorismo, apesar de presente, compartilhou sua importância com questões comerciais e de integração. Isso demonstrava o princípio de uma mudança estratégica nas relações entre os países (Crandall, 2008, p. 167-168).

Na coletiva de imprensa Uribe reafirmou a sólida relação entre Washington e Bogotá, destacando sua Política de Segurança Democrática como um resultado operacional combinado que derrotou tanto a guerrilha, quanto o paramilitarismo. Na tentativa de minimizar seu desgaste com o judiciário ressaltou que a Colômbia “tem um sistema de justiça independente” (EUA, 2007)³⁶¹. Encerrando o discurso com um tema econômico, disse que a construção de confiança recíproca capitalizava cada vez mais o investimento privado estadunidense, concluiu com a afirmação de que “voltamos [EUA e Colômbia] a discutir o nosso acordo comercial e a possibilidade política de integração” (EUA, 2007)³⁶².

Bush destacou a proximidade e a amizade com Uribe, comprometendo-se em facilitar a imigração de colombianos para os EUA. Apontando uma percepção de mudança na ofensiva integral ao narcotráfico na ponta da produção, comprometeu-se em combater a demanda interna por droga. Além disso, indicou que o objetivo principal agora era “trabalhar para interditar o fornecimento de drogas” (EUA, 2007)³⁶³. Também destacou que confiava no judiciário colombiano. Na área econômica, destacou que “os Estados Unidos são o maior parceiro comercial da Colômbia” (EUA, 2007). Não houve menção sobre aporte de recursos para o combate ao narcoterrorismo. Cabe aqui mencionar que entre 2007 e 2008 houve uma diminuição de mais de US\$ 200 milhões nas ajudas de Washington, chegando a uma queda de US\$ 400 milhões até 2014, conforme mostra o Gráfico 9.

No final de seu mandato Uribe havia duplicado o efetivo da Polícia e das Forças Armadas. Além disso conseguiu instalar ao menos um posto policial ou uma Organização Militar em cada um dos 1.099 municípios. Utilizando de sua alta popularidade, ainda tentou outra manobra constitucional para se reeleger novamente. Conseguiu a aprovação do senado para um plebiscito, porém a Suprema Corte barrou

³⁶¹ Do original: “has an independent justice system” (EUA, 2007).

³⁶² Do original: “We have discussed our trade agreement again, and political possibility of integration (EUA, 2007)”.

³⁶³ Do original: “work to interdict the supply of drugs” (EUA, 2007).

o movimento declarando a inconstitucionalidade da ação³⁶⁴. Impedido de participar do pleito, o Ministro da Defesa de Uribe, Juan Manuel Santos, foi alçado à presidência da Colômbia (Hinojosa, 2016, p. 140).

4.5 GOVERNO SANTOS: ACORDO DE PAZ E TROCA DA ESTRATÉGIA DOS EUA

Ao assumir o palácio Nariño, Santos manteve a pressão sobre as FARC-EP, porém buscou, pela quarta vez desde a criação da insurgência, um acordo de paz. A neutralização de outros membros do secretariado foi a base das operações militares de seu governo. No que diz respeito ao relacionamento com os EUA houve a consolidação de uma nova abordagem estratégica. Os recursos do Plano Colômbia diminuíram progressiva e significativamente, sendo substituídos por uma agenda voltada à integração econômica entre os países.

4.5.1 CAEM OS LÍDERES MILITARES E IDEOLÓGICOS DO SECRETARIADO DAS FARC-EP

Logo no início do primeiro mandato de Santos o principal estrategista militar da insurgência tombou. Mono Jojoy era o número dois no comando, o chefe do Bloco Oriental³⁶⁵ e principal incentivador da luta armada dentro do secretariado da guerrilha. Jorge Briceño, outra alcunha do guerrilheiro, estava há mais de 35 anos no movimento, tendo ingressado ainda com 12 anos de idade, sob a proteção de Manuel Marulanda. Segundo Santos (2019), Jojoy foi responsável pela implantação da estratégia de arrecadar recursos e angariar barganha política por meio de extorsão e sequestro (Salive, 2018).

A inteligência da Polícia Nacional obteve a posição de Jojoy em setembro de 2010. A partir dessa informação se estruturou a operação Sodoma, que, novamente por meio de bombardeios com supertucanos e bombas inteligentes, neutralizou o insurgente. A missão foi destinada à Força Tarefa Ômega, uma tropa especialmente treinada para golpear o centro logístico e os líderes das FARC-EP. A base do líder

³⁶⁴ No Senado o resultado foi 56 votos a favor e 2 contra. Na Suprema Corte 7 ministros negaram o pleito e 2 consideraram inconstitucional (Hinojosa, 2016, p. 140).

³⁶⁵ Naquele momento do conflito, o Bloco Oriental possuía as maiores fontes de recurso das FARC-EP, principalmente do narcotráfico (Santos, 2019).

guerrilheiro era considerada o principal bastião da insurgência naquele momento (Santos, 2019).

No momento da manobra, o presidente Santos estava em Nova York cumprindo evento protocolar na ONU e avisou pessoalmente o resultado à Obama. Em sua alocução para a televisão após a execução do “inimigo número 1 dos colombianos”³⁶⁶, Santos (2019, p. 262, tradução nossa) destacou que “Jojoy era o símbolo do terror na Colômbia”, complementando que “não baixaremos a guarda contra o narcoterrorismo”³⁶⁷. O chefe do Executivo afirmou que estaria à frente da execução da estratégia para consolidar a segurança do país (Santos, 2019).

Com a morte de Jojoy o próximo objetivo estratégico era Alfonso Cano. Líder máximo das FARC-EP, que substituiu Marulanda. Esse guerrilheiro, que havia se formado em Antropologia na Universidade Nacional da Colômbia, alistou-se nas FARC-EP somente aos 30 anos de idade. Seu conhecimento acadêmico lhe proporcionou acesso rápido ao secretariado, tendo como tutor Jacobo Arenas, um dos cofundadores da insurgência junto com Marulanda. Os colombianos o conheciam como “o intelectual da subversão” (Santos, 2019, p. 288, tradução nossa)³⁶⁸.

No caso de Cano as informações de inteligência identificaram seu principal guardacostas, *Pacho Chino*. Durante a operação para captura de *Chino*, em outubro de 2011, identificou-se que o líder máximo das FARC-EP estava em uma casa vizinha. Isso redirecionou a manobra, o que originou a Operação Odiseo, para a neutralização de Alfonso Cano. A Base de Palmira, no Valle del Cauca, região onde se encontrava o guerrilheiro, foi o local de concentração de meios (Santos, 2019).

A operação iniciou com um bombardeio no local em 4 de novembro. Observadores do exército identificaram uma pessoa fugindo da casa onde se encontrava Cano assim que as explosões começaram e se escondendo na mata. Em seguida, militares de operações especiais se infiltraram por meio de helicópteros no local. Durante a progressão no terreno diversos corpos de membros próximos do chefe guerrilheiro foram encontrados. Após uma varredura no vilarejo, concluiu-se que tanto *Chino*, quanto Cano haviam fugido (Santos, 2019).

³⁶⁶ Adjetivo dado pelo próprio presidente colombiano (Santos, 2019).

³⁶⁷ Do original: “Jojoy era el símbolo del terror en Colombia [...] no bajaremos la guardia contra el narcoterrorismo”.

³⁶⁸ Do original: “el intelectual de la subversión”.

Após horas de busca levantou-se a possibilidade de suspender a operação sem encontrar Cano, porém Santos determinou que continuassem a busca, mesmo com o cair da noite. A persistência funcionou, o líder máximo das FARC-EP tentou se deslocar e foi detectado por um militar, que solicitou senha e contrasenha combinada entre a tropa. Como não respondeu e não se rendeu, optando por tentar escapar Alfonso Cano foi executado por volta das 20 horas de 4 de novembro de 2011 (Santos, 2019).

Para Santos (2019), este foi o objetivo operacional mais importante de toda a história na luta contra as FARC-EP³⁶⁹.

O presidente Santos (2019, p. 294, tradução nossa), em sua fala oficial na TV resumiu o conflito interno em 2011 da seguinte forma:

As FARC – e sua carreira absurda de violência, que já alcança quase meio século – está chegando a um ponto final. [...] caiu Raul Reyes [...] morreu Tirofijo, caiu Jojoy...e hoje caiu seu número um, Alfonso Cano. Assim, a cúpula das FARC está sendo derrubada como um Castelo de Cartas. [...] O tempo das FARC segue se esgotando. Não ofereçam suas vidas por um projeto fracassado, por defender chefes intransigentes. DESMOBILIZEM-SE! Porque é isso que estamos acabando de derrotar hoje: A INTRANSIGÊNCIA. Há um ano derrotamos a intransigência militar das FARC com a baixa de Mono Jojoy. Hoje estamos derrotando a intransigência política das FARC com a queda de seu líder máximo, Alfonso Cano³⁷⁰.

Segundo Santos (2019) uma das decisões mais difíceis de seu governo foi justamente autorizar a operação que executou Alfonso Cano. Isso porque sua administração encontrava-se em conversas exploratórias secretas com as FARC-EP sobre um possível acordo de paz desde 2010. Duas razões o levaram a cancelar a missão. A primeira foi manter uma postura coerente em relação à estratégia de segurança adotada. A outra dizia respeito à própria personalidade de Cano, que na visão do presidente colombiano era um homem inflexível e dogmático em relação aos seus pensamentos revolucionários. Isso, na concepção do chefe do executivo, não

³⁶⁹ O presidente Juan Manuel Santos declarou que a morte de Alfonso Cano representou para a Colômbia o mesmo valor que a execução de Osama Bin Laden significou para os EUA, destacando inclusive que os eventos ocorreram no mesmo ano, 2011 (Santos, 2019).

³⁷⁰ Do original: Las FARC – y su carrera absurda de violencia que ya alcanza casi medio siglo – han llegado a un punto de quiebre. [...] cayó Raul Reyes, [...], murió Tirofijo, cayó Jojoy...y hoy contamos a la historia que cayó su número uno. Alfonso Cano. Porque la cúpula de las FARC se va derrumbando como un castillo de naipes. [...] El tiempo de las FARC se sigue agotando. No ofrezcan sus vidas por un proyecto fracasado, por defender a unos jefes intransigentes. DESMOVILÍCENSE! Porque eso es lo que estamos acabando de derrotar hoy: LA INTRANSIGENCIA. Hace un año derrotamos la intransigencia militar de las FARC con la baja del Mono Jojoy. Hoy hemos derrotado la intransigencia política de las FARC con la caída de su máximo cabecilla, Alfonso Cano”.

auxiliaria nas conversações sobre uma desmobilização do movimento. Assim, faz-se importante uma explanação sobre o processo que culminou na assinatura de um tratado de paz histórico entre o governo colombiano e as FARC-EP.

4.5.2 O PROCESSO E O ACORDO DE PAZ COM AS FARC-EP

Logo que assumiu a presidência, em agosto de 2010, Santos buscou estabelecer contato com o secretariado das FARC-EP. Quem abriu o caminho foi Henry Acosta, um economista que meses antes, ainda no governo Uribe, iniciou contatos com a guerrilha sobre um possível diálogo. Em outubro recebeu a resposta de que havia condições para um debate sobre o acordo de paz. A premissa que conduziu as tratativas para ambos os lados, nas palavras do próprio presidente colombiano, foi a de que “nada está acordado até que tudo esteja acordado” (Santos, 2019, p. 237, tradução nossa)³⁷¹. Em outras palavras, diferentemente das demais tentativas de entendimento, não haveria compromisso de cessar fogo entre as partes ao longo do processo, até que todos os pontos estivessem estabelecidos (Salive, 2018; Santos, 2019).

Para Santos (2019), quatro condições eram fundamentais para viabilizar um processo com chance de sucesso. A primeira havia se iniciado na administração passada, com grande participação sua, tendo em vista que foi Ministro da Defesa de Uribe entre 2006 e 2009, qual seja, uma correlação de força bastante favorável ao Estado, face ao poder de combate das FARC-EP. A segunda era a existência de uma vontade real da guerrilha em dialogar, o que se confirmou com o primeiro contato feito por Acosta. Em terceiro lugar, havia a necessidade de chancela internacional e principalmente regional. Fechando o ambiente necessário, o governo precisava reconhecer a existência de um conflito interno no país, pois só assim um acordo de paz legítimo poderia ser assinado.

O apoio regional passava pela concordância da Venezuela e do Equador, países com os quais a Colômbia possuía relações sensíveis naquele momento³⁷². A pacificação com os venezuelanos foi intermediada pela presidente da Argentina

³⁷¹ Do original: “nada está acordado hasta que todo esté acordado”.

³⁷² Desde a invasão da soberania do Equador para a execução de Raul Reyes, as relações entre Equador e Colômbia estavam cortadas. No que diz respeito à Venezuela, o presidente Hugo Chavez fez uma declaração em junho de 2010 de que caso Santos (2019) fosse vitorioso nas eleições havia a possibilidade de uma guerra entre os países.

Cristina Kirchner e seu esposo, e ex-presidente, Néstor Kirchner, que coordenaram um encontro para reestabelecer relações entre Santos e Chavez³⁷³. Aproveitando o capital político adquirido com o reestabelecimento de relações com a Venezuela, Santos utilizou a IV Cimeira da União das Nações Sul-Americanas em Georgetown, Guiana, para a reconciliação com Correa (2010 *apud* Santos, 2019). Nas palavras do presidente equatoriano aos outros Chefes de Estado presentes no evento em 26 de novembro de 2010:

Este é um dia de alegria para toda a América Latina. Nós [Santos e Correa] decidimos formalizar e normalizar totalmente as relações diplomáticas que vocês sabem que se romperam em março de 2008, pelos acontecimentos que todos conhecem³⁷⁴ [Correa se referiu à invasão do espaço aéreo equatoriano para o bombardeio que levou à morte de Raul Reyes] (Correa, 2010 *apud* Santos, 2019, p. 229, tradução nossa).

Em relação ao suporte internacional e reconhecimento do conflito interno, destaca-se a lei de vítimas e restituição de terras. A norma, impulsionada por Santos, foi aprovada pelo congresso em 10 de junho de 2011. O Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, fez questão de estar presente em Bogotá para o ato de aprovação do diploma. Isso demonstrou o apoio internacional necessário ao diálogo. O documento reconheceu a existência do conflito interno. Apesar da declaração de beligerância formal, o presidente colombiano destacou em seu discurso que a lei não representava uma acetiação das FARC-EP como um ente político. Ao contrário, mantinha a concepção de que a insurgência representava para o Estado um grupo narcoterrorista (Santos, 2019).

Ainda em segredo, os diálogos entre o governo e as FARC-EP se iniciaram em 23 de fevereiro de 2012 em Havana³⁷⁵. Nessa fase, buscou-se uma pauta focada no término do conflito. Em setembro o processo tornou-se oficialmente público. O grupo de trabalho fixou cinco pontos norteadores para a negociação: a questão de

³⁷³ A reunião ocorreu em 7 de agosto de 2010 na fazenda de *San Pedro Alejandrino* na Colômbia, onde em 1830 morreu Simón Bolívar. O local foi estrategicamente escolhido por Santos, pois sabia que Hugo Chavez detinha forte apreço pelo “Libertador”, como era conhecido o general venezuelano (Santos, 2019).

³⁷⁴ Do original: “Este es un día de alegría para toda América Latina. Hemos decidido formalizar y normalizar totalmente las relaciones diplomáticas que ustedes saben se rompieron em marzo del 2008, por los acontecimientos que todos conocen”.

³⁷⁵ Antes dessa fase o processo ainda estava restrito a conversas pessoais entre Santos e membros do secretariado das FARC-EP, por meio de mensageiros confiáveis para ambos os lados. Outro aspecto foi a execução de Alfonso Cano, o que colocou em risco o diálogo e retardou o início da fase de estabelecimento de pautas concretas (Santos, 2019).

distribuição de terras, o “abandono”³⁷⁶ das armas, a inserção dos desmobilizados na política, a retirada do envolvimento da guerrilha com o narcotráfico e a reparação das vítimas do conflito combinado à forma de julgamento de crimes de guerra (Salive, 2018, p. 118-119).

Os pontos foram debatidos primeiramente em uma rodada de diálogo ocorrida em Oslo, na Noruega. Como garantia de mediação, delegados de Chile, Venezuela, Noruega e Cuba participaram do processo. Os dois primeiros como acompanhantes, proporcionando visões diferentes no âmbito regional. Os dois últimos como anfitriões, disponibilizando um espaço relativamente neutro. Outro aspecto de destaque foi que pela primeira vez militares colombianos participaram das mesas temáticas. A primeira rodada de conversações de Oslo terminou em novembro de 2012 (Salive, 2018; Santos, 2019).

Ao longo do processo de paz, Álvaro Uribe imprimiu forte oposição. O ex-presidente tornou-se inclusive Senador para liderar um movimento, defendendo a manutenção irrestrita das operações militares contra as FARC-EP, sem acordo. A segunda rodada de debates foi retomada em 2013 em Havana. A morosidade do processo chegou a alavancar manifestações populares contra e a favor da pacificação. Em maio, chegou-se às metas definidoras do primeiro ponto, sobre a questão agrária. A campanha presidencial que reelegeu Santos também retardou o ritmo do diálogo (Salive, 2018, p. 122)³⁷⁷.

Em novembro de 2013 um segundo ponto, sobre a participação política de membros das FARC-EP, também obteve o estabelecimento consensual das regras. Nessa etapa a insurgência finalmente renunciou à tomada do poder pelas armas, aceitando cotas para ocupação de cadeiras no congresso e regras protetivas para aqueles que desejassem concorrer aos pleitos eleitorais. No ano de 2014 o terceiro ponto, relacionado ao narcotráfico, foi definido. As FARC-EP deram acesso às Forças de Segurança a diversas áreas de plantação de coca. Pela primeira vez militares do Exército colombiano atuaram em conjunto com membros da insurgência para retirar,

³⁷⁶ A palavra abandono foi especialmente debatida, pois as FARC-EP não entendiam esse ponto como uma deposição de armas, mas sim como uma simples entrega do armamento. A preocupação dos delegados da insurgência era de afastar a idéia de rendição (Santos, 2019).

³⁷⁷ A disputa eleitoral demonstrou como a sociedade colombiana estava dividida em relação ao acordo de paz. Santos perdeu o primeiro turno para Óscar Iván Zuluaga por uma diferença de cerca de 1 milhão de votos. A reeleição só foi possível em virtude do apoio dos partidos de esquerda à sua candidatura no segundo turno (Salive, 2018, p. 123).

manualmente, árvores de folha de coca e desminar regiões dominadas pela guerrilha (Salive, 2018, p. 122-123).

A questão da entrega efetiva do armamento foi intermediada pela ONU, pois a insurgência não aceitou consignar seu arsenal ao Estado colombiano. Para a assinatura do último e mais sensível ponto, sobre o julgamento dos crimes, preparou-se uma cerimônia em Havana. Após mais de meio século de conflito, um presidente colombiano, Santos, e o líder máximo das FARC-EP, à época Timoleón Timochenko, participaram de um compromisso oficial rumo à pacificação. No evento, realizado em 23 de setembro de 2015³⁷⁸, também ficou acertado que o acordo de paz final seria firmado em 2016 (Salive, 2018, p. 124-125).

A cerimônia marcando a pacificação, realizada na cidade de Cartagena em 23 de setembro de 2016, contou com a presença de vários Chefes de Estado e do Secretário Geral da ONU³⁷⁹. Mesmo com o pacto assinado, e contra a vontade das FARC-EP, Santos insistiu em realizar um plebiscito sobre o tema. Após forte campanha de Uribe em oposição, somada à substantiva abstenção (mais de 60% da população), a opção por não aceitar o acordo venceu por uma margem pequena de diferença. Nesse ínterim, o presidente colombiano foi premiado com o Nobel da Paz e realizou acertos no texto original do acordo, buscando encaixar demandas da oposição, principalmente relacionadas a penas mais duras e alargamento no número de indiciados de crimes relacionados ao conflito. Finalmente, após referendado pelo Congresso e considerado constitucional pela Corte Suprema, o acordo final entrou em vigor em dezembro de 2016. Ao longo desse processo EUA e Colômbia modificaram sua relação, buscando pautas de integração econômica e cooperação em segurança.

4.6 SANTOS E OBAMA: A NOVA ESTRATÉGIA NAS RELAÇÕES EUA-COLÔMBIA

Segundo Hinojosa (2016, p. 140), com Obama à frente dos EUA a política externa da Casa Branca para a América Latina adotou uma postura de “responsabilidade partilhada”. Ou seja, ações que eram exercidas efetivamente por Washington passaram a ser delegadas a parceiros mais confiáveis na região, como a Colômbia, por exemplo. Isso foi reflexo de fatores econômicos internos, como a crise

³⁷⁸ A Figura 12 mostra Santos e Timochenko dividindo a tribuna.

³⁷⁹ A Figura 13 mostra a cerimônia do Acordo de Paz realizada em Cartagena.

imobiliária de 2008³⁸⁰, e os fracassos das campanhas militares no Iraque e no Afeganistão iniciadas durante o governo Bush (Hinojosa, 2016, p. 140).

Nessa conjuntura, em uma visão mais ampla do sistema internacional, cabe destacar o *pivot* progressivo para a Ásia iniciado pelos EUA no governo Obama. Esse foi outro fator que pressionou sua nova postura estratégica para a Colômbia. Em novembro de 2011, o presidente norteamericano discursou no parlamento australiano ressaltando a histórica parceria com o país, além de sua busca por aproximação com Indonésia, Malásia, Singapura e Vietnã. Indicando sua preocupação com o desenvolvimento chinês, o presidente disse que “nossas nações [EUA e Austrália] têm profundo interesse na ascensão de uma China pacífica e próspera” (The White House, 2011).

Hinojosa (2016, p. 143) destaca que a partir de 2008³⁸¹ os EUA iniciaram um processo de nacionalização do Plano Colômbia. As ações em que havia presença norteamericana no país foram sendo paulatinamente substituídas por militares colombianos. De acordo com o Gráfico 9 é possível notar também uma queda significativa de recursos para fins militares fornecidos por Washington a Bogotá³⁸².

Em abril de 2012, Obama participou da Cúpula das Américas em Cartagena e realizou uma declaração conjunta com Santos apresentando essa nova visão de parceria Washington-Bogotá. O presidente colombiano anunciou que seu país se tornaria um parceiro comercial efetivo dos EUA³⁸³. Além disso, trabalharia em parceria com Washington no auxílio a outros países latino-americanos no combate ao narcotráfico (The American Presidency Project, 2012). Em sua fala, Obama chancelou o discurso de Santos dizendo que “nós concordamos em levar a parceria entre os dois países para um novo nível” (The American Presidency Project, 2012)³⁸⁴. Encerrando sua preleção, o presidente norteamericano confirmou a união dizendo que

³⁸⁰ Para Nagashima (2023), a crise de 2008 foi a pior da conjuntura econômica norteamericana entre 1991 e 2012.

³⁸¹ Em 2008, o Partido Democrata assumiu o controle do Congresso dos EUA, possibilitando diversas mudanças de postura em relação ao tratamento da política norteamericana para a Colômbia (Hinojosa, 2016, p. 143).

³⁸² Para que se tenha noção do montante de recursos fornecidos a Bogotá por meio do Plano Colômbia, Hinojosa (2016, p. 143) calcula que entre 2000 e 2014 cerca de US\$ 9,5 bilhões foram destinados ao país.

³⁸³ O Tratado de Livre Comércio entre EUA e Colômbia foi gestado na administração Uribe. O acordo foi aprovado no congresso norteamericano em outubro de 2011 (com 262 votos a favor e 167 contra na Câmara e 66 votos a favor e 33 contra no Senado) e entrou em vigor em maio de 2012 (Cuellar Araújo, 2023, p. 139).

³⁸⁴ Do original: “We agreed to take the partnership between our two countries to a new level” (The American Presidency Project, 2012).

nossos dois países trabalharão em conjunto para apoiar os nossos parceiros na América Central na busca de uma Estratégia regional para melhorar a segurança dos seus cidadãos (The American Presidency Project, 2012)³⁸⁵.

Tickner e Morales (2015, p. 173) conceituaram essa nova relação de “Cooperação Dependente Associada”. A lógica adotada consiste no papel dos EUA como financiador, apoiador logístico e técnico, enquanto a Colômbia fornece equipes preparadas para treinar militares e outros agentes públicos de países da América Central. Essa triangulação tomou contornos específicos na ARC ao final do recorte temporal da pesquisa (1986-2016), criando órgãos específicos voltados para o tema. Após a caracterização das variáveis independentes do estudo (implantação da estratégia de segurança dos EUA em relação à Colômbia e incremento de poder das FARC-EP ao longo do recorte temporal), segue a modelagem da Marinha de Guerra colombiana e as análises sobre sua construção, configurando o resultado sobre a variável dependente. Ao final, a testagem da hipótese apresenta uma resposta à questão central: **Por que a Marinha de Guerra da Colômbia observou um processo de policialização no período de 1986 e 2016?**

4.7 UMA MARINHA DE GUERRA VOLTADA PARA O INIMIGO INTERNO

Ao longo do recorte temporal da investigação a ARC sofreu alterações significativas. Alguns pontos cabem ser destacados e lembrados antes da caracterização efetiva da instituição. A seção está dividida de acordo com o aporte teórico apresentado no capítulo 2³⁸⁶. Lembra-se que os meios navais, mesmo possuindo vocação para um determinado papel estratégico, quais sejam, militar, diplomático e de policiamento, podem ser empregados em outros papéis, o que normalmente ocorre quando a situação fática obriga.

As divisões dos meios consideradas neste trabalho estão respaldadas nas teorias e conceitos apresentados no capítulo 2, não em possibilidades de emprego prático que desconsiderem um enquadramento científico. As fontes utilizadas para a investigação são as edições do *Jane's Fighting Ships*, tanto para características dos

³⁸⁵ Do original: “our two countries will work together to support our partners in Central America as they pursue a regional strategy to improve the security of their citizens” (The American Presidency Project, 2012).

³⁸⁶ Principalmente as divisões dos papéis das Marinhas de Guerra em militar, policiamento e diplomático.

navios, como para as datas de incorporação destes à Marinha de Guerra da Colômbia³⁸⁷. Além da descrição alicerçada nos papéis do Poder Naval, outras abordagens referentes a planos, estratégias, doutrinas e eventos importantes, especificamente da ARC, norteiam esta seção. Dessa forma, segue a caracterização e análises sobre a Marinha de Guerra colombiana.

4.7.1 O PAPEL MILITAR DA ARC

Após a baixa do *destroyer* “7 de agosto”, em 1987, adquirido da Marinha dos EUA, e a redesignação da Fragata “Boyaca” para Navio Patrulha em 1989³⁸⁸, a base de navios de guerra da ARC se restringiu às 4 fragatas alemãs de 1500 toneladas (ton), conforme mostra o Quadro 4 a seguir. Além desses meios, os 2 submarinos oceânicos de 1000 ton e os pequenos submarinos táticos de 70 ton completaram o total de 7 meios voltados especificamente para o papel militar existentes na ARC ao longo de praticamente todo o período do estudo (1986-2016). Apenas ao final do recorte temporal, em 2013, a ARC substituiu os submarinos táticos de 70 ton, por submarinos de 450 ton, também alemães. Somente estes meios atendem aos quesitos mínimos da classificação de Michael Morris (1987) como Navios de Guerra (Quadro 7), por isso estão enquadrados neste trabalho como componentes do papel militar da Marinha de Guerra colombiana.

³⁸⁷ Os dados referentes ao Jane's Fighting Ships foram compilados pelo autor em tabelas constantes no seguinte link: https://docs.google.com/document/d/1NhEJ1W_iNgg7ITRdLU2HLN7wPtiuQ1xl/edit?usp=sharing&oid=108955640951744557888&rtpof=true&sd=true.

³⁸⁸ Ver os anos de 1987 a 1989 nos quadros 8, 9 e 10.

Quadro 4 – Meios Navais do papel militar da ARC 1986-2017

NAVIO	ORIGEM	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	2001	2004	2005	2006	2007	2009	2011	2013	2017
ARC SANTANDER	SUÉCIA																						
ARC BOYACA	EUA																						
ARC ALTE PADILLA (III)	ALEMANHA																						
ARC CALDAS (III)	ALEMANHA																						
ARC ANTIOQUIA (III)	ALEMANHA																						
ARC INDEPENDENCIA	ALEMANHA																						

Fonte: Adaptado de Colômbia (2015) e *Jane's Fighting Ships* 1986-2017.

A ARC optou por manter os mesmos meios para o papel militar, realizando períodos de reparo que preservassem os navios em condições de operar. O almirante, e ex-comandante da ARC, Edgar Romero (1998, p. 36) destacou que foram realizados reparos nos submarinos oceânicos de 1000 ton entre 1988 e 1990³⁸⁹. As fragatas iniciaram suas manutenções em 1993³⁹⁰. O relatório do Ministério da Defesa (MD) ao Congresso de 1997 (Colômbia, 1997, p. 292) registrou que o reparo desses meios “se constituem no mais importante e prioritário para a Armada Nacional”³⁹¹ naquele momento.

Entre 1993 e 2000 todos os quatro navios passaram por reparos necessários para sua permanência na ativa³⁹². Além dos meios em si, seus sistemas de lançamento de mísseis anti-navio, e os próprios mísseis *exocet*, também sofreram manutenção. Conforme ressalta o relatório do MD de 1998: “a Armada Nacional logrou manter sua capacidade estratégica mediante a manutenção das corvetas missleiras³⁹³ e dos mísseis *exocet*” (Colômbia, 1998a, p. 12)³⁹⁴.

Ao final da década de 2010, um novo Plano Orión para fortalecimento das capacidades navais foi desenvolvido e aplicado. No período de 2008 a 2012 as Fragatas colombianas foram submetidas a uma repotencialização. A modernização dos meios contou com atualização e renovação do sistema de armas, bem como instalação de novos sensores. As plantas de energia e o sistema principal de propulsão também receberam atenção, tal qual o sistema de comunicação dos navios. Tendo em vista essa dinâmica de permanecer com os mesmos meios ao longo de mais de 30 anos, cabe alguns comentários sobre as duas principais disputas sobre definição das águas jurisdicionais colombianas (Galviz; Peña; Ruiz, 2023, p. 192).

³⁸⁹ O relatório do Ministério da Defesa ao Congresso de 1990/1991 (p. 15) registra um gasto de US\$ 55,4 milhões com reparos de submarinos (Colômbia, 1991, p. 15).

³⁹⁰ A estimativa de custo total para o reparo dos 4 navios foi de US\$ 117,2 milhões (Colômbia, 1997, p. 292). Isso demonstra, como apresentado no capítulo teórico, o alto custo para se manter meios complexos voltados ao papel militar.

³⁹¹ Do original: “se constituye en el más importante y prioritario para la Armada Nacional” (Colômbia, 1997, p. 292).

³⁹² A sequência observada para os reparos foi: 1º - Caldas; 2º - Almirante Padilla; 3º - Antioquia; 4º - Independiente (Colômbia, 1997, p. 253).

³⁹³ A ARC classifica suas Fragatas como Corvetas Missleiras, porém, para este trabalho, utiliza-se a nomenclatura de Morris (1987) do Quadro 7, o que enquadra esses meios como fragatas, em virtude da sua tonelagem.

³⁹⁴ Do original: “la Armada Nacional logró mantener su capacidad estratégica mediante el mantenimiento de las corbetas misleiras y de los misiles *exocet*” (Colômbia, 1998a, p. 12).

4.7.1.1 NICARÁGUA E VENEZUELA: A DISPUTA PELAS ÁGUAS JURISDICIONAIS COLOMBIANAS

A Colômbia não possui as delimitações de suas águas jurisdicionais totalmente definidas com outros países limítrofes³⁹⁵. As questões que envolvem suas águas jurisdicionais nas Ilhas de San Andrés e Providência com a Nicarágua e na península de *La Guajira* com a Venezuela merecem comentários específicos. Isso porque ambos os casos podem gerar conflitos interestatais, demandando um Poder Naval em condições de se interpor a uma ameaça externa representada por Estados fronteiriços que decidam escalar um debate que se encontra no nível das relações diplomáticas e/ou julgamento em cortes internacionais.

Em relação à Nicarágua, como destaca Ruiz Tinoco (2016, p. 29-35), o imbróglio se iniciou em fevereiro de 1980, quando o país centro-americano denunciou junto à Corte Internacional de Haia o tratado Esguerra-Bárceñas de 1928³⁹⁶, que regia os limites marítimos entre os países. Após a Colômbia reconhecer a legitimidade da Corte como foro propício para solução do problema em 2001, o tribunal entendeu, em 2008, que o Tratado de 1928 era válido. Contudo, após a Nicarágua recorrer, e ganhar o pleito, houve o reconhecimento parcial das regras da CNUDM. Isso fez com que os colombianos perdessem cerca de 75 mil Km² de suas águas jurisdicionais. Cabe o comentário de que Bogotá, apesar de ter assinado a CNUDM, não internalizou a norma por meio de ratificação do Congresso. Essa contenda jurídica gera, ainda hoje, diversos problemas reais em relação à utilização de recursos marinhos e situações relacionadas ao patrulhamento da região, que, além disso, também se constitui como importante rota do narcotráfico (Ruiz Tinoco, 2016, p. 29-35).

O caso de *La Guajira* com a Venezuela não só possui interpretações divergentes de ambas as partes sobre a técnica de estabelecimento dos limites, como também gerou uma crise que obrigou a interferência da OEA para arrefecer o ambiente e evitar um conflito regional. Em agosto de 1987, durante o governo Virgílio Barco, a fragata ARC “Caldas”, em patrulha próximo à região de *La Guajira* abordou pescadores venezuelanos, que segundo o meio naval, encontravam-se dentro da área sob soberania colombiana (Tovar, 1993, p. 296-298).

³⁹⁵ A Figura 15 apresenta os limites marítimos da Colômbia.

³⁹⁶ O Tratado definia que o meridiano 82° Oeste era a linha oficial do limite marítimo entre os países (Ruiz Tinoco, 2016, p. 33).

Notificada sobre a situação, a Armada da República da Venezuela (ARV) enviou o Navio Patrulha ARV “*Libertad*” para a região. A crise escalou e, ao longo dos 10 dias de tensão, foram empregados na operação de acompanhamento do navio colombiano: 4 navios-patrulha, 4 fragatas, 1 submarino, 1 navio de apoio logístico, além de caças Mirage venezuelanos³⁹⁷. O evento foi um demonstrativo da dificuldade da ARC em atuar em águas mais afastadas de seu litoral. A conclusão de Tovar (1993, p. 298) sobre as condições dos meios navais colombianos no momento desse episódio foi de que: “Todos conhecem a forma mediterrânea como os nossos governos têm orientado as políticas no setor marítimo: ‘de costas para o mar’; na verdade de costas para os dois mares que banham nossas costas”.

Dessa forma, tendo em vista a fragilidade na delimitação de seus limites marítimos, em que pese a busca por soluções pacíficas dessas disputas, para a Colômbia é importante a manutenção de meios voltados ao papel militar que propiciem sua utilização diplomática (seja por manipulação ou negociação pela força). Ao longo do período de análise, Bogotá manteve o mesmo número de meios destinados à essa finalidade precípua das Marinhas de Guerra. Cabe agora considerações sobre o papel diplomático do triângulo de Ken Booth (apresentado no capítulo 2 deste trabalho).

4.7.2 O PAPEL DIPLOMÁTICO NA ARC

Um dos meios diplomáticos mais utilizado pela ARC é o Navio Veleiro Glória. Comissionado em 1969, a embarcação realizou ao menos uma viagem para vários portos estrangeiros com os oficiais recém-formados na Escola Naval Almirante Padilla todos os anos entre 1986 e 2016. Nesse sentido, tendo em vista a postura da ARC em relação às questões com a Nicarágua e a Venezuela, a busca por prestígio fica em destaque, em detrimento da negociação pela força ou a manipulação (ver figura 1). Outras duas importantes atuações diplomáticas, também voltadas para o prestígio no campo naval, desenvolvidas pela ARC são a sua participação em exercícios combinados e/ou multinacionais com outras marinhas e seu projeto antártico.

O Programa Antártico da Colômbia possui raízes no princípio dos anos 1980, quando o país iniciou envios regulares de cientistas ao Continente Gelado por meio

³⁹⁷ Além do ARC “Caldas”, a ARC também empregou o ARC Independiente e um submarino na missão (Becerra Rivas, 2020, p. 140-157).

de cooperação com diversos Estados³⁹⁸. Bogotá ratificou o Tratado Antártico em 1988, internalizando o diploma com a Lei nº 67/1988. O grande salto deste projeto ocorreu em 2012 com a concentração institucional de todas as ações voltadas à Antártica na Comissão Colombiana do Oceano (CCO). Em 2013 foi construída a Agenda Científica Antártica da Colômbia 2014-2035. Na passagem de 2014 para 2015 o país realizou sua primeira expedição ao Continente Gelado, utilizando um meio desenvolvido com tecnologia nacional pela empresa *Corporación de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo de la Industria Naval, Marítima y Fluvial* (COTECMAR), o Navio Patrulha *Offshore* (do inglês *Offshore Patrol Vessels* – OPV) “20 de Julio” (CCO, 2016, p. 7-12).

De acordo com os relatórios do MD ao congresso entre 1986 e 2016, a ARC participou de todas as Operações UNITAS realizadas pela *US NAVY*. Outros exercícios também cabem ser destacados como as Operações COBRA e BRACOLPER com as Marinhas de Guerra do Brasil e do Peru, além de adestramentos realizados com a *US NAVY* na Baía de Guantánamo em Cuba. Em que pese a importância dessas atividades, a Armada Nacional enquadrando estes eventos nos reportes aos congressistas colombianos como “outras operações”, colocando em destaque as operações voltadas ao combate ao narcotráfico e às insurgências. Assim, cabe uma descrição mais detalhada sobre o papel de policiamento para a ARC.

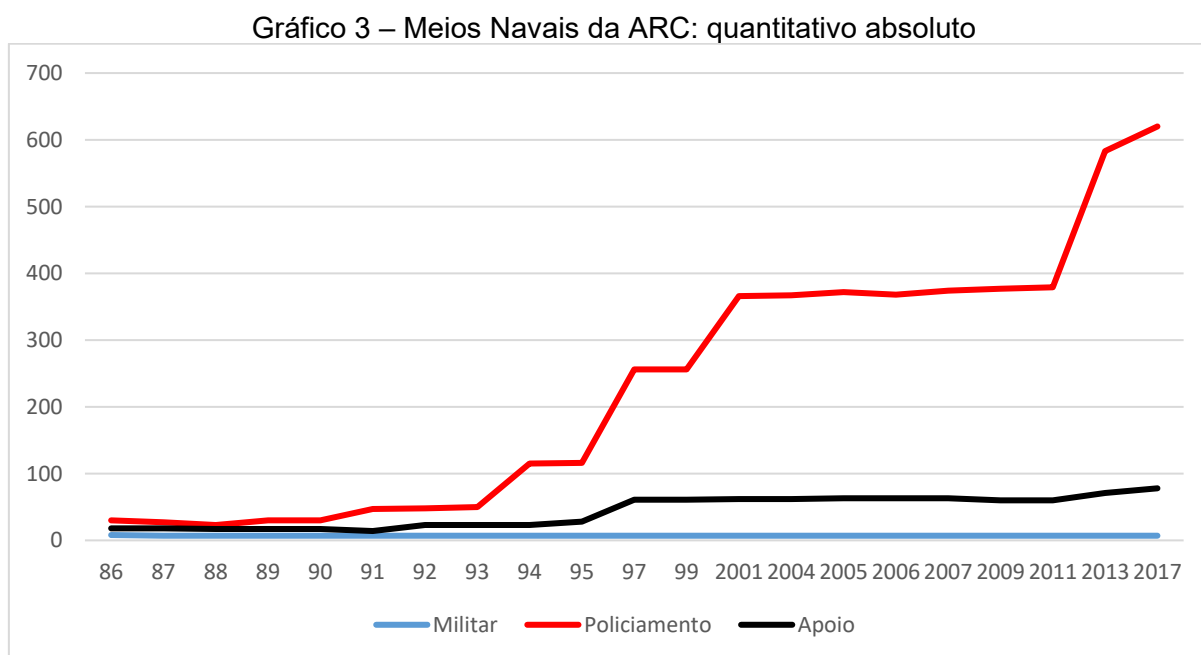
4.7.3 O PAPEL DE POLÍCIAMENTO DA ARC

Para a caracterização e análise do papel de policiamento é importante possuir uma visão geral da distribuição de meios e de efetivo de pessoal ao longo do tempo no recorte temporal. Segue-se três gráficos que norteiam os exames e as argumentações desta seção. O Gráfico 3 apresenta o quantitativo de navios da ARC em número absoluto. O Gráfico 4 mostra esse arranjo em relação à tonelagem total. As curvas foram divididas em meios vocacionados para funções militar, de policiamento e de apoio, e seguem, dentro da possibilidade de encaixe teórico, a lógica do Quadro 7 da taxonomia apresentada por Morris (1987).

Quando um determinado navio não possui as características necessárias para ser incluído como de papel militar é enquadrado como policiamento ou apoio. Para

³⁹⁸ Estão registradas expedições em parceria com Chile, China, Equador, EUA, França, Índia e Peru (CCO, 2016, p. 11).

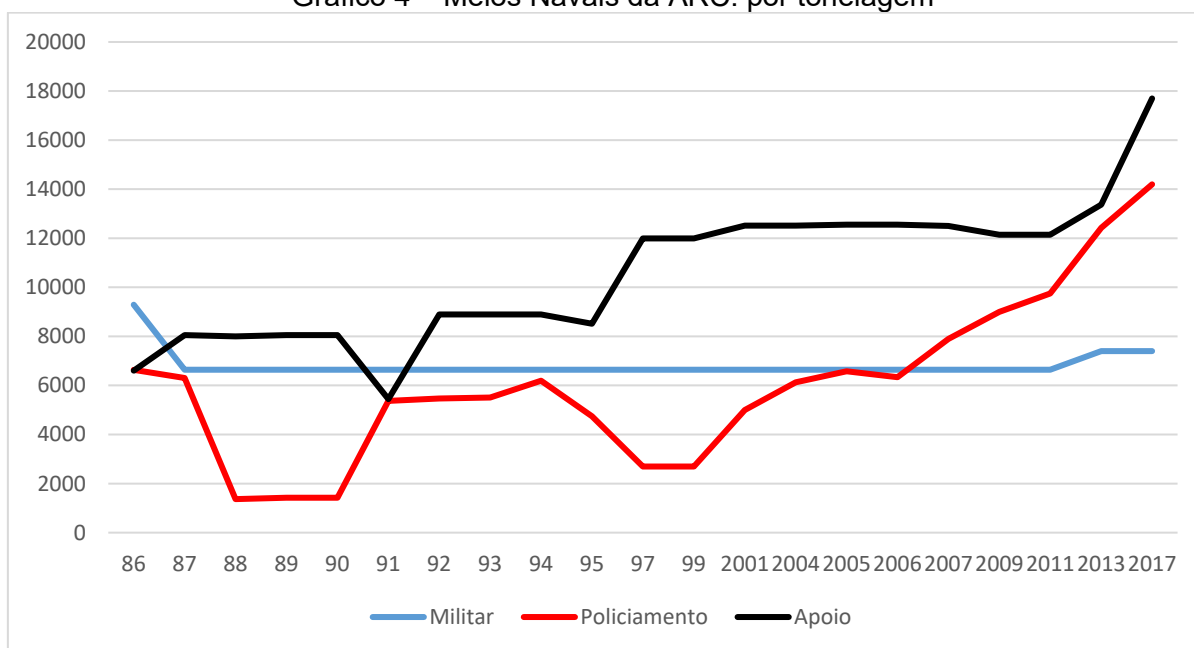
discernir entre policiamento e apoio se verificou características como existência, ou não, de armamento embarcado, funções de transporte e/ou logística, dentre outros atributos³⁹⁹. O Gráfico 5 coloca em perspectiva histórica o efetivo da ARC, separada em militares do Corpo da Armada e de Fuzileiros Navais.



Fonte: Produzido pelo autor com dados do Jane's Fighting Ships.

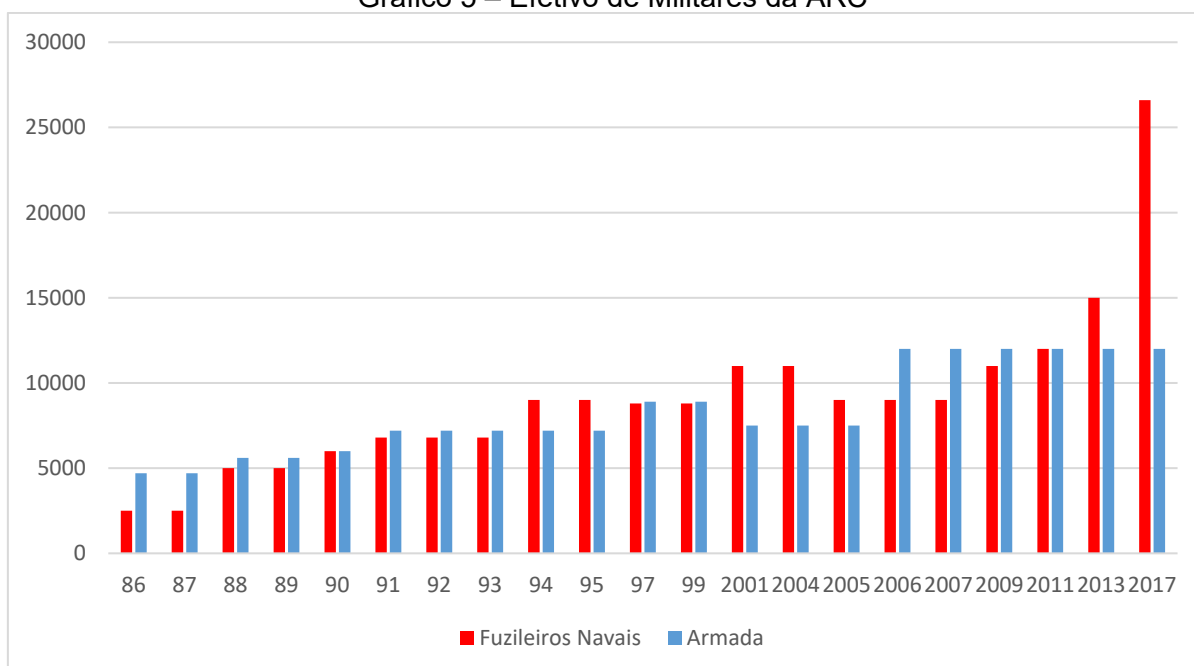
³⁹⁹ A tabela de meios ano a ano, baseada no Jane's Fighting Ships, que estrutura esses gráficos, encontra-se no link: https://docs.google.com/document/d/1NhEJ1W_iNgg7ITRdLU2HLN7wPtiuQ1xI/edit?usp=sharing&oid=108955640951744557888&rtpof=true&sd=true. A distribuição do efetivo, dividindo militares do Corpo da Armada e de Fuzileiros Navais, também está baseada no Jane's Fighting Ships.

Gráfico 4 – Meios Navais da ARC: por tonelagem



Fonte: Produzido pelo autor com dados do Jane's Fighting Ships.

Gráfico 5 – Efetivo de Militares da ARC



Fonte: Produzido pelo autor com dados do Jane's Fighting Ships 1986-2017.

4.7.3.1 A ARC DE 1986 AO FINAL DA DÉCADA DE 1990

Até o final de 1980 não se verifica uma alteração substantiva de meios na ARC. Na verdade, analisando-se o Gráfico 4, de tonelagem, é possível depreender

que os meios de policiamento que deram baixa⁴⁰⁰ diminuíram, momentaneamente, a capacidade da ARC em cumprir este papel ao longo desse decênio. Isso porque em 1988 quatro Navios Patrulha de 1235 toneladas foram retirados do serviço ativo (ARC Pedro Heredia, Sebastian Calzar, Rodrigo Bastidas e Bahia Solano), sendo reincorporados novamente em 1991⁴⁰¹. Nessa década, a principal aquisição da ARC foi a construção da Base Naval ARC “Málaga” em Buenaventura, Departamento de Valle. A deficiência de apoio logístico no pacífico demandou da Força Naval um esforço importante entre 1984 e 1989 para a conclusão da obra de um complexo capaz de apoiar meios militares na região. A obra não só representou grande salto na presença militar no Pacífico, como também para o desenvolvimento econômico-social da região (ARC, 2021)⁴⁰².

A partir de 1993 se iniciou uma curva ascendente de aquisição de meios para o policiamento (Gráfico 3, p. 183)⁴⁰³. Em contrapartida o Navio Patrulha Boyaca, de 1450 toneladas, foi retirado do serviço ativo em 1995. Como os meios obtidos nesse período foram em grande número absoluto com pouca tonelagem, os gráficos 3 e 4 apresentam diferença em seus comportamentos no período (comparar Gráficos 3 e 4, respectivamente p. 183 e 184). As lanchas-patrulha adquiridas em 1993 e em 1994 foram cedidas pelos EUA, conforme registrado nos Quadros de 8 a 14, em seus respectivos anos.

Cabe destacar a função das Lanchas Piranha, construídas pelo estaleiro *Boston Whaler* nos EUA. Estas embarcações de pequeno porte foram responsáveis por um incremento operativo importante para o Corpo de Fuzileiro Navais (CFN), ressaltado pelo Coronel Fuzileiro Naval da Reserva Lopez Pulgarin em entrevista ao autor no dia 18 de setembro de 2023⁴⁰⁴. Essas embarcações foram o principal meio constitutivo dos Elementos de Combate Fluvial (ECF), unidade básica da doutrina do CFN colombiano nos rios⁴⁰⁵.

⁴⁰⁰ O termo “dar baixa” significa que o meio foi retirado de atividade naquele ano.

⁴⁰¹ Não há maiores explicações sobre o motivo da saída e entrada desses meios no Jane’s Fighting Ships.

⁴⁰² Para que se tenha uma noção da importância do empreendimento, o livro em comemoração à construção da Base possui o título de “Base Naval ARC “Málaga” um Propósito Nacional”.

⁴⁰³ Cabe apontar que essa ascensão de aquisição de meios está concentrada no governo Samper, que enfrentou forte pressão de Washington para apresentar um efetivo combate contra o narcotráfico.

⁴⁰⁴ A transcrição da entrevista encontra-se no Apêndice 6.1.

⁴⁰⁵ Os Elementos de Combate Fluvial normalmente eram constituídos por 4 navios táticos menores (principalmente as lanchas piranha) e um meio logístico de maior porte, que reabastecia as outras embarcações com munição e combustível (López Pulgarin; Landazábal, 2023, p. 122).

A primeira Brigada⁴⁰⁶ do CFN foi criada em 1986 em Corozal, Sucre, na costa atlântica, a segunda Brigada foi ativada no Pacífico em Buenaventura em 1994, quase 10 anos depois. Ao final da década, uma Brigada Fluvial também foi inaugurada em 1999, situada em Puerto Leguízamo, na região de selva amazônica no Sul do país (López Pulgarin; Landazábal, 2023, p. 123-124). Entre 1986 e 1999 é possível identificar certo aumento de efetivo do CFN, de acordo com o Gráfico 5 (p. 185), o que se alinha com a criação das Brigadas. Na entrevista supracitada, o Coronel López Pulgarin identificou as FARC-EP como principal ameaça combatida pelo CFN dentro de todo o recorte temporal (1986-2016).

Em abril de 1997, EUA e Colômbia assinaram um acordo para combater o Tráfico Ilícito de Drogas pelo Mar⁴⁰⁷. Um relatório do senado dos EUA de maio de 2000⁴⁰⁸, assinado pelo então Senador John Biden, para o Comitê de Relações Internacionais do Senado destacou que a ARC possuía dificuldades logísticas substantivas nessa época para cumprir esse tratado, inclusive de falta de combustível. No mesmo documento está registrado que a partir de 1999 as Operações Combinadas de Interdição Marítima contra o Narcotráfico compostas por EUA e Colômbia passaram a ser permanentes (Biden, 2000)⁴⁰⁹.

O acordo de 1997 seguiu como norma básica para essas ações entre EUA e Colômbia no mar ao longo de todo o recorte temporal. Como exemplo dessa afirmação, segue abaixo uma conclusão do relatório do Ministério de Relações Exteriores da Colômbia sobre Violações de Direitos de Soberania entre o país e a Nicarágua em 2016:

De acordo com a Seção de Assuntos Antinarcóticos e Aplicação da Ley dos Estados Unidos em um informe de 2016, o Acordo para suprimir o Tráfico Ilícito por mar entre o Governo da República da Colômbia e o Governo dos Estados Unidos da América, concluído em 1 de abril de 1997, “segue sendo um dos mais efetivos na região, permitindo aos Estados Unidos apreender mais de 29 ton de cocaína no ano fiscal de 2015” (Colômbia, 2016, p. 63).

⁴⁰⁶ Uma Brigada normalmente é constituída por 3 Batalhões, que pode variar de 500 a 1000 homens cada.

⁴⁰⁷ Ressalta-se que o acordo foi assinado no governo Samper, período em que os EUA pressionaram o governo colombiano a apresentar resultados efetivos contra o narcotráfico, inclusive descertificando o país em relação à sua atuação contra as drogas ilícitas.

⁴⁰⁸ É importante ressaltar que o documento recebeu o nome de “Apoio ao Plano Colômbia: a hora para a assistência dos EUA é agora”.

⁴⁰⁹ No ano de 1999 três Operações Combinadas dessa natureza foram realizadas (EUA, 2000).

Dessa forma, é possível afirmar que a ARC agiu em duas frentes distintas no período que compreende a metade da década de 1980 até o final da década de 1990. Por um lado, o Corpo da Armada atuou, ainda que sem muitas condições de efetividade, no sentido de obstruir o transporte de drogas ilícitas pelo mar. Por outro, o CFN se envolveu de forma mais profunda com o embate contra as FARC-EP.

4.7.3.2 FECHANDO ESPAÇOS E O PENTÁGONO NAVAL – O PLANO COLÔMBIA PARA A ARC

No período central de execução do Plano Colômbia fatores logísticos, estratégicos e operacionais mantiveram a tendência de modificação na estrutura da ARC com direcionamento ao papel de policiamento. No início dos anos 2000, principalmente no primeiro ano do Plano Colômbia, os meios continuaram sendo fornecidos pelos EUA, conforme aponta os Quadros de 8 a 14 pertinente ao ano de 2001⁴¹⁰.

A criação da empresa COTECMAR em 2000 promoveu uma mudança significativa em relação ao fornecimento de meios. O desenvolvimento de novas plataformas adequadas tanto ao combate fluvial, como à interdição marítima demonstrou uma busca por independência em relação ao fornecimento de meios pelos EUA. Cabe destacar que a prioridade na elaboração de tecnologias inovadoras se iniciou com maior dedicação para o ambiente fluvial (COTECMAR, 2010; Sanchez, 2016).

Isso porque, de acordo com a apresentação de Sanchez no 2º Simpósio de Segurança Regional Europa-América do Sul da Fundação Alexandre Gusmão em 2016, as primeiras embarcações construídas pela empresa foram as Patrulhas de Apoio Fluvial Pesadas (PAF-P), as Lanchas Patrulha de Rio (LPR-40) e as Patrulhas de Apoio Leves (PAF-L). Essas embarcações foram desenvolvidas pela COTECMAR a partir de 2001, sendo construídas diversas unidades ao longo de todo o período. A partir de 2010 a COTECMAR se dedicou também ao ambiente marítimo, desenvolvendo, sequencialmente, os Navios de Patrulha Costeiros (CPV), os Navios de Desembarque Anfíbio (BDA) e finalmente as OPV (Colômbia, 2017)⁴¹¹.

⁴¹⁰ Em 2001 os EUA forneceram 4 lanchas de 69 ton e 35 lanchas de 10 ton, ambas provenientes da Guarda Costeira norteamericana. Além disso, foram fornecidos mais 100 botes Piranhas, aumentando em 200% o quantitativo dessas embarcações para utilização do CFN nos rios do país.

⁴¹¹ A figura 14 apresenta esquematicamente o histórico de desenvolvimento de meios da COTECMAR.

O Coronel López Polgarín também destacou em entrevista a importância desses meios para o incremento operativo do CFN nos rios colombianos contra as FARC-EP. O oficial faz um resgate histórico do desenvolvimento dos meios para atuação fluvial que merece ser citado textualmente:

Principalmente tivemos, primeiro, um barco americano Boston Whaler, chamado "Piranha". Mais tarde, tivemos uma segunda geração de barcos denominados "anguilla". Mais tarde, a Colômbia criou um barco de fibra chamado "Caribe" e isso nos levou a passar de um barco tático de 17 pés para um de 22 pés, mas eles tinham pouca autonomia. Era necessário encontrar um meio ou outra embarcação que pudesse ampliar a sua autonomia. Por isso começaram a usar rebocadores ou canhoneiras condicionados ou barcos de patrulha fluvial que estavam sendo condicionados. Esta necessidade levou o estaleiro colombiano (atual COTECMAR) a começar a inovar. E embora tenha surgido de forma rudimentar, muitas destas unidades foram levadas para o estaleiro para, nessa mesma estrutura, serem condicionadas. Mas também surgiu o desenvolvimento de barcos de patrulha fluvial leves e pesados. Eles são chamados de "puffs". O barco-patrulha leve ou barco-patrulha fluvial, tem os leves e tem os pesados. Isto permitiu ampliar a autonomia dos barcos táticos porque já permitia alojamento, alimentação, reabastecimento e garantia de comunicações, comando e controle (López Polgarín, 2023, p. 380).

Esse desenvolvimento logístico se encaixa com a estratégia da ARC no período. O comandante da ARC no início do século XXI, Almirante Mauricio Soto Gómez⁴¹², implementou, a partir de 2002, uma estratégia para a Força Naval adequada à Política de Segurança Democrática de Álvaro Uribe, chamada "Fechando Espaços" (em espanhol *Cerrando Espacios*). Segundo o próprio chefe naval, o objetivo final desse plano era cortar a comunicação da cadeia logística de "uma das maiores ameaças contra a existência do Estado [...] o narcoterrorismo" (Uribe Cáceres, 2023, p. 202). Para o cumprimento dessa estratégia as Operações de Interdição Marítima adquiriram um papel central na doutrina naval da ARC.

Garcia Martinez (2002, p. 61-63), destaca alguns pontos importantes para que uma interdição marítima seja eficaz. A primeira é a utilização de diversas plataformas para controlar o ambiente, como helicópteros embarcados, patrulheiras de mar, lanchas de desembarque e equipes de guardacosteira. Outro aspecto está em construir vínculos sólidos com outras marinhas a nível regional e mundial, com objetivo de executar operações combinadas que permitam negar às ameaças a utilização do mar a seu favor. Conceituando a manutenção constante de operações

⁴¹² Soto Gomes esteve a frente da ARC entre dezembro de 2000 e agosto de 2006 (Uribe Cáceres, 2023, p. 202).

de interdição marítima como uma “Força Expedicionária Naval” o autor aponta que o principal objetivo dessa ação para ARC é: “imprimir pressão, fazer a vida mais difícil, não permitir o tráfico de narcóticos e de armas a todos aqueles grupos narcoterroristas que desestabilizem o país” (Garcia Martinez, 2002, p. 62)⁴¹³.

Para Uribe Cáceres (2023, p. 202), a utilização das vias marítimas pelo narcotráfico foi uma solução natural para essas organizações. Isso porque, a dificuldade de controle das linhas de comunicações em uma região composta por dezenas de Estados social e economicamente deficientes, somado a mais de 20 territórios insulares, propicia um ambiente satisfatório para o transporte das drogas ilícitas. O autor ressalta que 94% da cocaína que entra nos EUA sai da Colômbia por via Marítima⁴¹⁴. Com isso, as Operações de Interdição Marítima se tornaram fundamentais na estratégia estadunidense, e conseqüentemente colombianas, no combate à essa ameaça.

Em 2007 a ARC lançou uma visão estratégica oficial, resumindo sua concepção em um Pentágono Naval. O Plano Estratégico Naval 2007-2010 colocou as “Organizações Narcoterroristas” como a principal ameaça ao Estado, visando à consolidação da Política de Segurança Democrática. Os vértices do polígono representavam os objetivos estratégicos macro da Força Naval. Quais sejam: Defesa e Segurança Nacional, Internacional, Proteção ao Meio Ambiente, Desenvolvimento Marítimo e Segurança Marítima (ARC, 2007, p. 1-2 e 2-0).

No quesito Defesa e Segurança Nacional busca-se “salvaguardar a soberania e a integridade territorial”, com o objetivo de dissuadir ameaças externas, o que possui correlação com o papel militar do triângulo de Booth (2014). Apesar dessa analogia, no documento da ARC o combate ao narcotráfico está dentro dessa tarefa, considerando esta ameaça como a que mais exige esforços da Armada Nacional. Em relação à Segurança Marítima o principal objetivo é a segurança da vida humana no mar e nos rios. Isso se adequa à função de guardacosteira do papel de policiamento da teoria central deste trabalho (ARC, 2007, p. 2-1).

O desenvolvimento marítimo está ligado à utilização racional dos recursos do mar para a melhoria das condições socioeconômicas da população, bem como

⁴¹³ Do original: “agregar presión, hacer la vida más difícil, no permitir el tráfico de narcóticos y de armas a todos aquellos grupos narcoterroristas que desestabilizan el país” (Garcia Martinez, 2002, p. 62).

⁴¹⁴ Uribe Cáceres (2023, p. 187) também aponta que 90% da cocaína consumida nos EUA tem origem colombiana.

questões relacionadas à investigação científica no mar. Isso encontra uma analogia com a construção da nação, também sendo recepcionado em certo sentido pelo papel de policiamento de Booth (2014). O vértice de preservação do meio ambiente, apesar de não constar na teoria empregada nesta investigação, como não encontra conexão direta com os papéis militar e diplomático, pode ser considerada como uma função pertencente à atuação de guarda costeira. Encerrando o Pentágono Naval da ARC (2007), a ponta dedicada ao setor internacional está intimamente ligada ao papel diplomático.

A Marinha de Guerra colombiana destacou em sua Estratégia 2007-2010 que as Operações de Interdição Marítima combinadas com outros países e treinamentos e convênios entre Marinhas Amigas eram o principal foco do ramo internacional de seu Pentágono Naval, demonstrando que o narcotráfico também é uma preocupação de cunho diplomático para a instituição (ARC, 2007). Dessa forma, há como entender que a ARC trouxe para o nível estratégico funções que Booth (2014) delegou para níveis menores. Ou seja, a Marinha de Guerra colombiana formalizou um posicionamento de que sua postura estratégica está voltada para o policiamento da Teoria de Booth (2014). Cabe aqui apresentar o Pentágono Naval do país em comparação ao Triângulo de Booth (2014) (Figura 4).

Figura 4 – Comparação entre a Trindade de Booth e o Pentágono Naval da Marinha da Colômbia



A conjuntura da Colômbia no período de 2000 a 2010 é de embate integral contra as FARC-EP. A íntima relação entre Uribe e Bush no combate ao narcoterrorismo, buscando conectar a insurgência a esses fenômenos é uma

constante desse recorte temporal da investigação. Cabe destacar que na questão do fornecimento de meios, a ARC conquistou progressivamente certa independência dos EUA. Outro apontamento interessante é que o Brasil adquiriu 4 LPR-40 da Colômbia em 2014, demonstrando o avanço da indústria naval do país voltado para o papel de policiamento (Padilha, 2014).

4.7.3.3 A ARC EM MEIO À NOVA RELAÇÃO ESTRATÉGICA EUA-COLÔMBIA

Com a nova política de relacionamento entre EUA e Colômbia dos governos Obama e Santos a ARC assumiu um papel de exportadora de segurança marítima para outros países sul-americanos, criando, inclusive, instituições de ensino vocacionadas ao estudo técnico e acadêmico específicos para o tema. Além disso, consolidou de forma permanente em seu organograma dispositivos para execução de interdição marítima e outras operações no combate ao narcotráfico.

Cook (2021)⁴¹⁵, destaca que a criação da Força Tarefa Poseidón em 2012, foi um marco importante no combate ao narcotráfico no Pacífico. Essa estrutura, permanentemente ativada, é composta por militares da ARC. Segundo o Almirante, o objetivo principal é:

O combate ao tráfico de drogas para impedir a utilização dos espaços marítimos, fluviais e costeiros para a criminalidade, e desta forma atingir contundentemente as finanças e a logística dos GAO (Grupos Armados Organizados) e dos GDO (Grupos Criminosos Organizados) (Cook, 2021)⁴¹⁶.

Em 2015, uma outra Força Tarefa, denominada Neptuno, também foi ativada no Atlântico com características similares à Poseidón. Segundo o periódico da ARC “Ala Mar” o objetivo dessa estrutura é:

contribuir decisivamente para acelerar a degradação da ameaça transnacional do tráfico de drogas e seus crimes relacionados através de duas linhas de ação: O desenvolvimento de operações de interdição marítima no Mar do Caribe para aumentar o combate às drogas, afetando sua cadeia produtiva. Exercer a liderança regional da Colômbia na luta contra o tráfico

⁴¹⁵ O Contra-Almirante Orlando Alberto Cubillos Chacón era o Comandante da Força Naval do Pacífico em 2021, responsável pelo controle da Força Tarefa Poseidón.

⁴¹⁶ Do original: “Nuestro objetivo principal es la lucha contra el narcotráfico para evitar el uso de los espacios marítimos, fluviales y costeros a la criminalidad, y de esta manera golpear de forma contundente las finanzas y logística de los GAO (Grupos Armados Organizados) y los GDO (Grupos Delincuenciales Organizados)” (Cook, 2021).

de drogas, por meio da cooperação, coordenação e realização de operações internacionais (ALA MAR, 2015, p. 5).

No mesmo ano, 2015, duas instituições de ensino foram criadas voltadas para o estudo de questões contra o narcotráfico. A primeira, de caráter técnico-profissional, a Escola Internacional de Guardacostas, com o objetivo de instruir e adestrar pessoal para compor equipes que guarnecem meios voltados para operações de interdição marítima contra o narcotráfico. Outra, de cunho acadêmico, o Centro Internacional de Investigação e Análise contra o Narcotráfico Marítimo (CIMCON), tendo como objetivo, “promover a colaboração entre as Marinhas, os serviços marítimos de Guarda Costeira e agências antidrogas, a fim de combater o tráfico ilícito de drogas marítimas e crimes associados” (ESCUG, 2024; CMCON, 2024).

Dessa forma, a ARC construiu uma estrutura, tanto operativa, quanto de ensino, voltada exclusivamente para o combate ao narcotráfico. Essas ações estão contidas na última estratégia oficial da Força Naval dentro do recorte temporal (1986-2016). O Plano Estratégico 2015-2018 define como visão de futuro

ser uma Marinha média de projeção regional, com a capacidade de contribuir para o desenvolvimento da Colômbia como país marítimo e o desenvolvimento socioeconômico do país no posconflito (ARC, 2015, p. 2)⁴¹⁷.

Com isso, há condições de realizar uma análise e testar as hipóteses do trabalho.

4.8 Uma análise sobre as pressões externas e internas ao Estado na ARC

Como até 1995 os Cartéis de Medellín e Cali dominaram o processamento e transporte do narcotráfico na Colômbia, ficando as FARC-EP mais voltadas às plantações de folha de coca, seja protegendo pequenos cultivadores ou se envolvendo especificamente no plantio, é difícil afirmar se as FARC-EP realmente se constituíram no principal grupo de pressão que modelou a ARC como uma Força voltada para o combate a ameaças internas nesse período (1986-1995).

⁴¹⁷ Do original: “Ser una marina mediana de proyección regional, con la capacidad de contribuir al desarrollo de Colombia como país marítimo y al desarrollo socioeconómico del país en el posconflito” (ARC, 2015, p. 2).

Certamente o CFN foi forjado pelo embate com a insurgência, porém, o restante da ARC, como estava dedicada a interditar o envio de drogas pelo mar, não necessariamente foi impactado pela atuação da guerrilha. Com isso, a hipótese de pressão das FARC-EP na construção da ARC no período de 1986 a 1995 responde em parte às pressões de atores internos ao Estado. A guerrilha compartilhou, principalmente com os Cartéis de Medellín e Cali o protagonismo de forçar um desenho estratégico específico para a Marinha de Guerra colombiana.

Após 1995, com o avanço das FARC-EP sobre o Estado e a dificuldade do governo Samper em gerenciar a pressão dos EUA no combate ao narcotráfico é possível afirmar que a insurgência se tornou o principal ator a impulsionar a estratégia da ARC. Analisando o Gráfico 3 (p. 183 do trabalho), percebe-se que há um número crescente de aquisições de meios navais voltados para o papel de policiamento a partir desse momento. No governo Uribe, a Política de Segurança Democrática foi adequada pela ARC na estratégia fechando espaços. Apesar da atuação do paramilitarismo e sua conexão com o narcotráfico, fica notório que o Estado se preocupou muito mais com o combate contra as FARC-EP. Isso também coloca a insurgência como principal ator a pressionar a ARC na sua construção estratégica.

Com Santos no poder e o enfraquecimento da insurgência, principalmente com a neutralização de suas principais lideranças entre 2008 e 2010, as FARC-EP perdem novamente condições de influenciar de forma decisiva para a modelagem da Marinha de Guerra colombiana. Um indicativo dessa situação é a modificação de conceitos utilizados para designar a ameaça interna. Como exemplo, na nomenclatura utilizada como justificativa pelo Estado para a criação da Força Tarefa Poseidon em 2012, são empregados termos como Grupos Armados Organizados e Grupos Criminosos Organizados, diferente das denominações como Grupos Insurgentes, ou narcoterroristas, frequentemente utilizados antes do enfraquecimento da guerrilha.

Em relação aos EUA fica claro que tanto quanto ao fornecimento de meios, como em relação à finalidade de seu emprego contra o narcotráfico, há um alinhamento que impacta na constituição da ARC de forma permanente. No caso do CFN, as embarcações Piranha foram fundamentais para a atuação nos rios colombianos. Dessa forma, por meio dos testes metodológicos do rastreamento de processos do *Hoop Test* (atestando a condição necessária de fornecimento de meios provenientes dos EUA), e do *Smoking-gun test* (identificado como condição suficiente à finalidade de emprego dos meios contra o narcotráfico) há como se atestar como

válida a hipótese elaborada ao longo de todo o período⁴¹⁸. Ou seja, a pressão dos EUA sobre a Colômbia como causa da formatação do Poder Naval colombiano se apresenta como uma resposta à pergunta de pesquisa.

Em relação aos meios fornecidos, pode-se afirmar que o desenvolvimento tecnológico e logístico proporcionado pela COTECMAR, possibilitou à ARC certa independência do suporte estadunidense a partir dos anos 2000. Com isso, os elementos necessários à policialização da ARC passam a ser providos pela própria instituição. Dessa forma, pode-se dizer que a pressão dos EUA após a criação da empresa, constitui-se muito mais pelo profundo enraizamento institucional entre os países, que uma efetiva dependência logística. Esse comentário se restringe, especificamente, à execução do papel de policiamento pela ARC, não se configurando em um desdobramento do papel militar, que ainda apresenta forte dependência externa.

Assim, uma resposta válida para a questão de pesquisa, **por que a Marinha de Guerra da Colômbia observou um processo de policialização no período de 1986 a 2016**, lastreada no estudo apresentado, com base nas hipóteses elaboradas, é a seguinte: **“A íntima relação histórica entre Colômbia e EUA, combinada à implementação da Estratégia de Segurança Nacional estadunidense, foi a principal causa externa. Sendo a condição necessária de fornecimento de meios pelos estadunidenses válida até o início dos anos 2000. O quesito suficiente de convergência sobre a ameaça do narcotráfico e do terrorismo ao Estado permaneceu durante todo o período (1986-2016). Em relação às pressões internas, o incremento de poder obtido pelas FARC-EP, especialmente por seu envolvimento com o tráfico de drogas, foi a causa interna central somente no período de 1995 à 2010”**. Segue-se uma conclusão do trabalho com o caminho percorrido, críticas, dificuldades e perspectivas de estudos futuros.

⁴¹⁸ O *hoop teste* e o *smoking-gun test* são explicados no capítulo 2.

5 CONCLUSÃO

O trabalho foi elaborado com base na caracterização de variáveis independentes, intervenientes e dependente, sendo esta última o objeto de análise principal do estudo de caso em profundidade. A construção dos argumentos proporcionou uma visão ampla da influência da estratégia de segurança dos EUA sobre a Colômbia. O resgate histórico realizado no capítulo 3 estruturou o pensamento para se compreender a profundidade do relacionamento entre Washington e Bogotá. No que diz respeito às FARC-EP, percebe-se que sua origem é resultado de conflitos internos entre atores políticos que não conseguiram dirimir suas discordâncias sem lançar mão da aplicação da violência como forma de impor suas decisões. Essa insurgência teve maior protagonismos no período entre 1995 e 2010.

Desde a metade o século XIX, EUA e Colômbia mantiveram uma crescente interrelação. Essa simbiose possui origem no interesse de Washington pela posição estratégica de Bogotá nas Américas. O istmo do Panamá, configurou-se como o centro da política externa bilateral entre a Casa Branca e o Palácio Nariño. Desde a construção de uma estrada de ferro na região, passando pela independência panamenha, à importante construção do canal ligando Atlântico e Pacífico, até o ressarcimento estadunidense aos colombianos nos anos 1920, a questão panamenha construiu e firmou a Doutrina *Respice Polum*. Esse fundamento conduziu as relações internacionais entre Colômbia e EUA.

Ao final da I GM os EUA tornaram-se, de forma definitiva, o principal parceiro militar e econômico da Colômbia. Esse fator foi mais um ingrediente na aplicação da violência estrutural endógena do país. Seja na disputa de poder entre conservadores e liberais, que resultou em diversas guerras internas declaradas, como a dos Mil Dias, ou não, como o período de *La Violência*. Seja no combate aos cartéis do narcotráfico, e culminado com o complexo conflito interno que envolveu o Estado, as insurgências e o paramilitarismo, Washington instrumentalizou o conturbado cenário administrado por Bogotá a favor de sua Estratégia de Segurança Nacional. Isso, naturalmente, comprometeu a modelagem da Marinha de Guerra colombiana.

Além disso, o incremento de poder das FARC-EP, a partir da metade dos anos 1980, com seu decisivo envolvimento com o narcotráfico, proporcionou uma dinâmica que pressionou o Estado colombiano, tanto externamente, como internamente. A insurgência chegou a possuir parcela do território do país de forma oficial, autorizada

pelo Palácio Nariño. Esta foi mais uma causa, mesmo que em um lapso específico do recorte temporal estudado, que forçou uma composição específica da Força Naval do país, no sentido de se voltar para questões de segurança interna.

Os fenômenos do terrorismo e do narcotráfico, com destaque para este último, efetivamente conectaram as duas variáveis independentes (implementação da estratégia de segurança dos EUA e incremento de poder das FARC-EP) com a dependente, qual seja, o processo de policialização da ARC (ver desenho de pesquisa, figura 3). A implementação da estratégia de segurança dos EUA influenciou a Marinha de Guerra colombiana durante todo o recorte temporal (1986-2016), mesmo que de diferentes formas ao longo do tempo. As FARC-EP, como principal ator interno pressionando a modelagem da Força Naval colombiana, só se verificou no período entre 1995 e 2010. Isso porque entre 1986 e 1994, compartilhou o protagonismo com os Cartéis do Narcotráfico e, após 2010, já não possuía poder suficiente para exercer a força necessária para isso.

A Marinha de Guerra da Colômbia surgiu como instituição efetiva somente após a contenda do país com o Peru nos anos 1930, em relação à disputa de sua fronteira sul na selva amazônica. Após pequena participação da Marinha Britânica no treinamento da Força Naval do país, os estadunidenses assumiram esse papel de forma perene, demonstrando sua importante influência sobre o braço armado colombiano no mar. Após o longo período de suporte de Bogotá a Washington durante a Guerra a Fria, essa lógica se misturou com as estratégias da Casa Branca para a região andina no pós colapso da URSS, principalmente em relação à Guerra as Drogas.

Isso influenciou decisivamente na composição de meios e na atribuição das finalidades da Marinha de Guerra colombiana. Nesse sentido, a ARC partiu para uma estratégia de contenção ao tráfego marítimo para transporte de drogas ilícitas. Um quantitativo de meios cada vez maior voltado para o papel de policiamento foi a principal continuidade observada dentro do período estudado (1986-2016). Com isso, os papéis diplomático e militar foram, de certa forma, negligenciados, o que envolveu, inclusive, o Corpo de Fuzileiros Navais do país. Essa tropa, tradicionalmente especializada em operações anfíbias de grande vulto, passou a se dedicar, preponderantemente, ao combate contra atores não-estatais internos.

Além disso, instituições de ensino militar-naval passaram a se dedicar exclusivamente ao aprendizado e desenvolvimento de doutrinas voltadas à repressão

do narcotráfico. Adicionalmente, estruturas operacionais permanentes, tanto na costa atlântica, como na pacífica, foram criadas para buscar uma interdição marítima efetiva contra o tráfico internacional de drogas ilícitas. Cabe nesse momento alguns apontamentos sobre as dificuldades encontradas ao longo do processo de produção deste trabalho, bem como possibilidades de investigações futuras proporcionadas pela problematização do tema abordado nesta dissertação.

Em relação aos desafios encontrados no decorrer do estudo, ressalta-se principalmente a escassez de bibliografias nacionais voltadas para o conhecimento sobre a Marinha de Guerra da Colômbia. Essa lacuna foi suprida parcialmente com pesquisas na internet, de origem colombiana, e, principalmente, com uma viagem de estudos realizada em setembro de 2023 à Bogotá. Nessa oportunidade, houve condições de pesquisar em bibliotecas das Forças Armadas do país.

Algumas oportunidades de novos estudos são proporcionadas por este trabalho. Com foco no arcabouço teórico, outros rastreamentos de processo podem ser desenvolvidos com base nos papéis das Marinhas de Guerra. Alguns paradigmas possíveis são a militarização de uma Força Naval, ou a sua transformação em uma Armada voltada, preponderantemente, ao papel diplomático. Esses modelos se constituem em movimentos possíveis para construções teóricas dinâmicas do braço armado estatal no mar.

Sob a perspectiva dos atores não-estatais, há condições de analisar grupos diferentes dos utilizados neste trabalho que também influenciaram a ARC, além da possibilidade de examinar a influência da estratégia de segurança dos EUA nas demais forças singulares colombianas, bem como a pressão das FARC-EP na modelagem dessas instituições. Outras perspectivas viáveis são comparar os processos de construção estratégica da ARC e da Marinha do Brasil, como também de outros países da região, ou realizar esta investigação de forma mais ampla, efetuando a comparação entre as Forças Armadas como um todo de ambos os países. Com um espectro mais aumentado, também há condições de explorar os processos de modelagem das Forças Navais dos Estados sul-americanos diacronicamente, buscando similaridades e singularidades.

Com isso, este estudo buscou contribuir para o desenvolvimento científico na área de Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, mais especificamente na linha de pesquisa sobre Segurança Internacional e Políticas de Defesa.

REFERÊNCIAS

ABEL, Christopher; PALACIOS, Marco. Colômbia, 1930-1958 e Colômbia, 1958-1990. In: BETHELL, Leslie (org.). *A América Latina após 1930: México, América Central e Repúblicas Andinas*. São Paulo: USP, 2015. v. 9. p. 419-527.

ADDRESS to the nation on drug abuse campaign, September 14, 1986. [Simi Valley: National Archives and Records Administration], 2016. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal Reagan Library. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pwpciZ7R8UU>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ALBRIGHT, Madeleine K. Colombia's struggles, and how we can help. *New York Times*, Manhattan, 10 ago. 1999. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1999/08/10/opinion/colombias-struggles-and-how-we-can-help.html>. Acesso em: 3 jan. 2024.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A estratégia naval e os estudos marítimos. In: ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (org.). *Estudos marítimos: visões e abordagens*. São Paulo: Humanitas, 2019. p. 55-85.

ALVES, Vágner Camilo. *Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002.

ARANA, Roberto González; DAVID, Héctor Galeano; ROSERO, Luis Fernando Trejos. *Estados Unidos en la política exterior colombiana: aliado incondicional: investigación científica y tecnológica*. Barranquilla: Universidad de la Costa, 2015.

ARAÚJO, Carmen; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. *Process tracing nas ciências sociais: fundamentos e aplicabilidade*. Brasília: ENAP, 2018.

ARIZA, Germán Gabriel Abaunza. *Evolución de la participación de la economía ilegal-criminal colombiana dentro del PIB (1998-2010): un análisis bajo el enfoque de triple sociedad de Edgar Revéz*. Bogotá: UNISALLE, 2014.

ARMADA DE LA REPÚBLICA DE COLÔMBIA (ARC). *Base Naval ARC "MÁLAGA": un propósito nacional*. Bogotá: Impresora Feriva, 2011.

ARMADA DE LA REPÚBLICA DE COLÔMBIA (ARC). *Plan estratégico naval 2007-2010*. Bogotá: ARC, 2007.

ARMENTA, Tania Galaviz. *Por Colombia, por la paz: negociación con el Movimiento 19 de abril (1978-1990)*. Cidade do México: Universidad Autónoma del Estado de Morelos, 2019.

BAER, George W. *One hundred years of sea power: the US NAVY, 1890-1990*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

BAGLEY, Bruce M. Colombia and the war on drugs. *Foreign Affairs*, Nova York, v. 67, n. 1, p. 70-92, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/20043675>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Introdução à história contemporânea*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1964.

BARRERA HURTADO, Guillermo Enrique. Una fuerza en transformación: hacia la consolidación de la seguridad democrática. *Revista Fuerzas Armadas*, Bogotá, n. 215, p. 14-19, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.25062/0120-0631.935>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BECKER, Evaldo. Soberania. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: UNESP, 2018. p. 953-960.

BOGOTA SITIADA. *Semana*, Bogotá, 13 out. 1996. Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/bogota-sitiada/30364-3/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BOOTH, Ken. *Navies and foreign policy*. New York: Routledge, 2014.

BUSHNELL, David. *Colombia: una nación a pesar de sí misma*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2021.

BUZAN, Barry; JONES, Charles; LITTLE, Richard. *The logical of anarchy: neorealism to structural realism*. New York: Columbia University Press, 1993.

CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE). O que é a zona econômica exclusiva? *CBIE*, Rio de Janeiro, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://cbie.com.br/o-que-e-a-zona-economica-exclusiva/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CGSB IRRUMPE em sede venezolana. *El Tiempo*, Bogotá, 1 maio 1991. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-75136>. Acesso em: 28 dez. 2023.

CLARA TORRES, Maria. *Arroz y coca: una modernización desigual y violenta en el Ariari, Colombia, 1950-1990*. *Análisis Político*, Bogotá, n. 103, p. 193-224, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/anpol.v34n103.102174>. Acesso em: 17 abr. 2024.

COLEMAN, Bradley Lynn. *Colombia and the United States: the making of an inter-american alliance, 1939-1960*. Kent: The Kent State University Press, 2008.

COLÔMBIA. *Historia de la Armada Nacional 1809-1991*. Bogotá: Escuela Superior de Guerra, 1991.

COLÔMBIA. *Armada Nacional de Colombia: proyección internacional*. Bogotá: Armada Nacional, 2017. [recurso didático]. Disponível em:

<https://funag.gov.br/images/albums/2SimposioSeguranca/CapJuanSanchez.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

COLÔMBIA. *Decreto nº 3398 de 24 de dezembro de 1965*. Organiza a Defesa Nacional. Bogotá: Función Pública, 1965. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=66354>. Acesso em: 20 out. 2023.

COLÔMBIA. *La Armada Nacional en el Pacífico*. Bogotá: Impresora FERIVA. 2010.

COLÔMBIA. *Memoria de guerra*. Bogotá: Imprenta de la Nación, 1870.

COLÔMBIA. *Memoria de Guerra*. Bogotá: Talleres del Estado Mayor, 1938.

COLÔMBIA. *Memoria de Guerra*. Bogotá: Talleres del Estado Mayor, 1940.

COLÔMBIA. *Memoria de Guerra*. Bogotá: Talleres del Estado Mayor, 1942.

COLÔMBIA. *Memoria de Guerra*. Bogotá: Talleres del Estado Mayor, 1950.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congreso*. Bogotá: talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares, 1994.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congreso*. Bogotá: talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares, 1995.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congreso*. Bogotá: talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares, 1997.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congreso*. Bogotá: talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares, 1998a.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congreso*. Bogotá: talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares, 2011.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congreso*. Bogotá: talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares. 2013.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congreso*. Bogotá: talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares, 2016.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congresso*. Bogotá: *talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares*. 1981.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congresso*. Bogotá: *talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares*. 1986.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congresso*. Bogotá: *talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares*. 1987.

COLÔMBIA. Ministerio de Defensa Nacional. *Memoria al Congreso*. Bogotá: *talleres de la imprenta y publicaciones de las Fuerzas Militares*. 2015.

COLÔMBIA. Resolução nº 85, de 14 de outubro de 1998b. Declara o início de um processo de paz, se reconhece o caráter político de uma organização armada e constitui uma Zona de Distensão. 1998b.

COMISIÓN COLOMBIANA DEL OCEANO (CCO). *Construyendo un país marítimo*. Bogotá: Exprecards, 2014.

COOK, Geraldine. Fuerza de Tarea Contra el Narcotráfico nº 72 Poseidón: ofensiva directa contra el narcotráfico. *Revista Dialogo Americas*, 2021. Disponível em: <<https://dialogo-americas.com/es/articulos/fuerza-de-tarea-contra-el-narcotrafico-no-72-poseidon-ofensiva-directa-contra-el-narcotrafico/>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2024.

CORBETT, Julian Stafford. *Some principles of maritime strategy*. [S. l.]: Project Gutenberg, 2020. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/15076/pg15076-images.html>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CORREA, Renzo Valdivia; SOARES, Jorge Luiz Ferrari de Lima. Empleo del poder naval en contribución al poder marítimo nacional. *In: CACERES, Sergio Uribe (ed.). El estado y el mar: relaciones con el poder marítimo, el poder naval y el desarrollo nacional*. Bogotá: Escuela Superior de Guerra, 2017. p. 103-134.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Rio de Janeiro: EGN, 2010.

CRANDALL, Russell. *Driven by drugs: US policy toward Colombia*. Colorado: Lynne Rienner Publisher, 2008.

CROCKATT, Richard. *The fifty years war: the US and Soviet Union in world politics 1941-1991*. Nova York: Routledge, 1995.

CROWL, Philip. Alfred Thayer Mahan: o historiador naval. *In: PARET, Peter; CRAIG, Gordon A. (ed.). Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2015. p. 542-586.

CRUZ, Adolfo León Atehortúa. Las fuerzas militares en Colombia: de sus Orígenes al Frente Nacional. *Revista Historia y Espacio*, Ciudad Universitaria Meléndez, n. 17, p. 133-166, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.25100/hye.v0i17.6949>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CUÉLLAR ARAÚJO, Alfonso. *Y el gringo ahí: 200 años de relaciones entre Colombia y Estados Unidos*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2023.

DARIO, Diogo Monteiro. Segurança democrática e a doutrina de segurança nacional na Colômbia. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 607-641, jul./dez.

2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000200010>. Acesso em: 16 abr. 2024.

DETENIDOS EN Colombia tres miembros del IRA que entrenaban a la guerrilla. *El País*, Bogotá, 14 ago. 2001. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2001/08/14/actualidad/997740002_850215.html. Acesso em: 5 jan. 2024.

DREIFUSS, René Armand. *Política, poder, estado e força: uma leitura de Weber*. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUVERGER, Maurice. *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ECHEVERRÍA, Luis García. *La economía colombiana y la economía mundial: 1950-2017*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2019.

EL TIEMPO, Jacobo Arenas fue asesiando, 1992. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-80269>. Acesso em: 28 dez. 2023.

EQUADOR. *Decreto nº 110, de 8 de janeiro de 2024*. Quito: Presidencia de La Republica del Ecuador, 2024a. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/01/ecuador-decreto-estado-excecao-8-jan-2024.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

EQUADOR. *Decreto nº 111, de 9 de janeiro de 2024*. Quito: Presidencia de La Republica del Ecuador, 2024b. Disponível em: https://www.comunicacion.gob.ec/wp-content/uploads/2024/01/Decreto_Ejecutivo_No._111_20240009145200_20240009145207.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024.

ESPECIALES SEMANA: hora de renunciadas. *Semana*, Bogotá, 2023. Disponível em: <https://www.semana.com/especiales/articulo/hora-de-renunciadas/35554-3/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Office of the Historian. *Alliance for Progress and Peace Corps, 1961-1969*. Washington: Office of the Historian, 2017. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1961-1968/alliance-for-progress>. Acesso em: 20 out. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Efforts to secure Colombia's caño limón-coveñas oil pipeline have reduced attacks, but challenges remain. GAO, Washington, set. 2005. Disponível em: <https://www.gao.gov/assets/gao-05-971-highlights.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2024.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). *Intelligence report*. Washington: Office of Naval Intelligence, 1940.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Visits by foreign Leaders of Colombia. Disponível em: <https://history.state.gov/departments/history/visits/colombia>. [2023?] Acesso em: 13 de janeiro de 2024.

FAJARDO, Luis Eduardo. *From the Alliance for Progress to the Plan Colombia: a retrospective look at US AID to Colombia*. Londres: London School of Economics, 2003.

FARC-EP, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo. Comissão Internacional – Esboço Histórico. 1998.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os estudos estratégicos, a defesa nacional e a segurança internacional. In: LESSA, Renato (org.). *Horizontes das ciências sociais: a ciência política*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 107-122.

FONNEGRA, María Isabel Ortiz. Ante la JEP, varias entidades rindieron cuentas de sus acciones para lograr justicia por los hechos. *El Tiempo*, Bogotá, 16 nov. 2023. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/justicia/jep-colombia/desaparecidos-del-palacio-de-justicia-audiencia-de-jep-sobre-identificacion-de-cuerpos-826276>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAMES, Nicolás Rodríguez. Narcotráfico. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: UNESP, 2018. p. 645-662.

GARCIA MARTÍNEZ, Alejandro. Proyección de las fuerzas de superficie hacia tierra. *Revista Fuerzas Armadas*, Bogotá, v. 59, n. 184, p. 61-63, set. 2002. Disponível em: <https://esdegrevistas.edu.co/index.php/refa/article/view/1498/1847>. Acesso em: 14 abr. 2024.

GARCÍA PINZÓN, Viviana. *Cooperación y seguridad em la guerra contra las drogas: el Plan Colombia y la Iniciativa Mérida*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2015.

GILBERTO RODRÍGUEZ: los crímenes por los que pagaba condena en EE.UU. *El Tiempo*, Bogotá, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/justicia/conflicto-y-narcotrafico/gilberto-rodriguez-orejuela-investigaciones-que-tuvo-en-estados-unidos-676862>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GILDERHUS, Mark T.; LAFEVOR, David C.; LAROSA, Michael J. *The third century US-Latin American relations since 1889*. 2. ed. New York: Rowman & Littlefield, 2017.

GLASS, Andrew. FDR visits Colombia, July 10, 1934. *Politico*, Rosslyn, 7 out. 2018. Disponível em: <https://www.politico.com/story/2018/07/10/this-day-in-politics-july-10-1934-702135>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GÓMEZ MORENO, Jairo Antonio. *Cooperación política y militar de Colombia con los Estados Unidos entre 1938 y 1946*. 2010. 83 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2010. Disponível em:

<https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/6640/tesis158.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GONÇALVES, Fernanda Nanci. *A articulação entre política externa e defesa no Brasil e na Colômbia: trajetória institucional e autonomia decisória*. Curitiba: Appris, 2021.

GONZÁLEZ ARANA, Roberto. La política exterior de Colombia a finales del siglo XX. *Primera Aproximación, Investigación & Desarrollo*, Barranquilla, v. 12, n. 2, p. 258-285, dez. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/268/26810202.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GONZALEZ GARCIA, Diana Carolina. *1989: el año cumbre del narcoterrorismo*. 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação e Linguagem, Pontificia Universidade Javeriana, Bogotá, 2010. Disponível em: <https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/5515/tesis527.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 abr. 2024.

GONZÁLEZ, Jorge Orlando Melo, *Colômbia: las razones de la guerra: las justificaciones de la violencia em la historia del país y el fracasso de la lucha armada*. Bogotá: Editorial Planeta, 2021.

GREENE, Julie. *The canal builders making Americas empire at the Panama Canal*. Londres: Penguin Books, 2001.

GROS, Frédéric. *Estado de violência: ensaio sobre o fim da guerra*. São Paulo: Ideias Letras, 2009.

HASTEDT, Glenn. *Encyclopedia of American Foreign Policy*. New York: Factson File, 2004.

HERNANDEZ, Gerardo Gueto; BENAVIDES, Ángela Vásquez. Plan Orión Fragatas: Desafio tecnológico para la defensa de la soberania nacional em el mar. La Timonera. Ed. 18, ano X, dezembro, 2012.

HINOJOSA, Victor J. Shifting priorities and engaging the peace process: US-Colombian relations in the Obama Era. In: KASSAB, Hanna S.; ROSEN, Jonathan D. *The Obama doctrine in the Americas*. Nova York: Rowman & Littlefield, 2016.

HSU, Spencer S. FARC guard sentence to 27 years for 2003 kidnapping of Americans. *The Washington Post*, Washington, 10 nov. 2015. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/local/public-safety/farc-guard-sentenced-to-27-years-for-2003-kidnapping-of-americans/2015/11/10/7db90b88-87da-11e5-be8b-1ae2e4f50f76_story.html. Acesso em: 12 jan. 2024.

https://docs.google.com/document/d/1NhEJ1W_iNgg7ITRdLU2HLN7wPtiuQ1xl/edit?usp=sharing&oid=108955640951744557888&rtpof=true&sd=true

IRA. In: BRITANNICA DICTIONARY. Chicago: Encyclopædia Britannica, 2015. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Irish-Republican-Army>. Acesso em: 5 jan. 2024.

ISACSON, Adam. Crisis y oportunidad: entendiendo el colapso del mercado de coca. WOLA, Washington, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://www.wola.org/es/analisis/crisis-oportunidad-entendiendo-colapso-mercado-coca-colombia/>. Acesso em: 12 maio 2023.

JAIMES PINILLA, Alfonso. *La Armada Nacional de Colombia: transformándose para el futuro*. Revista Fuerzas Armadas. Bogotá, Ed. 237, v. LXXXIX, pp. 19-26.

JANE'S FIGHTNG Ships 1987-1988. Editado por John More. London: Jane's, 1987. p. 117-120.

JANE'S FIGHTNG Ships 1988-1989. Editado por John More. London: Jane's, 1988. p. 116-119.

JANE'S FIGHTNG Ships 1989-1990. Editado por John More. London: Jane's, 1989. p. 120-123.

JANE'S FIGHTNG Ships 1990-1991. Editado por John More. London: Jane's, 1990. p. 126-130.

JANE'S FIGHTNG Ships 1992-1993. Editado por Richard Sharp. London: Jane's, 1993. p. 138-144.

JANE'S FIGHTNG Ships 1994-1995. Editado por Richard Sharp. London: Jane's, 1994. p. 141-147.

JANE'S FIGHTNG Ships 2001-2002. Editado por Richard Sharp. London: Jane's, 2001. p. 144-152.

LAFEBER, Walter. *The Panama Canal: the crisis in historical perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

LAS VERDADES sobre el asesinato de Gilberto Echeverri y Guillermo Gaviria. *Comisión de La Verdad*, Bogotá, 2021. Disponível em: <https://web.comisiondelaverdad.co/actualidad/noticias/las-verdades-sobre-el-asesinato-de-gilberto-echeverri-y-guillermo-gaviria>. Acesso em: 4 jan. 2024.

LEONGÓMEZ, Eduardo Pizarro. *Uma democracia sitiada: balanço e perspectiva do conflito armado na Colômbia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2006.

LIBRARY OF CONGRESS (LC). Prints and photographs division. *Presidents: chronological list of presidents, first ladies, and vice presidents of the United States*. Washington: LC, 2020. Disponível em: https://www.loc.gov/rr/print/list/057_chron.html. Acesso em: 13 abr. 2024.

LIGA DAS NAÇÕES. *In*: Verbetes da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 2023. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/liga-das-nacoes>. Acesso em: 2 out. 2023.

LINDSAY-POLAND, John. *Plan Colombia: U.S. ally atrocities and community activism*. Durham: Duke University Press, 2018.

LÓPEZ, Javier Ocampo. *Historia básica de Colombia*. Bogotá: Plaza & Janes Editores, 1994.

MAHAN, Alfred Thayer. *The influence of sea power upon history (1660-1783)*. Boston: Little, Brown & Co, 1965.

MAHONEY, James. The Logical of process tracing tests in the social sciences. *Sociological Methods & Research*, Evanston, v. 41, n. 4, p. 1-28, out. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0049124112437709>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MAPS of Colombia. *Orange Smile*, Eindhoven, [2024]. Disponível em: <https://www.orangesmile.com/travelguide/colombia/country-maps.htm>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MARTÍN, Jairo Enrique; JARAMILLO-MARÍN, Jefferson. Las conmemoraciones noticiosas en la prensa colombiana: rememorando la toma a Mitú. *Palabra Clave*, Chía, v. 17, n. 2, 378-411, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0122-82852014000200007&script=sci_abstract&lng=es. Acesso em: 13 abr. 2024.

MEARSHEIMER, John J. *The great delusion: liberal dreams and International Realities*. London: Yale University Press, 2018.

MEJÍA, Alberto J. *The Impact of US de-certification on Colombia democracy*. Monterey: Naval Postgraduate School, 1996.

MENDES, Flávio Pedroso. A construção do compromisso: a presença militar dos EUA na Europa durante a Guerra Fria. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 587-612, set./dez. 2019. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4271>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MERCADANTE, Maria Aparecida Felix. Da guerra às drogas ao Plano Colômbia: uma agenda securitária dos Estados Unidos para a América do Sul. *Revista NEIBA: Cadernos Argentina-Brasil*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/neiba.2018.38789>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MESCHOULAM, Mauricio. Terrorismo en el siglo XXI: evolución, estado actual y tendencias futuras. *In*: VÁZQUEZ, Alberto Lozano; SUMANO, Abelardo Rodríguez (coord.). *Seguridad y asuntos internacionales: teorías, dimensiones,*

interdisciplinas, las Américas, amenazas, instituciones, regiones y política mundial. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2020. p. 845-862.

MILLS, Richard Rick. Max Resources has found it's El Dorado. *Stockhouse*, Vancouver, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://stockhouse.com/opinion/independent-reports/2019/02/04/max-resources-has-found-it-s-el-dorado>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MINISTÉRIOS DE RELACIONES EXTERIORES DE LA REPÚBLICA DE COLOMBIA (MRERC). Presuntas violaciones de derechos soberanos y espacios marítimos em el Mar Caribe (Nicaragua c. Colombia). v. I, novembro, 2016.

MOLINA, Mauricio Aranguren. *Mi confesión*: Carlos Castaño revela sus secretos. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 2001.

MONROY, Juan Carlos. El Colombiano, 2013. *Nuevas revelaciones sobre la muerte de Fidel Castaño*. Disponível em: https://www.elcolombiano.com/historico/nuevas_revelaciones_sobre_la_muerte_de_fidel_castano-JYec_262748>. Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

MOREIRA, William de Sousa. Marinha. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: UNESP, 2018. p. 603-616.

MORENO, Isidro Morales. Biopolítica y gubernamentalización del miedo en la "Guerra contra el Terror". In: VÁZQUEZ, Alberto Lozano; SUMANO, Abelardo Rodríguez (coord.). *Seguridad y asuntos internacionales*: teorías, dimensiones, interdisciplinas, las Américas, amenazas, instituciones, regiones y política mundial. Cidade do México: Siglo XXI Editores, 2020. p. 710-721.

MORRIS, Michael. *Expansion of third-world navies*. London: The Macmillan Press, 1987.

MUERTE A SECUESTRADORES MAS: los Orígenes del paramilitarismo. *Verdad Abierta*, Bogotá, 23 set. 2011. Disponível em: <https://verdadabierta.com/muerte-a-secuestradores-mas-los-origenes-del-paramilitarismo/>. Acesso em: 12 out. 2023.

NAGASHIMA, Ohara Barbosa. *Declínio, interdependência e instabilidade na conjuntura de 1991-2012*. 2023. 345 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2023/Tese-Final-Ohara.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

NAGASHIMA, Ohara Barbosa. *Uma análise do potencial dissuasório do submarino de propulsão nuclear brasileiro*: o cenário hipotético do litoral atlântico da África. 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/26267>. Acesso em: 13 abr. 2024.

NOVA, Martín. *Memorias Militares: conversaciones con los comandantes del Ejército 1989-2019*.

NYE, Joseph S. *O paradoxo do poder americano: porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: UNESP, 2002.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Nossa história*. Washington: OEA, 2023. Disponível em: https://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp. Acesso em: 1 ago. 2023.

OSPINA, Hernando Calvo. *O terrorismo de estado na Colômbia*. Florianópolis: Insular, 2010.

PADILHA, Luiz. Flotilha do Amazonas recebe lanchas colombianas LPR-40. *Revista Defesa Aérea & Naval*, [S. l.], 14 mar. 2014. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/defesa/flotilha-do-amazonas-recebe-lanchas-colombianas-lpr-40>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PÉCAUT, Daniel. *As FARC: uma guerrilha sem fins?* São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PEDONE, Luiz; VEDUNG, Evert. *Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: fundamentos e modelos*. Rio de Janeiro: Luzes, 2021.

PRESIDENT GEORGE W. Bush's address to a joint session of Congress following 9/11 - Sept. 20, 2001. [Virgínia: TV PBS], 2021. 1 vídeo (35 min). Publicado pelo canal PBS NewsHour. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZF7cPvaKFXM>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

PRESIDENTES de Colombia. *Colombia.com*, Bogotá, [2024]. Disponível em: <https://www.colombia.com/colombia-info/historia-de-colombia/presidentes-de-colombia/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

RAMÍREZ BACCA, Renzo; MARÍN ARENAS, León Dario. Seguridad e ideología en Colombia, 1978-1982: análisis crítico del discurso de Julio César Turbay Ayala. *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras*, Bogotá, v. 20, n. 2, p. 241-269, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rahrf/v20n2/v20n2a10.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

RAMOS, Ana Carolina. *A frente Nacional na Colômbia (1958-1974): a ditadura democrática das classes dominantes*. Curitiba: Appris, 2015.

RANDALL, Stephen J. *Colombia and the United States: hegemony and interdependence*. Athens: University of Georgia Press, 1992.

REUTERS. Chronology-hostage-taking and release in Colombia. *Reuters*, Canary Wharf, 2 jul. 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSN02428359/#:~:text=March%2026%2C%201998%20%2D%20FARC%20rebels,highway%20outside%20Bogota%2C%20authorities%20say>>. Acesso em: 3 jan. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2017.

RINCON RODRIGUEZ, George. Centro Internacional Marítimo de Análisis Contra el Narcotráfico. *La Timonera*, ed. 24, ano XXI, pp. 19 e 20, dezembro, 2015.

ROBINSON, Eugene. Colombia hosting summit amid anti-drug offensive. *The Washington Post*, Washington, 14 fev. 1990. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1990/02/15/colombia-hosting-summit-amid-anti-drug-offensive/4964ab3c-f2ed-46c9-a069-0436ff2c9e96/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RODRIGUES, Thiago. Equador e o narcotráfico: crônica de uma morte anunciada. *Radar Internacional*, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.radarinternacional.flcmf.org.br/blog/equador-e-o-narcotrafico-cronica-de-uma-morte-anunciada>. Acesso em: 26 jan. 2024.

RODRIGUES, Thiago. Guerra e terror *In*: BRANCO, Guilherme Castelo (org.). *Terrorismo de estado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 203-215.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001>. Acesso em: 13 abr. 2024.

RUEDA, Rafael Pardo. *30 hechos que cambiaron la historia de Colombia*. Bogotá: Editorial Planeta Colombia, 2022.

RUHL, Patrick Brooks. *Rekindling the Flame: how International Conflict Restored Colombia's Relationship with the United States after the Panama Secession, 1900-1922*. 2018. 170 f. University of California, San Diego, 2018.

RUIZ TINOCO, Darío. Cómo perder territorio: caso Colombia-Nicaragua. *Revista Fuerzas Armadas*, Bogotá, n. 235, p. 29-35, mar. 2016. Disponível em: <https://www.esdegrepositorio.edu.co/handle/20.500.14205/6903>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SAAB, Bilal Y.; TAYLOR, Alexandra W. Criminality and Armed groups: a comparative study of FARC and paramilitary groups in Colombia. *Studies in Conflict & Terrorism*, Abingdon, v. 32, n. 6, p. 455-475, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10576100902892570>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SAÉNZ ROVNER, Eduardo. Los Colombianos y las redes del narcotráfico en Nueva York durante los años 70. *INNOVAR: Revista de Ciencias Administrativas y Sociales*, Bogotá, v. 24, n. 53, p. 223-234, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/818/81831420018.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Terrorismo. *In*: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). *Dicionário de segurança e defesa*. São Paulo: UNESP, 2018. p. 993-1004.

SALIVE, Patricia Lara. *Adiós a la Guerra: una historia breve de los conflictos em Colombia*. Bogotá: Editorial Planeta Colombia, 2018.

SANTOS, Juan Manuel. *La batalla por la paz*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 2019.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 55, n. 1, pp. 67-88. Brasília: UNB, 2010.

SCHEINA, Robert L. *Latin America: a naval history, 1810-1987*. Annapolis: U.S. Naval Institute, 1987.

SCOTT, Peter Dale. *Drugs, oil and war: the United States in Afghanistan, Colombia and Indochina*. New York: Rowman & Littlefield, 2003.

SILVA, Fabio *et al.* *Breviario de Colombia: un guía para todos*. Bogotá: Panamericana Editorial, 1997.

SILVA, Guidberto Barona. Las Operaciones en el mar. *In: TOVAR, Alvaro Valencia. En Corea por la libertad y por la Gloria*. Bogotá: Imprenta y Publicaciones de las Fuerzas Armadas, 2003.

TERROR. *In: DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS (DICIO)*. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/terror/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

THE AMERICAN PRESIDENCY PROJECT. *The president's news conference with President Juan Manuel Santos Calderon of Colombia in Cartagena*. Santa Barbara: University of California, 2012. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/the-presidents-news-conference-with-president-juan-manuel-santos-calderon-colombia>. Acesso em: 3 fev. 2024.

THE WHITE HOUSE. President Barack Obama. Remarks by President Obama to the Australian Parliament. *Office of The Press Secretary*, Washington, 17 nov. 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/11/17/remarks-president-obama-australian-parliament>. Acesso em: 3 fev. 2024.

THE WHITE HOUSE. President George W. Bush. President Bush, President Pastrana discuss trade, terrorism. *Office of The Press Secretary*, Washington, 18 abr. 2002. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/04/20020418-6.html>. Acesso em: 3 jan. 2024.

THE WHITE HOUSE. President George W. Bush. Press availability with President Bush and President Uribe of Colombia. *Office of The Press Secretary*, Washington, 22 nov. 2004. Disponível em: <https://georgewbush->

whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/11/20041122-2.html. Acesso em: 13 jan. 2024.

TICKNER, Arlene B.; MORALES, Mateo. Cooperación dependiente asociada. Relaciones estratégicas asimétricas entre Colombia y Estados Unidos. *Colombia Internacional*, Bogotá, n. 85, p. 171-205, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81241381007>. Acesso em: 14 abr. 2024.

TILL, Geoffrey. *El poder marítimo: una guía para el siglo XXI*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2007.

TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for Twenty-First century*. New York: Routledge, 2009.

TORRES, César Augusto Bermúdez. Origen y repercusión de la Doctrina Respice Polum (“Mirar hacia el Norte”) em la práctica de las relaciones internacionales de Colombia. *Pre-Til*, Carrera, ano 8, n. 23, p. 100-110, jul./dez. 2010. Disponível em: https://repository.unipiloto.edu.co/bitstream/handle/20.500.12277/8046/origen_repercusion_pre_til_23.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 abr. 2024.

TORRES, John. Video estaba en biblioteca del coronel Plazas Vega. Demuestra que dos desaparecidos salieron vivos. *El Tiempo*, Bogotá, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/justicia/paz-y-derechos-humanos/palacio-de-justicia-pieza-clave-estaba-en-casa-de-alfonso-plazas-vega-751430>. Acesso em: 13 abr. 2023.

TOVAR, Alvaro Valencia. *En Corea por la libertad y por la gloria*. Bogotá: Imprenta y publicaciones de las Fuerzas Armadas, 2003.

TOVAR, Alvaro Valencia. *Historia de las fuerzas militares de Colombia*. Bogotá: Editorial Planeta Colombiana, 1993.

TRAUMANN, Andrew. *Os colombianos*. São Paulo: Contexto, 2018.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UNB, 2001.

USA: Colombian President Pastrana meets Bill Clinton – Oct. 28, 1998. [Nova York: The Associated Press], 2015. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Ap Archive. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p1jwPD-JAkA>. Acesso em: 29 dez. 2023. Era: ASSOCIATED PRESS (AP) 2015

VAISSE, Maurice. *As relações internacionais a partir de 1945*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

VALENCIA, León. Drogas, conflito e os EUA. A Colômbia no início do século. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 129-151, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000300010>. Acesso em: 14 abr. 2024.

VILLARRICA, LA guerra olvidada. *Comisión de La Verdad*, Bogotá, 2023. Disponível em: <https://www.comisiondelaverdad.co/villarrica-la-guerra-olvidada>. Acesso em: 12 out. 2023.

VISITA DE Estado del presidente de Estados Unidos Bill Clinton a Cartagena: 30 agosto del 2000. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (24 min). Publicado pelo canal Andrés Pastrana Arango. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2lJom5BIMwA&t=818s>. Acesso em: 29 dez. 2023.

WALT, Stephen M. *The origins of alliances*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WALTZ, Kenneth N; FEARON, James. A conversation with Kenneth Waltz. *Annual Review of Political Science*, San Mateo, v. 15, p. 1-12, 2012. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-polisci-020511-174136#>. Acesso em: 13 abr. 2024.

WEDIN, Lars. *Estratégias marítimas no século XXI*. Rio de Janeiro: EGN, 2015.

WOODS, Bryce. *The United States and Latin American wars: 1932-1942*. New York: Columbia University Press, 1966.

6.1 Transcrição de Entrevista

Transcrição da entrevista realizada em 18 de setembro de 2023 com o Coronel da Reserva do Corpo de Fuzileiro Navais Nicolas Antonio **Lopez Pulgarin** Investigador do Centro de Estudos Estratégicos sobre Segurança e Defesa da Escola Superior de Guerra da Colômbia.

CEL LOPEZ: Bueno. Mi nombre es... Soy coronel retirado de infantería marina, Nicolás López Pulgarín. Soy administrador (Ciencias Navales), magíster en Estrategia y Geopolítica, y especialista en Estudios Políticos. Me retiré de la Armada en el segundo año de coronel. Mi último cargo fue comandante del Comando Logístico de Infantería Marina de la unidad que tenía a cargo. Todo lo que es el abastecimiento, dotación de los infantes de Marina. Años anteriores en unidades fluviales... O sea, mi experiencia como oficial de la Marina tiene marcadas dos líneas. Una fluvial, desempeñé todos los cargos (en el grado que correspondía y cargo) en la experiencia y en operaciones fluviales. Y el otro aspecto en el área de la instrucción y el entrenamiento, en la cual también tuve la oportunidad de desempeñar todos los cargos que la Marina me permitía hasta ser el director o el jefe de toda la institución de Entrenamiento de la Marina. En la parte fluvial, en el periodo comprendido de 1986 a 2016, se marca un interés, por el país, por generar un impacto en la afectación o cumplir el tráfico de narcóticos. Se veía de que el país, con sus fuerzas de seguridad, necesitaba llegar a zonas donde no se obtenía una presencia fuerte y consolidada. En ese momento también surge una transformación creando una gran capacidad de batallones fluviales. Entonces, los batallones que antes estaban como costa o de seguridad en la zona de costa de Colombia, también se empieza a hacer una redistribución de capacidades y Colombia se torna un gran porcentaje de la Marina a hacer desarrollo de operaciones fluviales. En ese proceso y los limitados recursos se empieza utilizando medios que ya estaban. Entonces, cañoneras fluviales, remolcadores fluviales se empezaron a blindar y a establecer medios de protección muy rudimentarios, pero con el afán y la necesidad de poder brindar una mayor protección y desplazamiento. Como es conocido, en botes tácticos creció aceleradamente. Especialmente tuvimos, primero, un bote de Boston Whaler norteamericano, denominado "piraña". Después, tuvimos una segunda generación de botes llamados "anguila". Después, Colombia creó un bote en fibra denominado

"Caribe" y esto nos llevó a crecer desde un nivel de un bote táctico de 17 pies, de 22 pies, pero tenían poca autonomía. Era necesario buscar un medio u otro buque que le pudiera ampliar la autonomía. Por eso se empezaron a utilizar remolcadores acondicionados o cañoneras o patrulleras fluviales que se fueran acondicionando. Esta necesidad llevó a que el astillero colombiano (ahora COTECMAR) empezara a innovar. Y eso que surgió rudimentariamente, muchas de esas unidades fueron llevadas al astillero para, sobre esa misma estructura, acondicionar. Pero surge también el desarrollo de las patrulleras fluviales, livianas y pesadas. Se llaman "puff". La patrullera liviana o patrullera fluvial, hay livianas y hay pesadas. Esto le permitió alargar la autonomía de los botes tácticos porque permitía ya el alojamiento, la alimentación, reabastecer en combustible y le garantizaba comunicaciones, comando y control. Esto surge... Tiene... Eso a nivel de la institución. ¿Qué pasa en el entorno? En el entorno hay que irnos al proceso de violencia de Colombia y cómo ha sido ese proceso violento. Y hay que entender que esos grupos insurgentes que estaban en Colombia como grupos insurgentes con un ideal político, a medida que los carteles de la droga que eran tradicionales en Colombia (cartel de Medellín y cartel de Cali) fueron desmantelados por el gobierno colombiano, los grupos insurgentes empezaron a apoderarse del negocio. Empezaron a tener control desde las zonas de producción y desde las zonas de, digamos, de tráfico. Como Colombia solamente tiene desarrollado, de una infraestructura vial, aproximadamente el 50%, el otro 50% del país no tiene una buena infraestructura vial y, en ese sector del país, el transporte que más predomina y el acceso es fluvial.

CF MIGUEL ALVES: ¿La selva amazónica?

CEL LOPEZ: No solamente la selva amazónica, llanos orientales y parte del sur del país (suroccidente) lo que es frontera –parte con Ecuador, parte con Perú– que no es solo totalmente de la Amazonía. En los llanos orientales, frontera con Venezuela, también su principal medio de transporte es fluvial. Entonces, en esas zonas con presencia histórica de cultivos de clorhidrato, de hoja de coca y donde entra un nuevo actor, que era insurgente, a tener la economía del clorhidrato de cocaína, era una necesidad poder impactar. Porque la estrategia del Estado colombiano hasta el año anterior era impactar todas las cadenas o clústeres, como se dicen. Entonces era la interdicción terrestre, la producción y el laboratorio. Hoy en día la política ha cambiado a partir de este gobierno y el mayor esfuerzo va a la interdicción terrestre, aérea y fluvial o marítima. No es tanto, como tuvimos por muchos años, fundamentado en la

erradicación y en actuar o afectar los laboratorios. Hoy eso cambia. Como ese era el ideal de la política, las instituciones de seguridad y [encabeza?] de la Marina necesitaba llegar a los centros de producción y centros de apoyo. Por eso surge esa marcada necesidad de llegar al río. Un aspecto es el tráfico de narcóticos y el otro aspecto es la insurgencia. Esta empieza a tener un movimiento de marcado, de guerra de posiciones. Empiezan a generarse, en esos espacios vacíos donde el estado no llegaba, los grupos insurgentes empezaron a consolidarse y a hacerse muy fuertes. Esto generó un especie de unos cogobiernos en algunas zonas del país y era importante que el Estado llegara. Por eso digamos que son varios los factores que aceleran o promueven de que entremos de la costa al río y empiece a desarrollarse. A diferencia de otros países en la región, Colombia desde hace más de 50 años que tiene un problema de insurgencia. Estas ha tenido momentos en que esto ha sobrepasado la capacidad de la policía. Como ha sobrepasado la capacidad de la policía, ha creado diferentes documentos. Al inicio, generaron unas directivas ministeriales en la cual le daba tareas a las fuerzas militares en apoyo a la policía, dejando claro que la fuerza militar de Colombia no tiene funciones de Policía Judicial. Para poder actuar, requeríamos que la Fiscalía General de la Nación o el sector de la Policía (que tiene funciones judiciales) fueran en acompañamiento de las fuerzas militares para poder garantizar su actuar ante la justicia ante un hecho delictivo. Cuando no era así, íbamos en apoyo a la Policía. Entonces, siempre el desarrollo del conflicto ha tenido procesos que han sobrepasado la capacidad policial. Y en estas áreas específicas, como protección de infraestructura crítica, petrolera, como en zonas de frontera, se han estipulado algunas normas de nivel ministerial en esa época para ir en apoyo. Entonces, no hay como en otros países que está muy marcada la actuación. En este caso, eso ha permitido que las fuerzas militares actúen en labores de seguridad. ¿Cuál es el gran riesgo? Pues que nos ha tocado ajustar la doctrina, el entrenamiento, para evitar que esto tenga un revés institucional, porque el entrenamiento siempre estuvo soportado en pro de la defensa, el equipamiento y el entrenamiento. Entonces, esto requirió que las fuerzas militares emplearan, en su entrenamiento y la doctrina, empezaran a acoplar muchas tareas de seguridad en apoyo. ¿Cuál es el caso a la fecha? A la fecha ya hay una ley que determinó roles y funciones. Yo después con mi... yo tengo en el computador la Ley. Y entonces determinó qué labores y qué tareas desempeñan las fuerzas de seguridad con

relación a determinado actor. Eso es lo que... grosso modo. Ahora [te espero] que preguntes.

CF MIGUEL ALVES: Sí, señor. La primera pregunta sería... En estas regiones del valle de Magdalena los ríos de la selva amazónica, ¿los roles de la Armada y de los infantes de Marina son diferentes o fueron transformándose? ¿La Armada (es la) que [conduce] los buques? ¿O son los propios infantes de Marina? ¿Cuál es el papel en estas localidades?

CEL LOPEZ: Bueno...

CF MIGUEL ALVES: En este período. En esta fecha. En esta fecha que...

CEL LOPEZ: La Infantería Marina es un cuerpo armado de la Armada nacional. Aquí no está independiente, está dentro de la organización de la Armada nacional.

CF MICHEL MELO: [Así como nosotros].

CEL LOPEZ: Exacto. Tiene... Hace parte de sus tareas. Ahora lo que tiene la Armada en sus roles y funciones, es determinada las áreas operacionales y la tarea que cumplen los infantes de Marina en las áreas donde hacen presencia está acorde a las funciones de la Armada en todo ese... Aquí es un pentágono, el que utilizamos nosotros. No solamente el triángulo naval. ¿Conoces el pentágono?

CF MICHEL MELO: Sí, conoce porque estamos ahora con una entrevista con [Samir]].

CEL LOPEZ: Ah, bueno. Entonces, en el pentágono, en esos roles y funciones está la función de la Infantería Marina, que está acorde a las funciones de la Armada Nacional. Puntualmente, por ejemplo, hablemos del río Magdalena (que lo acabas de mencionar). El Valle del Magdalena. Nosotros hacemos el "Security" y no el "Safety". El "Security" es como una presencia disuasiva, alguna manera de control, pero el "Safety" es tarea ya, en algunas regiones, de las policías. Y, cuando es de las partes navieras, entonces hay una inspección fluvial que la maneja el Ministerio de Transporte, que no son militares; son particulares.

CF MIGUEL ALVES: El Ejército no tiene tantos roles en las [calles] del río. ¿Son la Armada que tiene la [...cífica...]?

CEL LOPEZ: Bueno. Muy buena pregunta. Aquí viene el completo. Tenemos un problema grande. El problema grande es que, primero, las fuerzas militares en Colombia tienen una organización que se llama un Jefe de Estado Mayor o un Comando general. El Comando General reúne al Ejército, a la Fuerza Aérea y a la Marina. Y él está al mismo nivel del director de la Policía nacional. Aquí es una sola Policía nacional. Están al mismo nivel y ellos dependen del ministro de la defensa. El

ministro de la defensa es un ente de coordinación y de recursos. El comando general tiene Ejército, los comandantes de las fuerzas y el director de la policía, y ellos se entienden así. Entonces, en este afán de actuar y tener resultados contra los diferentes factores generadores de violencia en Colombia, crecimos aceleradamente. Muy rápido.

CF MIGUEL ALVES: ¿En este período, principalmente?

CEL LOPEZ: En este período. Porque en este periodo se presentan los diferentes procesos de paz. Y viene el Plan Colombia. ¿Ustedes sabían? Había recursos.

CF MIGUEL ALVES: Sí.

CEL LOPEZ: Entonces empezamos a crecer. Es que después de este periodo, no ha pasado muchas cosas diferentes. La diferencia es del 2022 al 2023, que es el último periodo, que es el gobierno de izquierda. De aquí para allá todo ha sido igual, se ha manejado igual. Entonces no te preocupes que la única diferencia es el último año. De ahí para allá la política ha sido continua.

CF MIGUEL ALVES: ¿Hubo algún impacto, alguna presencia, una actuación de la Armada en el combate contra el cartel de Cali, en Medellín? ¿O no?

CEL LOPEZ: Sí, ya hablamos ahorita de eso. Como crecimos aceleradamente, cada uno empezó a adquirir más capacidades sin respetar los roles y funciones del otro. Entonces el Ejército empezó a crecer y tiene hoy más Black Hawk H60 que la Fuerza Aérea. La Policía tiene un número casi igual, o más, de Black Hawk que la Fuerza Aérea. Entonces igualmente empezó el Ejército un afán de adquirir botes y crear una capacidad en botes cuando nosotros ya estábamos en presencia allí. Ya la Armada había determinado que nosotros, en los ríos, íbamos a estar en los ríos principales y en algunos, determinados, ríos secundarios. No más. Pero, entonces, ellos empezaron, donde no estábamos nosotros, a poner capacidad. ¿Cuál es el problema? Faltó claridad desde arriba, desde la política. Porque, cada uno, con el afán de captar recursos de programas nacionales y programas de cooperación internacional, como el de [aianel?], de la lucha contra las drogas, empezaron a crear muchas capacidades y esto generó que, en un momento, hoy en día, se ha tratado de poner orden y ya se determinaran algunos roles que ya estaban, pero que se reforzaron para evitar que se siguiera creando esto. La experiencia de las fuerzas militares de Colombia con la lucha contra los carteles de Medellín y de Cali es el mejor ejemplo y la necesidad que tuvimos de llevarnos a la conjuntes. Y surgió primero desde la Inteligencia. Desde la Inteligencia. Porque a la Armada, a la Fuerza Aérea y al Ejército les llegaban

informaciones, pero cada uno quería actuar de manera independiente, entonces se conforma un aspecto que se llamó el bloque de búsqueda con la Policía y con el personal mejor entrenado que había de cada una de las fuerzas especialmente, pues que había en áreas de entrenamiento urbano y de contraterrorismo, que era la figura en esos momentos que se [juzgaba]. Entonces, digamos que en ese bloque búsqueda que había de varias fuerzas y en la Policía se actúa en contra de esto.

CF MIGUEL ALVES: Pero que mirando solamente para la Armada en este periodo que también tenía una dificultad de la insurgencia [por]que estaba [cerrándose] el proceso, el primer proceso de paz [con la] Unión patriótica, estaba empezando otro problema que se desvinculó el FARC del Partido Comunista. Este periodo, ¿los principales esfuerzos de la Armada estaban en los ríos de la selva amazónica, en los llanos o con los carteles de tráfico en este momento?

CEL LOPEZ: En ese momento, el principal esfuerzo llevó hacia los ríos. La participación de los carteles era secundaria; no era lo principal. El esfuerzo lo llevaba la Policía principalmente y después, más grande, el Ejército.

CF MIGUEL ALVES: Ah, sí. ¿Hubo algún impacto en la Armada? ¿El periodo de la descertificación de los Estados Unidos es después con el Plan Colombia? ¿Cuáles son los impactos en la Armada?

CEL LOPEZ: En el período del presidente Ernesto Samper, que es cuando se presenta la descertificación. Afortunadamente, sí, hubo impacto, digamos, para el proceso de inversión, pero como ya hacíamos parte de programas como el de interdicción marítima y otros que tenían otros fondos, otros recursos, pues digamos que allí se pudo seguir teniendo participación en la lucha contra el narcotráfico. Pero, sin embargo, para todo el país y para las fuerzas militares, es un desaceleramiento que se presenta en el periodo de la descertificación del Gobierno de Ernesto Samper Pizano.

CF MIGUEL ALVES: Gracias. Después de... Tenemos el Plan Colombia y [juntamente], un año después, tenemos el atentado de las Torres Gemelas. Hubo... [Inint.] Es una percepción que hubo un encuentro de dos fenómenos de narcotráfico y el concepto de terrorismo. ¿Hubo una alineación, una conjuntes con la política de los Estados Unidos en este momento? ¿O no? ¿Hubo mayor condiciones de aplicar los desarrollos, los recursos económicos para volver todos los esfuerzos contra las FARC? ¿O no?

CEL LOPEZ: Sí. El Plan Colombia llega cuando era presidente de Colombia, Andrés Pastrana, después del penúltimo intento de plan de paz con las FARC, que lo conocimos todos como Zona de Distensión. En esa época, la zona de distensión, llega el Plan Colombia y realmente viene con un gran fondo y un gran recurso de equipamiento, de entrenamiento, y que marca un giro, digamos, en las fuerzas de seguridad. Como la lucha fue fuerte ahí contra las FARC, porque ya se venía y se acababa de romper un proceso de paz donde ellos trataron de... se fortificaron en esa época, en ese momento, y empezaron a hacer muchas acciones con empleo de técnicas terroristas. Entonces empleaban la toma de poblaciones, empezaron a hacer el secuestro de un avión, empezaron a hacer acciones que realmente eran actos terroristas. Y surge el problema de las Torres Gemelas. En esa coyuntura, cambia el gobierno y en es el primer gobierno del presidente Álvaro Uribe Vélez y aprovecha ese fervor y ese interés que había del terrorismo para lograr que las FARC fueran catalogados como un grupo terrorista e ingresaran a la lista de grupos terroristas. Entonces, era el auge de los hechos de las Torres Gemelas, más un incremento de acciones en el país, producto del rompimiento de paz, que se logra esa convergencia, digamos, de intereses y se logra que, tanto la comunidad europea como los Estados Unidos logren incluirlos en la lista de grupos terroristas. Somos de los pocos países que tienen un grupo insurgente catalogado como grupo terrorista porque hay una ambigüedad y un concepto muy polisémico. Algunos países no lo consideran y otros sí, pero digamos que era una decisión política para poder enfocar los esfuerzos y recursos a combatirlos. Y esto es lo que lleva a que se generen el Comando Conjunto de Operaciones Especiales para afectar los objetivos de alto valor en el secretariado de las FARC, que es lo que los lleva al proceso de paz del año de 2015 y 2016.

CF MIGUEL ALVES: Sí, gracias. Después, más adelante "puso" comprender que en el año, más o menos, 2008, con el término de secuestro de Ingrid Betancourt, la captura de Mono Jojoy en... Mono Jojoy es de Ecuador, ¿no?

CEL LOPEZ: La muerte.

CF MIGUEL ALVES: ¿Cómo?

CEL LOPEZ: La muerte del Mono Jojoy.

CF MIGUEL ALVES: Sí, en Ecuador...

CEL LOPEZ: Ah, no. Ese es de Raúl Reyes.

CF MIGUEL ALVES: Exacto.

CEL LOPEZ: Raúl Reyes, en Ecuador.

CF MIGUEL ALVES: Pero hay varias victorias, varias...

CEL LOPEZ: Resultados...

CF MIGUEL ALVES: Resultados en 2008. En este momento puedo comenzar a mirar un cambio de la Armada con este nuevo planes estratégicos, con un intento de garantizar la zona económica exclusiva. ¿Hay un movimiento de este tipo dentro de la Armada en este periodo, en 2008?

CEL LOPEZ: Bueno. Hay que ir en dos aspectos. Uno se llama CCOES. Es el Comando Conjunto de Operaciones Especiales. Es el que realiza esos golpes que usted habla. El del Mono Jojoy, posteriormente el de Cano, el de todos. El CCOES es conformado por unidades de Ejército, de la Fuerza Aérea y de la Armada y con el apoyo de la Policía. Allí está un comando donde la Armada tiene el batallón de fuerzas especiales allí. Entonces, en ésta es importante que tengas claro que hay participación de la Armada. Y cuando ellos están desarrollando una operación contra un objetivo de alto valor, en una jurisdicción de la Marina o del Ejército, la Marina pone a disposición los medios para garantizar el éxito de la operación. Esta es [el parte]. Surge el giro de que la Armada de Colombia tiene como visión, o se plantea como visión, ser una Marina mediana de proyección regional.

CF MIGUEL ALVES: ¿En este período?

CEL LOPEZ: ...de proyección regional. Pues como la Marina busca ser una Marina mediana de proyección regional, empezamos con diferentes temas. Uno es el plan USCAP, o conocido como Plan Triangular. Surge de la reunión de las Américas que se genera en Cartagena con el presidente Barack Obama y el presidente Juan Manuel Santos. Se reúnen allí y dicen: Estados Unidos financia y apoya, Colombia instruye, entrena y unos países son beneficiarios. Esto surge para las tres fuerzas. Pero la Marina, nosotros vimos la manera de poder influir el entrenamiento nuestro allá. ¿Por qué? Porque ellos necesitaban... Nosotros éramos un referente. Un referente exitoso en la lucha contra el crimen organizado, contra el narcotráfico. Empezamos a entrenar República Dominicana, Honduras, Guatemala, Panamá, Costa Rica. Hoy en día no recuerdo cuántos países van (alrededor de 8, 9 estamos). Todavía sigue el plan. Empezó en el nivel táctico y hoy estamos en el nivel operacional estratégico. Empezamos desde... Un "entity", un grupo móvil de entrenamiento de la Marina de Colombia iba a Honduras y les entrenaba a la tripulación en emergencias a bordos, arpes, abordajes, en contingencias y los certificaba a esa tripulación. Después iba a

otro grupo en guardacostas y los entrenábamos en interdicción o los entrenábamos en mecánica de motores, en reparación de botes. Ese grupo que iba allá y todo el gasto de ahí lo financiaba los Estados Unidos. Entonces ahí empezamos un proceso de influir, de proyectar, porque esa tripulación fue formada, entrenada al modelo de los colombianos. ¿Se entiende? Esta era una manera. La otra manera fue con el astillero. El astillero empezó a construir buques que le vendió a Guatemala, Honduras. Algunos que han sido BDA. Aquí se llaman BDA (Buque de Desembarco Anfibio). Es como una LCU adaptada, más moderna, y que algunos de los países los han utilizado. Vamos al otro aspecto, vimos un aspecto de entrenamiento, vimos un aspecto de suministro, de un tipo de embarcaciones, vamos al operacional. Surge la operación Orión. ¿Ya?

CF MIGUEL ALVES: Sí.

CEL LOPEZ: ¿Entonces la operación Orión tú ya la conoces?

CF MIGUEL ALVES: Sí.

CEL LOPEZ: Es el acuerdo de interdicción marítima elevado desde una iniciativa colombiana, un aspecto mucho más que involucra todo y, entonces, ya empezó a influir desde la Orión. Entonces, esas son como las tres visiones que, digamos, se empezó a influir en la región.

CF MIGUEL ALVES: ¿Entonces puedo hablar que las FARC, independiente de estar involucrada con el narcotráfico, o no, desde 1986, fue la principal amenaza que trató la Armada de Colombia?

CEL LOPEZ: Sí. Podría decirse.

CF MIGUEL ALVES: Sí.

CEL LOPEZ: Es el principal. No hasta el 2016 porque después surge el problema de la demanda de Nicaragua, ¿no?

CF MIGUEL ALVES: Sí. Es una pregunta. En 1987 y durante todo el periodo, dos eventos de amenaza de la soberanía de Colombia ocurrió. Contra Venezuela, con el buque Caldas y en la isla de San Andrés, con Nicaragua. ¿Hubo una tensión para estas cuestiones dentro de la Armada? ¿Hubo dificultades políticas? ¿Qué se hace con estos dos problemas?

CEL LOPEZ: Es importante que tengas claro que en este momento Colombia tiene dos fronteras marítimas sin definir. La frontera marítima con Venezuela no está definida, ni hay las condiciones políticas para llegar a un acuerdo político. El cambio desde Hugo Chávez y, ahora, con Nicolás Maduro, la creación de los teatros de

guerra, ellos allá [Tapiz aquí], él creó una respuesta y la creación de los comandos conjuntos como esos. Siempre, en la defensa, había una tensión con Venezuela. El último año, digamos que ha cambiado porque ya el gobierno actual reconoce a Venezuela. Porque los gobiernos anteriores no reconocían al Gobierno de Venezuela como un gobierno amigo. El otro problema es Ortega, Nicaragua. La demanda de que no desconoce la frontera que estaba firmada. Esto altera no solamente la frontera, sino que va a alterar la frontera con los otros países. Con Costa Rica, con los demás países de Centroamérica. Esto demanda que Colombia tiene que generar unas capacidades y repotenciar sus medios estratégicos para atender esas dos amenazas. ¿Qué se hizo? Se hizo un plan de modernización de sus plataformas de superficie, las fragatas. Se hizo en Colombia con ingenieros alemanes y se hizo un proceso de renovación de los sistemas de comando y control, y un sistema de los sistemas de armas. Se cambiaron los misiles, se cambiaron todos esos... Y hubo un proceso de modernización de los submarinos. Teníamos dos submarinos oceánicos. Dos tácticos se desactivaron. Los dos oceánicos se fueron a Alemania y se repotenciaron. Y los dos tácticos se cambiaron. Se desactivaron dos y se pusieron otros dos con todo su equipamiento, digamos. No son, obviamente, diésel, pero están en muy, muy buenas condiciones. Son utilizados por Estados Unidos para el entrenamiento de sus grandes ejercicios de detección y todo, pero los seguimos utilizando. Entonces se llevó a esa inversión, digamos, de esas plataformas estratégicas.

CF MIGUEL ALVES: ¿En este período, estas emisiones ocurrieron? Ah, sí. Correcto. Gracias. Creo que está listo para mí.

CEL LOPEZ: Bueno.

CF MIGUEL ALVES: Le agradezco mucho, Coronel, por su disponibilidad y por todas las explicaciones. Será de mucha valía para mi maestría.

CEL LOPEZ: No, ¡con mucho gusto!

CF MIGUEL ALVES: Muchas gracias.

7 ANEXOS

Quadro 5 – Cronologia de presidentes dos EUA e da Colômbia

Estados Unidos	Mês	Ano	Mês	Colômbia
Zachary Taylor	JUL	1850	-	José Hilário López
Millard Fillmore	JUL	1851	-	José Hilário López
Millard Fillmore	-	1852	-	José Hilário López
Millard Fillmore	MAR	1853	ABR	José Hilário López
Franklin Pierce				José María Obando
Franklin Pierce	-	1854	ABR	José María Obando
				José María Melo
Franklin Pierce	-	1855	ABR	Manuel María Mallarino
Franklin Pierce	-	1856	-	Manuel María Mallarino
Franklin Pierce	MAR	1857	ABR	Manuel María Mallarino
James Buchanan				Mariano Ospina Rodríguez
James Buchanan	-	1858	-	Mariano Ospina Rodríguez
James Buchanan	-	1859	-	Mariano Ospina Rodríguez
James Buchanan	-	1860	-	Mariano Ospina Rodríguez
James Buchanan	MAR	1861	-	Mariano Ospina Rodríguez
Abraham Lincoln			ABR	Mariano Ospina Rodríguez
Abraham Lincoln	-		Juan Jose Nieto Gil	
Abraham Lincoln	-		Juan Jose Nieto Gil	
Abraham Lincoln	-		Tomás Cipriano de Mosquera	
Abraham Lincoln	-	1862	-	Tomás Cipriano de Mosquera
Abraham Lincoln	-	1863	-	Tomás Cipriano de Mosquera
Abraham Lincoln	-	1864	ABR	Tomás Cipriano de Mosquera
Abraham Lincoln				Manuel Murillo Toro
Abraham Lincoln	ABR	1865	-	Manuel Murillo Toro
Andrew Johnson				Manuel Murillo Toro
Andrew Johnson	-	1866	ABR	Manuel Murillo Toro
Andrew Johnson				Tomás Cipriano de Mosquera

Andrew Johnson	-	1867	MAI	Tomás Cipriano de Mosquera
Andrew Johnson				Santos Acosta Castillo
Andrew Johnson	-	1868	ABR	Santos Acosta Castillo
Andrew Johnson				Santos Gutiérrez Prieto
Andrew Johnson	MAR	1869	-	Santos Gutiérrez Prieto
Ulysses S. Grant				Santos Gutiérrez Prieto
Ulysses S. Grant	-	1870	ABR	Santos Gutiérrez Prieto
Ulysses S. Grant				Eustorgio Salgar
Ulysses S. Grant	-	1871	-	Eustorgio Salgar
Ulysses S. Grant	-	1872	ABR	Eustorgio Salgar
Ulysses S. Grant				Manuel Murillo Toro
Ulysses S. Grant	-	1873	-	Manuel Murillo Toro
Ulysses S. Grant	-	1874	ABR	Manuel Murillo Toro
Ulysses S. Grant				Santiago Pérez de Manosalbas
Ulysses S. Grant	-	1875	-	Santiago Pérez de Manosalbas
Ulysses S. Grant	-	1876	ABR	Santiago Pérez de Manosalbas
Ulysses S. Grant				Aquileo Parra
Ulysses S. Grant	MAR	1877	-	Aquileo Parra
Rutherford Hayes				Aquileo Parra
Rutherford Hayes	-	1878	ABR	Aquileo Parra
Rutherford Hayes				Julián Trujillo Largacha
Rutherford Hayes	-	1879	-	Julián Trujillo Largacha
Rutherford Hayes	-	1880	ABR	Julián Trujillo Largacha
Rutherford Hayes				Rafael Nuñez
Rutherford Hayes	MAR	1881	-	Rafael Nuñez
James Garfield				Rafael Nuñez
James Garfield	SET	1881	-	Rafael Nuñez
Chester A. Arthur				Rafael Nuñez
Chester A. Arthur	-	1882	ABR	Rafael Nuñez
Chester A. Arthur				Francisco Javier Zaldúa

Chester A. Arthur			DEZ	Francisco Javier Zaldúa
Chester A. Arthur				José Eusebio Otalora
Chester A. Arthur	-	1883	-	José Eusebio Otalora
Chester A. Arthur	-	1884	ABR	José Eusebio Otalora
Chester A. Arthur				Rafael Nuñez
Chester A. Arthur	MAR	1885	-	Rafael Nuñez
Grover Cleveland				Rafael Nuñez
Grover Cleveland	-	1886	-	Rafael Nuñez
Grover Cleveland	-	1887	-	Rafael Nuñez
Grover Cleveland	-	1888	-	Rafael Nuñez
Grover Cleveland	MAR	1889	-	Carlos Holguín Mallarino
Benjamin Harrison				Carlos Holguín Mallarino
Benjamin Harrison	-	1890	-	Carlos Holguín Mallarino
Benjamin Harrison	-	1891	-	Carlos Holguín Mallarino
Benjamin Harrison	-	1892	-	Carlos Holguín Mallarino
Benjamin Harrison	MAR	1893	SET	Miguel Antonio Caro
Grover Cleveland				Miguel Antonio Caro
Grover Cleveland	-	1894	-	Miguel Antonio Caro
Grover Cleveland				Miguel Antonio Caro
Grover Cleveland	-	1895	-	Miguel Antonio Caro
Grover Cleveland	-	1896	-	Miguel Antonio Caro
Grover Cleveland	MAR	1897	-	Miguel Antonio Caro
William McKinley				Miguel Antonio Caro
William McKinley	-	1898	AGO	Miguel Antonio Caro
William McKinley				Manuel Antonio Sanclemente
William McKinley	-	1899	-	Manuel Antonio Sanclemente
William McKinley	-	1900	JUL	Manuel Antonio Sanclemente
William McKinley				José Manuel Marroquín
William McKinley	MAR	1901	-	José Manuel Marroquín
Theodore Roosevelt				José Manuel Marroquín

Theodore Roosevelt	-	1902	-	José Manuel Marroquín
Theodore Roosevelt	-	1903	-	José Manuel Marroquín
Theodore Roosevelt	-	1904	AGO	José Manuel Marroquín
Theodore Roosevelt				Rafael Reyes Prieto
Theodore Roosevelt	-	1905	-	Rafael Reyes Prieto
Theodore Roosevelt	-	1906	-	Rafael Reyes Prieto
Theodore Roosevelt	-	1907	-	Rafael Reyes Prieto
Theodore Roosevelt	-	1908	-	Rafael Reyes Prieto
Theodore Roosevelt	MAR	1909	JUL	Rafael Reyes Prieto
William H. Taft				Ramón González Valencia
William H. Taft	-	1910	AGO	Ramón González Valencia
William H. Taft				Carlos Eugenio Restrepo
William H. Taft	-	1911	-	Carlos Eugenio Restrepo
William H. Taft	-	1912	-	Carlos Eugenio Restrepo
William H. Taft	MAR	1913	-	Carlos Eugenio Restrepo
Woodrow Wilson				Carlos Eugenio Restrepo
Woodrow Wilson	-	1914	AGO	Carlos Eugenio Restrepo
Woodrow Wilson				José Vicente Concha
Woodrow Wilson	-	1915	-	José Vicente Concha
Woodrow Wilson	-	1916	-	José Vicente Concha
Woodrow Wilson	-	1917	-	José Vicente Concha
Woodrow Wilson	-	1918	AGO	José Vicente Concha
Woodrow Wilson				Marco Fidel Suárez
Woodrow Wilson	-	1919	-	Marco Fidel Suárez
Woodrow Wilson	-	1920	-	Marco Fidel Suárez
Woodrow Wilson	MAR	1921	NOV	Marco Fidel Suárez
Warren Harding				Jorge Holguín Mallarino
Warren Harding	-	1922	NOV	Jorge Holguín Mallarino
Warren Harding				Pedro Nel Ospina
Warren Harding	AGO	1923	-	Pedro Nel Ospina

Calvin Coolidge				Pedro Nel Ospina
Calvin Coolidge	-	1924	-	Pedro Nel Ospina
Calvin Coolidge	-	1925	-	Pedro Nel Ospina
Calvin Coolidge	-	1926	AGO	Pedro Nel Ospina
Calvin Coolidge				Miguel Abadía Méndez
Calvin Coolidge	-	1927	-	Miguel Abadía Méndez
Calvin Coolidge	-	1928	-	Miguel Abadía Méndez
Calvin Coolidge	MAR	1929	-	Miguel Abadía Méndez
Herbert Hoover				Miguel Abadía Méndez
Herbert Hoover	-	1930	AGO	Miguel Abadía Méndez
Herbert Hoover				Enrique Olaya Herrera
Herbert Hoover	-	1931	-	Enrique Olaya Herrera
Herbert Hoover	-	1932	-	Enrique Olaya Herrera
Herbert Hoover	MAR	1933	-	Enrique Olaya Herrera
Franklin Roosevelt				Enrique Olaya Herrera
Franklin Roosevelt	-	1934	AGO	Enrique Olaya Herrera
Franklin Roosevelt				Alfonso López Pumarejo
Franklin Roosevelt	-	1935	-	Alfonso López Pumarejo
Franklin Roosevelt	-	1936	-	Alfonso López Pumarejo
Franklin Roosevelt	-	1937	-	Alfonso López Pumarejo
Franklin Roosevelt	-	1938	AGO	Alfonso López Pumarejo
Franklin Roosevelt				Eduardo Santos Montejó
Franklin Roosevelt	-	1939	-	Eduardo Santos Montejó
Franklin Roosevelt	-	1940	-	Eduardo Santos Montejó
Franklin Roosevelt	-	1941	-	Eduardo Santos Montejó
Franklin Roosevelt	-	1942	AGO	Eduardo Santos Montejó
Franklin Roosevelt				Alfonso López Pumarejo
Franklin Roosevelt	-	1943	-	Alfonso López Pumarejo
Franklin Roosevelt	-	1944	-	Darío Echandía Olaya
Franklin Roosevelt	ABR	1945	-	Alfonso López Pumarejo

Harry S. Truman				Alfonso López Pumarejo
Harry S. Truman	-	1946	AGO	Allberto Lleras Camargo
Harry S. Truman				Mariano Ospina Pérez
Harry S. Truman	-	1947	-	Mariano Ospina Pérez
Harry S. Truman	-	1948	-	Mariano Ospina Pérez
Harry S. Truman	-	1949	-	Mariano Ospina Pérez
Harry S. Truman	-	1950	AGO	Mariano Ospina Pérez
Harry S. Truman				Laureano Gómez Castro
Harry S. Truman	-	1951	-	Laureano Gómez Castro
Harry S. Truman	-	1952	-	Laureano Gómez Castro
Harry S. Truman	JAN	1953	JUN	Roberto UrdanetaArbeláez
Dwight Eisenhower				Gustavo Rojas Pinilla
Dwight Eisenhower	-	1954	-	Gustavo Rojas Pinilla
Dwight Eisenhower	-	1955	-	Gustavo Rojas Pinilla
Dwight Eisenhower	-	1956	-	Gustavo Rojas Pinilla
Dwight Eisenhower	-	1957	MAI	Gustavo Rojas Pinilla
Dwight Eisenhower				Junta Militar Colombiana
Dwight Eisenhower	-	1958	AGO	Junta Militar Colombiana
Dwight Eisenhower				Alberto Lleras Camargo
Dwight Eisenhower	-	1959	-	Alberto Lleras Camargo
Dwight Eisenhower	-	1960	-	Alberto Lleras Camargo
Dwight Eisenhower	JAN	1961	-	Alberto Lleras Camargo
John F. Kennedy				Alberto Lleras Camargo
John F. Kennedy	-	1962	AGO	Alberto Lleras Camargo
John F. Kennedy				Guillermo León Valencia
John F. Kennedy	NOV	1963	-	Guillermo León Valencia
Lyndon Johnson				Guillermo León Valencia
Lyndon Johnson	-	1964	-	Guillermo León Valencia
Lyndon Johnson	-	1965	-	Guillermo León Valencia
Lyndon Johnson	-	1966	AGO	Guillermo León Valencia

Lyndon Johnson				Carlos Lleras Restrepo
Lyndon Johnson	-	1967	-	Carlos Lleras Restrepo
Lyndon Johnson	-	1968	-	Carlos Lleras Restrepo
Lyndon Johnson	JAN	1969	-	Carlos Lleras Restrepo
Richard Nixon				Carlos Lleras Restrepo
Richard Nixon	-	1970	AGO	Carlos Lleras Restrepo
Richard Nixon				Misael Pastrana Borrero
Richard Nixon	-	1971	-	Misael Pastrana Borrero
Richard Nixon	-	1972	-	Misael Pastrana Borrero
Richard Nixon	-	1973	-	Misael Pastrana Borrero
Richard Nixon	AGO	1974	AGO	Misael Pastrana Borrero
Gerald Ford				Alfonso López Michelsen
Gerald Ford	-	1975	-	Alfonso López Michelsen
Gerald Ford	-	1976	-	Alfonso López Michelsen
Gerald Ford	JAN	1977	-	Alfonso López Michelsen
Jimmy Carter				Alfonso López Michelsen
Jimmy Carter	-	1978	AGO	Alfonso López Michelsen
Jimmy Carter				Julio César Turbay
Jimmy Carter	-	1979	-	Julio César Turbay
Jimmy Carter	-	1980	-	Julio César Turbay
Jimmy Carter	JAN	1981	-	Julio César Turbay
Ronald Reagan				Julio César Turbay
Ronald Reagan	-	1982	AGO	Julio César Turbay
Ronald Reagan				Belisário Betancur
Ronald Reagan	-	1983	-	Belisário Betancur
Ronald Reagan	-	1984	-	Belisário Betancur
Ronald Reagan	-	1985	-	Belisário Betancur
Ronald Reagan	-	1986	AGO	Belisário Betancur
Ronald Reagan				Virgilio Barco Vargas
Ronald Reagan	-	1987	-	Virgilio Barco Vargas

Ronald Reagan	-	1988	-	Virgilio Barco Vargas
Ronald Reagan	JAN	1989	-	Virgilio Barco Vargas
George Bush				Virgilio Barco Vargas
George Bush	-	1990	AGO	Virgilio Barco Vargas
George Bush				César Gaviria Trujillo
George Bush	-	1991	-	César Gaviria Trujillo
George Bush	-	1992	-	César Gaviria Trujillo
George Bush	JAN	1993	-	César Gaviria Trujillo
Bill Clinton				César Gaviria Trujillo
Bill Clinton	-	1994	AGO	César Gaviria Trujillo
Bill Clinton				Ernesto Samper Pizano
Bill Clinton	-	1995	-	Ernesto Samper Pizano
Bill Clinton	-	1996	-	Ernesto Samper Pizano
Bill Clinton	-	1997	-	Ernesto Samper Pizano
Bill Clinton	-	1998	AGO	Ernesto Samper Pizano
Bill Clinton				Andrés Pastrana Arango
Bill Clinton	-	1999	-	Andrés Pastrana Arango
Bill Clinton	-	2000	-	Andrés Pastrana Arango
Bill Clinton	JAN	2001	-	Andrés Pastrana Arango
George W. Bush				Andrés Pastrana Arango
George W. Bush	-	2002	AGO	Andrés Pastrana Arango
George W. Bush				Álvaro Uribe Vélez
George W. Bush	-	2003	-	Álvaro Uribe Vélez
George W. Bush	-	2004	-	Álvaro Uribe Vélez
George W. Bush	-	2005	-	Álvaro Uribe Vélez
George W. Bush	-	2006	-	Álvaro Uribe Vélez
George W. Bush	-	2007	-	Álvaro Uribe Vélez
George W. Bush	-	2008	-	Álvaro Uribe Vélez
George W. Bush	JAN	2009	-	Álvaro Uribe Vélez
Barack Obama				Álvaro Uribe Vélez

Barack Obama	-	2010	AGO	Álvaro Uribe Vélez
Barack Obama				Juan Manuel Santos
Barack Obama	-	2011	-	Juan Manuel Santos
Barack Obama	-	2012	-	Juan Manuel Santos
Barack Obama	-	2013	-	Juan Manuel Santos
Barack Obama	-	2014	-	Juan Manuel Santos
Barack Obama	-	2015	-	Juan Manuel Santos
Barack Obama	-	2016	-	Juan Manuel Santos

Fonte: Adaptado de LC (2020) e Presidentes de Colombia ([2024]).

Quadro 6 – Estados do Terceiro Mundo da Classificação de Michael Morris

Afeganistão	Guiné Equatorial	Omã
Argélia	Gana	Paquistão
Angola	Granada	Panamá
Antígua e Barbuda	Guatemala	Papua Nova Guiné
Arábia Saudita	Guiné	Paraguai
Argentina	Guiné Bissau	Peru
Bahamas	Guiana	Filipinas
Bahrein	Haiti	Qatar
Bangladesh	Honduras	República Dominicana
Barbados	Ilhas Fiji	República Centro Africana
Belize	Ilhas Salomão	Ruanda
Benin	Índia	St Christopher & Nevis
Butão	Indonésia	Santa Lúcia
Bolívia	Irã	São Vicente
Botswana	Iraque	São Tomé e Príncipe
Brasil	Jamaica	Senegal
Brunei	Jordânia	Seychelles
Burkina Faso	Quênia	Serra Leoa
Burma	Coréia do Norte	Somália
Burundi	Coréia do Sul	Sri Lanka

Camarões	Kuwait	Sudão
Cabo Verde	Laos	Suriname
Chade	Líbano	Suazilândia
Chile	Lesoto	Síria
Cingapura	Libéria	Taiwan
Colômbia	Líbia	Tanzânia
Cômoros	Madagascar	Tailândia
Congo	Malawi	Togo
Costa do Marfim	Malásia	Trinidad & Tobago
Costa Rica	Maldivas	Tunísia
Cuba	Mali	Uganda
Djibuti	Marrocos	Uruguai
Dominica	Mauritânia	Vanuatu
Equador	Maurícios	Venezuela
Egito	México	Vietnã
El Salvador	Mongólia	Samoa
Emirados Árabes Unidos	Moçambique	Yemen
Etiópia	Nepal	Zaire
Gabão	Nicarágua	Zambia
Gâmbia	Níger	Zimbabwe
	Nigéria	

Nota: Adaptada da lista de 159 Estados membros da Organização das Nações Unidas de outubro de 1984.

Fonte: Morris (1987, p. 6).

Quadro 7 – Sistema de Classificação de Navios de Guerra segundo Morris

Sistema de Classificação de Navios de Guerra segundo Morris		
Principais Navios de Guerra de Superfície	Sigla	Características
Porta-Aviões	PA	
Cruzador	C	> 6.000 Toneladas (Ton)
<i>Destroyer</i>	D	Entre 3.000 e 6.000 Tons
Fragata	F	Entre 1.100 e 3.000 Tons

Corveta	Corv	Entre 500 e 1.100 Tons
Submarinos	Sub	Incluídos somente submarinos de propulsão convencional sem a capacidade de lançamento de mísseis balísticos
Forças Rápidas		
Navio de Ataque Rápido	NAR	Incluídos apenas aqueles armados com torpedos ou mísseis (FAC)
Navio Patrulha Rápido ou Navio Patrulha Costeiro	NPR ou NPA	Com armamento de no mínimo calibre 20mm
Forças Anfíbias		
Navio de Desembarque	ND	De acordo com designações da publicação <i>Jane's Fighting Ships</i>
Forças de Guerra de Minas		
Navio Varredor	NV	De acordo com designações da publicação <i>Jane's Fighting Ships</i>
Caça-Minas Oceânico	CMO	De acordo com designações da publicação <i>Jane's Fighting Ships</i>
Caça-Minas Costeiro	CMC	De acordo com designações da publicação <i>Jane's Fighting Ships</i>
Navios de Abastecimento	NA	Incluídos aqueles de transporte de Óleo, Reparo, Oficina, Depósito, Tanque maiores de 100 Tons
Navios de Pesquisa	NP	Incluídos os de Oceanografia
Outros tipos de Navio	ON	Incluídos os de Transporte, Rebocadores e Salvamento e Resgate acima de 100 Tons

Fonte: Adaptado de Morris (1987).

Legenda para os Quadros 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14

	Baixa de meios no referido ano
	Aquisição de novos meios no referido ano

Quadro 8 – 1987: Relação de Meios Navais da Colômbia

Tipo do Meio	Nome	Deslocamento	Armamento	Classe	Local de Construção	Data de Construção	Data de Incorporação	Observações
Destroyers	Siete de Agosto	2650 Ton	3 Canhões duplos de 4,7 Pol	Halland Mod	Gotaverken Suécia	19 de junho de 1956	outubro de 1958	Modernizado nos EUA em 1975 com sensores mais modernos
			4 Canhões de 40mm					
			4 Tubos de Torpedo					
			4 Canhões de 40mm					
Fragatas	Almirante Padilla	1500 Ton	8 tubos de míssil Anti-navio MM40 Exocet	Tipo FS 1500	Kiel - Aleamanha	8 de janeiro de 1981	1983	
	Caldas		Sistema AA de míssil Albatroz - Seasparrow					
	Antioquia		1 Canhão de 76mm					
	Independencia		4 canhões de 30mmm					
		2 reparos triplos de torpedo Mk 32						
	Boyaca	1450 Ton	2 Canhões de 3 Pol	Courtney	New Jersey - EUA	24 de novembro de 1956	8 de julho de 1972	
	2 Reparos triplos de torpedo							
Navios Patrulha	Pedro Heredia	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm	Cherokee	Charleston, South Carolina - EUA	1943	1979	ex-USS Choctow (ATF 701) 1640 Ton Full
	Sebastian de B. Calzar				Alameda, California - EUA	1943	1977	ex-USS Carib (ATF 82) 1640 Ton Full
	Rodrigo de Bastidas				Charleston, South Carolina - EUA	1944		ex-USS Hidatsa (ATF 102) 1640 Ton Full
	Bahia Solano							ex-USS Jicarilla (ATF 104) 1640 Ton Full
Submarinos	Pijao	1000 Ton	8 tubos de torpedo		Kiel - Aleamanha		17 de abril de 1975	
	Tayrona	1000 Ton			Kiel - Aleamanha		18 de julho de 1975	
	Intrepido	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	

Mini Submarinos	Indomable	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	Transportam até 8 mergulhadores de combate com 2 Ton de explosivos
Navio Transporte	Jurado	1979Ton			At. Chile de la Rochelle, Palice	1960		ex-Tocopilla - Chilean Merchant Ship
Navio Patrulha	Espartana	50 Ton			Colômbia - Naval Dockyard - Cartagena	22 de Junho de 1950		
Canhoneira Fluvial	Cartagena	142 Ton	2 Canhões de 3 Pol	Mesma Classe	Glasgow Reino Unido	1930		
	Arauca	184 Ton	2 Canhões de 3 Pol			1955		Construído em Barranquilla/Colômbia pela Unial Barranquilla
	Letícia	184 Ton	4 Canhões de 20mm					
	Riohacha	184 Ton						
Tranporte pequeno	Ciudad de Quibdo	633 Ton			Sander Delfzijl - Holanda			
Rebocador Oceânico	Bahia Utria	534 Ton		Sotoyomo	EUA		1971	ex-USS Kalmia - ATA 184
Rebocadores	Teniente Sorzano	54 Ton						
	Cándido Leguizamo	50 Ton						
	Capitán Castro	50 Ton						
	Capitán Rigoberto Giraldo	50 Ton						
	Capitán Alvaro Ruiz	50 Ton						
	Capitán Vladimir Valek	50 Ton						
	Joves Fiallo	50 ton						
	Teniente Luis Bernal	50 Ton						
	Teniente Miguel Silva							
Rebocador Fluvial	Igaraparana							Comprado do Servicio Naviero R. de Colombia
Navio Patrulha Fluvial	Humberto Cortes	35 Ton	4 Morteiros				26 de novembro de 1952	
	Carlos Galindo	35 Ton					2 de maio de 1953	
	Juan Lucio	35 Ton					1954	

	Alfonso Vargas	33 Ton	1 canhão de 20mm					Construídos na Base Naval de Cartagena para Operar em Rio
	Fritz Hagale	33 Ton						
	Diligente							Lançadas entre 1952 e 1954 / Construídas na Base Naval de Cartagena
	Vengadora							
Pequenos Transporte	Hernando Gutierrez	70 Ton				1953		Construídos na base Naval de Cartagena
	Mario Serpa					1953		
	Socorro						1954	
Navios Patrulha	Quito Sueno	225 Ton	1 Canhão tripla de 76mm	Asheville	Tacoma, Washington - EUA	14 de julho de 1969	1982	ex-USS Tacoma Transferidos por Lease
	Albuquerque		1 Canhão de 40mm		Wisconsin - EUA	8 de setembro de 1969		ex-USS Welch Transferidos por Lease
	Carlos Alban	100 Ton					1971	
	Nito Restrepo							
	Carlos E. restrepo	85 Ton	1 Metralhadora 20 mm AA		Alemanha	1964	1965	
	Rafael del Castillo Rada	103 Ton	1 metralhadora .50 Browning AA		Berwick, Louisiana - EUA	16 de outubro de 1981		
	Olaya Herrera							
Navios de Pesquisa	Quindio	600 Ton				1943		ex-USY 443
Navio Patrulha	R. D. Binney	25 Ton				1947		Construído na Base Naval de Cartagena
Navio de Pesquisa	San Andres	674 Ton			Chicago EUA		1969	ex-USS Rockville
Navio Escola	Glória	1300 Ton			Bilbao, Espanha		1968	
Doca Flutuante	Mayor Arias	700 Ton						
Navio Patrulha Costeira	Calbio	35 Ton						
Navio Patrulha	Rodriguez							
Navios de Pesquisa	Malpelo	830 Ton			Leer, Alemanha	Janeiro de 1981	24 de julho de 1981	Pesquisa de pesca / Operado pela DIMAR
	Providencia							Pesquisa de Geofísica / Operado pela DIMAR

Fonte: Adaptado de Jane's Fighting Ships 1987-1988 (1987).

	Cándido Leguizamo	50 Ton						
	Capitán Castro	50 Ton						
	Capitán Rigoberto Giraldo	50 Ton						
	Capitán Alvaro Ruiz	50 Ton						
	Capitán Vladimir Valek	50 Ton						
	Joves Fiallo	50 ton						
	Teniente Luis Bernal	50 Ton						
	Teniente Miguel Silva							Rebocador de Rio - Union Industrial Barranquilla (UNIAL)
Rebocador Fluvial	Igaraparana							Comprado do Servicio Naviero R. de Colombia
Navio Patrulha Fluvial	Humberto Cortes	35 Ton	4 Morteiros			26 de novembro de 1952		
	Carlos Galindo	35 Ton				2 de maio de 1953		
	Juan Lucio	35 Ton				1954		
	Calibio	35 Ton						Ast. Naval Cartagena
	Alfonso Vargas	33 Ton	1 canhão de 20mm					Construídos na Base Naval de Cartagena para Operar em Rio
	Fritz Hagale	33 Ton						
	Diligente							Lançadas entre 1952 e 1954 / Construídas na Base Naval de Cartagena
	Vengadora							
Pequenos Transporte	Hernando Gutierrez	70 Ton				1953		Construídos na base Naval de Cartagena
	Mario Serpa				1953			
	Socorro					1954		Base Naval de Cartagena - ex-Alberto Gomez
Navios Patrulha	Quito Sueno	225 Ton	1 Canhão triplo de 76mm	Asheville	Tacoma, Washington - EUA	14 de julho de 1969	1982	ex-USS Tacoma Transferidos por Lease
	Albuquerque		1 Canhão de 40mm		Wisconsin - EUA	8 de setembro de 1969		ex-USS Welch Transferidos por Lease
	Carlos Alban	100 Ton					1971	
	Nito Restrepo							

	Rafael del Castillo Rada	103 Ton	1 metralhadora .50 Browning AA		Berwick, Louisiana - EUA	16 de outubro de 1981		
Navios de Pesquisa	Quindio	600 Ton				1943		ex-USY 443
Navio Patrulha	R. D. Binney	25 Ton				1947		Construído na Base Naval de Cartagena
Navio de Pesquisa	San Andres	674 Ton			Chicago EUA		1969	ex-USS Rockville
Navio Escola	Glória	1300 Ton			Bilbao, Espanha		1968	
Doca Flutuante	Mayor Arias	700 Ton						
Navio Patrulha	Rodriguez							
Navios de Pesquisa	Malpelo	830 Ton			Leer, Alemanha	Janeiro de 1981	24 de julho de 1981	Pesquisa de pesca / Operado pela DIMAR
	Providencia							Pesquisa de Geofísica / Operado pela DIMAR

Fonte: Adaptado de Jane's Fighting Ships 1988-1989 (1988).

Quadro 10 – 1989: Relação de meios navais da Colômbia

Tipo do Meio	Nome	Deslocamento	Armamento	Classe	Local de Construção	Data de Construção	Data de Incorporação	Observações
Fragatas	Almirante Padilla	1500 Ton	8 tubos de míssil Anti-navio MM40 Exocet	Tipo FS 1500	Kiel - Alemanha	8 de janeiro de 1981	1983	
	Caldas		Sistema AA de míssil Albatroz - Seasparrow					
	Antioquia		1 Canhão de 76mm					
	Independencia		4 canhões de 30mm					
	Boyaca	1450 Ton	2 reparos triplos de torpedo Mk 32 2 Canhões de 3 Pol	Courtney	New Jersey - EUA	24 de novembro de 1956	8 de julho de 1972	
Submarinos	Pijao	1000 Ton	8 tubos de torpedo		Kiel - Alemanha		17 de abril de 1975	
	Tayrona	1000 Ton					18 de julho de 1975	
Mini Submarinos	Intrepido	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	

	Indomable	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	Transportam até 8 mergulhadores de combate com 2 Ton de explosivos
Navio Transporte	Jurado	1979Ton			At. Chile de la Rochelle, Palice	1960		ex-Tocopilla - Chilean Merchant Ship
Navio Patrulha	Espartana	50 Ton			Colômbia - Naval Dockyard - Cartagena	22 de Junho de 1950		
	Arauca	184 Ton	2 Canhões de 3 Pol			1955		Construído em Barranquilla/Colômbia pela Unial Barranquilla
	Leticia	184 Ton	4 Canhões de 20mm					
	Riohacha	184 Ton						
Tranporte pequeno	Ciudad de Quibdo	633 Ton			Sander Delfzijl - Holanda			
Rebocadores	Teniente Sorzano	54 Ton						ex-USS YTL 231
	Capitán Castro	50 Ton						
	Capitán Rigoberto Giraldo	50 Ton						
	Capitán Alvaro Ruiz	50 Ton						
	Capitán Vladimir Valek	50 Ton						
	Joves Fiallo	50 ton						
	Teniente Luis Bernal	50 Ton						
	Teniente Miguel Silva							Rebocador de Rio - Union Industrial Barranquilla (UNIAL)
Rebocador Fluvial	Manacasais	104				jun/86		Comprado do Servicio Naviero R. de Colombia usadas para transportar material até áreas de difícil acceso
	Igaraparana	104				jun/85		
Navio Patrulha Fluvial	Humberto Cortes	35 Ton	4 Morteiros			26 de novembro de 1952		
	Carlos Galindo	35 Ton				2 de maio de 1953		
	Juan Lucio	35 Ton				1954		
	Calibio	35 Ton						
	Alfonso Vargas	33 Ton	1 canhão de 20mm					Ast. Naval Cartagena
	Fritz Hagale	33 Ton						
	Diligente							

	Vengadora							Lançadas entre 1952 e 1954 / Construídas na Base Naval de Cartagena
Pequenos Transporte	Hernando Gutierrez	70 Ton				1953		Construídos na base Naval de Cartagena
	Mario Serpa					1953		
	Socorro						1954	
Navios Patrulha	Quito Sueno	225 Ton	1 Canhão triplo de 76mm	Asheville	Tacoma, Washington - EUA	14 de julho de 1969	1982	ex-USS Tacoma Transferidos por Lease
	Albuquerque		1 Canhão de 40mm		Wisconsin - EUA	8 de setembro de 1969		ex-USS Welch Transferidos por Lease
	Carlos Alban	100 Ton					1971	
	Nito Restrepo							
		Rafael del Castillo Rada	103 Ton	1 metralhadora .50 Browning AA		Berwick, Louisiana - EUA	16 de outubro de 1981	
Lanchas Rápidas Go Fast	Turbo	7 Ton						Capturadas fazendo tráfico de Drogas e transformadas em lanchas contra o narcotráfico
	Tolú	7 Ton						
	Serranilla	7 Ton						
	Filogonio Hichamón	7 Ton						
Caraterísticas desconhecidas	Sejeri	10 Ton						Provavelmente Capturadas realizando Tráfico de Drogas
	Inirida	10 Ton						
	Josué Alvarez	10 Ton						
Navios de Pesquisa	Quindio	600 Ton				1943		ex-USY 443
Navio Patrulha	R. D. Binney	25 Ton				1947		Construído na Base Naval de Cartagena
Navio de Pesquisa	San Andres	674 Ton			Chicago EUA		1969	ex-USS Rockville
Navio Escola	Glória	1300 Ton			Bilbao, Espanha		1968	
Doca Flutuante	Mayor Arias	700 Ton						
Navio Patrulha	Rodriguez							
Navios de Pesquisa	Malpelo	830 Ton			Leer, Alemanha	Janeiro de 1981	24 de julho de 1981	Pesquisa de pesca / Operado pela DIMAR
	Providencia							Pesquisa de Geofísica / Operado pela DIMAR

Fonte: Adaptado de Jane's Fighting Ships 1989-1990 (1989).

Quadro 11 – 1990: Relação de meios navais da Colômbia

Tipo do Meio	Nome	Deslocamento	Armamento	Classe	Local de Construção	Data de Construção	Data de Incorporação	Observações
Fragatas	Almirante Padilla	1500 Ton	8 tubos de míssil Anti-navio MM40 Exocet	Tipo FS 1500	Kiel - Alemanha	8 de janeiro de 1981	1983	
	Caldas		Sistema AA de míssil Albatroz - Seasparrow					
	Antioquia		1 Canhão de 76mm					
	Independencia		4 canhões de 30mm					
2 reparos triplos de torpedo Mk 32								
Navio Patrulha	Boyaca	1450 Ton	2 Canhões de 3 Pol	Courtney	New Jersey - EUA	24 de novembro de 1956	8 de julho de 1972	ex-USS Hartley (DE-1029)
		2 Reparos triplos de torpedo						
Submarinos	Pijao	1000 Ton	8 tubos de torpedo		Kiel - Alemanha		17 de abril de 1975	
	Tayrona	1000 Ton			Kiel - Alemanha		18 de julho de 1975	
Mini Submarinos	Intrepido	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	Transportam até 8 mergulhadores de combate com 2 Ton de explosivos
	Indomable	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	
Navio Transporte	Jurado	1979Ton			At. Chile de la Rochelle, Palice	1960		ex-Tocopilla - Chilean Merchant Ship
Navio Patrulha	Espartana	50 Ton			Colômbia - Naval Dockyard - Cartagena	22 de Junho de 1950		
	Arauca	184 Ton	2 Canhões de 3 Pol			1955		Construído em Barranquilla/Colômbia pela Unial Barranquilla
	Letícia	184 Ton	4 Canhões de 20mm					
	Riohacha	184 Ton						
Tranporte pequeno	Ciudad de Quibdo	633 Ton			Sander Delfzijl - Holanda			
Rebocadores	Teniente Sorzano	54 Ton						ex-USS YTL 231
	Capitán Castro	50 Ton						

	Capitán Rigoberto Giraldo	50 Ton						
	Capitán Alvaro Ruiz	50 Ton						
	Capitán Vladimir Valek	50 Ton						
	Teniente Luis Bernal	50 Ton						
	Teniente Miguel Silva							Rebocador de Rio - Union Industrial Barranquilla (UNIAL)
Rebocador Fluvial	Manacasais	104				jun/86		Comprado do Servicio Naviero R. de Colombia usadas para transportar material até áreas de difícil acceso
	Igaraparana	104				jun/85		
Navio Patrulha Fluvial	Humberto Cortes	35 Ton	4 Morteiros			26 de novembro de 1952		Ast. Naval Cartagena
	Carlos Galindo	35 Ton				2 de maio de 1953		
	Juan Lucio	35 Ton				1954		
	Calibio	35 Ton						
	Alfonso Vargas	33 Ton	1 canhão de 20mm					Construídos na Base Naval de Cartagena para Operar em Rio
	Fritz Hagale	33 Ton						
		Diligente						Lançadas entre 1952 e 1954 / Construídas na Base Naval de Cartagena
	Vengadora							
Pequenos Transporte	Hernando Gutierrez	70 Ton				1953		Construídos na base Naval de Cartagena
	Mario Serpa					1953		
	Socorro						1954	
Navios Patrulha	Quito Sueno	225 Ton	1 Canhão triplo de 76mm	Asheville	Tacoma, Washington - EUA	14 de julho de 1969	1982	ex-USS Tacoma Transferidos por Lease
	Albuquerque		1 Canhão de 40mm		Wisconsin - EUA	8 de setembro de 1969		ex-USS Welch Transferidos por Lease
	Carlos Alban	100 Ton					1971	
	Nito Restrepo							
	Rafael del Castillo Rada	103 Ton	1 metralhadora .50 Browning AA		Berwick, Louisiana - EUA	16 de outubro de 1981		
	Turbo							

Lanchas Rápidas Go Fast	Tolú							Capturadas fazendo tráfico de Drogas e transformadas em lanchas contra o narcotráfico
	Serranilla							
	Filogonio Hichamón							
Caraterísticas desconhecidas	Segeri							Provavelmente Capturadas realizando Tráfico de Drogas
	Inirida							
	Josué Alvarez							
Navios de Pesquisa	Quindio	600 Ton				1943		ex-USY 443
Navio Patrulha	R. D. Binney	25 Ton				1947		Construído na Base Naval de Cartagena
Navio de Pesquisa	San Andres	674 Ton			Chicago EUA		1969	ex-USS Rockville
Navio Escola	Glória	1300 Ton			Bilbao, Espanha		1968	
Doca Flutuante	Mayor Arias	700 Ton						
Navio Patrulha	Rodriguez							
Navios de Pesquisa	Malpelo	830 Ton			Leer, Alemanha	Janeiro de 1981	24 de julho de 1981	Pesquisa de pesca / Operado pela DIMAR
	Providencia							Pesquisa de Geofísica / Operado pela DIMAR

Fonte: Adaptado de Jane's Fighting Ships 1990-1991 (1990).

Quadro 12 – 1993: Relação de meios navais da Colômbia

Tipo do Meio	Nome	Deslocamento	Armamento	Classe	Local de Construção	Data de Construção	Data de Incorporação	Observações
Fragatas	Almirante Padilla	1500 Ton	8 tubos de míssil Anti-navio MM40 Exocet	Tipo FS 1500	Kiel - Alemanha	8 de janeiro de 1981	1983	
	Caldas		Sistema AA de míssil Albatroz - Seasparrow					
	Antioquia		1 Canhão de 76mm					
	Independencia		4 canhões de 30mm 2 reparos triplos de torpedo Mk 32				1984	
Navio Patrulha	Boyaca	1450 Ton	2 Canhões de 3 Pol	Courtney	New Jersey - EUA	24 de novembro de 1956	8 de julho de 1972	ex-USS Hartley (DE-1029)

			2 Reparos triplos de torpedo					
Submarinos	Pijao	1000 Ton	8 tubos de torpedo		Kiel - Alemanha		17 de abril de 1975	
	Tayrona	1000 Ton			Kiel - Alemanha		18 de julho de 1975	
Mini Submarinos	Intrepido	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	Transportam até 8 mergulhadores de combate com 2 Ton de explosivos
	Indomable	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	
Navio Patrulha	Espartana	50 Ton			Colômbia - Naval Dockyard - Cartagena	22 de Junho de 1950		
Canhoneira Fluvial	Arauca	184 Ton	2 Canhões de 3 Pol			1955		Construído em Barranquilla/Colômbia pela Unial Barranquilla
	Letícia	184 Ton	4 Canhões de 20mm					
	Riohacha	184 Ton						
Rebocadores	Teniente Sorzano	54 Ton						ex-USS YTL 231
	Capitán Castro	50 Ton						
	Capitán Rigoberto Giraldo	50 Ton						
	Capitán Alvaro Ruiz	50 Ton						
	Capitán Vladimir Valek	50 Ton						
	Teniente Luis Bernal	50 Ton						
	Teniente Miguel Silva							Rebocadores de Rio - Union Industrial Barranquilla (UNIAL)
	Néstor Orpina							
Rebocador Fluvial	Manacasais	104				jun/86		Comprado do Servicio Naviero R. de Colombia usadas para transportar material até áreas de difícil acesso
	Igaraparana	104				jun/85		
Navio Patrulha Fluvial	Humberto Cortes	35 Ton	4 Morteiros			26 de novembro de 1952		Ast. Naval Cartagena
	Carlos Galindo	35 Ton				2 de maio de 1953		
	Juan Lucio	35 Ton				1954		
	Calibio	35 Ton						

	Alfonso Vargas	33 Ton	1 canhão de 20mm					Construídos na Base Naval de Cartagena para Operar em Rio
	Fritz Hagale	33 Ton						
Lanchas Patrulha Fluvial	2 unidades	18 Ton	metralhadoras 2-12,7 mm 2-7,62 mm					Entregue pelos EUA em SET 1992 para apoiar patrulhas anti-narcotics
Pequenos Navios Fluviais	5 unidades	9 Ton	Metralhadoras 2-12.7 e 1-7.62 e 1 Morteiro				1990	Ex-US PBR Mk IV
Pequenos Transporte Fluviais	Hernando Gutierrez	70 Ton					1953	Construídos na base Naval de Cartagena
	Socorro						1954	Base Naval de Cartagena - ex-Alberto Gomez
Navios Patrulha	Pedro Heredia	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm				1943	ex-USS Cherokee Class construído por Charleston SB & DD Co
	Sebastian Calzar	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm				1943	
	Rodrigo Bastidas	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm				1944	
	Quito Sueno	225 Ton	1 Canhão triplo de 76mm	Asheville	Tacoma, Washington - EUA	14 de julho de 1969	1982	ex-USS Tacoma Transferidos por Lease
	Albuquerque		1 Canhão de 40mm		Wisconsin - EUA	8 de setembro de 1969		ex-USS Welch Transferidos por Lease
	Carlos Alban	100 Ton						1971
	Rafael del Castillo Rada	103 Ton	1 metralhadora .50 Browning AA		Berwick, Louisiana - EUA		16 de outubro de 1981	
	Jose Maria Palas	95 Ton	1 Canhão de 40mm e Metralhadoras .50					1990
	Medardo Monzon	95 Ton						
	Olaya Herrera	103 Ton	1 Canhão de 40mm e Metralhadoras 12,7 mm		Swiftships, Berwick		16 de outubro de 1981	
Lanhcha Fluvial	2 unidades	9 Ton	Metralhadoras 1-12,7mm e 2-7,62mm				1990	Transporta 8 Fuzileiros Navais
Navios Capturados com Drogas	Turbo							Capturadas fazendo tráfico de Drogas
	Tolú							
	Serranilla							
	Filogonio Hichamón							
	Bahia Cupica							

Navio Patrulha	Boyaca	1450 Ton	2 Canhões de 3 Pol	Courtney	New Jersey - EUA	24 de novembro de 1956	8 de julho de 1972	ex-USS Hartley (DE-1029)
			2 Reparos triplos de torpedo					
Submarinos	Pijao	1000 Ton	8 tubos de torpedo		Kiel - Alemanha		17 de abril de 1975	
	Tayrona	1000 Ton			Kiel - Alemanha		18 de julho de 1975	
Mini Submarinos	Intrepido	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	Transportam até 8 mergulhadores de combate com 2 Ton de explosivos
	Indomable	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	
Navio Patrulha	Espartana	50 Ton			Colômbia - Naval Dockyard - Cartagena	22 de Junho de 1950		
Canhoneira Fluvial	Arauca	184 Ton	2 Canhões de 3 Pol			1955		Construído em Barranquilla/Colômbia pela Unial Barranquilla
	Letícia	184 Ton	4 Canhões de 20mm					
	Riohacha	184 Ton						
Rebocadores	Teniente Sorzano	54 Ton						ex-USS YTL 231
	Capitán Castro	50 Ton						
	Capitán Rigoberto Giraldo	50 Ton						
	Capitán Alvaro Ruiz	50 Ton						
	Capitán Vladimir Valek	50 Ton						
	Teniente Luis Bernal	50 Ton						
	Teniente Miguel Silva							Rebocadores de Rio - Union Industrial Barranquilla (UNIAL)
	Nêstor Orpina							
Rebocador Fluvial	Manacasais	104				jun/86		Comprado do Servicio Naviero R. de Colombia usadas para transportar material até áreas de difícil acesso
	Igaraparana	104				jun/85		
Navio Patrulha Fluvial	Humberto Cortes	35 Ton	4 Morteiros			26 de novembro de 1952		Ast. Naval Cartagena
	Carlos Galindo	35 Ton				2 de maio de 1953		
	Juan Lucio	35 Ton				1954		

	Calibio	35 Ton							
	Alfonso Vargas	33 Ton	1 canhão de 20mm					Construídos na Base Naval de Cartagena para Operar em Rio	
	Fritz Hagale	33 Ton							
Lanchas Patrulha Fluvial	2 unidades	18 Ton	metralhadoras 2-12,7 mm 2-7,62 mm					Entregue pelos EUA em SET 1992 para apoiar patrulhas anti-narcotics	
Pequenos Navios Fluviais	5 unidades	9 Ton	Metralhadoras 2-12.7 e 1-7.62 e 1 Morteiro				1990	Ex-US PBR Mk IV	
Lanchas Patrulha Fluvial	9 unidades	20 Ton	Metralhadoras 3-12.7 mm 1 Lançador de Granada 2-7.62				out/93	Construído pelo Estaleiro Bender Shipbuilding, Alabama, EUA para patrulha anti-narcotics	
Pequenos Transporte Fluviais	Hernando Gutierrez	70 Ton					1953	Construídos na base Naval de Cartagena	
	Socorro						1954	Base Naval de Cartagena - ex-Alberto Gomez	
Navios Patrulha	Pedro Heredia	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm				1943	ex-USS Cherokee Class construído por Charleston SB & DD Co	
	Sebastian Calzar	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm				1943		
	Rodrigo Bastidas	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm				1944		
	Quito Sueno	225 Ton	1 Canhão triplo de 76mm	Asheville	Tacoma, Washington - EUA	14 de julho de 1969	1982	ex-USS Tacoma Transferidos por Lease	
	Albuquerque		1 Canhão de 40mm		Wisconsin - EUA			8 de setembro de 1969	ex-USS Welch Transferidos por Lease
	Carlos Alban	100 Ton						1971	
	Rafael del Castillo Rada	103 Ton	1 metralhadora .50 Browning AA		Berwick, Louisiana - EUA	16 de outubro de 1981			
	Juan Nepomuceno Eslava	95 Ton	1 Canhão de 40mm e Metralhadoras .50					1992	Unidades adquiridas por meio do programa FMS dos EUA
	Jose Maria Garcia Toledo	95 Ton							
	Jose Maria Palas	95 Ton						1990	
	Medardo Monzon	95 Ton							
	Olaya Herrera	103 Ton	1 Canhão de 40mm e Metralhadoras 12,7 mm		Swiftships, Berwick	16 de outubro de 1981			

Lanchas Delfin	12 unidades	9 Ton	Metralhadoras 1-12,7mm e 2-7,62mm		Mako Marine, Miami - EUA		1992	6 no Pacífico e 6 no Atlântico
Lanchas Piranha	45 unidades	10 Ton	Metralhadoras 1-12,7mm e 2-7,62mm		Boston Whaler - EUA			
Lanhcha Fluvial	2 unidades	9 Ton	Metralhadoras 1-12,7mm e 2-7,62mm				1990	Transporta 8 Fuzileiros Navais
	Tolú							
	Serranilla							
	Filogonio Hichamón							
Pequenos Transportes	8 Unidades	360 Ton				1950	1991	LCU 1466A da reserva dos EUA
Meios Capturados	5 Unidades							Provavelmente Capturadas realizando Tráfico de Drogas
Navios de Pesquisa	Gorgona	574 Ton			Lidingoverken, Suíça	1955	1992	
	Quindío	600 Ton				1943		ex-USY 443
Navio Patrulha	Jaime Gomez	34 Ton	2 Metralhadoras 12,7 mm e 2-7,62mm e Lançador de Granada				1990	ex-US Mk III
	Nepomuceno Peña	34 Ton						
Navio Patrulha	R. D. Binney	25 Ton				1947		Construído na Base Naval de Cartagena
Navio de Transporte	San Andres	674 Ton			Chicago EUA		1969	ex-USS Rockville
Navio Escola	Glória	1300 Ton			Bilbao, Espanha		1968	
Doca Flutuante	Mayor Arias	700 Ton						
Navios de Pesquisa	Malpelo	830 Ton			Leer, Alemanha	Janeiro de 1981	24 de julho de 1981	Pesquisa de pesca / Operado pela DIMAR
	Providencia							Pesquisa de Geofísica / Operado pela DIMAR
Yacht de Almirantes	Contralmirante Bell Salter						1990	

Fonte: Adaptado de Jane's Fighting Ships 1994-1995 (1994).

Quadro 14 – 2001: Relação de meios navais da Colômbia

Tipo do Meio	Nome	Deslocamento	Armamento	Classe	Local de Construção	Data de Construção	Data de Incorporação	Observações
Fragatas	Almirante Padilla	1500 Ton	8 tubos de míssil Anti-navio MM40 Exocet	Tipo FS 1500	Kiel - Alemanha	8 de janeiro de 1981	1983	
	Caldas		Sistema AA de míssil Albatroz - Seasparrow					
	Antioquia		1 Canhão de 76mm					
	Independencia		4 canhões de 30mm 2 reparos triplos de torpedo Mk 32				1984	
Submarinos	Pijao	1000 Ton	8 tubos de torpedo		Kiel - Alemanha		17 de abril de 1975	
	Tayrona	1000 Ton			Kiel - Alemanha		18 de julh de 1975	
Mini Submarinos	Intrepido	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	Transportam até 8 mergulhadores de combate com 2 Ton de explosivos
	Indomable	70 Ton			Cosmos - Livorno - Itália		1972	
Navio Patrulha Rápido	Pablo José Porto	393 Ton	1 Breda 40mm - 1 Oerlikon 20mm - 2 12.7 mm - Sistema de Armas CSEE óptico					ex-Recalde - Marinha da Espanha
	Jorge Enrique Marquez	393 Ton						ex-Cardoso - Marinha da Espanha
Lanchas Patrulha	Cabo Corrientes	69 Ton	metralhadora 2 - 12.7 mm		J M Martínac. TACOMA - EUA	1967	2000	Pertenceram à Guarda Costeira dos EUA
	Cabo Manglares	69 Ton			USCG Yard. Curtis Bay - EUA	1963	2000	
	1	69 Ton			USCG Yard. Curtis Bay - EUA	1963	2001	
	2	69 Ton			J M Martínac. TACOMA - EUA	1966	2001	
Canhoneira Fluvial	Arauca	184 Ton	2 Canhões de 3 Pol			1955		Construído em Barranquilla/Colômbia pela Unial Barranquilla
	Letícia	184 Ton	4 Canhões de 20mm					
	Riohacha	184 Ton						
Rebocadores Fluviais	Capitán Castro	50 Ton						
	Andagoya	50 Ton						
	Josue Alvarez	50 Ton						
	Capitán Rigoberto Giraldo	50 Ton						
	Capitán Alvaro Ruiz	50 Ton						
	Capitán Vladimir Valek	50 Ton						

	Teniente Luis Bernal	50 Ton						
	Joves Fialho	50 Ton						
	Carlos Rodriguez	50 Ton						
	Teniente Baldomero	50 Ton						
	Sejeri	50 Ton						
	Ciudad de Puerto López	50 Ton						
	Inirida	50 Ton						
	Portete	50 Ton						
	Maldonado	50 Ton						
	Miguel Silva	50 Ton						Rebocadores de Rio - Union Industrial Barranquilla (UNIAL)
Rebocador Fluvial	Manacasais	104				jun/86		Comprado do Servicio Naviero R. de Colombia usadas para transportar material até áreas de difícil acceso
	Igaraparana	104				jun/85		
Navio Patrulha Fluvial	Humberto Cortes	35 Ton	1 canhão de 20mm e 4 Morteiros			26 de novembro de 1952		Ast. Naval Cartagena
	Carlos Galindo	35 Ton				2 de maio de 1953		
	Juan Lucio	35 Ton				1954		
	Calibio	35 Ton						
	Alfonso Vargas	33 Ton						Construídos na Base Naval de Cartagena para Operar em Rio
	Fritz Hagale	33 Ton						
	Diligente	33 Ton						
	Vengadora	33 Ton						
	Valerosa	33 Ton						
Luchadora	33 Ton							
Lanchas Patrulha	13 unidades	10 Ton		PBI				
Lanchas Patrulha	11 unidades	11 Ton		Andrómeda				
Pequenos Patrulhas Fluviais	11 unidades	9 Ton	Metralhadoras 2-12.7 e 1-7.62 e 1 Morteiro	Rio	Uniflite (estaleiro)	1970	1990	Ex-US PBR Mk IV

Lanchas Patrulha Fluvial	9 unidades	20 Ton	Metralhadoras 3-12,7 mm 1 Lançador de Granada 2-7,62	Tenerife			out/93	Construído pelo Estaleiro Bender Shipbuilding, Alabama, EUA para patrulha anti-narcotics
Pequenos Transporte Fluviais	Hernando Gutierrez	70 Ton				1953		Construídos na base Naval de Cartagena
	Socorro					1954		Base Naval de Cartagena - ex-Alberto Gomez
Navios Patrulha	Pedro Heredia	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm			1943		ex-USS Cherokee Class construído por Charleston SB & DD Co
	Sebastián Calzar	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm			1943		
	Rodrigo Bastidas	1235 Ton	1 Canhão triplo de 76mm			1944		
	Quito Sueno	225 Ton	1 Canhão triplo de 76mm	Asheville	Tacoma, Washington - EUA	14 de julho de 1969	1982	ex-USS Tacoma Transferidos por Lease e comprado definitivamente em 1989
	Rafael del Castillo Rada	103 Ton	1 metralhadora .50 Browning AA		Berwick, Louisiana - EUA	16 de outubro de 1981		
	Juan Nepomuceno Eslava	95 Ton	1 Canhão de 40mm e Metralhadoras .50				1992	Unidades adquiridas por meio do programa FMS dos EUA, pertenceram à USCG
	Jose María Garcia Toledo	95 Ton						
	Jose Maria Palas	95 Ton					1990	
Medardo Monzon	95 Ton							
Teniente Jaime Cardenas	103 Ton	1 Canhão de 40mm e Metralhadoras 12,7 mm		Swiftships, Berwick	16 de outubro de 1981			
Lanchas Delfin	21 unidades	9 Ton	Metralhadoras 1-12,7mm e 2-7,62mm	Delfin	Mako Marine, Miami - EUA		1992	6 no Pacífico e 6 no Atlântico
Lanchas Piranha	38 unidades	10 Ton	Metralhadoras 1-12,7mm e 2-7,62mm		Boston Whaler - EUA			Usados pelos Fuzileiros Navais, cada 14 unidades operam conjuntamente com uma lancha classe Tenerife ou Rio com 3 piranhas
Bote de Assalto Fluvial	150 unidades	10 Ton	Metralhadora 1 - 12,7mm e 2 - 7,62 mm	RAB/PBR	Boston Whaler - EUA			Usados pelos Fuzileiros Navais, cada 14 unidades operam conjuntamente com uma lancha classe

								Tenerife ou Rio com 3 piranhas
Lanchas Fluviais	4 unidades	10 Ton	Metralhadoras 1-12,7mm e 2-7,62mm	LCPL/YFU				
Lanhcha Fluvial	2 unidades	9 Ton	Metralhadoras 1-12,7mm e 2-7,62mm				1990	Transporta 8 Fuzileiros Navais
Navios de Transporte	12 unidades	150 Ton		BOCACHICA				
Lanchas de Apoio	12 unidades	30 Ton		PLAYA BLANCA				
Navios de Apoio Fluvial	9 unidades	150 Ton		YDT/YAG				
	Tolú	300 Ton						
	Filogonio Hichamón	300 Ton						
	Julio Correa	300 Ton						
	Carlos Rodrigues	300 Ton						
	Manuel A Moyar	300 Ton						
Pequeno Transporte	1 unidade	125 Ton		LCM				Adquiridos nos EUA
Pequenos Transportes	7 Unidades	360 Ton		LCU 1466A		1950	1991	LCU 1466A da reserva dos EUA 4 no pacífico e 4 no Atlântico
Navios de Transporte de Tropa	Cartagena de Indias	3483 Ton	4 Bofors 40 mm duplos		Flensburger, Alemanha	1966		Reparado em Kiel - Marinha Alemã
	Buena Ventura	3483 Ton			Bremer Vulcan, Alemanha	1968		Reparado em Kiel - Marinha Alemã
Navios de Pesquisa	Gorgona	574 Ton			Lidingoverken, Suíça	1955	1992	
	Quindio	600 Ton				1943		ex-USY 443 transferido por lease dos EUA em jul64 e vendido em mar79
Navio Patrulha	Jaime Gomez	34 Ton	2 Metralhadoras 12.7 mm e 2-7.62mm e Lançador de Granada				1990	ex-US Mk III entregue pelos EUA em 1990
	Nepomuceno Peña	34 Ton						
Navio Patrulha Rápido	Espartana	374	1 Canhão bofors 40 e 1 Oerlikon 20 mm Sistema de Armas Alcor C Diretora Optronica					ex-Cormoran - Pertencia à Marinha da Espanha
Navio Escola	Glória	1300 Ton			Bilbao, Espanha		1968	

Doca Flutuante	Mayor Arias	700 Ton						Usado para reparo dos Sb pequenos
Navios de Pesquisa	Malpelo	830 Ton			Leer, Alemanha	Janeiro de 1981	24 de julho de 1981	Pesquisa de pesca / Operado pela DIMAR
	Providencia							Pesquisa de Geofísica / Operado pela DIMAR
Yacht de Almirantes	Contralmirante Bell Salter	100 Ton					1990	

Fonte: Adaptado de Jane's Fighting Ships 2001-2002 (2001).

Quadro 15 – Classificação de Marinhas de Guerra segundo Morris

Categorias das Marinhas de Guerra do Terceiro Mundo	Capacidades Navais	Estados enquadrados em cada classificação
6. Marinhas de Guerra com projeção regional de força	Substanciais capacidades de defesa territorial e alguma capacidade de projetar força nas áreas oceânicas adjacentes	Argentina, Brasil e Índia
5. Marinhas de Guerra com projeção nas águas adjacentes	Considerável capacidade de defesa territorial e alguma capacidade de projetar força nas suas áreas costeiras	Chile, Irã, Coreia do Norte, Peru e Coreia do Sul.
4. Marinhas de Guerra com defesa costeira	Considerável capacidade de defesa territorial costeira, até o limite da Zona Econômica Exclusiva	Colômbia , Egito, Indonésia, Líbia, México, Paquistão, Filipinas, Taiwan, Tailândia e Venezuela.
3. Marinhas de Guerra com defesa litorânea	Defesa primária da área litorânea e limitada capacidade de defesa costeira	Bangladesh, Burma, Cuba, República Dominicana, Equador, Etiópia, Gana, Malásia, Nigéria, Síria, Uruguai e Vietnã
2. Marinhas de Guerra de policiamento	Alguma capacidade de impedir o uso das águas costeiras, com concentração nas funções policiais	Argélia, Gabão, Guiné, Iraque, Guiné-Bissau, Iêmen, Omã, Arábia Saudita, Singapura, Somália e Tanzânia
1. Marinhas de Guerra representativas	Incapazes sequer de patrulhar eficazmente os mares territoriais. Impotente na sua Zona Econômica Exclusiva	Todas as outras Marinhas listadas no Quadro 5.

Fonte: Morris (1987, p. 25-26).

Figura 8 – Mapa topográfico da Colômbia



Fonte: Mills (2019).

Figura 9 – Mapa político da Colômbia



Fonte: MAPS of Colombia ([2023]).

Figura 10 – Brasão da primeira Operação UNITAS



Fonte: EUA (2009, p. 7).

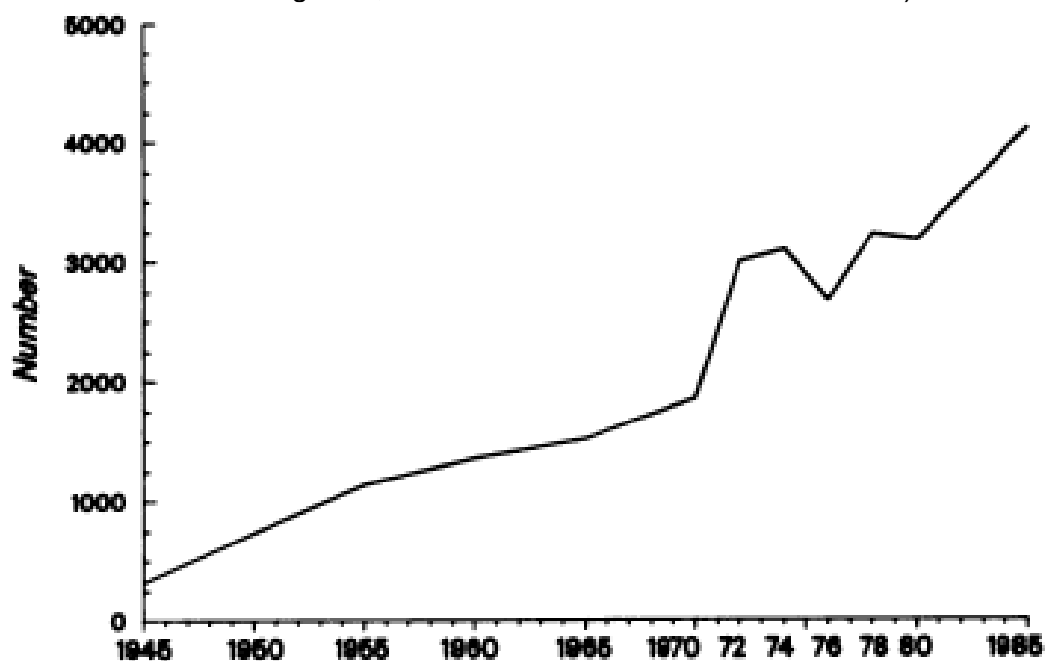
Figura 11 – Ação Cívica Naval em 1973 nos Rios Putumayo e Amazonas



La Armada reparte herramientas y materiales para mejorar las viviendas de los colonos del Río Putumayo y del Río Amazonas.

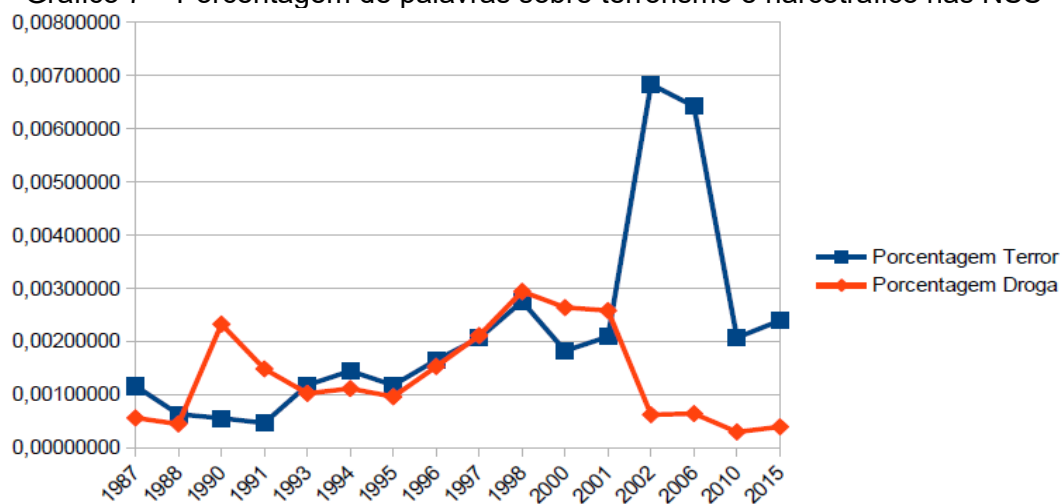
Fonte: Colômbia (1973, p. 92).

Gráfico 6 – Expansão das Marinhas do Terceiro Mundo até 1985 (total de todos os tipos de navios de guerra, excluídos os Navios Patrulha Costeiros)



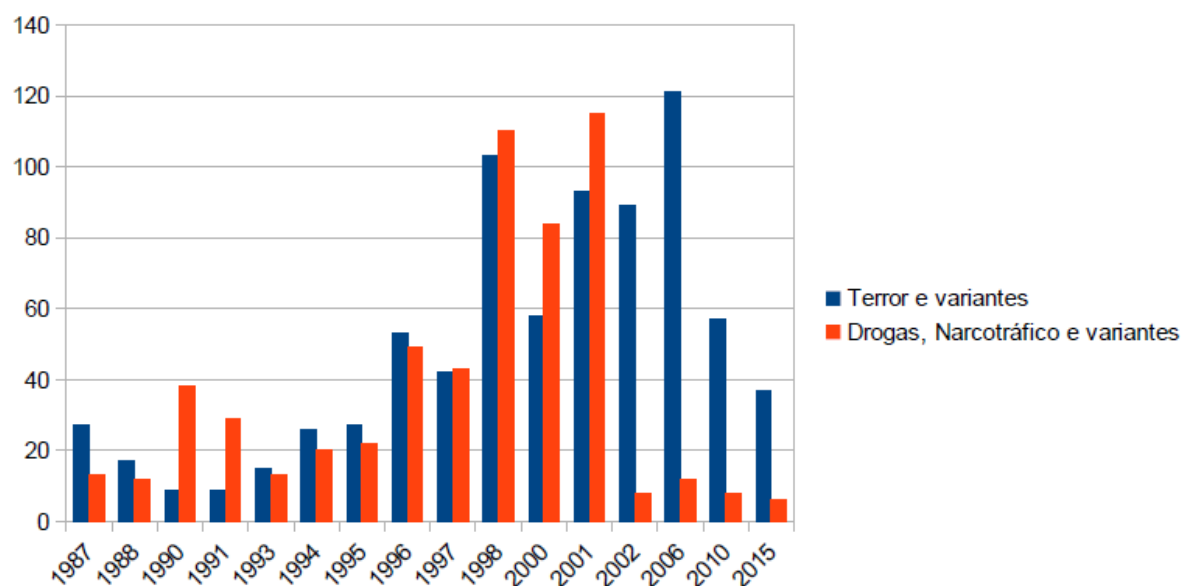
Fonte: Morris (1987, p. 15).

Gráfico 7 – Porcentagem de palavras sobre terrorismo e narcotráfico nas NSS



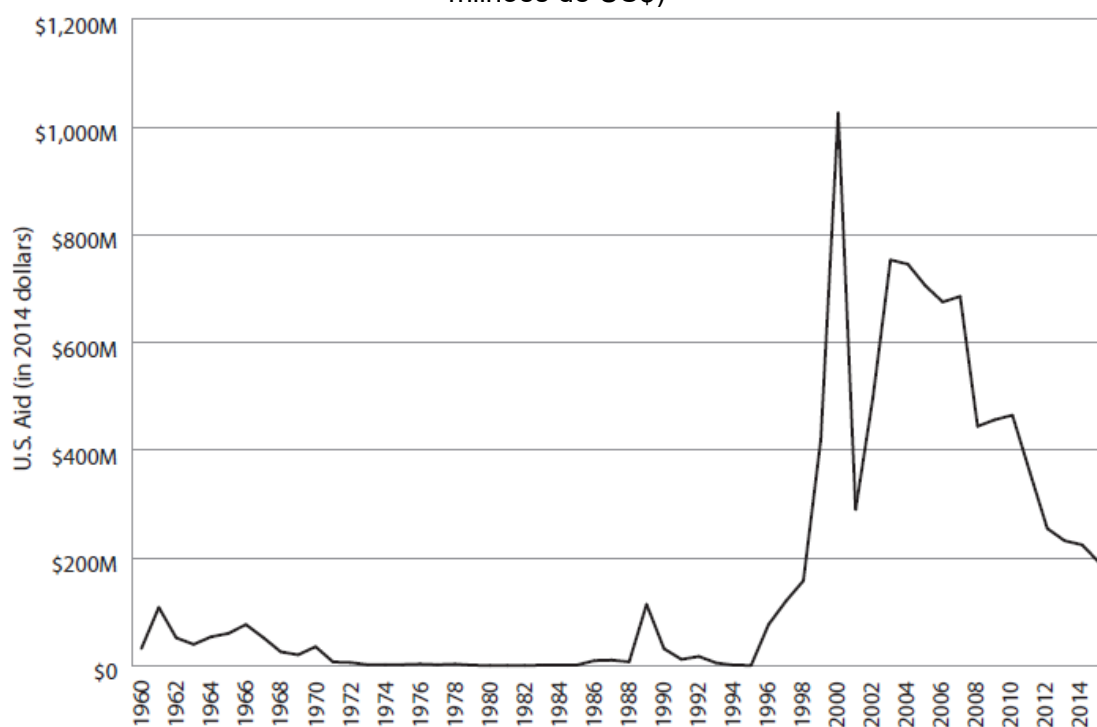
Fonte: Adaptado de NSS dos EUA.

Gráfico 8 – Número total de incidência das palavras terrorismo e narcotráfico nas NSS



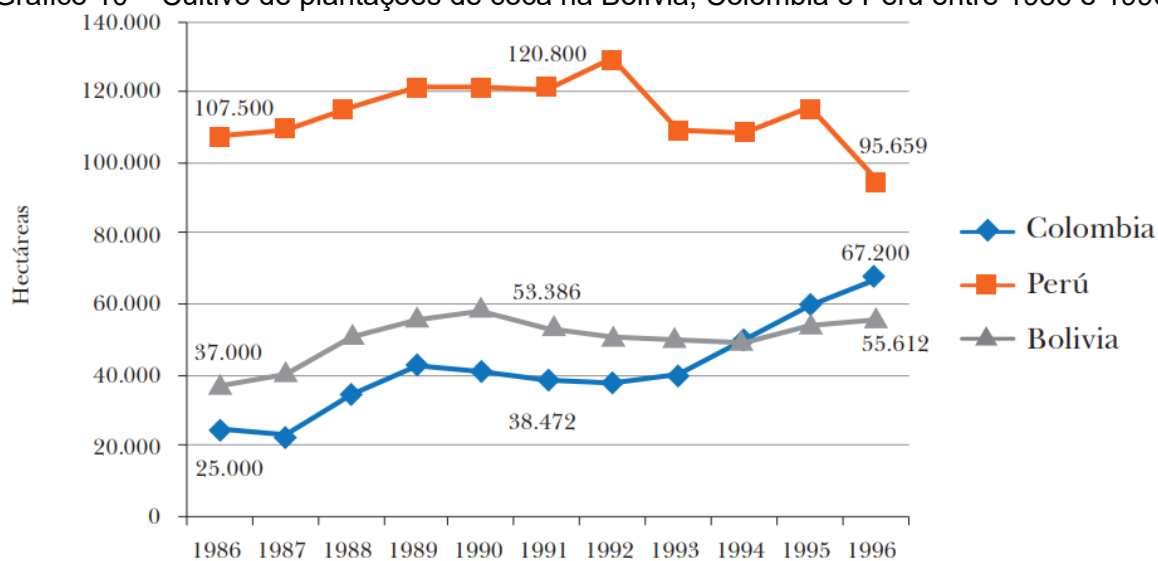
Fonte: Adaptado de NSS dos EUA.

Gráfico 9 – Histórico da ajuda financeira, para fins militares, dos EUA à Colômbia (em milhões de US\$)



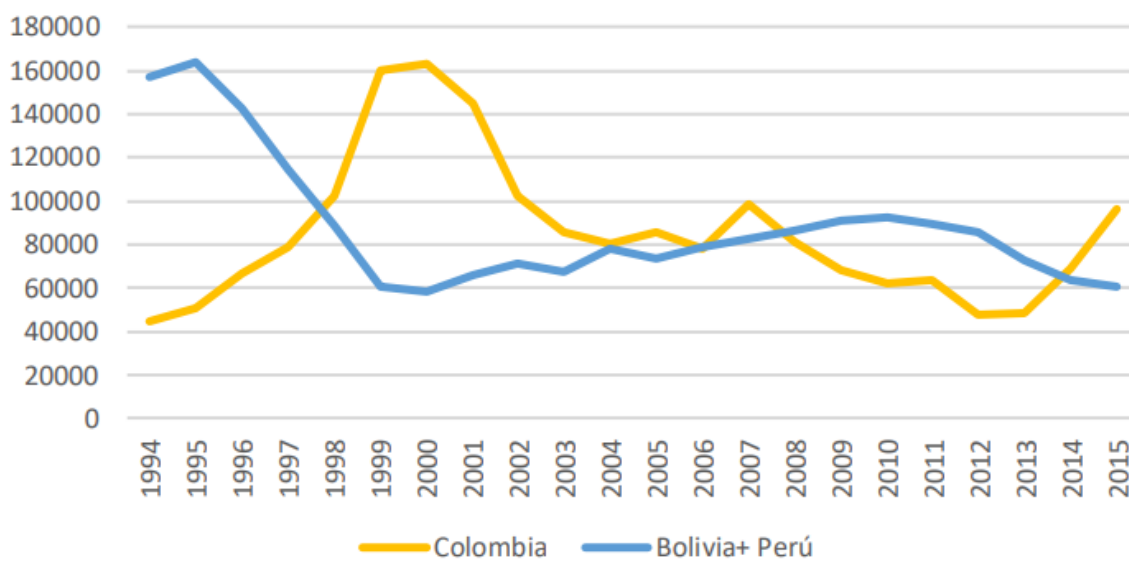
Fonte: Lindsay-Poland (2018, p. 33).

Gráfico 10 – Cultivo de plantações de coca na Bolívia, Colômbia e Peru entre 1986 e 1996



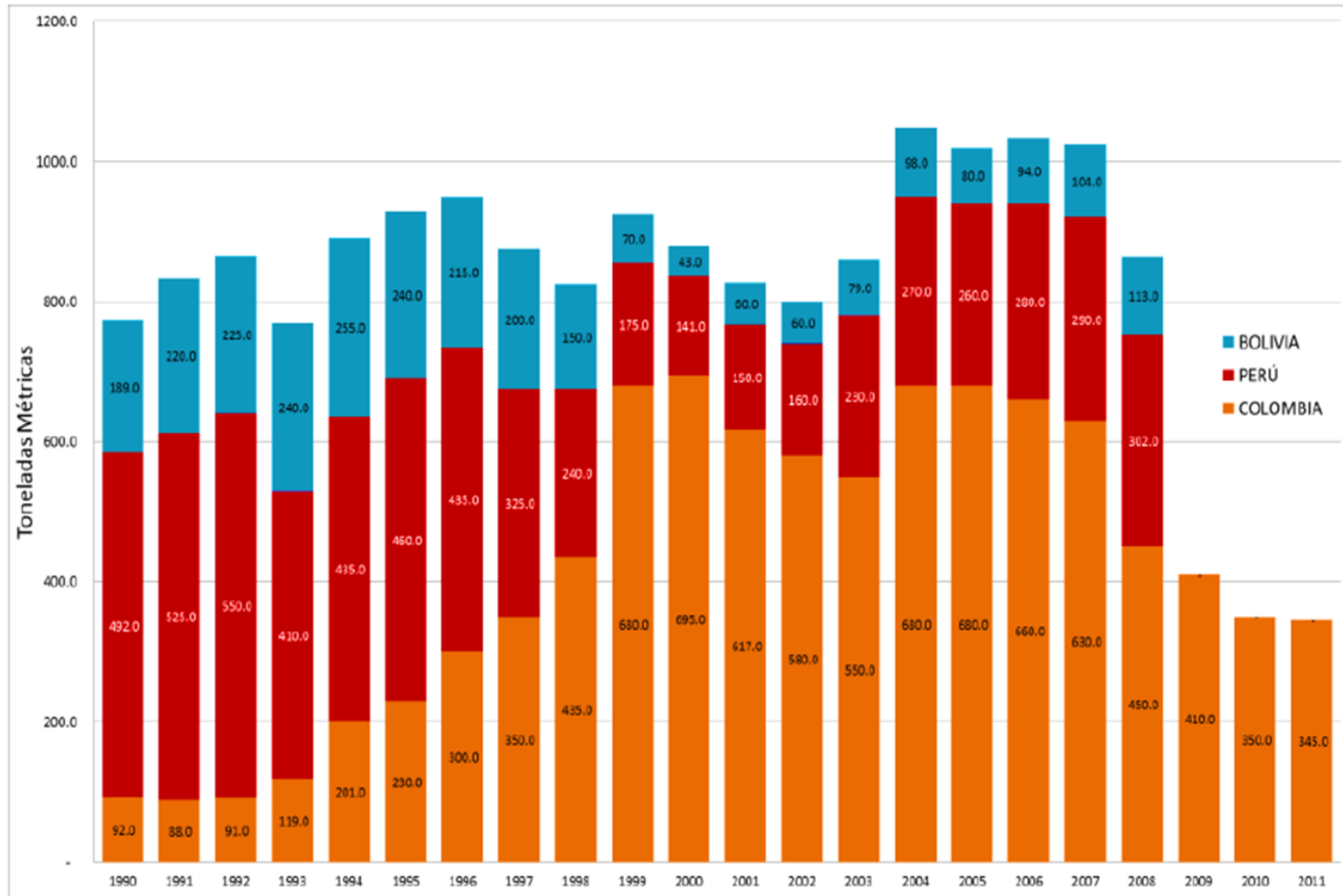
Fonte: Torres (2022, p. 219).

Gráfico 11 – Cultivo de plantações de coca na Bolívia, Colômbia e Peru entre 1994 e 2015



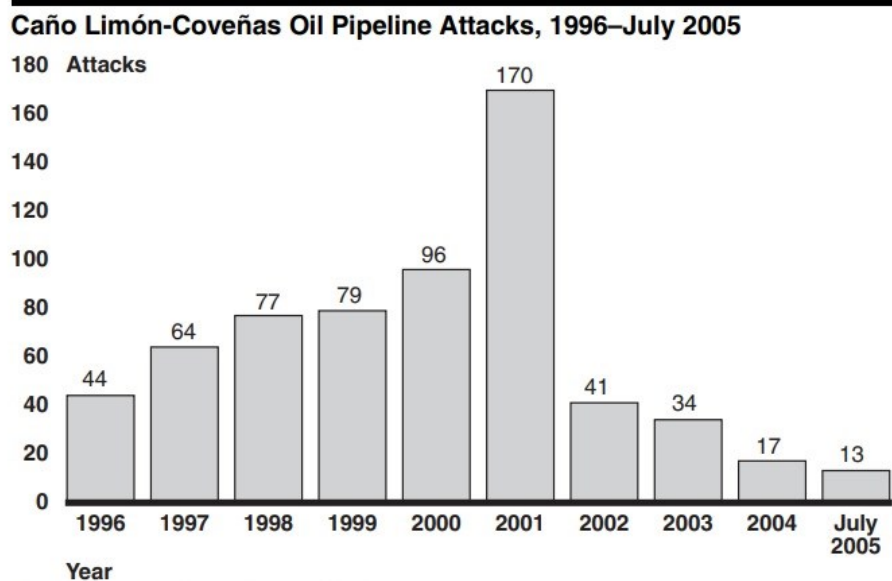
Fonte: Isacson (2023).

Gráfico 12 – Produção de Cocaína na região Andina 1990-2011



Fonte: Ariza (2014, p. 30).

Gráfico 13 – Histórico dos ataques ao oleoduto Caño Limón-Coveñas



Fonte: EUA (2005).

Tabela 1 – Gastos estatais em Segurança e Defesa entre 1981 e 2016 (% do PIB)

	1981-1990	1991-1999	2000-2009	2010-2016
Segurança e Defesa	2,3	2,3	3,7	3,7
Aporte dos EUA	-	-	0,4	0,1
Total	2,3	2,3	4,1	3,8

Fonte: Adaptada de Echeverria (2019).

Figura 12 – Aperto de mão entre Santos e Timochenko em Havana



Fonte: Santos (2019, p. 6).

Figura 13 – Cerimônia do Acordo de Paz em Cartagena



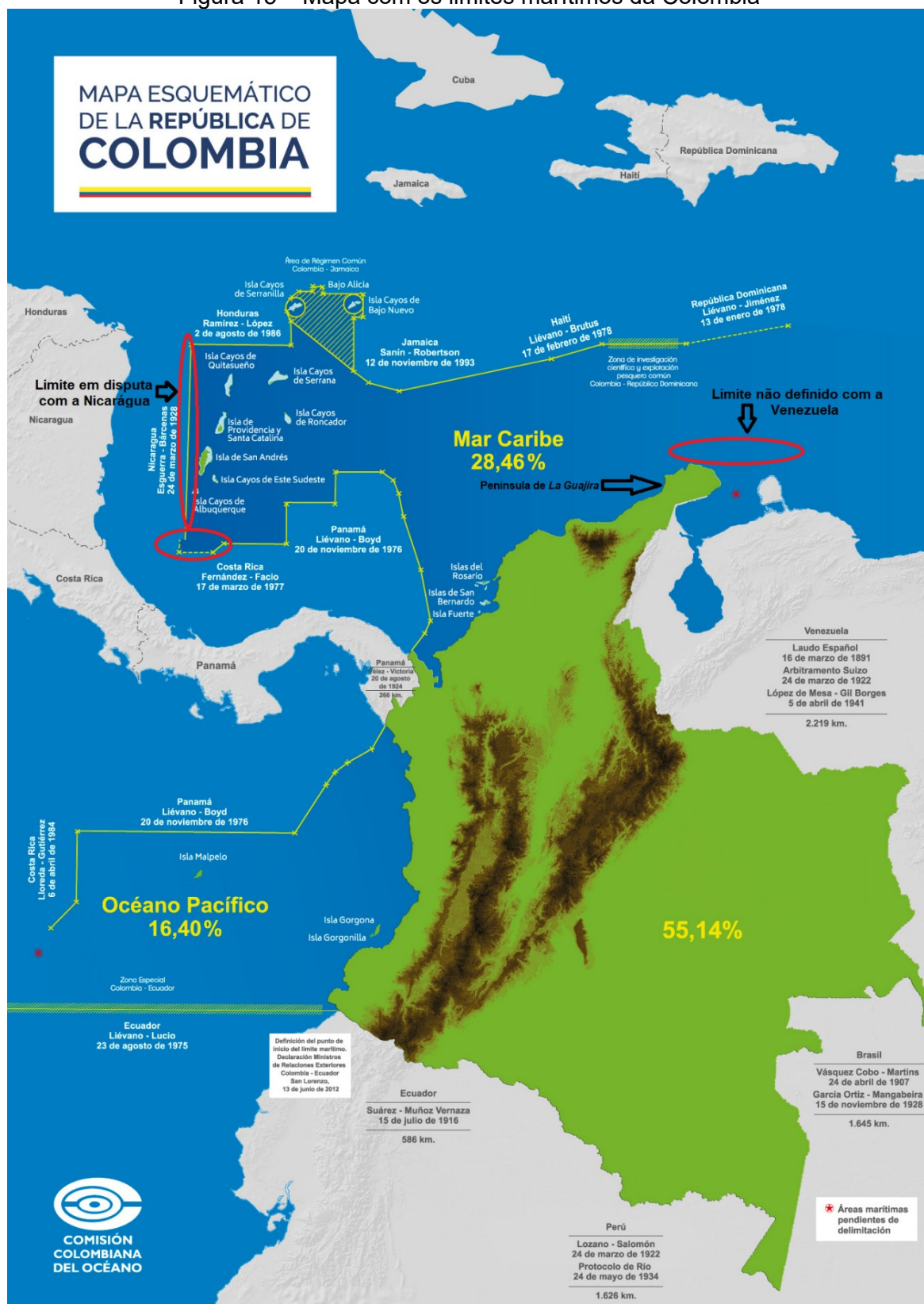
Fonte: Santos (2019, p. 8).

Figura 14 – Navios desenvolvidos pela COTECMAR



Fonte: Colômbia (2017, slide 23).

Figura 15 – Mapa com os limites marítimos da Colômbia



Fonte: Adaptada de CCO (2014).

7.1 Figura do acordo de Paz entre Conservadores e Liberais

Conservadores e Liberais assinando o Tratado de Paz após a Guerra dos Mil Dias a bordo do USS Wisconsin.

Figura 16 – Assinatura do Tratado de Paz a bordo do USS Wisconsin

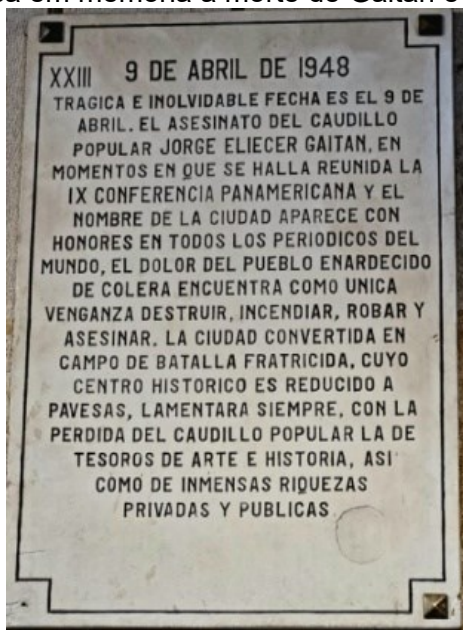


Fonte: Tovar (1993, p. 282).

7.2 Figura da placa em memória de Gaitán e do “El Bogotazo”

Placa em memória ao assassinato de Gaitán e ao “El Bogotazo”, fixada na prefeitura de Bogotá⁴¹⁹.

Figura 17 – Placa em memória à morte de Gaitán e ao “El Bogotazo”



Fonte: Elaborada pelo autor (viagem de investigação em 20 de setembro de 2023).

⁴¹⁹ Na placa está escrito: Data trágica e inesquecível é 9 de abril. O assassinato do líder popular Jorge Eliecer Gaitán, no momento em que estava reunida a IX Conferência Pan-Americana e o nome da cidade aparecia com honras em todos os jornais do mundo, a dor do povo inflamado de raiva encontrou, como única vingança, destruir, queimar, roubar e assassinar. A cidade, convertida num campo de batalha fratricida, cujo centro histórico ficou reduzido a cinzas, lamentará sempre, a perda do líder popular, dos tesouros de arte e históricos, bem como imensas riquezas privadas e públicas.

7.3 Figura da retomada do Palácio de Justiça após a invasão do M-19

Carro de Combate do Exército retomando o Palácio de Justiça após a invasão do M-19.

Figura 18 – Tomada do Palácio de Justiça pelo M-19

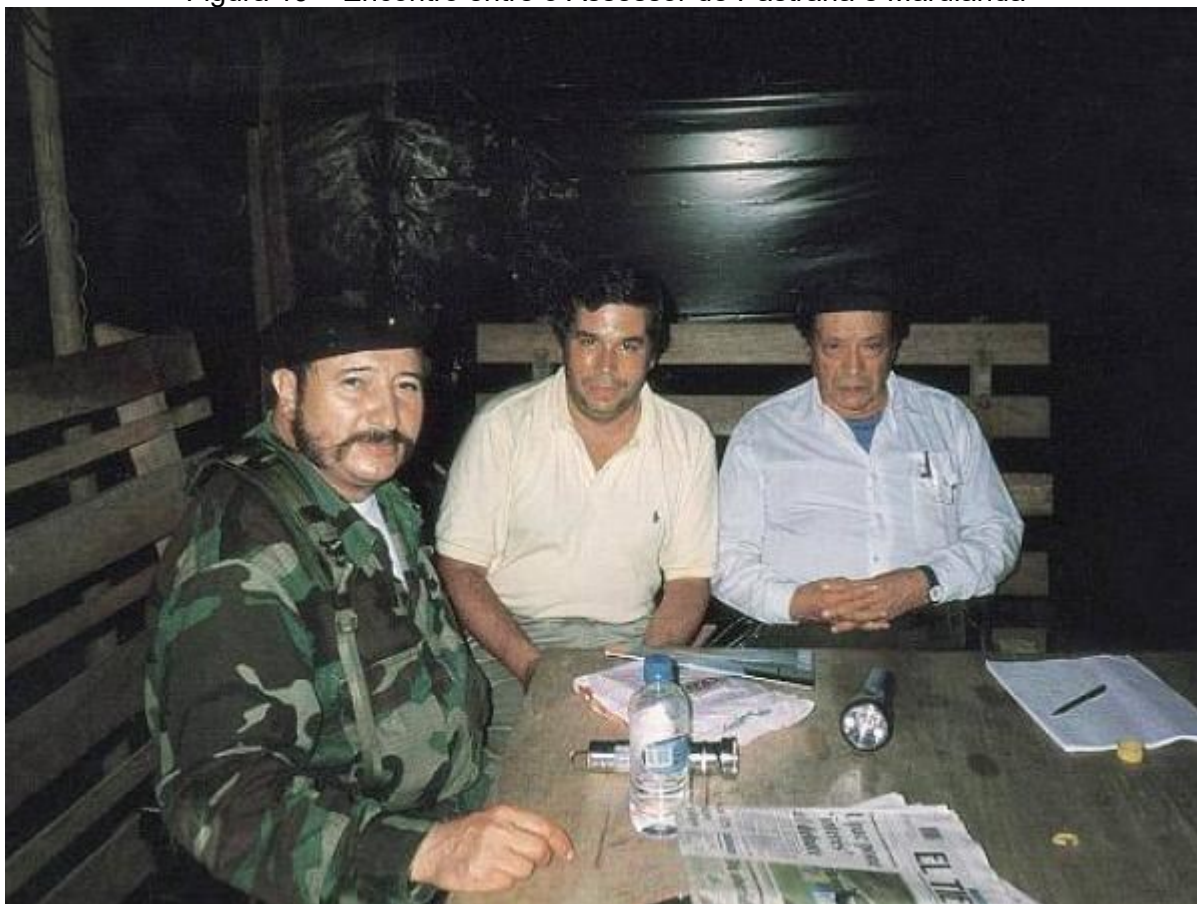


Fonte: Torres (2023) e Fonnegra (2023).

7.4 Figura do encontro de enviado de Pastrana com Marulanda

Encontro entre Víctor G. Ricardo (gerente da campanha de Andrés Pastrana, ao centro), Manuel Marulanda (a direita) e Mono Jojoy (a esquerda) em 1998 durante a corrida presidencial.

Figura 19 – Encontro entre o Assessor de Pastrana e Marulanda



Fonte: El Colombiano.

7.5 Figura da ausência de Marulanda em reunião com Pastrana

O assento vazio de Manuel Marulanda ao lado do Presidente Andrés Pastrana na Cerimônia de início dos diálogos de Cáguan.

Figura 20 – Pastrana sozinho na mesa de negociação em Cáguan



Fonte: Revista Semana (2021).

7.6 Treinamento de militares colombianos por Forças Especiais dos EUA

Forças Especiais dos EUA treinando militares colombianos do batalhão antinarcóticos em maio de 2005.

Figura 21 – Forças Especiais dos EUA treinam militares da Colômbia



Fonte: Crandall (2008, p. 142).

7.7 Lista de líderes das FARC no início de 2008

Líder máximo das FARC-EP: Manoel Marulanda Vélez, “o tirofijo”.

Quadro 16 – Lista de líderes das FARC no início de 2008

BLOCO *	LÍDER
Comando Conjunto da Região Central	Alfonso Cano
Bloco Oriental	Mono Jojoy
Bloco Sul	Raul Reyes
Bloco Ocidental	Alfonso Cano
Bloco do Magdalena Médio	Timoléon Jiménez (Timochenko)
Bloco Noroeste	Iván Ríos
Bloco do Caribe	Iván Marquez

*A estrutura de comando das FARC-EP em 2008 se baseava na seguinte organização flexível: em esquadrões, com cerca de 12 combatentes cada, guerrilhas (2 esquadrões), companhias (2 guerrilhas), colunas (2 companhias) e frentes (2 colunas). O número de frentes por bloco variava dependendo do território.

Fonte: Pécaut (2010, p. 85).